



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA  
SOCIAL - EICOS/INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**ALMIR FERNANDES DOS SANTOS**

**LIDERANÇA, PODER E AUTORIDADE:  
CONVIVENDO E CONSTRUINDO JUNTOS NA COMUNIDADE CARIOCA DO  
HORTO FLORESTAL**

RIO DE JANEIRO

2023

**ALMIR FERNANDES DOS SANTOS**

**LIDERANÇA, PODER E AUTORIDADE:  
CONVIVENDO E CONSTRUINDO JUNTOS NA COMUNIDADE CARIOCA DO  
HORTO FLORESTAL**

Tese submetida ao corpo docente do EICOS/ IP-  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia  
Social.

Orientador: Prof. Dr. Milton N. Campos

RIO DE JANEIRO

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

S2371 Santos, Almir Fernandes  
Liderança, Poder e Autoridade: Convivendo e  
Construindo Juntos na Comunidade Carioca do Horto  
Florestal / Almir Fernandes Santos. -- Rio de  
Janeiro, 2023.  
258 f.

Orientador: Milton Nunes Campos.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós  
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2023.

1. Comunidade. 2. Liderança. 3. Comunicação. 4.  
Projetos Comunitários. 5. Realizações Sustentáveis.  
. I. Campos, Milton Nunes, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

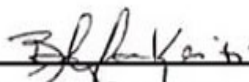
Almir Fernandes dos Santos

Liderança, Poder e Autoridade: Convivendo e Construindo Juntos na Comunidade Carioca do Horto Florestal.

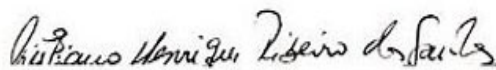
Tese submetida ao corpo docente do EICOS/ IP- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.



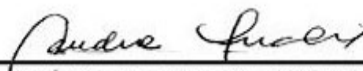
Dr. Milton Nunes Campos - UFRJ



Dra. Beatriz Akemi Takeiti - UFRJ



Dr. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos - UFRJ



Dra. Claudia Miranda - UNIRIO



Dra. Martha Campos Abreu - UFF

## AGRADECIMENTOS

Iniciamos pela UFRJ em nome de todos os professores (as) doutores (as) que com seus conhecimentos, pacientemente, ampliaram nossos horizontes e permitiram que um egresso da Engenharia de Produção e da Tecnologia da Informação, assumisse os desafios de uma tese no domínio psicossocial que propõe: sustentabilidade de realizações em contextos sociais adversos, um Modelo de avaliação de Projetos Comunitários e um *website* com o propósito de contribuir para o acervo de memórias da comunidade histórica do Horto Florestal no Rio de Janeiro. Nossos agradecimentos ao Dr. Milton N. Campos, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e honorário da Universidade de Montreal, a ele toda admiração e gratidão pela exemplar orientação que possibilitou que chegássemos até este ponto de nossa jornada. Agradeço aos membros de nossa Banca Examinadora que, gentil e prontamente, nos honraram, aceitando o convite para esse momento ímpar de nossa vida acadêmica e profissional. Agradeço também a comunidade do Horto Florestal, nosso campo de pesquisa, em nome de todos os locais que, expressando seus sentimentos mais autênticos e, porque não dizer(?), seus medos e incertezas, trouxeram as suas visões individuais e coletivas e assim persistiram conosco, mesmo nos momentos mais difíceis, durante a pandemia. Aos meus colegas de grupo de pesquisa da UFRJ, pela atenção e cooperação ímpares que se traduziram, como de costume, em apoio incondicional. Aos meus parceiros professores da Unicarioca (Doutoras Regina Moraes e Rosa Valim, Doutores Marcio Mori e Manuel Martins), por todo apoio e incentivo que me fez seguir em frente para enfrentar os imensos obstáculos e desafios impostos, em especial, a seres humanos discriminados em função de sua cor de pele. Finalmente a todos aqueles que, sem exceção, fazem parte da inestimável maioria da legião do bem e da solidariedade, cada vez mais confiante na premissa de que: “A felicidade começa pelas nossas escolhas”.

## RESUMO

FERNANDES, A. Liderança, Poder e Autoridade: Convivendo e Construindo Juntos na Comunidade Carioca do Horto Florestal - Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2022.

Essa tese lida com o desafio de ações comunitárias em contextos sociais adversos, com o propósito de obter realizações sustentáveis. Propõe que a sustentabilidade dessas intervenções dependa de uma abordagem por fase junto à comunidade, e que essa referida fase esteja de acordo com o perfil do empreendimento comunitário em perspectiva. Buscamos minimizar os riscos de desperdícios de recursos escassos, geração de frustrações e futuros desengajamentos. O campo de estudo é a comunidade histórica do Horto Florestal no Rio de Janeiro. O quadro teórico articula os fundamentos da comunicação com base na Teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017), as dimensões propostas nas relações sociais (LAYDER, 2006), as diversas manifestações de influência do Poder e Autoridade, com base na Teoria da Taxonomia do Poder (FRENCH; RAVEN, 1959) e, finalmente, o entendimento dos impactos sociais, sob a visão crítica da Teoria da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001). A partir do conhecimento obtido nessa trajetória de estudos, propomos um Modelo de Avaliação de Projetos Comunitários (MAPC), formulado com a participação da comunidade e oferecemos na Internet, um espaço democrático e interativo, como contribuição para o acervo do patrimônio histórico local. Desejamos que ambos sejam legados que possam ir além do momento de encerramento dessa pesquisa. Os resultados obtidos desconstruem um pressuposto padrão ideal nas relações comunicativas em comunidade, reforçam a existência de complexidade no exercício da liderança comunitária em contextos sociais adversos, e reposicionam a representatividade da memória coletiva como elemento central de motivação, engajamento e cooperação. Os interesses especulativos da selvageria do capital quanto à moradia e o preconceito são revelados e refletem tentativas de invisibilidade do patrimônio histórico da escravidão e produzem os ecos da Modernidade líquida que reverberam no microcosmo da comunidade do Horto Florestal.

Palavras chave: Comunidade, Liderança, Comunicação, Projetos Comunitários, Realizações Sustentáveis

## ABSTRACT

This thesis deals with the challenge of community actions in adverse social contexts, with the aim of achieving sustainable accomplishments. It proposes that the sustainability of these interventions depends on a phased approach with the community, and that said phase is in line with the profile of the prospective community enterprise. We seek to minimize the risks of wasting scarce resources, generating frustration and future disengagement. The field of study is the historic community of Horto Florestal in Rio de Janeiro. The theoretical framework articulates the fundamentals of communication based on the Theory of the Ecology of Meanings (CAMPOS M, 2017), the dimensions of social relations (LAYDER D, 2006), the various manifestations of influence of Power and Authority, based on the Theory of Taxonomy of Power (FRENCH; BRETAN, 1959) and, finally, an understanding of social impacts under the under the critical view of the Theory of Liquid Modernity (BAUMAN, 2001). Based on the knowledge obtained in this course of study, we propose a Community Project Assessment Model (MAPC), formulated with the participation of the community. We offered a democratic and interactive space on the Internet, as a contribution to the collection of local historical heritage. We hope that both are legacies that can go beyond the closing moment of this research. The results obtained deconstruct an ideal standard assumption in communicative relationships in the community, reinforce the existence of complexity in the exercise of community leadership in adverse social contexts, and reorganize the representativeness of collective memory as a central element of motivation, engagement, and cooperation. The speculative interests of capital's savagery regarding housing and the prejudice are exposed and reflect in attempts to turn the historic heritage of slavery invisible, produce the echoes of Liquid Modernity that reverberate in the microcosm of the Horto Florestal community.

Keywords: Community, Leadership, Communication, Community Projects, Sustainable Achievements.

## LISTA DE SIGLAS

AIES - Área Especial de Interesse social  
AMAHOR - Associação de Moradores e Amigos do Horto  
CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita  
CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos  
COP - Conferência das Partes  
COVID-19 - *Corona Virus Disease*  
DEFID - *Department for International Development*  
EICOS - Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social  
FAE - Faculdade de Educação  
IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus  
ILLUCBF - *Improving Livelihoods and Land Use in the Congo Basin Forests*  
MAPC – Modelo de Avaliação de Projetos Comunitários  
ONG - Organizações Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados  
SPU - Secretaria do Patrimônio da União  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UNCR - Agência das Nações Unidas para os Refugiados  
UNESCO - *United Nations Educational Cultural and Scientific Organization*  
WCED - Sigla em inglês para Conselho Mundial de Desenvolvimento Econômico



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- ESTRUTURA DA TESE .....	40
FIGURA 2- COMPONENTES DA TRAJETÓRIA DE REALIZAÇÃO COLETIVA .....	53
FIGURA 3- FOTO DE CRIANÇA NEGRA EM 'ZOOLOGICO HUMANO' ( BÉLGICA EM 1958) .....	61
FIGURA 4 - AS POSSIBILIDADES DE CONCLUSÕES A PARTIR DA TEORIA .....	109
FIGURA 5- POLOS ÉTICO-MORAIS DA ECOLOGIA DOS SENTIDOS.....	110
FIGURA 6 - DOMÍNIOS SOCIAIS .....	111
FIGURA 7 - MODELO DE PODER NA PERSPECTIVA DO INFLUENCIADOR.....	116
FIGURA 8- QUADRO TEÓRICO - ARTICULAÇÃO DE FUNDAMENTOS.....	120
FIGURA 9 - “V” HEURÍSTICO EPISTEMOLÓGICO DE GOWIN .....	126
FIGURA 10- FLUXO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	140
FIGURA 11- ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS (FASE DA PANDEMIA) .....	142
FIGURA 12 - INTERPRETAÇÃO DOS DADOS À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	149
FIGURA 13- FREQUÊNCIA DE CITAÇÕES NAS FALAS SOBRE O PERSONAGEM HORTO FLORESTAL.....	175
FIGURA 14 - PORTAL DA IMPERATRIZ.....	177
FIGURA 15- FACHADA DO SOLAR DA IMPERATRIZ .....	177
FIGURA 16 - ACERVO DE MEMÓRIAS MUSEU DO HORTO .....	178
FIGURA 17- O JARDIM BOTÂNICO.....	189
FIGURA 18- SOLAR DA IMPERATRIZ (1827-1882) .....	189
FIGURA 19- UM JANTAR BRASILEIRO.....	198
FIGURA 20 - FAIXAS EM PROTESTO CONTRA A AMEAÇA DE REMOÇÃO .....	209
FIGURA 21 - FOTO RARA TIRADA A BORDO DE UM NAVIO NEGREIRO EM 1882. ....	216
FIGURA 22- ROTEIRO BÁSICO - RODA DE CONVERSA PRESENCIAIS E VIRTUAIS.....	255
FIGURA 23- ROTEIRO DE ATIVIDADES EM GRUPOS FOCAIS.....	256
FIGURA 24- NUVENS DE PALAVRAS : FRAGMENTOS DE EXPRESSÃO COLETIVA.....	258

## TABELAS

TABELA 1- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS À FASE DE APROXIMAÇÃO .....	68
TABELA 2- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS À FASE DE INTEGRAÇÃO.....	74
TABELA 3- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS À FASE DE MATURIDADE .....	80
TABELA 4- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS A ESTUDOS DA MEMÓRIA COLETIVA .	97
TABELA 5- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS À LIDERANÇA.....	101
TABELA 6- SÍNTESE DAS REFERÊNCIAS VINCULADAS À REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	104
TABELA 7 - DOMÍNIOS SOCIAIS VS FASES EVOLUTIVAS NAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	113
TABELA 8 - PERFIL DE PARTICIPANTES .....	131
TABELA 9 - PLANEJAMENTO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA - MATRIZ R.A.C.I.....	138
TABELA 10 - PROCESSO DE CÁLCULO DAS ESCOLHAS NO MAPC .....	152
TABELA 11 - ACERVO INTERATIVO DE MEMÓRIAS VERSUS IDEIAS E SUGESTÕES.....	180

“Nenhum de nós deve fingir que sabe todas as respostas. É algo extremamente difícil para qualquer povo oprimido chegar à consciência de suas forças latentes”.

Martin Luther King in “*Where Do We Go from Here Chaos or Community?*” (2010, p. 145).

Página intencionalmente em branco.

1 - A JORNADA COMEÇA.....	16
1.1 Reflexões orientadoras.....	22
1.1.1 A necessidade de transformar a informação em conhecimento.....	22
1.1.2 A realização coletiva através da solidariedade.....	24
1.1.3 O impulso da motivação na lógica da realização.....	25
1.1.4 Narrativas e as intrincadas dissonâncias da trajetória de construção coletiva.....	28
1.1.5 Empreendimentos comunitários, “assistência social” e assistencialismo e mecenato?.....	29
1.1.6 Recursos, pandemia, resiliência e motivação para agir.....	31
1.1.7 A comunicação, linguagem, expressão de identidade, valores e cultura.....	32
1.1.8 Os atributos do exercício de influência do poder.....	34
1.1.9 Os desígnios da autoridade.....	36
1.1.10 A influência na liderança na ação comunitária e o binômio poder e liderança.....	38
1.2 Síntese dos principais enfoques da pesquisa e o processo de pesquisa-ação.....	39
1.3 Resumo dos capítulos.....	41
1.4 Componentes da trajetória de realização coletiva.....	43
1.4.1 Trocas comunicativas.....	43
1.4.2 Favela.....	44
1.4.3 Contexto social adverso.....	45
1.4.4 Empreendimentos sociais comunitários.....	46
1.4.5 Comunidade.....	47
1.4.6 Autenticidade do lugar de fala com um aparte, num viés mais poético.....	47
1.4.7 Sustentabilidade social.....	49
1.4.8 Liderança comunitária e a aspectos relativos à sua legitimidade.....	50
1.4.9 Parcerias externas.....	51
1.4.10 Realizações sustentáveis e seus requisitos.....	52
2 - PROBLEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS.....	54
2.1 Comunicação.....	55
2.1.1 A “fé” como dado ‘a priori’ para o diálogo.....	55
2.1.2 O pressuposto da comunicação sempre em andamento e o viés emocional.....	56
2.1.3 Instante zero da comunicação no Big-Bang simbólico.....	56
2.2 Memória.....	59
2.2.1 A memória coletiva e representações do vivido em comunidade.....	59
2.2.2 Origens históricas e expectativas da comunidade do Horto Florestal.....	60
2.3 Levantamento bibliográfico: Comunidades.....	62
2.3.1 Fases evolutivas de interação com a comunidade.....	63
2.3.1.1 A fase de Aproximação - quando a comunidade ainda é uma incógnita.....	64
2.3.1.2 A fase de Integração - Conhecimento mútuo nas trocas comunicativas.....	70
2.3.1.3 A fase de Maturidade - parcerias externas e identidade única.....	75
2.3.2 Síntese das abordagens de Aproximação, Integração e Maturidade.....	81
2.4 Levantamento bibliográfico: Memória.....	82
2.4.1 Memória coletiva: Alguns conceitos e definições.....	82
2.4.2 Tipos de memória e suas complexidades.....	83
2.4.3 Memória cultural versus esquecimento intencional dos agentes do capital.....	84
2.4.4 O papel da imaginação na transmissão de memórias herdadas.....	86
2.4.5 Memórias e narrativas.....	87
2.4.6 Memórias coletivas: percepções e formas de ver e sentir.....	89
2.5 Levantamento bibliográfico: Liderança e representações sociais.....	99
2.5.1 Quanto às referências vinculadas à Liderança.....	100
2.5.2 Quanto às referências vinculadas à Representações Sociais.....	103
3 - ABORDAGENS TEÓRICAS.....	106
3.1 As possibilidades explicativas do quadro teórico integrativo proposto.....	107
3.2 A comunicação e a teoria da Ecologia dos Sentidos.....	109
3.3 Teoria dos Domínios Sociais.....	111
3.4 Taxonomias das relações potenciais de poder.....	113
3.4.1 Poder formal.....	113
3.4.2 Poder informal.....	114
3.4.3 Síntese.....	115
3.5 Teoria da modernidade líquida.....	116

3.5.1 Injustiça.....	117
3.5.2 Descrença na política e políticos.....	118
3.6 Integrando as teorias precedentes .....	118
<b>4 QUESTÕES DE PESQUISA E METODOLOGIA .....</b>	<b>121</b>
4.1 Questões de pesquisa .....	121
4.2 Metodologia .....	123
4.2.1 Método .....	123
4.2.1.1 A opção pela pesquisa qualitativa .....	123
4.2.1.2 Estruturação da busca do conhecimento: Propósito, processo e Resultados .....	124
4.2.1.3 - Fundamentos da natureza investigativa da pesquisa-ação .....	127
4.2.1.4 - A adoção do método de pesquisa-ação .....	128
4.2.2 Estratégias de amostragem .....	129
4.2.2.1 Amostragem de participantes .....	130
4.2.2.2 Amostragem de documentos .....	131
4.2.3 Processo de pesquisa-ação .....	132
4.2.3.1 Estratégias de ação e coleta de dados comuns a ambas as fases da pesquisa .....	133
4.2.3.1.1 Observação participante.....	133
4.2.3.1.2 Tomada de notas.....	134
4.2.3.1.3 Conversa (ações): uma Adaptação do instrumento Diário de bordo.....	135
4.2.3.2 Planejamento da ação presencial: Fase pré-pandemia.....	136
4.2.3.2.1 Matriz RACI: Instrumento de planejamento prévio à ação .....	137
4.2.3.3 Continuidade da ação: Fase da pandemia.....	141
4.2.3.3.1 Estratégias de coleta de dados .....	141
4.2.3.3.2 Modalidades de registros de dados .....	142
4.2.3.3.2.1 Registros “autênticos”.....	143
4.2.3.3.3 Instrumentos de coleta de dados .....	144
4.2.4 Estratégia de análise dos dados .....	147
<b>5 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>150</b>
5.1 O processo da pesquisa-ação e Conversa (ações) .....	150
5.2 Fase pré-pandemia .....	151
5.2.1 Análise dos resultados - Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários.....	151
5.2.1.1 O Processo de cálculo das escolhas no MAPC.....	152
5.2.1.2 Resultados da avaliação com o MAPC.....	153
5.2.1.3 Modelo de Avaliação - Considerações Finais.....	153
5.3 Fase da pandemia.....	154
5.3.1 A resiliência diante do caótico – “E agora, José?” .....	154
5.3.2 Análise dos dados das rodas de conversa grupos focais.....	155
5.3.2.1 As memórias “positivas” .....	156
5.3.2.2 As memórias “negativas” sob o ponto de vista de moradores .....	165
5.3.2.3 Frequência de citações nos relatos por sujeitos pesquisados .....	173
5.4 Acervo de memórias do Museu do Horto .....	177
5.4.1 Contextualizando o propósito.....	177
5.4.2 Processo de planejamento e produção.....	179
5.5 Reflexão teórica a respeito das memórias.....	181
5.5.1 A ecologia dos sentidos e as memórias .....	181
5.5.2 Os domínios sociais subjacentes às memórias .....	186
5.5.3 Memórias de poder.....	193
5.5.4 Memórias de violências.....	196
<b>6 REFLETINDO SOBRE AS MEMÓRIAS .....</b>	<b>199</b>
6.1 Retorno às questões de pesquisa .....	199
6.2 Esboços de respostas às questões de pesquisa .....	200
6.2.1 Quanto às circunstâncias do vivido que entrariam em jogo para a determinação de um marco zero da comunicação (Big Bang simbólico) do processo de pesquisa convivência.....	200
6.2.2 Quanto a um padrão ideal de discurso nas relações comunitárias, tendo como exemplo a experiência de convivência na comunidade do Horto Florestal .....	201
6.2.3 Quanto à validação das fases do modelo de avaliação de projetos comunitários (Aproximação, Integração e Maturidade), projetadas no início da ação na prática de realização sustentável (no caso do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal). .....	202

6.2.4 Quanto aos mecanismos de interação da liderança comunitária no exercício do “poder e autoridade na construção do acervo de memórias do Museu do Horto.....	203
6.2.5 Quanto ao papel da memória coletiva ser compreendido como efetivo no processo delimitado entre o marco zero e o final da experiência de pesquisa-ação. ....	205
6.2.6 Quanto às reações que emergiram das ecologias de sentidos (autônomas, heterônomas e ambíguas) e o conceito de modernidade líquida. ....	207
<b>7 - DISCUSSÃO.....</b>	<b>211</b>
7.1 Reflexões introdutórias sobre a trajetória .....	211
7.2 Trajetórias paralelas .....	212
7.3 Mobilizando potencialidades individuais na trajetória.....	212
7.4 Fazendo acontecer os pressupostos pragmáticos da ação .....	213
7.5 Resgatando o acervo da memória histórica local, revisitando os tempos de escravidão.....	215
<b>8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>217</b>
<b>9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>222</b>
<b>10 - ANEXOS.....</b>	<b>249</b>
10.1 RCLE - Registro de Conhecimento Livre Esclarecido .....	250
10.2 Questionário do Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários .....	252
10.3 Roteiros.....	254
10.3.1 Rodas de conversa.....	254
10.3.2 Rodas de conversa virtuais.....	255
10.3.3 Grupos focais – Fase Pré pandemia .....	255
10.3.4 Grupos focais – Fase pandemia.....	257
10.4 Nuvens de palavras .....	258

## 1 - A JORNADA COMEÇA...

A vida humana é composta por um *continuum* de atividades, em uma infindável teia de variedades de ações e expressões que impactam nosso ambiente social e físico, do mesmo modo como as nossas atividades mentais e emocionais do sentir, vivenciar, pensar e agir nos afetam psicologicamente (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2008). O escopo das atividades humanas varia do que é sonho até os atos pré-planejados e intencionais (KLINGER E, 1973).

Essa tese traduz o trabalho de um pesquisador, nascido e criado na própria comunidade do Horto Florestal. A partir do conhecimento adquirido no campo psicossocial, eis que retorna às suas origens, com o objetivo principal de contribuir para realizações sustentáveis em contextos adversos, apoiar o patrimônio cultural do acervo de memórias do Museu do Horto e oferecer um Modelo de avaliação para orientar as estratégias de abordagem inicial em empreendimentos comunitários.

No domínio psicossocial foi um desafio pré-planejado e intencional, que nos possibilitou voltar às nossas raízes, em um ciclo de estudo e pesquisa dedicado à investigação científica do “Conviver e Construir Juntos” em nosso campo de estudo - a comunidade histórica<sup>1</sup> do Horto Florestal no Rio de Janeiro. Uma comunidade pode ser definida como resultante de interações sociais, dentro de uma área geográfica, na qual seus indivíduos compartilham objetivos e normas em comum; mas em contextos adversos, vivem “numa batalha urbana contra as forças que operam pelo desenraizamento das pessoas dos territórios onde construíram seus projetos de existência” (ROLNIK, 2015, p. 14).

Quando iniciamos essa jornada, ao atender ao chamado do presidente da AMAHOR<sup>2</sup>, a nossa única certeza era a de que teríamos pela frente o grande desafio de aproximar a comunidade e parcerias externas em colaborações recíprocas, em torno de objetivos e

---

<sup>1</sup> Termo utilizado no site *Rio On Watch* no artigo “Horto Resiste: Comunidade Histórica no Jardim Botânico - Luta para Permanecer” de Felicity Clarke - Tradução por Roseli Franco • 31/05/2013.

<sup>2</sup> AMAHOR – Associação de Moradores e amigos do Horto - A nossa integração às iniciativas junto à comunidade foi formalizada no final de 2019, por solicitação do presidente da Associação de Moradores do Horto Florestal (AMAHOR), Emerson Santos, nos procurou pessoalmente para que contribuíssemos para o projeto de construção virtual do acervo documental de memórias local.



projetos comunitários comuns, para alcance de realizações sustentáveis<sup>3</sup>. Partimos conscientes de que, nessa trajetória, questões sensíveis de relacionamento, comunicação, liderança, influência, uso de poder e autoridade estariam presentes, espelhando os seus diversificados efeitos (positivos, neutros e negativos) nesse microcosmo social. Da mesma forma, também estávamos cientes de que as nossas possíveis respostas não viriam de dogmas ou suposições impostas unilateralmente, porém do conhecimento adquirido nos campos teóricos e práticos, compartilhados ao longo dessa trajetória.

Nesse fluxo de execução, sob diversas formas e métodos mais variados, as investigações apresentam-se sempre como: “movimentos de vaivém. São reflexões teóricas produto de um trabalho científico, no qual as hipóteses constituem as bases desse movimento, lhe dão a amplitude e asseguram a coerência da pesquisa” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 120). Com base nesse pressuposto, entendemos que nada pode ser considerado definitivo nessa busca do conhecimento e optamos por uma abordagem qualitativa de pesquisa que não tem a pretensão utópica de ser categórica em num domínio social, mas humildemente, contribuir para ampliar as possibilidades de realizações coletivas sustentáveis em contextos adversos. “O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; sou aberto ao mundo e me comunico, indubitavelmente, com ele, mas o não possuo, pois ele é inesgotável” (MERLEAU-PONTY M, 2005, 2005, p. 19 - prefácio).

A busca do conhecimento é inspiradora porque, como citou Merleau-Ponty (2005), ela é inesgotável. Nessa perspectiva, compartilhamos tudo que pensamos, vivenciamos e descobrimos, com o objetivo de contribuir para sustentabilidade de empreendimentos sociais comunitários em contextos adversos. Além do conhecimento adquirido, propomos um Modelo instrumental de avaliação de projetos comunitários (MAPC) e oferecemos um espaço virtual na Internet, para intensificar a interação da comunidade com seu patrimônio histórico-cultural.

Nessa jornada, partimos dos vieses da comunicação, evoluímos pelas dimensões sociais onde a realidade acontece, registramos percepções, interesses e motivações de sujeitos locais pesquisados, por meio da coleta e análise de dados, expressos na transcrição de áudios em rodas de conversa e registros da memória coletiva. Enfocamos a linguagem

---

<sup>3</sup> Sustentabilidade significa melhorar as condições de vida das pessoas, com o máximo de confiança possível, preferencialmente, a partir de suas próprias iniciativas (AWORTWI, 2013).

como veículo de identidade, valores, cultura e visões de mundo. Daí, confrontamos a comunicação nas relações sociais, a influência da liderança no exercício do poder e autoridade e os impactos das realizações e percepções resultantes do conviver e construir juntos em comunidade. Coerente com o pensamento de Manthan, 2018, assumimos que “a verdadeira liberdade para realizações está em harmonizar aquilo que reflete nos poderes físicos, mentais, emocionais e espirituais, inerentes as relações positivas consigo mesmo e com os outros” (p. 23).

Problematizarmos a sustentabilidade de intervenções em empreendimentos sociais em comunidades, caracterizando-as por fases, envolvendo parcerias externas em contextos sociais diversos, buscamos minimizar o risco de desperdícios de recursos escassos, frustrações e futuros desengajamentos. Com efeito, propomos que cada fase deva estar em total alinhamento com o perfil do empreendimento social comunitário em perspectiva de realização. Tal pressuposto não significa impor lições unilaterais de saberes acadêmicos à comunidade, ou tentativas de buscar acentuar diferenças a problematizar com objetivos estritamente egocêntricos. Ignorar tais pressupostos, como sinalizaremos no item Discussão<sup>4</sup>, poderia significar dependência compulsória, assistencialismo e conflitos pessoais que, em última análise, corroeriam a motivação e comprometeriam iniciativas futuras, daqueles que saíram da recusa à invisibilidade, e precisam ter a sua voz representada de modo a caminhar com a suas próprias pernas e ser livres para cooperar e fazer as suas legítimas escolhas.

Todos nós pertencemos a uma única irmandade: a dos seres humanos; os nossos hábitos, crenças e diferenças culturais não podem e não devem servir de argumento e motivação para ignorarmos uns aos outros. A solidariedade pelo bem comum deve ser a regra. A propósito, Einstein (1935) declarou:

O valor de um indivíduo para uma comunidade depende, principalmente, do quanto estejam seus sentimentos, pensamentos e atos a serviço de promover o bem comum. O bem ou mal, depende do lado que o sujeito se posiciona. À primeira vista, em uma estimativa de avaliação, é como se dependêssemos inteiramente de nossas qualidades sociais para alcançar esse objetivo (p. 19-20).

---

<sup>4</sup> Ver Capítulo VII.

Relativamente à problemática social da solidariedade, Habermas (1983) posiciona os seres humanos em um contexto social mediado pela dependência da linguagem, em um fluxo interativo que evolui no tempo e espaço, onde convivem princípios, valores, percepções, símbolos, cultura e tradição. Para o autor (1983): “a identidade do Eu indica a competência de um sujeito que é capaz de unir linguagem à ação para enfrentar as exigências” (p. 54). Com efeito, dependemos inteiramente de qualidades sociais para transformar, eticamente, nossas expectativas em realizações.

Uma realização, bem-sucedida em pesquisa-ação, envolve lidar com conflitos e ter consciência do que ocorre entre as partes durante todo processo (THIOLLENT, 1986). Para operacionalizar esse estudo na prática, utilizamos o referido método em uma composição híbrida, com diversos instrumentos de apoio na estratégia de coleta de dados. Nessa perspectiva evoluímos de encontros presenciais e questionários (fase pré-pandemia) , e no contexto crítico pandêmico<sup>5</sup>, organizamos grupos focais e rodas de conversa *on-line*, como alternativas resilientes às restrições de isolamento social impostas. A temática dos encontros fez “abstração do local Horto Florestal, como sendo o personagem central, a ser revelado a partir da visão coletiva dos seus moradores. Nessa perspectiva buscamos reunir ideias, sugestões e contribuições para o acervo documental, através da coleta e tratamento e análise de dados. Nosso propósito foi o de aumentar as chances de engajamento e cooperação na construção comunitária coletiva, tendo como foco agregador a preservação da memória e cultura histórica local, a exemplo de outras iniciativas anteriores como a de Souza (2012)<sup>6</sup>.

A problemática do engajamento e cooperação em empreendimentos sociais tem sido tema de discussão em fóruns mundiais, notadamente no mundo acadêmico por vários pesquisadores: Bianchi e colaboradores (2013) consideram que “as empresas socialmente responsáveis devem incorporar na sua visão, missão, princípios e valores, como premissas de engajamento em ações de responsabilidade social” (p. 163). Essa condição, em termos práticos, significa a aplicação de recursos tais como: *know-how*, *modus operandi* e mutirões, entre outras ações e intervenções realizadas em apoio a comunidades carentes.

---

<sup>5</sup> Referimo-nos às restrições impostas pela pandemia do Corona Vírus-19.

<sup>6</sup> Tese de Doutorado intitulada: “Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu de Memórias do Horto Florestal e seu correspondente projeto social de memória apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.2012.

Schumacher (1989) destaca o aspecto fundamental de comunidades motivadas, quando assumem o papel de serem protagonistas de suas histórias. Para o autor, a verdadeira ajuda às comunidades não deve depender apenas da iniciativa institucional ou de grandes organizações, mas sobretudo da sociedade inclusiva da qual ela (comunidade) também faz parte. Uma sociedade inclusiva deve ser capaz de, progressivamente, estender suas fronteiras, desenvolvendo e fortalecendo redes de solidariedade, construir um senso de responsabilidade social, atraindo pessoas e fomentando a ação coletiva em alinhamento com políticas sociais.

Segundo Spicker, (2006) o objetivo de uma política social é construir a identidade ao redor de alguma comunidade com a qual esteja associada (p. 157). É importante destacar que o objetivo de uma política social na construção de uma identidade comunitária não exclui a relevância dos investimentos governamentais, pois é papel institucional de um Estado prezar pelo bem-estar de seus cidadãos. Essa condição, embora pareça utópica para mentes ideológicas liberais em contextos sociais de extrema pobreza, como é o caso de nosso país, permanece válida para governos que priorizam os segmentos mais carentes da população. Hoje muitas vozes têm enfatizado a importância da cooperação e do pragmatismo, envolvendo stores com academia, empresas e demais entidades da sociedade civil<sup>7</sup>.

No plano individual, atualmente, há várias maneiras de participação engajada em empreendimentos sociais comunitários. Uma dessas formas é por meio do exercício da cidadania ativa com o envolvimento de membros da sociedade em causas sociais e públicas, em um processo cooperativo, onde compartilham, seus conhecimentos e habilidades em empreendimentos sociais. Uma mobilização para enfrentamento dos problemas sociais, sendo esse um modo de provocar mudanças através do exemplo para toda sociedade, como afirma Manthan (2018):

Indivíduos e sociedade não são entidades distintas se colidindo; são lados de uma mesma moeda como entidades indivisíveis e interdependentes. Interdependência é parte natural de crescimento mútuo e reflete em um estado de harmonia. Na concepção indiana, essa relação entre indivíduo e sociedade tem bases em um sentimento único: o de auto respeito (p. 23).

---

<sup>7</sup> O termo "sociedade civil" revisita o Iluminismo da revolução francesa e escocesa do século XVIII, com abordagens filosóficas similares. A noção de "sociedade civil" também foi usada no início do século XIX por filósofos como Friedrich Hegel e Karl Marx. O termo "sociedade civil", após longa omissão acadêmica, foi revisitado na década de 1980 por uma geração de cientistas sociais em oposição à monarquia de classe e elitista do regime antigo existente, do pragmatismo do autoritarismo soviético, por uma nova e melhor forma de sociedade livre (VELTMEYER, 2008).

Há muito os seres humanos convivem, contam histórias e criam significados sobre a sua vida em comunidades. O que parece novidade é o surgimento de metodologias narrativas na pesquisa em ciências sociais que vieram intensificar a composição de nossos assuntos coletivos (CLANDINI, 2006). Para pesquisar o “Conviver e Construir Juntos” no microcosmo social do Horto Florestal, metodologicamente, coletamos, transcrevemos e analisamos dados, qualitativamente, a fim de confrontá-los, com as teorias para buscar soluções resolver certos problemas do mundo real<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O conhecimento obtido com as descobertas ao longo dessa jornada, possibilitou propor, um Modelo de Avaliação de Projetos Comunitários (MAPC), para orientar o alinhamento das fases de empreendimentos sociais em comunidade e um espaço interativo na Internet para somar-se às contribuições à preservação da memória histórica local.

## 1.1 Reflexões orientadoras

Em nossa trajetória de pesquisa evocamos reflexões sobre temas tais como: a necessidade de transformação da informação em conhecimento; a construção coletiva pelo viés da confiança e da solidariedade; a motivação como produção obtida a partir do desejo; as narrativas e a propensão estética na utilização de um discurso ideal; a necessidade de diferenciação entre empreendimentos sociais comunitários e “assistência social”; a noção do adequado uso dos recursos e a motivação individual para agir; a comunicação pela linguagem, como modo de expressão de identidade, valores e cultura; os atributos do exercício de influência do poder; os desígnios da autoridade; e, finalmente, o fator influência da liderança como facilitador ou restrição à ação comunitária, conforme itens apresentados a seguir:

### 1.1.1 A necessidade de transformar a informação em conhecimento

Essa necessidade deriva do desejo de evolução que “contempla as sucessivas manifestações do pensamento, ao longo do tempo e que constituem continuidades e contraposições em relação a seus predecessores” (MATOS; MORAIS, 2012, p.10). A informação é uma entidade que reduz a incerteza sobre um evento ou estado (LUCAS, 2009), mas quando dados estão sendo gerados a partir de histórias reais, embates e até confrontos pessoais em comunidade, pode ocorrer o inusitado (DURKHEIM, 1973). Nosso entendimento é que, desde que possamos obter informação, teremos no inusitado um bom desafio ao conhecimento<sup>9</sup>. Com efeito, um dos riscos mais evitados, que rondaram de modo persistente essa pesquisa, foi a necessidade de saber separar (não descartar!) o que significava informação relevante para os objetivos, de desentendimentos e conflitos interpessoais (que não foram poucos!)<sup>10</sup>. Eles nos deram uma dimensão da complexidade em um processo de construção comunitária, agravado pelas emoções à flor da pele, em um momento tão crítico com a pandemia. No entanto, buscamos sempre preservar a sua autenticidade. Um observador imprudente as teria ignorado, interrompido embates e talvez fizesse descarte dos registros para não perder tempo com problemas supostamente individuais. Porém, o nosso compromisso com a autenticidade não nos autorizou a fazer uso de tais filtros de ‘peneirar’ ao sabor do nosso juízo de valor na busca da verdade. Assumimos essa realidade como *insights* para obter

---

<sup>9</sup> São registros feitos a partir das inferências do pesquisador em rodas de conversa.

<sup>10</sup> Os registros e observações foram coletados em narrativas a partir de grupos de discussão e rodas de conversa, cujas visões nem sempre foram harmônicas, sendo até em certas situações pouco amistosas.

ainda mais conhecimento; não estamos pesquisando para ter razão, a única razão que explica os fatos é efetivamente a correta interpretação da verdade.

Burke (2008) considera definir conhecimento como algo quase tão difícil quanto compreender o que significa ser a verdade. Para esse autor, antes de qualquer ilação, é necessário separar o que distingue conhecimento de informação. Ele utiliza o termo “informação” para se referir ao que é relativamente “dado”, específico e prático, já o “conhecimento” deriva do que foi “tratado” (ou processado), sistematizado e transformado pelo pensamento humano a partir da informação: há, para o autor, uma clara distinção relativa à capacidade de processamento de tudo que percebemos, dada importância do processo de elaboração e classificação dos dados para transformação da informação em conhecimento (BURKE, 2008, p. 11).

Para Davenport e Prusak (1998), o “conhecimento é uma mistura fluida de experiências emolduradas, de *insights* especializados e de valores contextuais que fornecem uma estrutura para avaliar e incorporar novas experiências e informações” (p. 5). Shaffer (1989) acrescenta a ideia de qualificação, nesse processo. Considera que uma busca do conhecimento amadorística, distante dos dados, baseada apenas na intuição e na força de vontade, na maioria das situações, pode representar uma fonte geradora de estresse e frustração de expectativas no presente e desengajamentos futuros. A construção compartilhada, a partir do conhecimento, depende das conexões que agregam a transformação de dados em informação. O desenvolvimento comunitário depende de as pessoas encorajadas a desenvolver as suas capacidades para criar e construir seus sonhos e realizar a partir do seu conhecimento (PHILLIPS; PITTMAN, 2009).

Nesta pesquisa, utilizamos como referencial para sua estruturação, os conceitos baseados no “V” Heurístico (GOWIN, 1984) que faz conexão dos domínios conceituais e metodológicos com focalização no objeto de estudo. Refere-se a um instrumento metodológico de suporte à análise e interpretação de dados de uma pesquisa. Nas palavras de Gowin (1981): “um evento epistemológico, relaciona fatos e conceitos com outros elementos de conhecimento da heurística básica de trabalho denominada de 'V'. Através dela estabelecemos regularidades factuais, criamos conceitos e estruturas teóricas, além de possibilitar a mobilidade entre diferentes níveis de significados gerados (p. 34).

### 1.1.2 A realização coletiva através da solidariedade

A solidariedade é um conceito abstrato que se expressa através de sentimentos de união entre comunidades, grupos étnicos, colegas, agrupamentos religiosos, ou mesmo nações (KOMTER, 2005). Exemplos de solidariedade são demonstrados por meio de laços primários de afeto entre as pessoas por atratividade e sentimento de pertencimento a um grupo. Antropólogos com frequência enfatizam que "um aumento da solidariedade da comunidade representa um aumento do orgulho familiar, como instâncias funcionalmente adaptáveis de sentimentos" (MERTON, 1968, p.101).

Atuar coletivamente em comunidade é decidir sobre expectativas e realizações das partes interessadas (NUNAVUT, 2018). Hoje em dia há um certo consenso de que a construção comunitária coletiva, depende da confiança mútua, da solidariedade e da motivação como elementos facilitadores indispensáveis para aproximar expectativas de resultados sustentáveis nas intervenções comunitárias (UPHOFF, 1992; KORTEN, 1987; STIEFEL; WOLFE, 1994). No entanto, a construção de consensos e compromissos bilaterais entre atores sociais importantes, tende a tornar-se complexa e marcada por altos níveis de incertezas. A obtenção de consenso entre comunidade e parcerias comunitárias envolve o compromisso de fazer convergir esforços no papel que cabe a cada um no decorrer desse processo (BRONZO; VEIGA, 2007). Obtido o consenso e as conexões que conduzem ao conhecimento, uma vez identificadas, é hora de formar alianças para construir os laços de solidariedade e confiança mútua na trajetória de realização coletiva.

Formar alianças para fins práticos imediatamente nos coloca na arena política, onde as relações de poder são cruciais para influenciar e contribuir para resultados sustentáveis (DOMINELLI, 2002). Nessa esfera, são influentes (...) nossos saberes, posições, status e papéis sociais, tradições culturais e recursos econômicos. Daí criamos discursos particulares que nos ajudarão a alcançar nossos objetivos ou não em ações sociais (DOMINELLI, 2002, p. 21-22). Uma ação social é um ato político solidário capaz de influenciar positivamente em resultados. A solidariedade é um atributo das relações humanas determinante para inspirar confiança. No jogo da vida, quando a confiança termina, o jogo já acabou.

Humphries (2004) é cético quanto às reais intenções de solidariedade e confiança, entre o discurso e a prática em intervenções comunitárias. O autor acentua a existência de um



espaço significativo entre essas entidades quando afirma que: “o trabalho social precisa parar de fingir que seja, na prática, uma forma não opressiva de atuação comunitária. Segundo ele esse seu argumento só é contestado por uma série de livros e artigos superficiais e vazios de significado, diante do contexto político dessa realidade" (p. 105). Considera ainda que as contestações, à sua posição, nada mais são do que tentativas de seus algozes se sentirem melhor diante do ato de intervenção. Feito o devido registro, contestamos, no entanto, essa visão de Humphries pelo fato desse autor relativizar ou, praticamente, desconsiderar o fator solidariedade e motivação que evoca a confiança e a cooperação entre as partes envolvidas (KOMTER, 2005; MERTON, 1968). Para Bauman (2010) a solidariedade deriva do ato de pensar sociologicamente, o que significa entender de um modo mais completo quem nos cerca, tanto em esperanças e desejos, quanto em inquietações e preocupações.

### 1.1.3 O impulso da motivação na lógica da realização

Freud (2010) define o impulso para motivação como tema central na psicologia. Destaca a consciência do “Eu” sobre todas as manifestações significativas da atividade psíquica. Para o autor a *psique* é algo complexo, porque lida com instâncias superiores e subordinadas, numa profusão de impulsos interdependentes que batalham pela ação na multiplicidade de instintos e de relações com o mundo externo que, não raro, quando se confrontam sejam incompatíveis. (p.184).

O termo motivação deriva do latim *motivus e movere*, que dão ideia de movimento. Em seu sentido original significa o meio pelo qual o comportamento humano é incentivado, estimulado ou energizado por algum tipo de propósito e razão. No início deste século, toda a motivação era baseada em um conjunto de necessidades fisiológicas, alheias ao sistema nervoso. Pesquisas posteriores, já na década de 1950, demonstraram que grande parte da motivação humana não se baseia apenas em impulsos puramente fisiológicos, porém de necessidades psicológicas inatas (DECI E; RYAN R, 1985, Prefácio). A motivação, estudada a partir de estudos recentes (LAI, 2011), coincide com o aumento da pesquisa no campo da psicologia. Hoje há uma profusão de conceitos propostos em diferentes teorias que chegam a ponto de criar certa confusão conceitual (SCHUNK, 2000; (MURPHY; ALEXANDER, 2000).

Em geral a motivação refere-se à vinculação do organismo a um determinado comportamento psicológico. É considerada mais como um estado temporal, relativamente mutável, e não como um atributo permanente vinculado ao indivíduo (DECI E; RYAN R, 1985). Um aspecto típico do estado motivacional é que ele pode mudar rapidamente, tendo em vista novos estímulos, ou mudanças no ambiente (NGAOSUVAN, 2004).

No espaço psicossocial os interesses individuais sempre expressam o conjunto de motivações para agir em comunidade (OLSON, 1965). É um fenômeno psíquico mediado pela iniciação, intensidade e persistência que nos liberta da sensação de impotência diante dos embates da vida. (GEEN, 1995). A iniciação evoca a noção de prontidão que um organismo necessita como ponto de partida de um certo comportamento; a “intensidade” é uma medida do esforço, colocado à prova para completar uma determinada tarefa em um prazo delimitado e, finalmente, a persistência, refere-se ao tempo que esse nível de intensidade possa ser mantido, em uma determinada situação em que pese as forças contrárias atuando no momento em questão:

Por muito tempo, os humanos querem fazer coisas e são capazes de fazê-las. No entanto, ser capaz de fazer não significa, necessariamente, querer fazer e vice-versa. Há uma clara relação entre o que sabemos (cognição) e o que queremos (motivação), já que muitos de nossos desejos são baseados no conhecimento e na informação que possuímos (NGAOSUVAN, 2004, p. 7).

De fato, conhecimento e informação nos habilitam à realização precedida e impulsionada pela motivação<sup>11</sup>. Kunda (1990) afirma que a cognição na espécie humana é essencialmente motivada, pela busca ou troca de informações, os sujeitos humanos são motivados a identificar razões que apoiam suas crenças já estabelecidas e que depreciam ações alternativas. Nessa perspectiva a cognição serve para facilitar o que é essencialmente autossuficiente à garantia da sobrevivência e evolução.

Atkinson (1954) propõe uma fórmula matemática para expressar a intensidade das tendências motivacionais, que associamos à vontade de realizar, através de uma função da maximização entre expectativa e realização:  $Max. TMf(I * P * M)$ , onde as variáveis são: I de incentivo, P de probabilidade de sucesso e M de força motriz. Esse autor considera que um alto nível de expectativa possui correlação positiva com o aumento no valor percebido na sua

---

<sup>11</sup> A tradicional expressão “para inglês ver”, tão utilizada no Brasil, é um exemplo típico de quando se faz algo sem motivação.

realização; ou seja, o orgulho sentido por quem tenha realizado uma tarefa desafiadora, aumenta consideravelmente em função do sucesso alcançado. Neste espaço da tese, nos permitimos refletir sobre a fórmula de Atkinson (1957; 1954), quanto à sua precedência no tempo, ou seja, acerca da expectativa de sucesso que estabelece ou não o nível de motivação, e se o resultado obtido na realização aumenta, ou não, a confiança e a autoestima futura diante da perspectiva de conquistas.

Kukla (1972) e Nicholls (1998) consideram que a crença na conquista é o que determina o impacto na motivação. Seja antes ou depois, o que se espera é que indivíduos motivados por conquistas se tornem mais e mais confiantes em suas habilidades, e que possam, evolutivamente, ser capazes de lidar com tarefas cada vez mais exigentes, e que estejam mais, preparados e motivados para enfrentá-las diante dos desafios inerentes à realidade. A realidade em si é sempre um caso complicado, confuso e desafiante que nos coloca em dificuldades para entendimento. “Claramente, experimentamos ou sentimos os efeitos de nossos corpos, nossos impulsos psicológicos, convenções sociais e tradições culturais e assim por diante, mas não os experimentamos como se fossem claramente distinguíveis uns dos outros” (LAYDER, 2006, p. 18).

A vida humana e seus desejos podem ser considerados como um processo essencialmente orgânico que se estende em muitos diferentes aspectos da existência intelectual<sup>12</sup>. Os desafios expõem os nossos desejos mais intrínsecos, o que nos remete ao pensamento de Tonnies (2001) que distingue entre a vontade natural e a racional, onde cada uma dessas perspectivas representa possibilidades de integração entre vários tipos diferenciados de sentimentos, instintos e desejos: Enquanto a vontade natural é caracterizada como orgânica e essencial, a racional usa projeções e cálculos para ter a liberdade de fazer escolhas. Ambas são consideradas equivalentes psicológicos do corpo humano que estão no princípio unificador da vida, concebidas como um padrão ou um modelo para se lidar com a realidade (TONNIES, 2001). Ao experimentarmos os efeitos dos impulsos psicológicos em nossos corpos ante às convenções sociais e tradições culturais, vivenciamos a nossa versão simplificada da realidade (LAYDER, 2006).

---

<sup>12</sup> O que não ocorre da mesma forma para todas as pessoas, exceto quando seus atributos orgânicos e as condições de sua existência e desenvolvimento são idênticos (TONNIES, 2001).

#### 1.1.4 Narrativas e as intrincadas dissonâncias da trajetória de construção coletiva

O estudo da narrativa versa sobre como os seres humanos vivenciam e experimentam o mundo (CONNELLY; CLANDININ, 1990). Para Guedes e Ribeiro (2019), elas representam a dimensão fundamental da comunicação humana. São as formas que os indivíduos usam para biografar suas vidas e, a partir desse momento, essas narrativas não lhes pertencem mais, porque coletivamente, agora passam à história, cultura e à sociedade de um modo geral (DELORY-MOMBERGER, 2021). A narrativa “deixa rastros no tempo e que se eternizam no existir na construção da história” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 37).

Com esse propósito é que assumimos a experiência de uso de narrativas, como uma espécie de “salvo-conduto para mergulhar em labirintos das caixinhas de guardados instalados na memória. Para abri-las, é preciso retirar os nós que as recobrem com um emaranhado de delicados fios que envolvem os achados (MORI; CHAVES, 2019). O que deve ser feito, de forma cuidadosa para que esses achados, oriundos do narrar, não se dissipem ou passem despercebidos? A resposta é que devemos ser precisos, de modo que permita deixar transparecer um olhar em constante equilíbrio; um ato que percorra espaços e tempos e que traga à luz a voz do vivido e experimentado. Narrar é como navegar na escuridão da noite com uma lanterna sinalizadora na mão com os sentidos em estado em alerta (MORI; CHAVES, 2019). Seria ideal que, por meio da narrativa, pudesse surgir um discurso ideal capaz de conciliar expectativas e facilitar a realização de objetivos consensuais<sup>13</sup>.

É fato público e notório que a busca do consenso em contextos sociais adversos não é tarefa simples, ou seja, não depende apenas de boas intenções ou vontade unilateral. Seria um ato de insensatez ou ingenuidade acreditar, antecipadamente, que as intrincadas interações comunicativas em um contexto social impregnado de inseguranças, incertezas e tentativas expressas de invisibilidade cultural, não se enfrentasse obstáculos em uma trajetória de construção coletiva comunitária. Simplesmente ignorá-los, a despeito das suas consequências em resultados e realizações, efetivamente, não seria o caminho. A manutenção de relações sociais legítimas é a base da coerência social, no entanto, ela só pode ser reproduzida através do consenso entre as partes envolvidas no processo (SITTON, 2003). Moscovici (1997) também alerta para os desafios que representam as complexidades e dissonâncias da trajetória

---

<sup>13</sup> O adjetivo “comum” é aqui aplicado com o sentido de unicidade e parceria.

de construção coletiva, na relação entre pares e na autonomia entre grupos. Ainda sobre este tema, o psicólogo discute a influência social que grupos, mesmo minoritários, podem ter em representatividade na defesa de seus pontos de vista, de modo independente da imposição de vontades da maioria (MOSCOVICI, 1985).

Nessa perspectiva é que assumimos como premissa básica que: se não for possível um discurso ideal, então que seja possível aprimorá-lo por meio de *feedback*<sup>14</sup> e a manutenção de relações sociais legítimas, apoiadas em instrumentos facilitadores dessas interações.

Piaget (1932)<sup>15</sup>, em um de seus estudos no livro “O Juízo Moral na Criança”, trata da questão da autonomia entre grupos, quando analisa a transição da moral entre as crianças com base na submissão a regras impostas por adultos e a mudanças dessas regras pela via da discussão. Para Piaget, essa progressão só se tornaria possível mediante a participação das crianças como representantes autônomos na discussão, sem adultos impondo regras, pois consenso e cooperação dependem de autonomia. Essa conclusão sugere que à medida em que cresce, a criança vai se libertando do monitoramento adulto, na realidade ela se transforma, adquirindo características adultas ao expressar seus próprios sentimentos e emoções como fundamento do juízo moral. Como sustenta Piaget, a moral é um “sentimento” relacionado com a afetividade. “Não há comportamento ou troca social que não envolva sentimentos ou alguma forma de expressão emocional. (...) As emoções importam, estão em nosso repertório de comunicação no sentido mais primitivo” (VIEIRA, OLIVA, 2017, p. 209). “Emoções são adaptações comportamentais preservadas que evoluíram pela codificação genética que foi bem-sucedida para aumentar as chances de sobrevivência dos organismos” (PLUTCHIK, 1983, p. 223).

#### 1.1.5 Empreendimentos comunitários, “assistência social” e, assistencialismo e mecenato?

O termo empreendedorismo social é produto de configurações de nosso tempo, mas a causa social que está vinculado vem de longa data. Exemplos de empreendedores sociais como

---

<sup>14</sup> Oportunamente trataremos dessa representação no contexto de problematização (Capítulo II).

<sup>15</sup> Jean Piaget (1896-1980) é considerado um dos maiores epistemólogos de todos os tempos e, para além da academia, seu prestígio lhe rendeu celebridade midiática. Foi listado entre as 100 pessoas mais importantes do século XX pela revista Time, e seu trabalho – com seu relato distinto – teve influência decisiva em uma gama de disciplinas, da filosofia à educação, notadamente na psicologia do desenvolvimento humano (MULLER; CARPENDALE; SMITH, 2009).

Luther King, Gandhi, Muhammad Yunus<sup>16</sup> entre outros, são referenciais históricos, mundialmente reconhecidos, tendo em vista suas capacidades de resiliência, liderança e inovação pelas mudanças sociais produzidas em larga escala na sociedade (OLIVEIRA, 2004). No empreendimento social comunitário, espera-se que a comunidade atue como protagonista, interagindo na construção compartilhada, ao se colocar no centro das iniciativas de ação. É óbvio que esse processo não acontece de forma caótica ou aleatória por geração espontânea, razão pela qual assumimos, preliminarmente, a hipótese de que dependa do perfil do empreendimento comunitário na abordagem em perspectiva na comunidade<sup>17</sup>.

Voltando à pesquisa, a nossa trajetória caminhou sobre uma linha tênue entre a assistência social e o que denominamos “assistencialismo”. Na assistência social, a comunidade é uma entidade que é assistida, conforme o próprio termo indica; em geral, está vitimizada por algum tipo de incidente ou carência de ordem aleatória, atemporal ou continuada. A diferença entre a assistência social hoje e o assistencialismo, enquanto caridade, praticado antes da CF/1988 é que ela é uma cláusula pétrea da nossa Constituição, ou seja, uma garantia não retributiva de direitos sociais a quem dela necessitar. Neste aspecto, buscamos resgatar essa premissa a partir das memórias coletivas, no que refere ao direito social dos locais de preservarem a própria memória histórica e menos desenvolver um ato de caridade ou de benevolência. Com efeito, o assistente social, em seu espaço de atuação, tem o compromisso de atuar no enfrentamento das demandas sociais e contribuir para mudar a realidade social (DOMINELLI, 2002)<sup>18</sup>. A exigência desses profissionais reforça o papel assistencial do serviço social.

No “assistencialismo” a reciprocidade é nula e o princípio básico é o da caridade. A carência, em determinados contextos sociais, em geral, passa a ser um instrumento de barganha que não inclui o compromisso de quem recebe com iniciativas próprias. Há de parte das pessoas uma expectativa de mecenato (SPICKER, 2011). Nessas situações, como ocorrido

---

<sup>16</sup> O economista Muhammad Yunus é conhecido no mundo todo como “o banqueiro dos pobres”. Por meio do Grameen Bank, que ele fundou em 1983 em Bangladesh, Yunus espalhou em escala internacional o conceito do microcrédito: empréstimos feitos, sem garantias ou papéis, a gente pobre que nunca antes teve acesso ao sistema bancário (ALMEIDA *et al.*, 2015).

<sup>17</sup> Aprofundaremos essas Fase evolutivas de interação com a comunidade no capítulo II - Problematizando Experiências Comunitárias.

<sup>18</sup> “Prestar um serviço social relevante exige profissionais com uma formação extensa e de alta qualidade que se coloquem como atores sociais no centro do trabalho que realizam. A proficiência na profissão depende de uma combinação de conhecimentos, habilidades e valores individuais em uma estrutura regulamentada que inclui indivíduos, grupos e comunidades.” (DOMINELLI, 2002, p. 108).

nessa pesquisa<sup>19</sup>, por vezes, o pesquisador é confundido com alguém que possa resolver problemas individuais, envolvendo notadamente auxílio ou doações de natureza financeira.

#### 1.1.6 Recursos, pandemia, resiliência e motivação para agir

As decisões sobre obtenção e uso de recursos raramente são autônomas, se considerarmos a sua escassez, e a dependência dos reais interesses das partes envolvidas. Para Lyder (2006) negociar algum tipo de recurso é uma das dimensões sociais da comunicação. Conhecer as dinâmicas históricas, culturais e sociais da comunidade com a qual se deseja atuar, determinar as necessidades e levantar os recursos, seja financeiro, de conhecimento do tempo<sup>20</sup> ou de qualquer outra natureza, é a primeira e mais fundamental etapa do processo de construção coletiva em um empreendimento social comunitário (BAZERMAN, 2020).

Partindo do pressuposto de que um empreendimento para ser bem-sucedido comece com o compromisso de levantamento das necessidades em termos de recursos, provisionamos um nível mínimo para sustentar as atividades do projeto de pesquisa-ação no campo. No entanto, com as restrições da pandemia do COVID-19, tudo mudou. De nossa parte (pesquisador), os recursos de suporte técnico foram investidos acima das projeções iniciais na melhoria da velocidade das conexões, em equipamentos de áudio, vídeo, gravação e armazenamento. De parte dos sujeitos participantes, evidenciaram-se algumas dificuldades e carências quanto à falta de tais recursos que, em alguns momentos, inviabilizou a continuada participação nas discussões coletivas, seja por problemas de indisponibilidade ou baixa velocidade de conexões Internet, impossibilidade de carga de telefones celulares e alocação de tempo em *lan house* por falta de recursos financeiros, entre outros motivos.

Resilientemente tais dificuldades não impediram a continuidade dos trabalhos e a nossa motivação conjunta para agir. Com efeito, Layder (2006) argumenta que a motivação para agir nasce quando as pessoas interagem entre si e mobilizam recursos pessoais do conhecimento que investiram em sua formação. O problema é que, muitas vezes, como foi

---

<sup>19</sup> Ver item 9.4 - Nuvens de palavras e Registros Individuais - Depoimentos individuais acerca da percepção individual da comunidade: “Oi, sou fulana de tal: Estou escrevendo para pedir a sua ajuda para comprar uma barraca e cachorro quente”.

<sup>20</sup> A mobilização e uso dos recursos disponibilizados em empreendimentos sociais comunitários envolve negociação, conhecimento, ativos financeiros, materiais e o tempo. O tempo é o único recurso insubstituível em qualquer avaliação e “usá-lo sabiamente faz aumentar o valor de sua utilidade” (BAZERMAN, 2020, p. 95).

possível constatar na prática, as pessoas subestimam ou ignoram que possam, no conjunto de suas habilidades e interesses, assumir motivação para agir capaz de contribuir para o bem-estar de sua comunidade (KRETZMANN; MCKNIGHT, 1993).

Quando enfatizamos o objetivo de contribuir para realizações coletivas sustentáveis, significa zelar pela qualidade com o melhor aproveitamento dos recursos para garantir a tal sustentabilidade. Essa contribuição será maior ou insignificante pelo nível de qualidade<sup>21</sup> aplicado à execução das tarefas em parceria. Em uma conjuntura dominada pela carência de recursos, o desperdício deve estar fora de cogitação; no entanto, mais comum do que se imagina, ele acontece, seja por desentendimentos, desinformação ou situações diversas, sem que sequer por vezes saibamos da sua existência. No entanto, de qualquer modo, o fato é que invariavelmente temos que lamentar as suas consequências. Campos (2017) é pragmático e conclusivo nesse aspecto quando afirma que “somos nossas interpretações dos restos do passado em vista de ações incertas no futuro” (p. 307). Nas relações rotineiras e comuns entre si, assume-se que todos os indivíduos têm a capacidade de contribuir para sua comunidade na medida em que o homem rende o máximo, quando adquire plena consciência das circunstâncias (CARVALHO *et al.*, 2017). O problema é que, de modo geral, em nossa visão, nos deixamos impregnar pela noção de que recursos tenham que ser, necessariamente, de origem financeira, e relegamos ao limbo as potencialidades que lhes derivam de tempo, conhecimento e interação.

#### 1.1.7 A comunicação, linguagem, expressão de identidade, valores e cultura

A comunicação é uma palavra que possui diversas definições, envolvendo emissores e receptores e o feedback, cada qual no seu momento. De um modo geral é a troca de ideias, fatos, sentimento e opinião por duas ou mais pessoas, através do uso de palavras, letras ou símbolos que envolvem a interação entre as partes envolvidas (ARIKAWEI; ETIGBAMO, 2015). De acordo com Nicholson (1998) a comunicação é um impulso que possibilita trocar informações e compartilhar segredos. Campos (2017) a define como um processo simbólico-instrumental complexo, cujas raízes evocam a biologia e os sentidos no mundo real na produção de conhecimento. E este autor complementa: “A linguagem em ação resulta da interação do corpo com o meio ambiente natural e social, não pode ser separada da linguagem

---

<sup>21</sup> A qualidade, por definição, é uma entidade que satisfaz ou excede as expectativas das partes envolvidas por meio da conformidade e o feedback (GARVIN, 1992).



linguística (CAMPOS, 2017); cabe lembrar que Delory-Momberger (2012) afirma que realizamos a nossa experiência de vida no tempo, através da linguagem e as suas formas simbólicas de representação.

Nos séculos VI e V a.C., a Grécia tornou-se a primeira cultura em que a alfabetização desempenhou um papel crucial. A comunicação por meio da linguagem escrita permitiu que ideias e informações fossem armazenadas, transferidas, comparadas, fornecidas e avaliadas, em uma conquista que fez que as habilidades gregas pudessem expandir e integrar-se a outras culturas, lançando as bases para progressos espetaculares em muitas áreas do conhecimento, mais especificamente na filosofia e na ciência (SANDERS, 1998, p. 25).

A comunicação, por meio da linguagem escrita foi, portanto, fundamental para que as habilidades gregas pudessem expandir e integrar-se a outras culturas (SANDERS, 1998). Daí, indagamos em que consiste a comunicação tanto em meios operacionais como psicológicos? Tanto em um como em outro, a comunicação é o meio pelo qual nos relacionamos. Operacionalmente, ela acontece pela troca de informações por meio de sinais. Um sinal é uma entidade física ou química emitida pelo remetente e detectada pelo receptor. As informações transportadas pelo sinal são determinadas pelo que ele (sinal) indica sobre um certo estado de coisas ao receptor (DRETSKE, 1988). Nas relações humanas, diferentemente do reino animal (como, por exemplo, em um formigueiro) o evento disparador de sinais é a motivação individual que nos transposta através dos sentidos. Em termos psicológicos, a comunicação é o meio pelo qual expressamos autêntica e conscientemente as nossas emoções:

Sistemas de valores, ideias e práticas têm função dupla: primeiro estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos se orientar em seu mundo material e social e dominá-lo. Em segundo lugar, permitir que a comunicação ocorra entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código de intercâmbio social e outro para nomear e classificar, inequivocamente, os vários aspectos de seu mundo, história individual e de grupo (MOSCOVICI, 1973, p. 7).

Nós, humanos, logicamente, estruturamos a linguagem por um único motivo: a necessidade de comunicação. Identidade, valores e cultura são expressos através da nossa linguagem (LANGACKER, 1972). Todos os artefatos e símbolos que utilizamos para transmitir o que pensamos derivam de nossa capacidade de interação por meio da linguagem. Importante destacar que, para se constituir, o indivíduo necessita estabelecer relações que o insiram em contextos socioculturais e essas relações se firmam no âmbito sociocultural por meio do diálogo, cujo instrumento é a linguagem. (BERNARDO, 2011).

Para White (1995, p. 272) A linguagem precisa fazer sentido, porque somos agentes comunicativos racionais. Ela reflete a diversidade cultural e o modo criativo da adaptação dos grupos às mudanças sociais em seus ambientes. Não são apenas um meio de comunicação, elas representam o próprio tecido das expressões culturais portadoras de identidade, valores e visões de mundo. Morin (2005) afirma que é preciso reconhecer que o sujeito, inserido em qualquer cultura, produz duas linguagens a partir de sua língua: a prosaica e a poética. A primeira é racional, prática, técnica, denotativa, lógica. Quanto à segunda, esta é mítica, mágica, simbólica, conotativa, traduzindo a verdade da subjetividade. Poesia e prosa, salienta esse autor, “constituem, portanto, o tecido de nossa vida” (p. 36). A comunicação, portanto, se expressa, através linguagem através da identidade, valores e cultura na medida em que busca o equilíbrio, se ajustando permanentemente de acordo com o contexto o desenvolvimento das capacidades racionais. Esse ajuste pode ser considerado condição essencial para o aperfeiçoamento da comunicação.

#### 1.1.8 Os atributos do exercício de influência do poder

Poder e influência têm sido temas recorrentes, há várias décadas, no campo de estudos das ciências sociais (SOMECH; DRACH-ZAHAVY, 2002). O dicionário Merriam-Webster (2020) define “poder” como a capacidade de influenciar ou comandar o pensamento, a opinião ou comportamento de terceiros com uma finalidade específica. Essa definição implica o seu uso dentro de limites sociais predefinidos.

Em geral, o poder tem sido associado à influência para alcançar objetivos particulares, ou o meio pelo qual uma vontade é exercida para seus devidos fins, de modo independente da aceitação de outros (FRENCH; RAVEN, 1959; DÉPRET; FISKE, 1993; LAMMERS; GALINSKY; GORDIJN ; OTTEN , 2012; KELTNER; ANDERSON, 2003; WINKLER, 2010). Para Morselli e Passinini (2011), “poder, autoridade, liderança e controle são todos componentes diferentes da influência social. Enquanto o poder se refere à capacidade de influenciar outras pessoas, a autoridade diz respeito à legitimidade para uso desse poder” (p. 292-293).

Para o sociólogo e cientista político alemão Max Weber (1954), o poder se expressa “em ordem de comando, em que atores dominantes pretendem influenciar a ação de subordinados (...) transformam o comando em uma ação de máxima obediência para seu

próprio bem” (p. 23). Já Turner (2005) define o poder em uma perspectiva material, como capacidade de induzir outros a atender ou a se submeter à sua influência pelo controle de recursos valorizados ou desejados por outros. O poder pode ser expresso em uma variedade de recursos (ex. dinheiro, propriedade, conhecimento), que podem ser usados para controlar e manipular terceiros (LAYDER, 2006).

Nesse ínterim, gostaríamos de fazer um aparte e, nestes próximos parágrafos, contamos com a paciência dos leitores (pela sua importância e por fazer parte da trilogia de conceitos que dá título à nossa pesquisa), em nos permitir, fazer uma breve incursão em alguns precursores do período moderno, cujos pensamentos e posições convergentes ou divergentes, em última análise, nos trouxeram grandes contribuições acerca do debate sobre o uso do poder na sociedade. Aqui são citados Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Maquiavel (1469-1527), Macpherson (1962), Keane (1996), Durkheim (1858-1917), Hindess (1996) e Raven (1992).

Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Maquiavel (1469-1527). Todos relacionam as configurações do exercício de poder a questões morais ligadas à responsabilidade e liberdade com entidades de Estado e às pessoas. Fazem a separação do 'homem social' do 'homem natural'. A importância de fazer essas distinções reside, em suas bases, para o desenvolvimento de um espaço sociológico em que o social poderia ser pensado e teorizado de modo distinto. Hobbes (1588-1679) e Locke (1632-1704) questionam o enigma-chave, para sociólogos, quanto à relação entre subjetividades e o social, ao fazer distinções entre natureza e paixões, do "homem" como ser gregário e parte de uma coletividade ou da própria formação do social. Hobbes (1588-1679) introduz a noção do poder social contra a guerra conceitual do “todos contra todos”. Identifica o social não com o soberano, porém como um problema de ordenamento na noção de sociedade civil. Hobbes é considerado um radical, um ateu autoconfesso, em um momento em que sentimentos religiosos não eram questionados<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> “Não há dúvida de que Hobbes sentiu que o cristianismo que via ao seu redor, especialmente em suas formas católicas e presbiterianas romanas, era baseado na ignorância e no orgulho, e tinha o potencial de derrubar a comunidade. Mas não se ateu a isso para substituir o cristianismo pelo ateísmo ou que ele queria que seus leitores evitassem toda a crença religiosa. Muito melhor, na opinião de Hobbes, ele viria substituir a versão deficiente e desestabilizadora do cristianismo por uma que promoveria a unidade e aliviaria a ansiedade (MARTINICH.; HOEKSTRA; 2013, p. 224).

Macpherson (1962) faz crítica à abordagem de Poder de Hobbes por considerá-la por demais em alinhamento com o latente capitalismo em desenvolvimento na época, na Europa, e, também, por suas deliberações sobre a natureza dos "homens", eivados no que refere à moralidade 'egoísta' e o "individualismo possessivo" do mundo capitalista. Já Keane; Waughray (2017) trazem reflexões por meio do viés da violência, acerca das regras de barbárie da sociedade civil. Incluem, na argumentação, fortes atributos morais, com uma noção mecanicista de poder baseado em quadros institucionais (Estado, nação etc.).

Durkheim (1858-1917) apresenta o problema da ordem social e busca modos de refinar o pensamento de Hobbes (1588-1679). Enfoca a questão da divisão do trabalho na sociedade contemporânea como base para uma nova ordem nos campos da moralidade e da formatação de condições discursivas para se chegar a um consenso. Hindess (1996) concentra-se nos achados de Hobbes (1588-1679) e de Locke (1632-1704) como relato alternativo de liberdade e responsabilidade, sugerindo que, embora Locke introduza uma série de complexidades na conta do poder e seu exercício, com base na noção de consentimento compartilhado, persiste a ideia de uma dispersão de poderes como mecanismos regulatórios na sociedade. Finalmente, Raven (1992) propõe um Modelo<sup>23</sup> de Poder/Interação baseado na Influência que evolui num espaço interpessoal, demonstrando, em um escopo mais amplo, o seu uso a partir de estratégias. Para o autor as bases de poder partem de um propósito, são condicionadas na ação por níveis de riscos e aplicam estratégias de uso, alternando modos que podem resultar em diversos tipos de influência com impactos em resultados e realizações.

#### 1.1.9 Os desígnios da autoridade

O termo autoridade deriva etimologicamente do latim *auctoritas* e pode ser definido em diferentes perspectivas. Na sociedade romana, era um atributo daquele (a) que exercia um poder mediante uma autorização formal de uma instância superior. Na tradição cultural do Ocidente, o termo passou a ser reinterpretado e empregado de vários modos, com significados diversos em relação muito próxima do conceito de poder (BOBBIO; MATTEUCCI; ASQUINO, 1983, p. 88). Turner (2005) considera a autoridade um componente de influência no exercício de poder com efeitos na estrutura de um sistema social. Segundo Popitz (2017) “os efeitos da autoridade não são derivados da conduta de quem a exerce, porém da atitude de

---

<sup>23</sup> Devemos estar sempre cientes de que, nesse sentido, um modelo é, necessariamente, uma versão simplificada da realidade ( LAYDER, 2006, p. 18).

quem está sujeito a ela, o que sempre implica em um processo psíquico de adaptação” (p. 74). Segundo Morselli e Passinini (2011) “a autoridade é exercida por meio do estabelecimento de instituições políticas” e a definem como “um fenômeno cotidiano, caracterizado pela influência exercida sobre os outros membros de um grupo ou de uma comunidade” (p. 291-292). Mathisen (2001) considera autoridade a partir de um processo de criação de leis, por instituições políticas, o qual se apoia numa metáfora de uma espécie de dança, onde as concepções são tipificadas para regular o exercício de direitos e deveres da sociedade. Nessa perspectiva, o autor afirma:

o conteúdo das leis vigentes não foi produzido por juristas em seus estudos teóricos, porém por mudanças sociais e culturais mais amplas que, de algum modo, têm influenciado na criação das leis escritas e utilizadas nos tribunais. Isso foi fato recorrente, até mesmo no passado, em decisões autocráticas de imperadores, sendo eles mesmos, paradoxalmente, produtos do ambiente social e cultural da época (p. 3-4).

Nós adotamos o conceito teórico de autoridade como o instituto em duas perspectivas: A primeira que atribui a um indivíduo o poder de agir ou exercer influência, em nome de um código ou valor social, conforme padrões e limites de atuação preestabelecidos legalmente pelo prestígio, como é o caso das lideranças autênticas em uma comunidade. A segunda perspectiva é referente a autoridade que age, ilegalmente de modo coercitivo e pela força, como é o caso da atuação repressora das milícias em comunidades.

De acordo com French e Raven (1959), relativamente a 1ª perspectiva – Há uma correlação positiva da autoridade se ela for percebida como legítima. Nesse caso o caminho para as ações é pavimentado com motivação, engajamento e cooperação. No entanto, na 2ª perspectiva, se a autoridade for percebida como ilegítima ou contestada, serão mais intensos os obstáculos no caminho dessas ações e realizações.

Tonnies (2001), considera que o comportamento humano é determinado pela vontade natural. “As relações dos indivíduos entre si só podem ser consideradas em termos de um ‘todo’ vivo, livre e atuante de cada uma das partes. Argumenta que a força ou coerção destroem a liberdade e a própria identidade de um homem (que é sua vítima), visto que a identidade só existe através da liberdade” (p. 139).

#### 1.1.10 A influência na liderança na ação comunitária e o binômio poder e liderança

O termo “liderança”, pode ser definido de diversos modos e, dependendo do contexto em que o situamos, sua influência na ação comunitária pode expressar-se de forma facilitadora ou restritiva (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2011). De acordo com Hosking e colegas (1984): liderar significa a “convergência entre os objetivos do líder e daqueles que lhe são liderados” (p. 327); Refere-se a combinação de fatores que incluem visão, comunicação, símbolos e carisma (HUNT; HOSKING; SCHRIESHEIM,1984); é “tudo aquilo que se reconheça e possa influenciar os membros de um grupo por meio de seu próprio exemplo“(BASS; STODGILL, 1990, p. 15); é o processo em que : líderes e seguidores se relacionam com o objetivo de alcançar um propósito” (ROST, 1993, p. 4). São meios de influenciar pessoas, muitas vezes de modo complexo, disfarçado e pervasivo (FRENCH; RAVEN, 1959, p. 150). Em uma perspectiva comportamental tais definições incluem: influência, caracterizada pela percepção de aceitação prévia, na qual o líder tem o direito de impor padrões de comportamento ao grupo (JANDA, 2009); realização de um objetivo, sob a direção daquele que conseguiu reunir seus colaboradores humanos para alcançar propósitos específicos (PRENTICE, 2004); uma relação entre aqueles que a aspiram liderar e os que escolheram segui-la”(...) “a liderança não se refere a personalidade, porém a comportamento” (KOUZES; POSNER, 2007, p. 38 - 47); uma forma de influência “voluntariamente aceita pelos membros de um grupo a fim de alcançar mais facilmente objetivos compartilhados (MORSELLI; PASSININI, 2011, p. 293).

Quanto ao binômio poder e liderança, MacGregor (1978) avalia que não há, necessariamente, uma relação biunívoca entre ambos, pois pode haver poder sem liderança e vice-versa. No entanto, a liderança que une poder e autoridade reúne o melhor dos dois mundos para quem a exerce. Kolzow (2014) é mais enfático ao afirmar que: “quase todos os homens podem suportar adversidades, mas se você quiser testar o caráter de um homem, dê-lhe poder que, se usado de forma ética e propositiva, não há nada de mal nele” (p. 33). Para Luther King (2010), o “poder nada mais é do que habilidade de liderar e alcançar propósitos” (p. 37-38).

## 1.2 Síntese dos principais enfoques da pesquisa e o processo de pesquisa-ação

Essa tese ao problematizar intervenções através de ações sociais em comunidades, em contextos sociais adversos, sugere a hipótese de que estas iniciativas dependam de uma abordagem inicial caracterizada por fase, sendo que cada uma delas deva estar alinhada com o perfil do empreendimento social em perspectiva de execução. Nossa pesquisa tem como objetivos, para além de debates conceituais a respeito dos termos que exploramos no capítulo anterior, obter realizações sustentáveis, contribuir para o patrimônio cultural de Memórias do Museu do Horto e oferecer um modelo de avaliação de Projetos comunitários (MAPC) para orientar estratégias de ações em comunidades. Nessa perspectiva utilizamos o conceito estrutural do “V” Heurístico de Gowin (1981), e a seguinte estrutura: Introdução, seguida dos capítulos de Problematização, Quadro Teórico, Questões de pesquisa, Metodologia, Análise e Interpretação dos Dados e, finalmente, Discussão e Resultados da Pesquisa e Conclusão.

Todo o processo de pesquisa-ação foi negociado com a AMAHOR e conduzido com base em conversa (ações)<sup>24</sup>. Atuamos em uma abordagem que priorizou a apresentação de dados organizados em estruturas para compreensão rumo às descobertas, ao invés da cronologia sistemática de registro dos passos (BLUM e FOOS, 1986).

Durante a pandemia a tecnologia da informação teve um papel fundamental para darmos continuidade à pesquisa. Os tradicionais diários de bordo foram substituídos por conversa (ações) em registros online via whatsapp e videochamadas no google Meet. No entanto, ficou evidente, conforme afirma CHATFIELD (2012), que: “Se quisermos conviver com a tecnologia da melhor forma possível, precisamos reconhecer que o importante, acima de tudo, não são os dispositivos individuais que utilizamos, mas as experiências humanas que tais usos são capazes de criar”(p. 27). Com efeito, muitas foram as conversas via essas tecnologias. Agrupamo-las por assunto temático, desvinculando-as de um tempo cronológico, com datas e horários, haja vista que em cada comunicação realizada vários assuntos surgiam; muitas vezes o que foi dito na semana anterior reaparecia na semana seguinte com novos tons, novas cores, novos pensares. Assim decidimos nomear essas comunicações como

---

<sup>24</sup> Tipo de coleta de dados ordenada narrativamente pelo pesquisador (CARVALHO *et al.*, 2017).

"convers(ações), de modo coerente com a estrutura proposta na busca de conhecimento nessa pesquisa:

Na Figura 1 a seguir, apresentamos uma esquematização dos principais enfoques estruturais dessa tese. Partimos da hipótese do alinhamento por fase, vinculamos expectativas de realizações e contribuições para comunidade, mostramos de que forma pretendemos responder aos propósitos estabelecidos diante das circunstâncias adversas impostas pelo contexto atual, posicionamos o campo de atuação na comunidade histórica local, identificamos e contamos com os membros da comunidade na coleta de dados e na atuação conjunta em um processo de realização coletiva e, finalmente buscamos apresentar nossas questões de pesquisa e respondê-las.

Figura 1- Estrutura da Tese



Fonte: Autor



### 1.3 Resumo dos capítulos

A partir da apresentação da estrutura da tese cabe expor, resumidamente, o conteúdo dos capítulos que seguem. No Capítulo de “Problematização” é apresentada uma síntese das principais definições e conceitos básicos para maior entendimento dos argumentos e justificativas apresentadas. Em seguida, contextualizamos a comunidade do Horto Florestal no campo de estudo. Daí evoluímos para as questões de pesquisa, com reflexões sobre a comunidade, enfocando o padrão ideal de discurso no processo de construções coletivas; o exercício do poder da liderança no espaço comunitário; a memória coletiva como elemento crítico na motivação e a realização comunitárias; os ecos da “Modernidade Líquida” no microcosmo da comunidade e, finalmente, a especificidade do alinhamento da fase de abordagem para sustentabilidade na realização. A revisão da literatura que realizamos nos remete aos estudos e pesquisas relacionadas, onde buscamos identificar novas oportunidades de investigação científica nessa área de estudos. A primeira parte é relacionada com o tema das comunidades, está estruturada em segmentos, de acordo com as fases progressivas de “Aproximação”, “Interação” e “Maturidade” (descritas mais detalhadamente no item 2.3. A relativa à memória é organizada segundo campos de estudos específicos desenvolvidos dentro dessa temática (item 2.4). Apresentamos também uma breve incursão a respeito das questões da liderança e das representações sociais (item 2.5), ambos considerados temas pertinentes à problemática em questão .

No Capítulo “Quadro Teórico”, confrontamos a trajetória de construção coletiva comunitária, integrando os fundamentos da comunicação pela Teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017), as interações sociais, em suas respectivas dimensões, por meio da Teoria Social (LAYDER, 2006)<sup>25</sup>, as influências de Poder e Autoridade, pela Teoria da Taxonomia do Poder (FRENCH; RAVEN, 1959) e, finalmente, remetemos aos impactos percebidos em um contexto social adverso, a partir da visão crítica da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001).

Iniciamos o Capítulo de “Metodologia”, com a apresentação das questões de pesquisa, que nos remeteram a reflexões sobre a existência ou não de um padrão ideal de discurso na ação comunicativa em comunidade. Evoluímos com a liderança - no exercício do poder e

---

<sup>25</sup> Posteriormente, essas noções serão utilizadas com o objetivo de instrumentalizar a estratégia de escolha da fase adequada ao perfil do empreendimento comunitário junto à comunidade.

autoridade no espaço comunitário, a memória coletiva - como elemento determinante do engajamento e cooperação, pelos ecos da Modernidade Líquida - refletidos no microcosmo da comunidade do Horto Florestal, para, finalmente, questionarmo-nos sobre as fases de abordagem inicial e posteriores na comunidade, como premissa para uma realização coletiva sustentável. Em seguida, descrevemos como buscamos respondê-las em um processo de busca do conhecimento, onde o planejamento evoluiu de modo resiliente<sup>26</sup>, através da apresentação do método, das técnicas de amostragem de sujeitos e documentos, dos instrumentos de pesquisa e das estratégias de análise e interpretação metodológica da experiência.

É importante ressaltar que o método utilizado é o de Pesquisa-Ação com suporte de diversos instrumentos de pesquisa, todos apoiados pela tecnologia da informação e comunicação, por conta da pandemia do Covid-19. Graças ao uso dessa estratégia, como resposta resiliente, foram realizadas lives para reuniões, trocas de mensagens e sessões de rodas de conversa, o que produziu registros autênticos<sup>27</sup> de observações nos âmbitos internos e externos à comunidade. Estes registros foram associados a fatos, documentos, fotos e vídeos coletados e confrontados à luz dos critérios e abordagens teóricas que sustentaram o desenvolvimento da pesquisa<sup>28</sup>.

No Capítulo “Análise e Interpretação dos Dados”, vinculamos trechos dos registros autênticos e das observações coletadas, com instrumentos como gráficos de frequência e nuvem de palavras acerca das percepções da memória coletiva, enfocando análises qualitativas acerca das relações comunicativas entre pares e quanto à memória coletiva como sinalizador de expectativas, em que a realidade acontece; às visões e expectativas no contexto da Modernidade Líquida e, finalmente, quanto à importância do *feedback* da comunicação com a metáfora do *Big-Bang* simbólico. Esta metáfora deu origem à proposição de um instrumento de orientação sobre as fases de abordagem inicial em um processo de intervenção comunitária. Como veremos, os resultados obtidos sugerem que não se pode afirmar, de antemão, que exista um padrão ideal de discurso na ação comunicativa e que o exercício de relações de liderança tenha demonstrado, nessa experiência, ser uma via sustentável no espaço comunitário. Exploramos ainda os ecos da modernidade líquida que se mostraram evidentes

---

<sup>26</sup> Situação atípica contingenciada, desde início dos trabalhos, pelas restrições decretadas com as medidas de isolamento por conta da pandemia do novo corona vírus (COVID-19).

<sup>27</sup> Registros que priorizam o lugar de fala dos sujeitos moradores na comunidade.

<sup>28</sup> Esses documentos foram selecionados e, posteriormente incluídos no espaço interativo da Internet criado em parceria para esse fim.

na estrutura social da comunidade, seja pelo descaso ou pelo esquecimento intencional das autoridades quanto às suas carências e tentativa de invisibilidade quanto ao legado da cultura negra local. Através de conversa (ações), as quais registramos os momentos vividos ao longo da pesquisa em que, perplexos, presenciamos as velozes mudanças nos modos de sentir e de agir e de comunicar produzidos no espaço social.

No capítulo de “Discussão e Considerações Finais”, refletimos sobre os achados da pesquisa, confrontados com as teorias que a embasaram (CAMPOS, 2017; LAYDER, 2006; FRENCH; RAVEN, 1959; BAUMAN, 2001). Remetemo-nos à questão do discurso ideal e a um estado que poderíamos associar a um “nirvana” de pretendidos consensos, à atuação da liderança e à convergência para busca de harmonia de interesses comuns, ao orientar, agregar e integrar no espaço comunitário. Enfocamos, ainda, as memórias coletivas na representação do local, referenciais para motivação e engajamento comunitário no apoio ao legado cultural negro da escravidão com acervo do Museu do Horto. Instrumentalmente, associando conhecimento e ação, apresentamos o *MAPC*<sup>29</sup> com uma simulação com dados reais a partir do Projeto de Extensão “Comunidade do Horto Florestal: Ação e Transformação”, coordenado pelos pesquisadores Milton Campos, Aline de Carvalho e eu mesmo. Finalmente, propomos algumas reflexões críticas acerca da ciência como uma atividade intelectual onde a importância do pragmatismo e da realização prática se mostraram-se essenciais nesse tipo de pesquisa.

## 1.4 Componentes da trajetória de realização coletiva

No contexto dessa tese, se deve ter em mente o significado que atribuímos, a partir de referências teóricas, a alguns termos considerados relevantes componentes da trajetória de realização coletiva, os quais buscamos esclarecer nessa subseção:

### 1.4.1 Trocas comunicativas

A comunicação é uma atividade educativa; ao longo do tempo, os avanços em dispositivos tecnológicos possibilitaram que estes se tornassem cada vez mais complexos e com múltiplas funcionalidades (RODRIGUES, 2019). Ela é compreendida como um processo

---

<sup>29</sup> Sigla para Modelo de avaliação de projetos comunitários (MAPC).

psicossocial complexo e progressivo que resulta de construções adaptativas e sucessivas, de onde emergem os sentimentos morais que produzem as éticas dessas relações (CAMPOS, 2017). Ainda segundo Campos, podem se expressar em trocas autônomas e igualitárias, heterônomas e desiguais, ou ainda ambíguas, em que as anteriores se intercalam e se misturam sem que uma tenha prevalência sobre a outra. Logo, quanto mais intrusivas e heterônomas forem essas ações na trajetória da construção coletiva, maiores poderão ser as dificuldades, com omissões, distanciamentos e riscos na trajetória em que se pretende uma realização sustentável. Relações opressivas excluem certos grupos ou indivíduos de acessar, formal e legitimamente, o poder e os recursos. Em uma sociedade que visa ser igualitária e promover relações democráticas entre indivíduos e grupos, a incapacidade coletiva de cumprir essas aspirações requer atenção urgente" (DOMINELLI, 2002, p. 8).

Seres humanos não agem apenas por instinto; viver em sociedade nos impõe seguir regras de convivência. Somo seres complexos e fazemos escolhas estratégicas sobre nossas interações com os outros (DOMINELLI, 2002). Vivemos em um mundo de relações de trocas, em que os custos e benefícios derivados de nossas ações têm consequências relevantes para compreensão de nossas atitudes (TOOBY *et al.*, 2006). As trocas comunicativas revisitam memórias que dão início a processos interativos entre pares, sejam pelos vieses autônomos, heterônomos ou ambíguos (CAMPOS, 2017); evoluem sob influência do poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959; LAYDER, 2006), cujas consequências, caracterizadas na trajetória da realização coletiva, em um contexto adverso, espelham a visão crítica social da modernidade líquida de Bauman (2001).

#### 1.4.2 Favela

O termo tem significado definido no DECRETO Nº 35.388 de 3 de abril de 2012 da Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro: “Considera-se favela a comunidade de baixa renda, conforme o estabelecido na Lei Municipal 2.709, de 14 de dezembro de 1998”<sup>30</sup>. Cabe lembrar que, historicamente, as comunidades ou favelas nasceram da omissão de governos quanto às

---

<sup>30</sup> “O Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica acrescentado inciso III ao art. 114 da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984, com a seguinte redação: "III - o exercício de atividades econômicas e outras de qualquer natureza em favela, considerando-se como tal a área predominantemente habitacional, caracterizada, em maior ou menor escala, por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, conforme reconhecimento exposto do Município. Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Luiz Paulo Fernandez Conde.”

classes desassistidas. “A abolição não alterou significativamente a vida dos ex-escravos, neste particular enfocamos aqueles que viviam no Rio de Janeiro, que era a capital brasileira na época. Na verdade, os recém-libertados foram oficialmente abandonados à própria sorte pelo Estado” (CAMPOS *et al.*, 2016, p. 342). A pretos e pobres escravos recém-libertados e abandonados, restou-lhes os morros como alternativa de última opção de território (VAZ, 1994). Hoje, algumas dessas áreas, antes rejeitadas, são cobiçadas pela especulação imobiliária com a expansão demográfica da população, sob o estigma da produção de estereótipos de violência e insegurança, utilizados recorrentemente pela grande mídia e por parte do Estado para justificar remoções unilaterais (MENDES; COCCO, 2016). Com efeito, atos de governos legitimados como “legais” disfarçam interesses econômicos subjacentes para evacuar populações inteiras, em nome do capital (ROLNIK, 2015). Ao utilizarmos o termo “favela”, referimo-nos a populações que legaram por gerações esse contexto social adverso. Há no entanto, aspectos positivos a partir da perspectiva social a ressaltar.

Pesquisas no campo social, no entanto, tem evidenciado que o contexto da periférico da favela é um espaço social de empoderamento, de reconhecimento e da visibilidade das pessoas que lá convivem. Persistem coletivos juvenis, fortemente articulados cultural e socialmente, produzindo um circuito cultural periférico como política pública. Conforme registram Takeiti e Vicentin (2017): “O gueto, para o jovem, também expressa o espaço da possibilidade, da criação de estratégias de sobrevivência. Eles tomam estes espaços como verdadeiros territórios de encontros, de convivência, de sociabilidade, de reprodução e reapropriação da cultura de origem, marcados desde a infância, significando e se reconhecendo como territórios da própria existência” ( p. 152).

#### 1.4.3 Contexto social adverso

Entende-se por esse termo um conjunto de patologias sociais derivadas das opções políticas de governos ao negar à população direitos constitucionais básicos de cidadania. No Brasil, em tempos de regime de exceção, a regulamentação dos direitos sociais foi formatada pela mão pesada do poder executivo militarizado, que ditava as ações do legislativo sob pena de supressão de direitos políticos como regra geral. Essa prerrogativa aumentou o tamanho e influência do poder executivo em relação aos demais poderes da república federativa, tendo como consequência o desequilíbrio de forças e um distanciamento dos interesses sociedade em geral (CARVALHO, 2013).

Esse processo de desenvolvimento da cidadania disseminou uma cultura política estatizante, que vinculava a resolução dos problemas coletivos ao poder do Estado (...). Nesse sentido, tudo o que era público era estatal. Recentemente, a distinção entre o público e o privado vem sofrendo um processo de transformação (COSTA, 2003, p. 148).

Nessa perspectiva, selecionamos referências bibliográficas onde encontramos iniciativas comunitárias derivadas de mobilização, ação e reação em resposta às posições preferenciais do Estado brasileiro no que afeta direitos requeridos pelas comunidades. Nesse pacote social, incluem-se questões relacionadas à saúde, à segurança, ao transporte e à moradia, impondo exclusão de classes sociais menos favorecidas. Esse pressuposto reforça o estereótipo de “lixo social”, como exposto na visão crítica de Zygmunt Bauman em *Vidas Desperdiçadas* (2005), livro no qual o sociólogo reflete acerca dos problemas ocasionados pela produção e remoção do “refúgio humano”. O sociólogo afirma que não se trata de uma constatação física e/ou geográfica, mas sim de uma preocupação latente em contextos políticos e sociais atuais e emergentes.

#### 1.4.4 Empreendimentos sociais comunitários

Um empreendimento social comunitário inclui "pessoas com as qualidades e comportamentos empresariais, em proveito de causas sociais, relevantes, despidas da preocupação de ganhar dinheiro" (THOMPSON, 2002, p. 413). Kabir (2019) os define como “processo de criação de valor social a partir de um empreendimento, cuja origem pode vir de uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, ou mesmo uma instituição pública, desde que seja na criação de valor econômico, traduzido em valor social ou ambiental” (p. 14). Para MARGOLIS e WALSH (2003), significa um empreendimento social comunitário que tem como missão encontrar soluções para problemas sociais, profundamente enraizados que causam a miséria humana; finalmente segundo Frumkin (2002) são meios de lidar com a caridade. Conforme vimos acentuando até aqui, o grande desafio para realizações sustentáveis é o de zelar pela qualidade na aplicação dos recursos, o que não pode ser confundido com busca de lucratividade em ações sociais. Trata-se de fidelidade aos princípios que efetivamente possam fazer a diferença em termos individuais e coletivos. No individual, quando pessoas, grupos e instituições externos à comunidade se mobilizam em parcerias para enfrentar questões sociais emblemáticas, que possam impactar positivamente no presente e futuro. No coletivo, quando são utilizados mecanismos para melhorar o meio ambiente e o bem-estar social como partes integrantes de qualquer empreendimento (PARRISH, 2010).

### 1.4.5 Comunidade

‘Comunidade’ é um termo usado para descrever organizações sociais, formais e informais, na esfera de uma localização física ou geográfica e psicologia, inclui grupos de interesse e comunidades virtuais (BRODSKY; MARX, 2004; OBST, ZINKIEWICZ; SMITH, 2002; PRETTY *et al.*, 2006). As ideias atuais relacionadas ao sentido de comunidade evoluíram de uma rica ascendência multidisciplinar situada em domínios sociopolíticos e teóricos (PRETTY *et al.*, 2006). Nessa evolução, em qualquer momento seus membros possuem ascendências em momentos diferentes, e se expressam diante dos fatos e desafios de modo significativo (FISHER; SONN, 1999). Segundo PINDERHUGHES; DAVIS; WILLIAMS (2015) “uma comunidade pode ser descrita como conjunto de entidades compostas por ambientes social-cultural (pessoas); recursos locais, de infraestrutura de serviços públicos e as oportunidades iguais em termos econômicos e educacionais providos por entidades afins” (p. 15). Para Awortwi (2012) refere-se ao termo como uma associação de pessoas ou residentes em um território local, com objetivos de certas necessidades identificadas pela comunidade e que desenvolvem uma atitude e práticas cooperativas e colaborativas entre seus membros. Segundo Paveglia e colegas (2016), são “coletivos de indivíduos que compartilham desejos e interesses emocionais ou cognitivos compartilhado através de laços familiares” (p. 1).

Nesta tese, assumimos a definição de Tonnies (1957) que caracteriza comunidade como grupamentos de indivíduos que compartilham relações sociais próximas, incluindo família, amigos e vizinhos. Esse autor contesta mudanças de percepção nas estruturas sociais com base no fato de que a comunidade (*Gemeinschaft*) seja considerada uma sociedade (*Gesellschaft*). Segundo o autor, isso perverte a vida na aldeia (comunitária, solidária, mutuamente dependente) ao ser substituída por megaestruturas de sociedade diferenciadas e individualistas. O trabalho de Durkheim (1964) continuou a explorar essa erosão da coesão e da consciência coletiva, particularmente devido à formação da grande cidade (PRETTY *et al.*, 2006).

### 1.4.6 Autenticidade do lugar de fala com um aparte, num viés mais poético

O *Oxford Advanced American Dictionary* define o termo “Autenticidade” como a qualidade de ser genuíno ou verdadeiro. Para Sanborne (2020), o senso de pertencimento dos

membros da comunidade autentica a legitimidade. Isso agrega para efetivar qualquer mudança que possa ser considerada significativa. Neste aspecto o lugar de fala é um requisito básico para garantir a autenticidade (tão citada em nossos registros coletados), como elemento capaz de dar voz a quem de direito, para agir de acordo com suas convicções (RIBEIRO, 2017). Segundo Rogers (1977), a autenticidade do lugar de fala depende da habilidade para ouvir o outro em uma condição que pode ser aprendida. Em termos práticos assumimos a ‘autenticidade do lugar de fala’, como um ato indispensável para se fazer ouvir, registrar e participar com voz ativa, em alinhamento e respeito ante às memórias, tradições e hábitos da cultura local.

Conforme previsto no título deste subitem , fazemos aqui um aparte, com um viés mais poético para abordar um outro possível meio para explicar o significado e as implicações do termo “lugar de fala”. Recorremos a Alberto Caeiro, heterônimo de Pessoa (2013), que em um devaneio, traduz o “lugar de fala na singularidade de seus versos<sup>31</sup>, quando afirma que: “Para ver e ouvir e compreender o outro é preciso despojar-se de tudo; é preciso não ter filosofia nenhuma; é preciso abrir as janelas da alma, que nunca é o que se vê quando se abre a janela” (p. 92 ). Alves (1999), aproveita a ideia de Caeiro e traça um paralelo: “não é preciso ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso que haja silêncio dentro da alma” (p. 59). Para compreender o “lugar de fala”, acreditamos que seja preciso deslocar-se num transportar-se para o mundo do outro. Esse autor salienta que aí é que se encontra a dificuldade no ato de ouvir o outro: “Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil da nossa arrogância e vaidade” (ALVES, 1999, p. 60).

É óbvio que se o sujeito não sabe ouvir, não pode compreender o mundo do outro. Não saberá o significado de “lugar de fala”, pois este se esvazia de sentidos. Vale lembrar que para Rogers (1977), o ato de ouvir o outro proporciona um sentimento de gratidão por aquele que foi ouvido, principalmente quando esse outro percebe que os seus significados mais profundos foram apreendidos. Esse autor ainda salienta que o sujeito, ao perceber que está sendo ouvido em profundidade, fica sensibilizado e fala mais coisas sobre o seu mundo, fortalecendo a relação que se estabeleceu anteriormente. Nesse caso, possivelmente, o lugar de fala se

---

<sup>31</sup> “Não basta abrir a janela para ver os campos e o rio. Não é bastante não ser cego para ver as árvores e as flores. É preciso também não ter filosofia nenhuma. Com filosofia não há árvores: há ideias apenas. Há só cada um de nós, como uma cave. Há só uma janela fechada, e todo mundo lá fora; E um sonho do que se poderia ver se a janela abrisse, que nunca é o que se vê quando se abre a janela” (ALVES, 1999, p. 92).



instaura e modela a autenticidade. Essa perspectiva de atenção faz contraposição a paradigmas de exclusão social, que privilegiam a condição do discurso a quem o assume, unilateralmente, com o pressuposto de dar a última palavra, seja pela força do poder econômico ou pela coerção, independentemente da legitimidade dos participantes envolvidos no processo em discussão.

O lugar de fala coloca a comunidade como protagonista em suas escolhas, no estabelecimento de prioridades em suas realizações. É o que Ribeiro (2017) caracteriza como sua autenticidade, pois a comunidade assume o papel de ator principal e não de mero coadjuvante ou repositório de coleta de benefícios assistenciais. Abrir mão dessa prerrogativa ou minimizar as possibilidades de uma comunidade desenvolver as suas capacidades para lidar com seus próprios problemas, significa produzir ilusões unilaterais. Quando essas ilusões acontecem, intencionalmente colocamos o outro como uma mera extensão de nossa vontade - e aí temos um problema que compromete a liberdade e a felicidade.

Segundo Aristóteles (2000), a felicidade é propósito da vida. Para Dalai Lama e Cutler (1998), o próprio movimento de nossa vida é movido pela felicidade (p. 109), cuja noção é melhor traduzida como resultado da aplicação consciente, deliberada e racional de princípios e capacidades únicas de conduta individual. São momentos fugazes de sentir o bem ou prazer, que muitas vezes são mal interpretados como felicidade” (LAND; MICHALOS; SIRGY, 2012, p.110).

#### 1.4.7 Sustentabilidade social

Por definição, o termo indica “a forma mais ampla para atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987)<sup>32</sup>. Por definição refere-se à propriedade de criar um alicerce que possibilite novas construções a partir de uma base consistente (PURVIS *et al.*, 2018). Em termos operativos a sustentabilidade social também é definida como um processo que prioriza o bem-estar social, por meio de ações e projetos bem-sucedidos. Entende-se por ela que as pessoas dependam de empreendimentos sustentáveis para viver e trabalhar (WOODCRAFT,

---

<sup>32</sup> O Relatório Brundtland (1987) foi publicado pelo Conselho Mundial de Desenvolvimento Econômico (WCED) sob o título *Nosso Futuro Comum*. O relatório tem o nome de Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega e presidente da Comissão Brundtland que, quatro anos após seu estabelecimento, produziu o relatório final que forneceu a definição clássica de desenvolvimento sustentável.

2011). Eizenberg e Jabareen (2017) consideram que a sustentabilidade social compreende práticas orientadas para abordar grandes questões sociais, ao lidar com os riscos das mudanças climáticas e ambientais. Para os autores Gray e Stites (2013) a sustentabilidade incorpora muitos significados - um deles é que pode ser definida como melhorias para a qualidade total de vida, tanto agora quanto no futuro, de forma a manter os processos ecológicos dos quais a vida depende, enquanto satisfaz as necessidades de todas as partes interessadas.

#### 1.4.8 Liderança comunitária e a aspectos relativos à sua legitimidade

O termo refere-se ao conjunto de propósitos e interesses comuns exercidos em nome de um grupo (ŠUCHA; SIENKIEWICZ, 2020). Em geral, a liderança comunitária é quem centraliza as mobilizações em empreendimentos sociais ao atuar como um elo de ligação entre a comunidade local e as demais partes envolvidas (parcerias externas). Para os autores acima mencionados, as lideranças podem ser exercidas individualmente ou por um grupo, seja por meio de voluntariado ou profissionalmente, com algum tipo de contrapartida ou ressarcimento financeiro. Suas realizações conjuntas envolvem disponibilidades de recursos, habilidades profissionais e engajamento da comunidade local (OSBORNE, 1993; SORENSON; EPPS, 1996).

Quanto a aspectos relativos à sua legitimidade, a liderança comunitária reúne um conjunto de propósitos e interesses comuns em nome de um grupo; é um elemento-chave na conexão e deve ser experiente, reconhecida, respeitada e capacitada (ŠUCHA; SIENKIEWICZ, 2020). Em processos autônomos, a liderança comunitária é eleita democraticamente pela comunidade em processos formais ou informais e a sua representatividade tem origem no reconhecimento da comunidade que identifica seus líderes de fato. King (2010) afirmou que representatividade de uma liderança, não é algo cedido pelas benesses das autoridades constituídas: “Devemos utilizar os grupos de ação para criar não apenas um eleitorado, mas um alerta consciente. (...) A herança escrava deve recuperada no nosso passado sombrio, para lembrar nossas forças de determinação e a consciência necessária para exercê-la (a liderança) no presente em nossas experiências diárias” (p. 192).

#### 1.4.9 Parcerias externas

No contexto de estudos dessa pesquisa, as parcerias são compostas por representantes da sociedade civil que incluem profissionais liberais, provindos de instituições privadas e/ou públicas, ou ainda de entidades acadêmicas<sup>33</sup> e religiosas. Estes atores atuam em processos colaborativos em contextos de ação ou causa social que, de algum modo, contribuem com recursos e *expertise*<sup>34</sup> a serem mobilizados em harmonia em empreendimentos sociais comunitários. Para Confúcio (551-479 a.C.) a harmonia buscada como objetivo final da sociedade, só é alcançável pelo adequado ordenamento das hierarquias. O filósofo cuidadosamente delineou a estrutura dessas hierarquias e os problemas sociais que ocorreriam se as normas prescritas não fossem seguidas. (...) Não isentou “o papel do Estado na responsabilidade de suprir as necessidades coletivas maiores” (LAND; MICHALOS; SIRGY, 2012, p. 577).

As considerações e requisitos apresentados a seguir sobre essa perspectiva de ‘harmonia’ se fazem pertinentes, de modo que não pareça fazermos ilações sobre algo utópico ou distante da realidade. Em geral, parcerias comunitárias envolvem tensões, incertezas e desconfianças. Evidentemente, alcançá-las não deve ser produto de geração espontânea e nem apenas de boas intenções das partes envolvidas. O seu sucesso vai depender do grau de intensidade dos requisitos-chave que sustentam a relação. Nesse sentido, Connors e Seifer (2000) propõem alguns requisitos-chave aplicáveis ao longo de todo processo de parceria entre as partes. Neles, estão valores e propósitos intrínsecos que visam ampliar as possibilidades de sucesso e a sustentabilidade de resultados e realizações.

Tais requisitos incluem: Utilizar verbos no infinitivo como: *assumir* um compromisso com o bem e a harmonia da comunidade; *reunir* participantes em torno de missão, objetivos e valores comuns; *demonstrar* confiança mútua e respeito entre pares; *reconhecer* a existência de pontos fortes e cabíveis de atenção; *valorizar* as contribuições de todos os envolvidos; *exercer* democraticamente a liderança na tomada de decisão; *respeitar* a diversidade ao zelar

---

<sup>33</sup> No caso das universidades – destacadamente aquelas de caráter público, com trajetória de inserção em comunidades executa-se projetos sociais assumidos institucionalmente pela área da extensão universitária em estreita relação com as áreas do ensino e da pesquisa. Vinculadas a essas universidades, estão as suas fundações ou associações mantenedoras que gozam do direito de se instituírem como Entidades Beneficentes de Assistência Social (EBAS), podendo, assim, investir recursos financeiros na concessão de bolsas de estudos e/ou na execução de projetos sociais (SIGNORI; COMERLATTO, 2012, p. 41).

<sup>34</sup> Cabe lembrar que tomamos o termo *expertise* não em sentido elitista, impositivo e unilateral, porém como significado de todo e qualquer conhecimento que contribua para os objetivos de sustentabilidade da comunidade.

pelo tratamento igualitário de todos os envolvidos, independentemente de crença, gênero, status ou religião; *valorizar* o conhecimento e a experiência de todos os parceiros; *entender* a fase mais apropriada ao perfil do empreendimento junto à comunidade; *aceitar* que as relações para se desenvolver mudam ao longo do tempo; *estar* permanentemente orientado e aberto para interagir com a comunidade; e garantir que a comunicação seja clara, aberta e priorize o *feedback* a todos os participantes.

Assumimos o generalizado consenso que um empreendimento comunitário sustentável deva evoluir em um ciclo virtuoso que inclua: Envolvimento, Controle, Propriedade e *Feedback*. O Envolvimento - inclui informações, orientação e planejamento para fornecer e dar ciência às pessoas sobre a iniciativa de modo a traçar um plano de ação. O Controle - envolve a implantação, coordenação e o monitoramento. Nessa fase, é considerado que as pessoas estão adequadamente cientes da iniciativa e do planejamento e implementação das atividades do empreendimento. A Propriedade - é a etapa que pressupõe que as pessoas locais compartilhem recursos, não necessariamente dinheiro, em espécie, mas oferecendo tempo, materiais ou outros esforços. Este compartilhamento se traduz em compromissos manifestos com o empreendimento e, finalmente o *Feedback* - inclui registrar os conhecimentos e experiências vividos durante a trajetória, além de reavaliar necessidades e avaliar os resultados reconhecer e internalizar lições aprendidas.

#### 1.4.10 Realizações sustentáveis e seus requisitos

Realizações sustentáveis em empreendimentos sociais são produzidas a partir de conexões que integram conhecimento, estratégias, qualidade, liderança, poder e autoridade. Tais componentes envolvem parcerias externas, com vistas a resultados e realizações sustentáveis<sup>35</sup>. Arikawei e Etigbamo (2015) enumeram alguns requisitos considerados essenciais para realizações sustentáveis, que incluem: motivação, informação, conscientização e qualificação, relacionamento e adaptação à mudança, no processo de desenvolvimento comunitário. Consideram que as pessoas precisam estar convencidas e adequadamente informadas sobre o propósito das ações. Precisam saber antecipadamente o quanto será exigido delas para alcançar os objetivos. Conscientizadas, equipadas, e

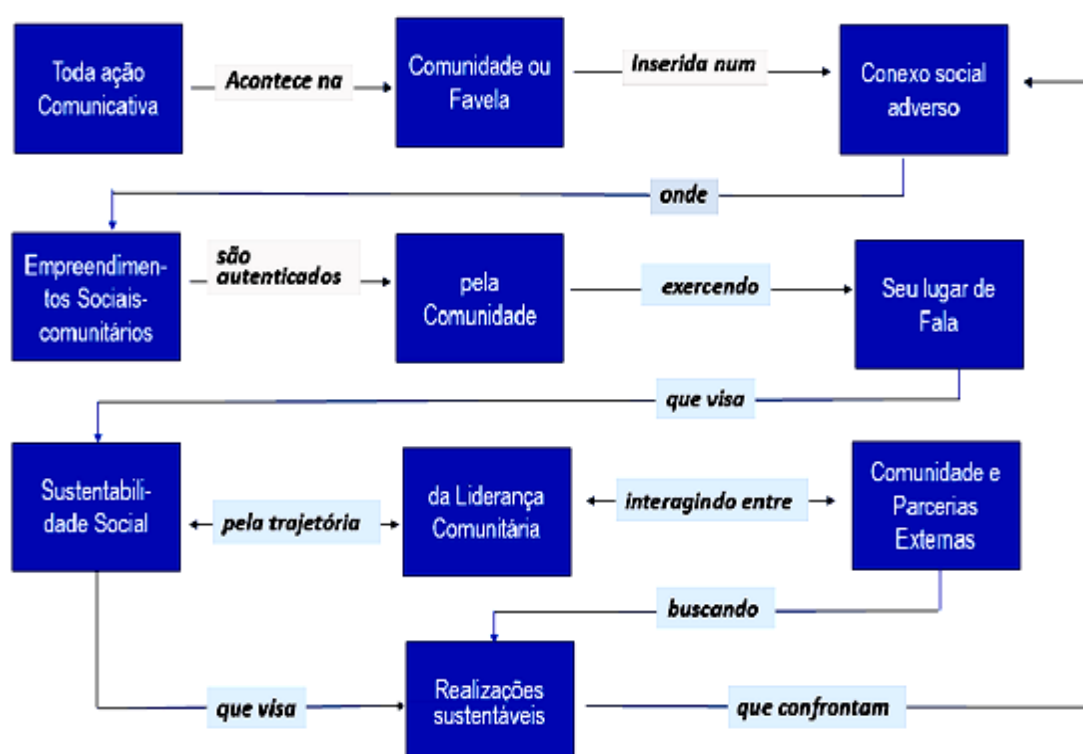
---

<sup>35</sup> Para Awortwi (2012), a sustentabilidade significa melhorar as condições de vida das pessoas, com o máximo de confiança possível, preferencialmente a partir de suas próprias iniciativas.

qualificadas elas aumentam suas chances de participação efetiva no empreendimento comunitário (AWORTWI, 2012).

A Figura 2 a seguir descreve nossa visão de correlação entre os componentes da trajetória de realização coletiva em ações inseridas em um contexto social adverso. Esse contexto demanda empreendimentos sociais que são bem vindos quando a comunidade os autentica ao exercer o seu lugar de fala.

Figura 2- Componentes da trajetória de realização coletiva



Fonte: Autor

## 2 - PROBLEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS

O termo “problematizar” pode ser entendido de diferentes maneiras, dependendo da postura filosófico-epistemológica do pesquisador. Adotamos a do dicionário léxico Oxford (2021), que significa abordar ou considerar um problema que exija uma solução. Nesta pesquisa, partimos do pressuposto pragmático de que intervenções em ações sociais, em comunidades em contextos sociais adversos, dependem de uma problematização no sentido de se buscar historicamente as raízes da cultura do grupo através do resgate de sua memória, alinhada com o perfil do empreendimento social em perspectiva.

Ao desafiar o *status quo* comunitário, problematizando origem de raízes ancoradas nas memórias, buscamos compreender o processo de construção. Assumimos, preliminarmente, que essa trajetória seja uma jornada complexa, que parte da motivação, expressa-se por meio da comunicação entre pares, evolui pela vontade nas dimensões sociais pela influência do poder e autoridade, cujos resultados e realizações geram impactos. As consequências são geradas pelo ato de conviver e construir juntos.

Neste ponto, consideramos importante ressaltar que o nosso comportamento e os nossos registros referem-se a um olhar claramente ancorado na subjetividade do pesquisador que, portanto, não poderia manter “distância”. Normalmente, à medida em que o pesquisador narra seu papel na história, é produzido um quadro que tece as informações que dá. O termo “distância”, como usados frequentemente na academia, refere-se ao grau de envolvimento do narrador na história (ABBOTT, 2002). No entanto, pelo fato de ter nascido e sido criado na comunidade do Horto Florestal, não poderia tomar distância alguma. Sou testemunha ocular dos fatos narrados, além de estar comprometido e engajado nas questões comunitárias locais. Ciente da necessidade de desempenhar o papel de pesquisador sendo eu mesmo sujeito dessa pesquisa, foi o caminho para diferenciar vivência de assistencialismo, na coconstrução social coletiva com anseio para aproximar expectativas de realizações. Ou seja, encaminhei essa pesquisa imbuído do espírito de contribuir para realizações coletivas sustentáveis em empreendimentos sociais comunitários, envolvendo parcerias externas, em termos gerais, mas, especificamente, o fiz junto à comunidade do Horto Florestal por conta de meu enraizamento humano em sua história, que é a minha história. Apoiar o Projeto Museu do Horto através da construção de um acervo de memórias específico foi o instrumento que

escolhi para orientar meu vivido na comunidade ao longo do processo de concepção e realização desta tese.

## 2.1 Comunicação

### 2.1.1 A “fé” como dado ‘a priori’ para o diálogo

O educador brasileiro Paulo Freire, introduziu a problematização como estratégia para o desenvolvimento de uma consciência crítica social. Em seu livro intitulado “A Pedagogia do Oprimido, Freire (1970), ele escreve: “Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência, o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência”(p. 10). Freire traz essa questão no sentido de colocar a confiança como pilar de uma comunicação autônoma:

se a fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo, a confiança se instaura com ele e vai fazendo os sujeitos dialógicos, cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. Se falta essa confiança, é porque falharam as condições discutidas anteriormente (...) A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra é descaracterizada, e não coincide com os atos. (...) não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar criticamente é fazê-lo não aceitando a dicotomia mundo-homens, é reconhecer entre eles uma inquebrantável solidariedade (FREIRE, 1970,p. 52).

A confiança, portanto, engendra processos problematizadores. “Quanto mais a problematização avança e os sujeitos descodificadores se adentram na “intimidade” do objeto problematizado, tanto mais se vão tornando capazes de desvelá-lo” (FREIRE, 1981). Problematizar nos motiva e reforça a convicção de que não é possível apenas lançar ideias ao vento, mas que devemos questionar as evidências, fazer suposições entre possibilidades e, fundamentalmente, nos comprometer com uma causa e nos aprofundar em seus detalhes para resgatar, daí o conhecimento.

Bacchi (2012) caracteriza a problematização como forma distinta para buscar a verdade em diversas tradições de pesquisa. Gil (2008) faz reflexões filosóficas acerca da complexidade dos caminhos percorridos e dos elementos críticos para revelar o que se entende por ‘verdade’. Considera que “esses elementos juntos desempenham um papel imprescindível no processo de direcionamento da pesquisa” (p. 119). É importante enfatizar que revelar achados na

pesquisa não possui uma estratégia de "tamanho único", deve-se refletir a respeito do perfil do líder empreendedor, da disponibilidade de recursos e das oportunidades e carências sociais experienciadas pelas partes envolvidas (DOMELEN, 2007; LAYDER, 2006).

### 2.1.2 O pressuposto da comunicação sempre em andamento e o viés emocional

A teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017) parte do pressuposto de que a comunicação está sempre em andamento, em fluxo contínuo. Nesse processo, as trocas emergem de vieses “positivos”, relacionados com a satisfação nos encontros, “negativos”, com a insatisfação, ou “ambíguos”, que alternam esses estados e configuram a grande maioria dos contextos de comunicação. Tais relações podem tanto derivar para condições autônomas e igualitárias, como de heterônomas para desiguais, ou ainda ambíguas, em que as anteriores se intercalam sem prevalência de uma ou outra. Em geral, a primeira (autonomia) pressupõe mais frequentemente a igualdade, e a segunda (heteronomia), mais usualmente a desigualdade - essa diferenciação tem consequências para as relações humanas de onde emergem as emoções e os sentidos da existência (CAMPOS, 2017).

Toda ação depende do ato de comunicar, sem comunicação não há transferência de conhecimento; nesse contexto as emoções importam, elas são “tentativas do organismo de obter controle sobre eventos relacionados à nossa sobrevivência” (VIEIRA e OLIVA, 2017, p. 177). Ações que descartam os aspectos emocionais, em geral, incorrem em maiores riscos de frustrações e desencanto de expectativas, tendo em vista problemas de interpretação dos sentidos. “As pessoas vão amadurecendo seu discurso à medida que convivem em sociedade e compreendem as regras que estruturam o agir comunicativo no espaço social” (HABERMAS, 2012a, p. 57).

### 2.1.3 Instante zero da comunicação no Big-Bang simbólico

Como explicitado, a teoria da Ecologia dos Sentidos entende a comunicação como um processo progressivo, sempre em andamento. Na medida em que processos de comunicação sempre são produzidos e coproduzidos no fluxo da vida, emergem em ações no tempo presente (ainda que estejam essas ancoradas em memórias do passado). A proposta de *Big Bang* simbólico que Campos (2017) apresenta parte, portanto, de uma concepção macrofísica, na medida em que não tem começo, meio nem fim e se institui no eterno presente. Neste trabalho,



no entanto, propõe-se que, para se estudar empiricamente processos comunitários, é preciso recortar o fluxo temporal do processo existencial para identificar um começo, que chamamos de “instante zero da comunicação”. Manter a ideia de continuidade persistente ao longo do tempo (estado cíclico) impossibilitaria, no mecanismo da experiência de pesquisa, uma pausa que pudesse estabelecer o instante inicial das trocas (arbitrariamente localizado pelo pesquisador), de modo a poder viabilizar um processo de retroalimentação ou *feedback*. Assim, a ideia de se propor um marco zero para o *Big-Bang* simbólico, parte do pressuposto de que todo processo comunicativo deve, ciclicamente, possuir um ponto de partida, ou seja uma espécie de gatilho que permita a identificação de um reinício nas trocas entre pares.

Como exposto na seção anterior, sobre a importância das emoções, todo organismo busca, continuamente, um estado de equilíbrio (homeostasia), e os desvios em relação a ele determinam o nível de tensão que se manifesta nas relações, não apenas no plano material, mas sobretudo no plano psicológico (LEWIN, 1967). Assim, agregamos ao conceito de *Big-Bang* simbólico a possibilidade de identificação de um marco zero, entendido como uma abstração que nos remete às “tensões”, necessária para revisitar caminhos e pensar pesquisas temporais que tenham começo, meio e fim. Lembramos a importância do contexto psicológico como “estados afetivos associados a conflito, dissonância, instabilidade ou incerteza, que se manifestam individualmente e que demandam uma vontade ou desejo de se criar uma expectativa de resolução” (LEHNE; KOELSCH, 2015, p. 2).

A ideia do instante inicial do *Big-Bang* simbólico parte, portanto, da necessidade de se isolar, nos processos comunicativos, subprocessos onde se possam ser identificados pelo menos um ponto de partida, gerador da tensão inicial. Uma vez identificados com o gatilho da tensão disparado, modulam-se ou expandem-se relações, que tanto podem levar a interações autônomas, heterônomas ou ambíguas, que se expressam por valores e sentidos em contextos específicos (CAMPOS, 2017). Assim, inúmeros processos de comunicação comporiam múltiplas as possibilidades de identificação de pontos-zero<sup>36</sup>. Com efeito, nas relações

---

<sup>36</sup> Há correntes teóricas que consideram que a flecha do tempo não anda para trás (MINKEL, 2010), portanto, logicamente não haveria o estímulo inicial. Nós assumimos que sem haver um ponto de partida tensionando o presente, o processo de comunicação simplesmente não se desenvolveria. A despeito das abordagens acerca da inversão da flecha do tempo, para Maccone (2009), com o passar do tempo, “a entropia só aumenta e, qualquer redução em seu nível não é capaz de deixar informações do que efetivamente aconteceu. Finalmente, direcionando a flecha do tempo para o passado, essa entropia vai diminuindo, constantemente, até o zero do instante inicial” (p. 1). Com base nessa premissa, assumimos que, sem possibilidade de identificação de início, não como desenvolver uma pesquisa tendo como foco a comunicação.

pressupõe-se que antes que qualquer palavra (ou gesto ou outra forma de comunicação) que possa vir a expressar algum pensamento haja uma motivação intrínseca, precursora. Delas podem emergir tanto saberes populares, como os espirituais - quando as falas não são acompanhadas de demonstrações, ou quando faltam palavras para expressar o sentidos marcados pela trajetória de vida; ou no campo científico tradicional - quando as falas ocorrem com base em fatos e dados que podem ser aferidos empírica ou abstratamente demonstrados para expressar significações precisas da realidade<sup>37</sup>; ou ainda nos processos contemporâneos que questionam a ciência oficial e estabelecem o princípio da intersubjetividade como caminho para o entendimento do mundo. Para Habermas (2012a, p. 40), por exemplo, “O mundo só conquista objetividade ao tornar-se válido enquanto mundo único para uma comunidade de sujeitos capazes de agir e utilizar a linguagem”; isso equivale dizer que não existe verdade alguma, somente a que ela é negociada e compartilhada entre pares que entram em um acordo comunicativo.

É exatamente a partir desse ponto que propomos a possibilidade de identificação de instantes-zero, que possibilitem pontos de partida no *Big-Bang* simbólico, proposto por Campos (2017). Esses pontos de partida seriam os geradores de tensões comunitárias (desacordos comunicativos). Por meio de sua identificação, os processos intersubjetivos de comunicação por eles engendrados poderiam ser aperfeiçoados com estratégias de abordagem junto à comunidade, para evoluir nas realizações comunitárias sustentáveis.

Com efeito, mais adiante proporemos um instrumento prático, um modelo de avaliação de Projetos comunitários (MAPC)<sup>38</sup> com o objetivo de orientar a identificação dos instantes-zero e o encaminhamento dos processos de empreendimentos sociais junto a comunidades. Nosso pressuposto é que a sustentabilidade de intervenções em ações sociais, em comunidades em contextos sociais adversos, dependa de uma abordagem que deve ser caracterizada por um trabalho intersubjetivo de trocas, marcados por fases (Aproximação, Integração ou Maturidade).

---

<sup>37</sup> A visão dominante das ciências foi historicamente construída como conhecimentos que fornecem relatos únicos e racionais do mundo. Em certo sentido, ela as marcou como único árbitro da verdade sobre qualquer assunto dentro de seu escopo. Todos os esforços, do lado da ciência e da filosofia tradicionais, buscaram estabelecer como conhecimento o que é universal e necessário/certo. Essa visão vem sendo sistematicamente contestada nas ciências humanas e sociais.

<sup>38</sup> O modelo permite avaliações por pares acerca de empreendimentos comunitários. Tais estratégias, uma vez observadas, no momento inicial da comunicação do *Big-Bang* simbólico, tenderiam, por hipótese, a aumentar as chances de sustentabilidade na realização compartilhada do empreendimento comunitário.

## 2.2 Memória

### 2.2.1 A memória coletiva e representações do vivido em comunidade

O termo "memória coletiva", tal como é enfocado por muitos pesquisadores, parece ter sido proposto por Hugo Van Hofmannsthal no início do século XX (OLICK; ROBBINS, 1998). Halbwachs evoluiu esse campo de estudo com sua obra *On Collective Memory* (1992/1925, 1980/1950), revisitada por diversos pesquisadores a despeito de visões convergentes ou divergentes de suas ideias. Para Halbwachs (1997), a memória não se restringe à esfera individual, porém é relacional e inclui parentes e amigos e grupos sociais. O interesse acadêmico pela memória, estabelecido desde o século XIX na área da psicologia, ressurgiu na década de 1980. Enquanto alguns psicólogos estavam mais interessados na memória a partir de uma perspectiva individual (geralmente cognitiva), os teóricos em ciências sociais enfatizavam a importância das bases culturais das memórias compartilhadas (PENNEBAKER, 2006).

Devemos reconhecer, no entanto, que nem sempre as nossas palavras são capazes de, efetivamente, expressar o que sentimos: “a beleza que perpassa o trabalho da memória e a leitura do (próprio) tempo estão incipientemente esboçadas em breves considerações, incapazes de expressar (em narrativas) por completo seus encantos” (PASSEGGI *et al.*, 2021, p.90). De acordo com Bauer; Gaskell, (2007) essas narrativas são infinitas em sua variedade e nós as encontramos em todo lugar; incluem fotos, símbolos e outros registros fotográficos que, no conjunto, possam ser considerados referenciais narrativos, ou disparadores das mesmas. As fotografias, por exemplo, nos remetem a momentos do vivido: “são partes congeladas do passado, em forma de imagens, que a qualquer tempo, trazem recordações de trajetórias de vida” (KOSSOY, 1996, p.80). Elas contam histórias o que representa: “uma forma elementar de comunicação humana que, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, que é uma capacidade universal” (BAUER; GASKELL, 2007, p.91).

As memórias que derivam dessas histórias e imagens mentais altamente privadas, são sensações espontâneas relacionadas a processos de subjetivação bastante complexos, particulares e recorrentes no espaço social. Segundo Nunes (2003): “Os indivíduos não são autômatos, passivos e obedientes à uma vontade social interiorizada” (p. 7), pois lidamos com diferentes tipos de objetos e imagens que guardamos, em algum momento em nossos registros

mentais e assim, cada um de nós os teremos presentes em nossas memórias que influenciam à percepção social coletiva.

Nessa pesquisa, entendemos a memória coletiva, a partir do conjunto de registros das manifestações individuais de moradores locais, onde identificamos os temas de interesse mais frequentes, para fins de contribuição ao acervo de memórias do Museu do Horto. Esses registros que nos remetem a essas memórias compõem o que Moreira e Buchweiz (1993) definem como: “signos ou símbolos que projetam um padrão sobre eventos, os quais fazemos uso para refletir, pesquisar, aprender e dar respostas frequentes e estáveis que façam sentido no seu fluxo” (p. 87). Com base nessas reflexões, organizamos elementos que nos indicassem os temas que pudessem ser mais significativos relacionados com o “local” - Horto Florestal - aqui representado no pensamento coletivo.

## 2.2.2 Origens históricas e expectativas da comunidade do Horto Florestal

A origem da histórica<sup>39</sup> comunidade do Horto Florestal “remete ao século XVI, quando a região era sede de importantes engenhos de açúcar e depois de fazendas de café, e que ao longo dos últimos quatro séculos manteve a sua integridade social e importância econômica para a cidade do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2012, p. 18). No local, D. João VI, em 13 de junho de 1808, instalou uma fábrica de pólvora e um jardim para aclimação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro<sup>40</sup>, que dá nome ao bairro. Localizado em uma das áreas mais nobres da cidade do Rio de Janeiro, é hoje um dos metros quadrados imobiliários mais caros do país. A grande maioria dos seus atuais moradores descende de vínculos familiares de servidores de empresas públicas, como é o caso da Cia. de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, atual CEDAE, Fundação Parque da Tijuca e Fundação Jardim Botânico (FERNANDES, 2018).

---

<sup>39</sup> A região conhecida historicamente como Horto Florestal existe há séculos, remontando a uma memória ancestral. A primeira ocupação do lugar se deu pelos escravos do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, ainda no século XVI (BIZZO, 2005). Mais tarde, no período das lutas abolicionistas do final do Império, o Horto fazia parte da rota de fuga quilombola, quando os negros libertos e fugitivos buscavam as matas para resistir ao sistema e fundar comunidades baseadas em valores libertários e afrodescendentes (SILVA, 2003) e Campos e colegas (2016).

<sup>40</sup> “O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi fundado em 1808; está localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. “É uma instituição voltada para a pesquisa e disseminação de conhecimento para a preservação de espécies vegetais, tanto nacionais quanto estrangeiras” (JBRJ, 2008, p. 34). Uma das estratégias do Jardim Botânico do Rio de Janeiro para garantir a preservação dessas espécies tem sido a orientação da sociedade para a adoção de comportamentos menos agressivos e mais conservadores com relação aos recursos naturais”. (PEREIRA, 2012; p. 14).

Hoje, a comunidade do Horto Florestal conta com uma população de cerca de 600 famílias que tem buscado, por meio da Associação de Moradores do Horto Florestal (AMAHOR), fazer parcerias em cursos profissionalizantes<sup>41</sup> e projetos comunitários que apoie a sua missão, que é a de zelar pela preservação do seu patrimônio cultural e o direito ao território que ocupa no espaço urbano. Com o fim do regime escravocrata, sem qualquer medida compensatória aos negros pelos anos de escravidão, os quilombos – territórios dominados por negros e negras que se insurgiam contra a escravidão e fugiam para viver em liberdade – tornaram-se também uma opção de refúgio para os negros recém-libertos que tinham dificuldade em conseguir trabalho remunerado na cidade ou no campo, já que o Estado adotou a política de investir na imigração europeia como fonte de mão de obra livre (FERREIRA; SUGANUMA, 2018).

As pessoas da comunidade, em sua grande maioria, descendem da população negra que se instalou no Rio de Janeiro como resultado da escravidão. É sensato, pois, em função das relações que se formariam em torno da existência dessa comunidade inserida nas áreas privilegiadas da cidade, apontar que no Brasil predomina um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza, principalmente, as raízes europeias em nossa cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a africana, a indígena e a asiática, a ponto de haver zoológicos de pretos como prática comum na Europa e América do Norte até meados do século XX, conforme apresentado na figura 3 a seguir.

Figura 3- Foto de criança negra em 'zoológico humano' ( Bélgica em 1958)



Fonte: Site Museu de imagem.com.br

---

<sup>41</sup> Atualmente, a AMAHOR tem oferecido à comunidade diversos cursos e atividades tais como: oficinas de moda e modelagem (corte e costura), cerâmica, bordado, customização, enquanto outros temas em agenda prevista, mas que ainda carecem de participação mais efetiva de parte de atores sociais para apoiar os seus projetos e ações afins.

A cultura e o padrão estético negro, africano e indígena convivem, aqui no Brasil, de maneira tensa com o padrão estético e cultural branco europeu. Assim, temos ideologias, desigualdades e estereótipos racistas” (BORGES, 2015, p 1). Os imaginários em conflito vão, como em várias outras localidades onde existem conflitos de moradia, manifestar contradições, na medida em que, como analisa Fernandes (2018), “de um lado encontram-se os interesses do capital e, do outro, uma comunidade com raízes históricas que trava uma luta, sem tréguas, que tem resistido por gerações, sob alto custo emocional, em defesa da manutenção de seus direitos de moradia, equidade e justiça social" (p. 14).

### 2.3 Levantamento bibliográfico: Comunidades

A revisão da literatura buscou identificar *gaps* (lacunas) relacionadas com estudos comunitários em contextos análogos, levando-nos à constatação da relevância de se desenvolver trabalhos de pesquisa-ação relacionando comunidade, comunicação e memória. Assim, na medida em que realizamos um trabalho de intervenção-convivência, julgamos apropriado organizar a apresentação da revisão da literatura de acordo com as fases progressivas de Aproximação, Interação ou Maturidade, descritas em detalhes<sup>42</sup> mais abaixo no item 2.3.1. A revisão da literatura é o lugar onde, idealmente, tem origem as reflexões mais extensas que fundamentam uma pesquisa (LLOYD, 2018). Representa uma oportunidade para o pesquisador “descobrir e criar sua identidade acadêmica, o que envolve, questionamentos, discussões e críticas que afluem à medida em que a pesquisa evolui” (KAMLER, 2006, p. 29). Para Becker (1986),

tudo bem em mirar as estrelas, mas devemos ter uma consideração decente pelo que é humanamente possível. Tentar fazer uma revolução científica ou acadêmica sozinho é o mesmo que estarmos fadados a falhar. O sensato é perseguir os objetivos factíveis, conscientes de que ao fazer um bom trabalho, possamos de algum modo, contribuir para aumentar o conhecimento e a compreensão (p. 140).

Nesse sentido, temos plena consciência de que a nossa capacidade de identificar eventuais *gaps* e obter respostas tem seus limites, notadamente por se tratar de uma pesquisa qualitativa no campo psicossocial. Com efeito, buscamos compreender as convergências e divergências entre os estudos, de modo a identificar lacunas na produção científica

---

<sup>42</sup> Essas fases serão, posteriormente, objeto de avaliação para alinhamento de estratégias adequadas ao perfil do empreendimento social comunitário.

comunitária apoiados no processo de *gap-spotting*<sup>43</sup> (SANDEBERG; ALVESSON, 2011) para encontrar ambiguidades e problemas de modo a poder construir nossas questões de pesquisa e buscar respostas às nossas indagações de forma a sermos capazes de obter e construir conhecimento na área. Uma pesquisa social sempre envolve um elemento do desconhecido e isso lhe garante alguma flexibilidade. “Um bom desenho de pesquisa deve vincular questões e métodos a partir de dados válidos e confiáveis, obtidos conforme adequado planejamento efetuado. Na prática, as relações entre desenho do estudo, teoria e coleta de dados são iterativas, e cada um desses componentes deve informar e ser informado pelos demais” (RITCHIE; LEWIS, 2003, p.75).

As referências selecionadas nesta revisão estão organizadas em dois grupos: o primeiro as vincula com as fases evolutivas de abordagem das comunidades à Aproximação, Integração e Maturidade; já o segundo enfoca referências associadas a memórias coletivas vividas em comunidade e das observações obtidas ao longo das atividades de apoio ao acervo de memórias do Museu do Horto Florestal. Ao final, apresentamos uma síntese das contribuições relacionadas às referências pesquisadas:

### 2.3.1 Fases evolutivas de interação com a comunidade

Nesta tese, lançamos a ideia de que a sustentabilidade resultante de intervenções em projetos sociais, em contextos adversos, depende de uma abordagem inicial junto à comunidade, que esteja de acordo com o perfil do empreendimento comunitário em perspectiva. Esta abordagem, deriva da Teoria Social proposta por Derek Layder (2006), e propõe as fases evolutivas de Aproximação, Integração e Maturidade, que visam caracterizar os níveis de interação em parcerias externas, de acordo com o perfil dos empreendimentos que resultam em ações nos projetos comunitários. O pressuposto é o de que o sucesso das realizações coletivas depende, fundamentalmente, desse alinhamento sequencial, razão pela qual buscamos aprofundar nessa pesquisa.

A base teórica que utilizamos para associar as referências bibliográficas encontradas na revisão da literatura às fases acima apresentadas, de modo a organizá-las, utiliza os

---

<sup>43</sup> Método de formulação de questionamentos no contexto da pesquisa, que parte da revisão da literatura existente com a finalidade de encontrar lacunas na literatura com oportunidades de novas abordagens acerca de questões específicas ou particulares no objeto de pesquisa.

fundamentos da teoria dos Domínios Sociais, proposta pelo sociólogo Derek Layder<sup>44</sup>, em sua obra *Understanding Social Theory* (2006). Nela, o autor considera que toda realização é fortemente influenciada pelo exercício do poder nos seus vários domínios que incluem: o Psicobiográfico que trata do indivíduo com suas percepções e particularidades; o da Atividade Situada, que explora os limites até onde vai a sua atuação; o dos Ambientes ou Configurações Sociais, que localiza o indivíduo no espaço e no tempo; e o dos Recursos Contextuais, que envolve fazer escolhas distributivas acerca do seu uso. Todos esses aspectos estão, detalhadamente, descritos no capítulo 3, onde apresentamos o quadro teórico da tese.

### 2.3.1.1 A fase de Aproximação - quando a comunidade ainda é uma incógnita

Na sua fase inicial, na visão de quem chega com um projeto em perspectiva, a comunidade ainda é uma incógnita (LAYDER, 2006): os domínios sociais e os limites do ambiente em que a realidade social acontece ainda são fluidos ou difusos. Os códigos utilizados na dinâmica das trocas comunicativas entre pares ainda são desconhecidos, embora haja alguma expectativa de ação conjunta com propósitos e motivações específicos. O modo de lidar com recursos disponíveis ainda é caracterizado por incertezas e desconfianças, muitas vezes motivadas por interesses unilaterais ou até confundidos com ações de assistência social. A evolução dessa fase para a de Integração com parcerias externas, portanto, irá depender da percepção individual e coletiva da comunidade e dos riscos e oportunidades percebidos de conviver ao fazer e aprender juntos.

Para Maturana e Varela (1995), fazer é conhecer e conhecer é fazer. O fazer caracteriza o fluxo de estarmos vivos, e o conhecer evoca a aprendizagem sobre algo nesse fluxo, e ambos formam, portanto, uma identidade complementar e única do vivido. Aos recém-chegados à comunidade, em sua Aproximação, espera-se que possam dizer ao que vieram e, humildemente, perguntar: “Como você precisa de mim?” ou “Como podemos nos ajudar? Em comunidade, a reciprocidade se expressa na confiança, no engajamento e na cooperação no interior dos grupos sociais, conforme se expressam Vieira e Oliva (2017) :

---

<sup>44</sup> Derek Layder é Professor Emérito de Sociologia na Universidade de Leicester e Professor Honorário de Saúde e Ciências da Vida pela Universidade de Montfort. Possui Doutorado pela *London School of Economics*, em 1976. Fonte: SAGE Publications. Além de “*Understanding Social Theory*” (2006), entre outras de suas obras incluem: *Investigative Research: Theory and Practice* (2018); *Doing Excellent Small-Scale Research* (2012); *Emotion in Social Life the Lost Heart of Society* (2004); *Social and Personal Identity Understanding Yourself* (2004); *Sociological Practice Linking Theory and Social Research* (1998). *Intimacy and Power: The Dynamics of Personal Relationships in Modern Society* (2009).



Aparentemente, a pertinência e a identificação com esses grupos e seus membros foi importante na evolução humana, trazendo vantagens adaptativas àqueles que mostravam essa predisposição. Por essa razão, mecanismos psicológicos que predisõem os seres humanos a favorecer seu próprio grupo, cooperando internamente e mostrando indiferença ou antagonismo a grupos externos, são universais (p. 123).

Esse antagonismo em relação aos demais grupos, importante na evolução humana, preservou a identidade da cultura local, definida como “produto do aprendizado da experiência comum, traduzido em pressupostos básicos, desenvolvidos por um grupo dominante e repassados aos seus membros como forma correta de perceber, pensar e agir no seu contexto social.” (FERNANDES, 2003, p. 58). A propósito, Hurson (2008) faz uma analogia semelhante dessa atitude com o comportamento no reino animal:

para os jacarés, se um novo animal invadir seu território, ele avaliará comportamentos possíveis: lutar, fugir, tentar se alimentar do intruso, se acasalar com ele, ou ficar imobilizado? O animal fará tudo sem pensar e sem ter emoção, apenas com reações puramente instintivas. (...) Nós humanos tendemos a, primeiramente, reagir com o cérebro reptiliano, depois desenvolver uma reação emocional com o cérebro animal e por fim pensar com o cérebro humano. A reação básica do cérebro humano, em geral, é de não processar as informações racionalmente, mas a partir de nossas duas primeiras reações (p. 38).

Evitando reagir, antecipadamente, com o cérebro reptiliano, selecionamos referências temáticas nessa fase nos campos da prevenção de problemas de saúde, do uso de drogas, dos cuidados com doenças transmissíveis por contatos sexuais, da assistência psicológica comunitária, da transferência de conhecimento técnico e das práticas e uma atuação colaborativa em comunidades. O termo chave nessa fase de Aproximação é “conhecimento mútuo”:

Almeida e colegas (2010) dialogaram com a comunidade de Viçosa, Minas Gerais, no Projeto de intervenção comunitária “Em Comum-Idade”: contribuições para a promoção da saúde entre idosos de Viçosa, MG, Brasil com o objetivo de informar a comunidade a respeito do campo da prevenção de problemas de saúde. O método utilizado foi a intervenção. Os autores partiram de uma amostra de indivíduos (maioria do sexo feminino e sem o primeiro grau), com o objetivo de, metodicamente, avaliar condições antropométricas e de aptidão física funcional de participantes idosos. Os resultados apresentados, confirmaram quantitativamente a necessidade de promover tais programas de intervenção por períodos mais extensos. O estudo, no entanto, não identificou reatividade de parte dos idosos, nem variações significativas nas medidas antropométricas obtidas, confrontando dados dos participantes de

início e do fim do projeto. No entanto, acentuou a importância da prevenção e da avaliação e divulgação sistemática para melhor qualidade de vida dessa comunidade.

Já Haack e colegas (2010) registraram experiência em projeto de intervenção comunitária com grupo de adolescentes em “Encontros de Bate-papo com Adolescentes (EBPA) do Vale do Paranhana (Rio Grande do Sul)”. O objetivo do projeto foi conscientizar os jovens quanto à necessidade de construir hábitos de prevenção às drogas e doenças transmissíveis por contatos sexuais (DSTs e AIDS etc.). O método utilizado foi a intervenção. Os autores enfatizaram nos resultados a relevância do projeto ao afirmarem que, após sua execução, ficou ainda mais evidente a importância desse tipo de intervenção em comunidades, principalmente no que diz respeito ao público adolescente. Os autores concluíram, ainda, ter sido essa uma experiência profundamente transformadora pela certeza de que muito mais do que foi transmitido à comunidade lhes foi ensinado, pois ficou neles uma parcela maior de aprendizado.

Na mesma linha, Brito e Figueiredo (1997) desenvolveram um projeto para prestar assistência social em psicologia social comunitária, em parceria com o Comitê de Desenvolvimento Urbano - PROREND, como meio de Aproximação com uma comunidade carente também no Rio Grande do Sul, na Vila Nossa Senhora de Fátima em Porto Alegre. Os principais objetivos no campo foram os de incentivar a participação comunitária, incluindo planejamento de ações com determinação de prioridades e a definição a respeito de onde fazer a aplicação de recursos da comunidade. O método utilizado foi o registro documental, realizado pela equipe da unidade de saúde do campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. O projeto contou com o trabalho de psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas e psicopedagogos, sendo percebida a desinformação da comunidade quanto a recursos e saberes disponíveis na própria região. Os resultados apontaram para a necessidade de os agentes comunitários estarem abertos à permanente revisão de sua conduta para melhorar a forma de comunicação de modo que a sua visibilidade seja, efetivamente, um fato concreto, deixando de lado alguns clichês e posturas preestabelecidos.

Em outro tipo de desenvolvimento, Souza e pesquisadores (2016) relataram experiência realizada em uma comunidade de pescadores de Vila Amazônia, Parintins, Estado do Amazonas. Enfocaram a questão da capacitação técnica por meio da transferência de

conhecimento com a migração de atividade extrativista para uma atividade sustentável. Os autores concluíram que havia a necessidade de um enfoque mais localizado, em relação às trocas de saberes, devido à pouca efetividade pragmática no diálogo com as comunidades. Os resultados deram conta de que existe uma relação direta entre conhecimento e modo de transferir a informação de acordo com as especificidades locais. Para eles, a questão do desenvolvimento e da capacitação técnica está diretamente relacionada ao modo de compartilhamento da informação. Apontaram, ainda, a necessidade de evitar uma abordagem exclusivamente restrita e local, ampliando a sua aplicação a pequenas cidades, vilas e comunidades como fonte de dados para evolução de pesquisas científicas.

Essa problemática da passagem de conhecimento também foi tratada por Milagres e colegas (2016) no contexto de um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins, fundamentado na intervenção com aplicação de práticas e ferramentas de gestão em uma cooperativa de pescadores. O campo de estudo foi a Cooperativa Matrinxam, em Xambioá, onde a atividade pesqueira é de suma importância socioeconômica para a região. Para os autores, a proposta concentrou-se em áreas estratégicas: educação, segurança, alimentação e nutrição. Os resultados obtidos foram considerados positivos por conta da obtenção de uma convergência dos objetivos acadêmicos com os da comunidade em sua realidade local.

Arez e colegas (2018) apresentaram experiências de intervenção comunitária no Projeto Artístico ParticipART - “Amanhã Temos Bom Dia”, com enfoque na cultura e nas artes como elementos de socialização. O campo de estudo foi uma comunidade em Seixal, em Portugal. O projeto contou com a participação de estudantes e diplomados do curso de Artes Visuais e Tecnologias, e de Mediação Artística e Cultural da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. As abordagens aconteceram no âmbito das artes visuais e performáticas (música e teatro) associadas à *Street Art* ou *Community-based Art*. Conforme descreveram os autores, a intervenção pesquisou os espaços do trabalho e as vivências da comunidade local, com o objetivo de compartilhar saberes sociais, criativos, técnicos e artísticos. A problemática da memória do trabalho industrial e o deslocamento das zonas rurais para os espaços urbanos e a construção coletiva das identidades ligadas aos lugares foram também temas pesquisados. O projeto ParticipART “Amanhã temos bom dia” foi articulado com o intitulado “Becos e Esquinas”, proposto pela associação local, evento que envolveu a realização de um espetáculo multidisciplinar de intervenções artísticas em espaço urbano. Os

resultados demonstraram que a experiência de intervenção em comunidades assumiu as dimensões artística, educativa e comunitárias, incorporando-se à cultura local ao promover e interagir com saberes criativos e técnicos. Nessa perspectiva, o “Amanhã Temos Bom Dia” caracterizou-se como uma referência de compartilhamento de conhecimento por meio de parcerias e aprendizado mútuo entre atores sociais e a comunidade.

Díaz-Gibson e colegas (2015) desenvolveram projeto de pesquisa que aferiu a liderança e governança colaborativa no segmento de educação comunitária<sup>45</sup>. O estudo realizou uma análise de conteúdo de 30 entrevistas com profissionais experientes na liderança e governança bem sucedidos em Barcelona (Espanha). Os autores consideraram “o atual contexto socioeconômico e a colaboração entre as organizações da comunidade educacional e social como um elemento fundamental para a melhoria dos resultados escolares” (p. 1). Com base em um conjunto de entrevistas com profissionais experientes, em temas como liderança e governança, propuseram um modelo pautado na construção de alianças em se tratando da palavra ‘comunitária’, em que esses atores buscaram somar sinergias entre as diferentes instituições e serviços em diversos campos de atuação profissional para mais riqueza de opções. Os autores registraram três diferentes modelos de governança em rede, destacando a importância de se adotar o modelo com as especificidades inerentes a cada programa individualmente. Ressaltaram, ainda, a importância da construção de vínculos de confiança para criar oportunidades inovadoras. Destacaram a existência de espaços projetados especificamente para tomada de decisão colaborativa, onde trafegaram aspectos estratégicos, operacionais e onde são explicitados os requisitos técnicos inerentes à aprendizagem e tomada de decisão. Os resultados do estudo apontaram para a importância de equilibrar aspectos da representação operacional e institucional.

Tabela 1- Síntese das referências vinculadas à fase de Aproximação

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Dialogar com a comunidade de Viçosa, Minas Gerais, com o objetivo de informar a comunidade no campo da prevenção de problemas de saúde.	Pesquisa-ação	Os resultados apresentados confirmaram quantitativamente a necessidade de promover tais programas de intervenção por períodos mais extensos. Acentuou a importância da prevenção e da avaliação e divulgação sistemática para	Almeida <i>et al.</i> (2010)

<sup>45</sup> Título original :. *El liderazgo y la gobernanza colaborativa en proyectos educativos comunitarios.*

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
		melhor qualidade de vida dessa comunidade.	
Fazer intervenção comunitária com grupo de adolescentes em “Encontros de Bate-papo com Adolescentes (EBPA) do Vale do Paranhana (Rio Grande do Sul)” para conscientizar os jovens quanto à prevenção às drogas e doenças transmissíveis por contatos sexuais (DSTs e AIDS etc).	Intervenção	Os resultados evidenciam ter sido uma experiência profundamente transformadora pela certeza de que muito mais do que foi transmitido à comunidade, lhes foi ensinado, pois ficou neles uma parcela maior de aprendizado.	Haack <i>et al.</i> (2010)
Prestar assistência social em psicologia social comunitária, em parceria com o Comitê de Desenvolvimento Urbano - PROREND, em uma comunidade carente no Rio Grande do Sul, na Vila Nossa Senhora de Fátima em Porto Alegre.	Pesquisa exploratória experimental	Os resultados apontaram para a necessidade de os agentes comunitários estarem abertos à permanente revisão de sua conduta para melhorar a forma de comunicação, deixando de lado alguns clichês e posturas preestabelecidos.	Brito e Figueiredo (1997)
Realizar experiência em uma comunidade de pescadores de Vila Amazônia, Parintins, Estado do Amazonas. Enfocam a questão da capacitação técnica por meio da transferência de conhecimento com a migração de atividade extrativista para uma atividade sustentável.	Estudo de caso	Os resultados deram conta de que existe uma relação direta entre conhecimento e modo de transferir a informação ainda a necessidade de evitar uma abordagem exclusivamente restrita e local, ampliando a sua aplicação a para evolução de pesquisas científicas.	Souza <i>et al.</i> (2016)
Estudar a problemática da passagem de conhecimento em um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins, no uso de práticas e ferramentas de gestão em uma cooperativa de pescadores.	Intervenção	Os resultados obtidos foram considerados positivos por conta da obtenção de uma convergência dos objetivos acadêmicos com os da comunidade em sua realidade local.	Milagres e colegas (2016)
Atuar em projeto de intervenção comunitária com enfoque na cultura e nas artes como elementos de socialização, compartilhamento de saberes e expressão de suas intersubjetividades.	Intervenção	Os resultados demonstraram que essa experiência de intervenção em comunidades possibilitou promover e interagir com saberes criativos e técnicos como articulação da expressão de subjetividades da cultura local.	Arez <i>et al.</i> (2018)
Enfocar processos e estratégias de liderança e governança colaborativas em projetos de educação comunitária”.	Estudo de caso	Os resultados do estudo apontam para a importância de buscar o equilíbrio nas relações para facilitar a efetividade em projetos de educação comunitária.	Díaz-Gibson <i>et al.</i> (2015).

### Comentário

De um modo geral, os referenciais selecionados aqui nessa amostra confirmam a importância da atenção, do lugar de fala e da escuta ativa como balizadores da qualificação na Aproximação. Atkinson (2007) considera ainda que o trabalho do pesquisador nessa fase será facilitado se, logo de início, ao invés de uma atitude puramente coletora ou impositiva,

ele buscar compartilhar seus conhecimentos com os locais, atento para às “emoções sentidas e expressas” (p. 36). Moon (1993) alerta para eventuais conflitos ao afirmar que o comportamento individual afeta de tal modo as percepções coletivas que, “se todos se considerarem capazes de dar conta de seus próprios interesses, ampliarão o leque de opções a ponto de, paradoxalmente, o preço a ser cobrado coletivamente ceder menor espaço para a própria liberdade individual” (p. 204). Entendemos que essa ‘liberdade’ não pode ser considerada, ingenuamente, como uma dádiva, ou algo que surja, espontaneamente, em um contexto social adverso, porque estamos tratando de relações humanas a partir de percepções, reações e sentidos. É fundamental, portanto, evitar a tentação do despejo unilateral de saberes (KERNAGHAN, 2009), visto que isso pode representar a diferença entre engajamento da comunidade e o seu distanciamento, com registros de insucessos, lamentação e uso de tempos de verbos conjugados no passado.

### 2.3.1.2 A fase de Integração - Conhecimento mútuo nas trocas comunicativas

Na Integração assumimos que o externo é um colaborador e parceiro engajado em torno de objetivos comuns, mais bem familiarizado com a comunidade, embora ainda não seja percebido pelos locais como membros desta. Persiste a expectativa de haver algum interesse recíproco que motive alguma ação de realização conjunta. Os limites do ambiente em que, efetivamente a realidade social acontece (LYDER, 2006), ainda estão sendo demarcados pela dinâmica das trocas entre pares (Campus, 2017). Os códigos de comunicação evoluem em um processo de aprendizado mútuo (HABERMAS, 1983). O modo de lidar com recursos materiais é caracterizado por acordos e compensações. A evolução dessa fase para Maturidade irá depender da percepção da comunidade quanto aos benefícios já auferidos no processo de trocas comunicativas. Esse intercâmbio de trocas fornece *insights* para a participação conjunta, pois afere benefícios e custos para ajudar a explicar quem participa e por quê. Nessa perspectiva os indivíduos se engajarão, se perceberem que os benefícios de sua participação coletiva compensam o esforço (BUTTERFOSS, 2006; BUTTERFOSS *et al.*, 1993; WANDERSMAN *et al.*, 1987). Desse modo envolvidos em um "sistema de intercâmbio" irão compartilhar, voluntariamente, recursos para cumprir suas metas de interesses coletivos (LEVINE *et al.*, 1961). Em seu conjunto, a amostra selecionadas de registros bibliográficos aqui apresentados incluem, mas não esgotam de modo algum, temas relativos a parcerias na luta ideal de justiça, a direitos no campo, moradia digna, sustentabilidade ambiental por

melhores condições de vida e reivindicações de espaços inclusivos à participação comunitária, entre outros. As palavras-chave nessa fase são “aprendizado, conhecimento mútuo e engajamento”.

Saule e Cardoso (2005), engajados na comunidade de Alcântara no Estado do Maranhão, como parceiros na luta por direitos à cidadania, descreveram o processo heterônimo da ação do Estado na instalação da plataforma de lançamento de foguetes no local. O trabalho partiu do Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia adequada à Terra Urbana. Constatou-se que a implantação da base foi uma escolha unilateral de governo federal, sobrepondo interesses e direitos da população local. A problemática de direitos requeridos pela comunidade local começou em 1982, quando o Ministério da Aeronáutica e o Estado do Maranhão assinaram um Protocolo de Cooperação com o objetivo de obter fundos para adquirir, regularizar e desocupar a área para implantação da Base, com o compromisso de reassentar a população desalojada. Em 1986, foi formalizado o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) com o propósito de dar suporte aos empreendimentos relacionados na esfera da política nacional de desenvolvimento espacial (DECRETO Nº 92.571, de 18 de abril de 1986.). Mais tarde, o Estado do Maranhão repassou ao governo federal o processo de desapropriação. Leis e decretos foram publicados, legitimando oficialmente a plataforma de lançamento de foguetes de Alcântara como fato consumado. Os autores registraram o sentimento de abandono e desesperança, com relato de falas dos moradores, tidos agora como “invasores” locais. Os resultados evidenciaram o grau de (des)importância a que estão relegadas as classes de menor poder de barganha na sociedade brasileira.

Isoldi e Silva (2009) enfocam o problema das demarcações das terras de populações remanescentes, dando como exemplo Kalunga no Estado de Goiás, considerada a maior comunidade quilombola do território nacional com 253.000 hectares. Kalunga, com mais de 200 anos, foi formada por escravos fugitivos; a despeito de seu tamanho, origem e a representatividade histórica, essa comunidade afrodescendente sofre, de parte do Estado brasileiro, um tratamento discricionário com o não reconhecimento do seu direito à terra. Pelo contrário, o Estado reivindica a posse e uso dessas terras para atividades econômicas. Para os autores, engajados na causa, apesar da instabilidade nas suas relações comunitárias com o Estado essa comunidade resiste como objeto de atração turística. Os resultados do trabalho evidenciaram a indiferença do Estado brasileiro também quanto ao reconhecimento de direitos e questões socioculturais quilombolas.

Situação análoga foi documentada por Andrade (2008), em sua pesquisa sobre processos de regulação de conflitos socioambientais na área de influência de Costa do Sauipe no Estado da Bahia. Com foco de atuação no Programa Berimbau - Programa Social Sustentável do Empreendimento Turístico Costa do Sauipe - o autor analisa problemática derivada dos conflitos socioambientais na região. O Programa Berimbau buscou soluções alternativas para dar sustentabilidade econômica às populações locais. No conjunto dessas soluções, incluíam-se iniciativas, tais como o aperfeiçoamento das condições locais de infraestrutura, formas de manutenção da cultura local e apoio às cadeias produtivas que compõem a malha existente na região. Por meio de um método baseado em estudo de caso fundamentado em relatos de entrevistas, observação não-participante e análise de documentos, o pesquisador demarcou sua pesquisa como uma iniciativa político-institucional, composta de projetos e estratégias de ação, para tratar da regulação de conflitos socioambientais que envolvem os atores locais. Os resultados evidenciam omissão do Estado brasileiro no campo social, relativamente aos menos favorecidos.

Lima Jr. (2003) estuda a luta das quebradeiras de coco babaçu em pesquisa integrada à causa de comunidades no Estado do Maranhão. O autor enfoca o direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, sobre o tratamento discricionário e intencionalmente procrastinador do governo no processo de reconhecimento dos direitos à terra dessas comunidades minoritárias e sem poder aquisitivo. A luta das quebradeiras de coco começou no Estado do Maranhão, na região do Médio Mearim, onde famílias das comunidades de Centrinho do Acrízio, Ludovico e São Manoel, no município de Lago do Junco<sup>46</sup>, conquistaram, após um longo processo, o direito legal de lá morar e produzir. Hoje são mais de 300 mil famílias que travam uma batalha diária contra o poder econômico dos pecuaristas. Estes, por sua vez, avançam as terras com suas pastagens, ameaçando a cultura do babaçu, confrontando a subsistência dessa população. Fazendeiros, pecuaristas e as empresas agropecuárias cercaram as terras com consentimento e incentivos dos governos estadual e federal, e as quebradeiras de coco passaram a ser pressionadas, veladamente, a se retirar de seu espaço de sustento no campo. Esse confronto deu origem ao movimento que se autodenominou “babaçu livre” das mulheres quebradeiras de coco, em sua luta pela manutenção de comunidades tradicionais. Os resultados evidenciaram que esse problema está

---

<sup>46</sup> No passado, a região havia sido povoada por posseiros, descendentes de escravos e indígenas.



longe de ser resolvido e que a adversidade com a omissão ou a negação de direitos é um legado persistente imposto pelo governo brasileiro especialmente às classes menos favorecidas.

Araújo e colaboradores (2017) realizaram um projeto com o propósito de orientar a juventude rural da Zona da Mata e Brejo Paraibano para melhores condições de vida. A motivação dos autores enfocou a participação desses jovens moradores de comunidades rurais na Zona da Mata na Paraíba, Borborema e Piemontês, incentivando-os a buscar transformações nas suas condições de vida a partir de questões relacionadas a protagonismo e percepções em ações comunitárias. O projeto buscou fazer com que esses jovens se autoconhecessem, repensando o seu contexto social no campo e a ação política, refletindo sobre a dimensão ecológica no processo produtivo dessas comunidades. Os resultados indicaram um aumento da visão de direitos políticos, da sociabilidade e da autoestima dos moradores locais, bem como evidenciou o valor da contribuição de indivíduos e instituições em interação com a comunidade.

Fossá e Pereira (2014) apresentam um estudo, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, sobre engajamento e participação da comunidade em espaços de televisão comunitária. Esse trabalho incluiu a participação de organizações públicas e privadas, locais e estaduais onde os autores registraram que a atuação em conjunto com movimentos populares e outras organizações, possibilitou a criação de canais próprios de expressão da própria comunidade. Os resultados demonstraram que, por meio deles, os participantes puderam transmitir suas identidades com as reivindicações e críticas à “ordem” preestabelecida, reforçando seu modo de ver o mundo e contribuindo para a efetivação de um processo de mudanças sociais requeridas.

Ainda numa perspectiva de Integração junto à comunidade, mas relacionada a um contexto de sustentabilidade ambiental, selecionamos o Programa ILLUCBF<sup>47</sup>, cujo foco é na gestão de recursos naturais para desenvolvimento florestal comunitário na Bacia do Congo, na África. O projeto impacta o futuro de cerca de 40 milhões de pessoas de uma região considerada estar entre as mais pobres do planeta. Visa assegurar que essa população tenha uma chance real de melhorar seus meios de subsistência através da silvicultura comunitária em áreas rurais. No Congo, a propriedade da terra é reivindicada pelo Estado, embora sujeita

---

<sup>47</sup> Título original *Improving Livelihoods and Land Use in the Congo Basin Forests*, da DFID - Department for International Development.

ao uso habitual das pessoas que nelas habitam. Ao criar condições técnicas para o manejo sustentável das florestas, o projeto obteve resultados positivos em aspectos como: o empoderamento da comunidade, a autodeterminação, o empreendedorismo rural, e a transformação do extrativismo predatório para o desenvolvimento de uma economia rural orientada a serviços. Os resultados foram discutidos em Yaoundé por três dias, em fevereiro de 2019, quando foram revisitadas as experiências e lições aprendidas dos últimos anos relativas ao desenvolvimento florestal comunitário na Bacia do Congo. Essa experiência compartilhada de integração com organizações parceiras, apoiada pelos estudos realizados, forneceu um conjunto sólido de experiências práticas e análises políticas capazes de orientar e articular iniciativas no presentes e no futuro.

Tabela 2- Síntese das referências vinculadas à fase de Integração

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Investigar o processo autocrático da ação do Estado na instalação da plataforma de lançamento de foguetes de Alcântara, registrada no seu Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana	Estudo de caso	Os resultados evidenciam o grau de (des)importância a que estão relegadas às classes de menor poder de barganha na sociedade brasileira.	Saule <i>et al.</i> (2005)
Estudar o problema das demarcações das terras de populações remanescentes em Kalunga (Goiás), considerada a maior comunidade quilombola do território nacional com 253.000 hectares.	Estudo de caso	Os resultados evidenciam a indiferença do Estado brasileiro também quanto a direitos e questões socioculturais.	Isoldi e Silva (2009)
Pesquisar processos de regulação de conflitos socioambientais na área de influência de Costa do Sauípe no Estado da Bahia..	Estudo de caso	Os resultados evidenciam omissão do Estado brasileiro no campo social.	Andrade (2008)
Enfocar a luta das quebradeiras de coco babaçu e a ação discricionária do Estado brasileiro em pesquisa de integrada à causa de comunidades no Estado do Maranhão.	Estudo de caso	Os resultados evidenciam que a omissão ou a negação de direitos de parte do Estado é um legado perverso e persistente imposto, especialmente, às classes menos favorecidas.	Lima Jr. (2003)
Apresentar projeto de Orientação sob o tema de melhores condições de vida à juventude rural da Zona da Mata e Brejo Paraibano.	Estudo de caso	Os resultados indicaram um aumento da conscientização sobre direitos, aumento da sociabilidade e da autoestima dos moradores locais e o valor da contribuição de indivíduos e instituições em interação com a comunidade.	Araújo <i>et al.</i> (2017)
Estudar a participação de moradores locais em espaços de TVs comunitárias, com envolvimento de organizações públicas e privadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul.	Estudo de caso	Os resultados possibilitaram a criação de canais próprios de expressão e contribuindo para a efetivação de um processo de mudanças sociais requeridas.	Fossá e Pereira (2014)

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Enfocar aspecto socioambientais do Programa ILLUCBF, da DFID para desenvolvimento florestal comunitário na Bacia do Congo, África.	Intervenção	Os resultados da experiência compartilhada de integração, forneceu um conjunto sólido de práticas e análises políticas capazes de orientar e articular iniciativas no presentes e no futuro..	ILLUCBF (2019).

### *Comentário*

Como podemos observar nessa breve amostra selecionada de literatura, os temas vinculados à fase de Integração reforçam a importância da atenção, do lugar de fala e da escuta ativa como balizadores da ação compartilhada. O desconhecido traz incertezas quando a comunidade se confrontar entre aceitar algo de quem chega ou manter-se equidistante no seu espaço preestabelecido. Essa dualidade nos remete a Bauman (2007), quando trata do complexo sistema de equilíbrio entre os polos da liberdade e da segurança em comunidade. Qualquer que seja a escolha, abre-se mão de uma coisa em relação à outra. Não ter comunidade significa não ter proteção e possuir pode significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, para o sociólogo, nenhuma receita foi inventada até hoje para alinhar esse ajuste. Os exemplos de registros selecionados nessa fase, como é o caso da problemática das quebradeiras de coco do Maranhão, cuja “resistência veio a partir da reafirmação de uma identidade coletiva única e da certeza de que sua atividade econômica era essencial para a vida delas” (ROCHA, 2016, p. 1), sugerem que as comunidades são, em geral, propensas à Integração, em que a individualidade do “Eu” é progressivamente substituída pelo coletivo intencional do plural “Nós”.

#### 2.3.1.3 A fase de Maturidade - parcerias externas e identidade única

Assumimos, em tese, que evoluindo das fases de Aproximação e Integração, temos a de Maturidade, onde a parceria externa é legitimada como parte intrínseca da comunidade, uma vez que as relações entre ambas estão amadurecidas e balizadas pelas experiências compartilhadas por meio de códigos comuns e aceitos que influenciam hábitos e comportamentos e motivações (LAYDER, 2006). Entre os fatores que caracterizam a maturidade está na motivação ou seja no “ fato de desempenhar um papel ativo na melhora de suas próprias vidas, sentir a necessidade de um senso de comunidade” (NIH, 2011, p. 13). As lições aprendidas nas fases anteriores já estão internalizadas e possibilitam compartilhar

coconstruções na trajetória comunitária. O modo da liderança lidar com recursos materiais é caracterizado pelo consenso e a confiança. Os registros aqui selecionados não se esgotam nas temáticas relativas ao uso e avaliação do capital social, da aferição da responsabilidade social, política, de governança em políticas públicas e do combate à desigualdade social e parcerias. Os limites do ambiente em que, efetivamente, a realidade social acontece estão expandidos e modelam uma rede de trocas colaborativas externas. A comunidade consolida sua identidade e se expande em conexões em externas em rede, cujas ações e realizações vão além dos seus limites geográficos. O termo-chave dos registros apresentados nesse segmento é “expansão e desenvolvimento comunitário”.

Martins (2007) apresenta uma pesquisa histórica imersiva, demonstrando como a maturidade de uma organização comunitária é capaz de enfrentar o poder. A sua pesquisa revisita o passado, intervencionista do Estado através do relato da Revolta de Canudos (1893-97), na Bahia. O autor descreve o tripé do sistema de governança - econômico-político-religioso - instaurado por Antonio Conselheiro e apropriado pela comunidade de Canudos de maneira pouco usual, levando-a a se organizar de modo surpreendentemente sustentável para fazer frente às forças do Estado. A revolta de Canudos durou quatro anos e resistiu por diversas vezes ao poder militar da época, enviado de todo o país. Além disso, a comunidade resistiu às práticas intervencionistas de coronelismo e assistencialismo de então. Para esse autor, a noção de mutirão e maturidade pode estar ligada à cola que marcou a resistência da comunidade.

Costa (2003) estuda o capital social e governança para analisar o programa de parceria em política social, implantado na sede da lendária Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. O programa em questão enfoca a gestão descentralizada com uma política social que integra redes e conexões com a comunidade, incluindo parcerias com o poder público e algumas empresas patrocinadoras de iniciativas no local. A autora argumenta que a convergência de atuação madura das partes, tem sido uma força motriz capaz de enfrentar as questões emblemáticas da exclusão social. Entende que a sinergia não é garantida por meio de leis, convênios ou contratos e, sim, por processos construídos gradualmente, num ambiente capaz de fomentar e amadurecer as relações autônomas de confiança e reciprocidade. O Programa Social da Mangueira lida com os ingredientes da cultura da comunidade, expande-se com o engajamento de instituições fortes e de empresas privadas, além do poder público. A sinergia entre esses atores é fato e evolui, mas apesar dos resultados positivos, ainda não se pode afirmar que seja algo definitivo como fato consumado.

Pimenta e Pimenta (2011) contribuem para discussão sobre Maturidade, através da análise de políticas e programas do Estado brasileiro e seus impactos negativos nas camadas mais carentes da população urbana. Com base em uma pesquisa exploratória documental, as autoras analisaram os ciclos de crescimento econômico e os problemas derivados da reprodução da desigualdade com a má distribuição da riqueza no Brasil. Seus estudos concluíram que o agravamento da crise social é uma das consequências da omissão do Estado em garantir direitos sociais universalmente aceitos, como a saúde e a educação da população. Descreveram, ainda, um cenário caótico de extrema precariedade na saúde, em que a terceirização contribuiu para a piora de serviços. Projetaram também o agravamento de um quadro social sombrio, que reflete uma polarização de visões políticas entre classes sociais.

Lara e Guareschi (2016) avaliam em estudo a maturidade do processo de institucionalização da participação comunitária no Sistema Único de Saúde, como estratégia para evoluir na construção de políticas sociais convergentes. Os autores conduziram uma pesquisa exploratória, apontando para o sentido de uma participação comunitária efetiva que não se restrinja a refazer modelos preexistentes. Os resultados recomendam uma lógica de construção na qual as comunidades, através de sua participação política efetiva, acessem o direito à saúde que lhe tem sido negado nas práticas do Estado, que impõe a separação do serviço público e privado em saúde, ao invés da sua complementação. Consideram que a participação comunitária desses atores, pode levar à transformação social do Sistema Único de Saúde.

Macke e colaboradores (2010), apresentam pesquisa empírica, enfocando a Maturidade em responsabilidade social das empresas localizadas na região da Serra Gaúcha, vencedoras do Prêmio Responsabilidade Social, patrocinado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Os autores selecionaram essas empresas por meio de premiações ou certificados de responsabilidade social, obtidos onde a atuação junto às comunidades fosse tema central. Na avaliação, que utilizou dados relativos a indicadores da percepção da comunidade a respeito dessas empresas (desempenho e resultados), quando comparados à percepção das comunidades (impacto em realização), os autores concluíram que há discursos no imaginário social que sugerem, a despeito das premiações, haver ainda um espaço maior para qualificação e engajamento de parte das organizações vencedoras na resolução de problemas sociais.

Santana (2013), ainda no campo público, apresenta pesquisa qualitativa baseada em estudo de caso, para compreender os desafios, limites e maturidade das políticas de desenvolvimento e cooperação internacional de enfrentamento das desigualdades nos espaços sub-regionais. O estudo foi desenvolvido na comunidade Bacia do Rio Gavião no interior da Bahia, sob a responsabilidade compartilhada da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), como representante oficial do Governo do Estado da Bahia e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). De acordo com o autor, a complexidade criada nas interações formais entre organizações públicas envolvidas no projeto, paradoxalmente, inibiram as ações e reduziram a capacidade, a autenticidade e a legitimidade das decisões. Os pesquisadores recomendaram a revisão dos pressupostos de programas dessa natureza, na medida em que exigem diálogos nos diversos níveis, sugerindo que o “empoderamento” (*empowerment*) comunitário é a forma mais adequada para transformar a burocracia e a lógica assistencialista que incentiva a passividade e vitimização, em processos com maturidade para enfrentar os desafios dessa realidade social.

Souza e Santos (2018) apresentam uma reflexão crítica, no papel de classe trabalhadora, em estudo realizado no Estado da Bahia, onde proprietários fundiários expandiram suas propriedades, visando extrair maior renda da terra com práticas de grilagem, conforme dados do relatório Censo Agropecuário (IBGE, 2006). Os autores enumeram pecados capitais no campo, aprofundando a discussão sobre temas, envolvendo as relações conflituosas entre capital, Estado e classes trabalhadoras, estas últimas, no que refere o enfrentamento em defesa de seus direitos. O uso da força e violência, de acordo com os pesquisadores, são meios de intimidação, seja pelo aparato do Estado ou pela ação de milicianos, a serviço do poder do capital. O modo subserviente à lucratividade, inspirado na força do capital, autenticou e facilitou a legalização de danos ambientais, como o uso de agrotóxicos no campo, gerando diversos problemas, como a contaminação das nascentes, acentuando os níveis de doenças e óbito no campo rural. Tudo isso diante da benevolência e omissão das autoridades, tendo ainda como consequência a degradação ecológico-ambiental.

Para ficarmos apenas com um exemplo internacional, socialmente relacionado com as questões contextualizadas nesse segmento, Khwaja (2009), em uma pesquisa de campo junto a uma comunidade no Norte do Paquistão, buscou avaliar projetos comunitários em termos de retorno social efetivo. Partindo de método documental exploratório, o autor investigou a

qualidade das parcerias em projetos comunitários para responder a seguinte questão: ‘Projetos bons podem ter sucesso em comunidades despreparadas? O autor especula sobre o baixo nível de investimentos em capital social, se seria esse o mal maior responsável pelo fracasso das iniciativas comunitárias mesmo em comunidades mais bem-organizadas. No entanto, conclui que tais eventuais fracassos teriam origem no modo amadorístico com que os projetos comunitários são conduzidos, além da dificuldade de se obter medidas e padrões confiáveis para tarefas coletivas. Considera que aspectos sociais adversos, como a desigualdade, a fragmentação de objetivos no compromisso social e a falta de liderança na comunidade, produzem consequências negativas que comprometem o sucesso almejado. No entanto, refletiu sobre o fato de que, no processo, nada há que não possa ser superado por mudanças na complexa gestão dos projetos comunitários, contando com apoio de suporte técnico e participação engajada da comunidade, inclusive em redes de colaboração mútua, para melhor retorno dos benefícios em investimentos sociais.

De maneira análoga, ou seja com o objetivo de para melhor retorno dos benefícios em investimentos sociais, Signori e Comerlato (2012) enfocam o monitoramento e avaliação dos projetos sociais. O método utilizado para aferir as práticas de avaliação foi a intervenção, com uma abordagem participativa em processo investigativo e propositivo para a construção de um sistema de avaliação. Para essas autoras, o monitoramento e a avaliação de projetos sociais são modos de expandir a participação e a qualificação dos processos de gestão com a participação do Estado e da sociedade civil enquanto atores sociais. Consideram que as configurações de avaliação devem ser baseadas na “prática política”. Para as pesquisadoras, é importante reafirmar a importância da construção de um sistema de avaliação em projetos sociais, porém admitem que o ato de avaliar de modo participativo não se constitui em tarefa fácil, exigindo atores sociais envolvidos maturidade nas práticas de monitoramento e avaliação com vistas ao melhor nível de retorno dos investimentos sociais.

Tabela 3- Síntese das referências vinculadas à fase de Maturidade

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Explorar os caminhos percorridos na organização comunitária no enfrentamento do poder intervencionista do Estado com a Revolta de Canudos no Estado da Bahia.	Pesquisa documental	A história de Canudos confrontou o coronelismo e assistencialismo, demonstrando que a união em torno de uma causa comum pode fazer toda diferença para a união de uma comunidade.	Martins (2007)
Pesquisar em parcerias em política social, enfocando redes e conexões entre comunidades, poder público e parcerias lendária Escola de Samba da Estação Primeira da Mangueira.	Estudo de caso	Os resultados demonstraram que a convergência de indivíduos e instituições para uma causa relevante é a força motriz para enfrentar os desafios da adversidade social	COSTA (2003)
Avaliar as diversas instâncias e impactos das políticas e programas do Estado brasileiro relativos às camadas mais carentes da população urbana.	Pesquisa exploratória documental	Os resultados apontam para a participação comunitária efetiva fora dos modelos tradicionais preexistentes. Recomendam uma nova lógica de construção comunitária que some e torne indistinta a participação de público e privado na transformação social.	Pimenta e Pimenta (2011)
Avaliar o processo de institucionalização da participação comunitária no Sistema Único de Saúde, como estratégia para evoluir na construção de políticas sociais convergentes.	Pesquisa exploratória	Os resultados recomendam uma lógica que não faça distinção entre o público e o privado quanto ao direito à saúde que, na prática tem sido negligenciado aos cidadãos pelo Estado. A participação comunitária nesse processo pode levar à transformação social.	Lara e Guareschi (2016)
Avaliar a percepção das comunidades acerca do Prêmio Responsabilidade Social, patrocinado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de uma amostra de empresas premiadas localizadas na região da Serra Gaúcha.	Estudo de caso explicativo	A partir da análise dos indicadores das empresas, a pesquisa conclui que elas têm qualificação para resolver seus problemas com impactos sociais.	Macke <i>et al.</i> (2010)
Compreender os desafios e limites das políticas de cooperação internacional, no enfrentamento de desigualdades nos espaços sub-regionais, na comunidade de Bacia do Rio Gavião, no interior da Bahia.	Estudo de caso	A pesquisa recomenda a revisão das premissas dos programas, pois a gestão exige diálogo nos diversos níveis. O “empoderamento” seria a forma de inverter a lógica assistencialista que incentiva a passividade e vitimização.	Santana e Gusmão (2013)
Refletir acerca de temas enfocando relações conflituosas entre capital, Estado e classe trabalhadora rural.	Pesquisa exploratória documental	A subserviência à lucratividade inspirado na força do capital, autentica e habilita a legalização de danos ambientais sob a benevolência e omissão das autoridades, tendo como consequência a degradação ambiental.	Souza e Santos (2018)



Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Avaliar a efetividade de projetos comunitários no que tange ao retorno social em uma comunidade no norte do Paquistão.	Pesquisa exploratória documental	Aspectos sociais adversos como desigualdade, fragmentação social, e ausência de liderança comunitária tem consequências negativas. Sugere que o sucesso de um projeto comunitário depende da capacidade de articulação em parcerias envolvendo redes e conexões.	Khwaja (2009)
Enfocar o processo de organização do sistema de monitoramento e avaliação dos projetos sociais qualificação dos processos de gestão por meio do compartilhamento do Estado e da sociedade civil.	Intervenção	É afirmada a importância da construção de um sistema de avaliação em que os atores sociais estejam envolvidos no monitoramento e avaliação de projetos sociais para melhorar mecanismos e instrumentos de gestão”.	Signori e Comerlato (2012)

### *Comentário*

De acordo com Kingsley (1957), a maturidade é um processo resultante do desenvolvimento intelectual, físico e emocional essencial à evolução de todos os indivíduos. Essa evolução pode ser traduzida como produto de mudanças de comportamento, com implicações no senso de responsabilidade para lidar, com sucesso e com problemas cotidianos. Nos registros selecionados nessa pequena amostra bibliográfica, incluímos exemplos nos quais indivíduos e instituições são identificados como corpos únicos atuantes em projetos comunitários que transcendem os limites geográficos de suas necessidades particulares. As parcerias e conexões se expandem em ações que não segmentam responsabilidades (seja no sucesso ou no fracasso) e criam oportunidades para ação e avaliação dos resultados, como forma de aprendizado mútuo e evolução.

### 2.3.2 Síntese das abordagens de Aproximação, Integração e Maturidade

Como vimos na fase inicial da Aproximação, assumimos que a parceria externa ainda é percebida como uma incógnita, onde os códigos utilizados na dinâmica das trocas comunicativas entre pares são desconhecidos, agravada pelas incertezas e desconfianças, muitas vezes motivadas por interesses unilaterais. Nessa fase, é importante evitar a tentação do despejo unilateral de saberes, em que o pressuposto heterônomo, ao caracterizar a relação comunicativa, possa ampliar diferenças que prejudiquem o engajamento da comunidade em ações conjuntas. Na fase intermediária da Integração, movimentos singulares de ação recíproca colocam ambas as partes (comunidade e parcerias) colaborando entre si, embora ainda não seja a parceria percebida como membro da comunidade. Nessa fase, a persistência

consciente ou individualidade do “Eu” tende a ser progressivamente substituída pelo coletivo intencional do “Nós”. Finalmente na Maturidade, teorizamos que as parcerias e conexões se expandem com a ação comunitária em redes, facilitada por uma identidade única, onde o parceiro externo é percebido como membro da comunidade. Em resumo, seja na fase de Aproximação, com as suas incertezas, da Integração com a ação conjunta, ou na fase de Maturidade, em que a comunidade já internalizou lições aprendidas para melhor compartilhar coconstruções na trajetória comunitária, o desafio a enfrentar está em obter o adequado alinhamento da abordagem da comunidade ao perfil do empreendimento social comunitário.

## 2.4 Levantamento bibliográfico: Memória

### 2.4.1 Memória coletiva: Alguns conceitos e definições

O conceito de memória coletiva baseia-se no pressuposto de que cada grupo social desenvolve a recuperação de seu passado, o que lhe permite preservar e transmitir sua autoimagem no presente e futuro (ASSMANN, 1995). A memória coletiva “é uma explicitação de identidades compartilhadas que unem um grupo social, por meio de comportamentos, interesses e motivações particulares” (HARTH, 2008, p. 81). Memórias coletivas nos remetem a fenômenos grupais que se manifestam nas ações, por meio das declarações dos indivíduos no compartilhamento das lembranças construídas ou herdadas de um grupo ao longo do tempo (HALBWACHS, 1997; NEIGER *et al.*, 2011). Essas recordações, sejam de situações palpáveis ou efêmeras, individuais ou coletivas, presentes ou ausentes, dolorosas ou comemorativas, significam algo de fundamental importância para nós, seres humanos (NARDI, ORANGE, 2020).

Para Keightley (2014), ao buscar recordações em nossas memórias, estamos vivendo uma reconciliação ativa do nosso passado com o presente. Portelli (1997) afirma que “na memória, o tempo se torna lugar” (p. 32). O argumento básico ainda que serve como diretriz para estudos de memória coletiva é que grupos sociais constroem suas próprias imagens de percepção do mundo, remodelando-as constantemente a partir de versões do passado. Esse processo determina os limites que os separam de outros grupos com interpretações diferentes das mesmas ocorrências (NEIGER *et al.*, 2011). Keightley e Pickering (2014) é preciso prestar atenção na forma como a memória deva ser estudada empiricamente, porque ajuda na

produção científica. As memórias coletivas unificam significados e nos possibilitam refletir e produzir mudanças de senso comum do que fomos e o que somos hoje. A memória é a história viva que refere o passado lembrado no presente (FRISCH, 1991). Nosso passado carrega informações potenciais para passagem de bastão na direção do nosso presente (BOYER; WERTSCH, 2009).

Ao longo das últimas décadas, a memória coletiva tornou-se um tema de interesse renovado nas ciências humanas e sociais. O campo de estudos da memória é transversal e abrange a filosofia, psicologia, sociologia, literatura, educação, história e a antropologia, para citar apenas algumas áreas de conhecimento (ROEDIGER; WERTSCH, 2008). Os referenciais teóricos que, recorrentemente, têm inspirado pesquisas nessa área, remetem a autores como Durkheim (1973; 1912; 1973); Hobsbawm; Ranger (1983); Hoelscher; Alderman (2004); Halbwachs (1997); Olick; Robbins (1998). Com efeito, o foco principal dos estudos de memória tem sido, de modo geral, nas formas de lembrar como operam as representações coletivas, no presente, que são trazidas do passado, e de que modo se constituem uma gama de recursos culturais para representar identidades sociais e históricas, que privilegiam leituras particulares do passado e as subordinam outras formas de percepção” (KEIGHTLEY; PICKERING, 2014). Turkel (2007) ressalta que na memória persistem traços e camadas mnemônicas que reúnem histórias, atitudes, opiniões e práticas de um modo que não podem ser medidas por instrumentos.

#### 2.4.2 Tipos de memória e suas complexidades

Memórias se expressam pela linguagem; psicólogos e outros estudiosos as classificam como: semântica, episódica, estável, processual entre outras tipificações recorrentes por diversos autores em campos de pesquisas relacionadas ao tema (CARTERETTE; FRIEDMAN, 1996; BOYER; WERTSCH, 2009). A memória semântica é definida como produto do conhecimento estável, declarativo e acessível e adquirido sobre meio ambiente; a memória episódica refere-se a um retrato ou corte relacionado a eventos específicos, resgatados a partir de um estímulo disparador, uma espécie de viagem no tempo das lembranças (SUDDENDORF; CORBALLIS, 1997; TULVING, 2001). A memória estável lida com informações contínuas, extraídas de uma ou múltiplas fontes. Preserva aspectos factuais dos contextos em que foram adquiridas, mantendo-os guardados por longo tempo (TULVING, 1983; TULVING; THOMSON, 1973). Finalmente a memória processual tem

uma função biológica e trata das respostas instintivas modeladas pela experiência na relação com o contexto vivido (BOYER; WERTSCH, 2009).

No contexto dos registros desta pesquisa, destacamos a memória como uma capacidade complexa, em que todos os tipos assinalados por pesquisadores entram em ação, na medida em que todos os tipos se manifestam nos vividos das pessoas na hora de recuperá-las. Na verdade as memórias estão localizada na geração de lembranças que testemunharam eventos; assim, podem por meio de conexões de forma afetiva, repassar a por gerações futuras” (HIRSCH, 2008, p. 110). Ressaltamos, no entanto, que os tipos aqui apresentados estão longe de esgotar as categorizações, como por exemplo no que refere aos sentidos (memória afetiva, olfativa; comunicativa, biográfica e factual etc).

Segundo Larrosa (2014), o importante é a experiência vivida nessas memórias, ou seja, aquilo que nos passa, o que nos acontece e o que nos toca. Essas experiências são tão complexas quanto as vivências. Vale ressaltar que, ampliando a nossa discussão nas dimensões sociais e políticas, as quais exploramos em nossa pesquisa na comunidade do Horto Florestal, remetemos a Benjamin (1987) que afirmou: “as ações da experiência estão em baixa” (p. 198), isto é, estão perdendo o seu valor, haja visto as mazelas pelas quais passa o mundo. Seja tanto o mundo físico exterior quanto o mundo ético, ambos pós segunda guerra mundial<sup>48</sup> se transformaram, evidenciando perplexidades. Nesse cenário, cabe lembrar ainda que a memória se faz presente, através da “experiência que passa de pessoa a pessoa e é a fonte de cultura a que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198).

#### 2.4.3 Memória cultural versus esquecimento intencional dos agentes do capital

Ao longo das últimas décadas, as relações entre a noção de cultura e o conceito de memória emergiram em pesquisas interdisciplinares, envolvendo disciplinas díspares, mas relacionadas como a história, a sociologia, estudos literários, a filosofia, a teologia, a psicologia, as neurociências, sem nos esquecer do campo das artes, reunindo as humanidades, os estudos sociais e os naturais (HARTH, 2008). Todos esses campos convergem na busca de compreender as emergências culturais, pois a memória cultural é mantida através de

---

<sup>48</sup> No pós Segunda Guerra Mundial a classificação de guerras que pode mudar a qualquer tempo.

representações como escritos, ritos, símbolos e comunicação institucional (recitação, prática, observância) denominadas figuras de memória” (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995).

Referindo-nos a essa citada convergência para as emergências culturais, faremos aqui um pequeno desvio da revisão da literatura, nessa subseção, para salientar que uma das questões mais enfatizadas, em especial pelo presidente em exercício da AMAHOR<sup>49</sup>, foi a ideia de um acervo de memórias do Museu do Horto, com a participação efetiva dos moradores nessa construção e com propósito resgatar a cultura de matrizes africanas pelo passado vivido de escravidão do local, como algo que possa espelhar a história vivida, como um testemunho para o presente e um legado para gerações futuras.

O presidente se refere a essa questão, pois registros fotográficos permitiram impedir perdas maiores das já ocorridas. Em total desrespeito ao Decreto-Lei número 3.551 de 4 de agosto de 2000, que trata de patrimônio cultural<sup>50</sup>, constatou-se, como se fosse por encanto, que desapareceram da noite para o dia, diversos objetos históricos escravos (correntes, arados, grillhões, algemas, etc) antes encontrados nos porões do Solar da Imperatriz ou da “zeladoria”, como os moradores mais antigos costumam chamar as instalações históricas que lá existem até hoje. A perda desse patrimônio histórico desaparecido na calada da noite, por meio de atos apócrifos e arbitrários de inimigos da história nacional<sup>51</sup>, só confirma a irrelevância dada às culturas tidas como periféricas, como afirma Borges (2015): “A cultura e o padrão estético negro, africano e indígena convivem, aqui no Brasil, de maneira tensa com o padrão estético e cultural do branco europeu. Assim convivemos com ideologias, desigualdades e estereótipos racistas” (p.1). Infelizmente o universo da cultura popular associado à concepção de patrimônio imaterial, ainda traz a questão do racismo, do ser negro” (ABREU *et al.*, p. 292). Tolentino (2012) salienta: “O patrimônio histórico não é um objeto dado, cabe ao poder público a tarefa de reconhecer seu valor cultural intrínseco e preservá-lo; ele é produto de escolhas que podem aparecer historicamente como imposição simbólica para afirmar determinadas hegemonias” (p. 34).

---

<sup>49</sup> Associação dos Moradores do Horto Florestal.

<sup>50</sup> O Decreto-Lei número 3.551 de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens materiais, de natureza imaterial, possibilitando a esses bens constituir o Patrimônio Cultural Brasileiro.

<sup>51</sup> Já se perdeu, por exemplo, o patrimônio histórico escravo do Horto Florestal, onde havia restos de um Pelourinho, anterior à criação do Jardim Botânico.

A questão que gostaríamos de assinalar é: até quando comunidades serão instrumento para reprodução das relações de dominação e de desigualdade social? Para Rieder (2008) “Chega uma hora em que o pote de resistência transborda, e os homens não estão mais dispostos a ser mergulhados em um abismo de injustiça. (...) A recusa em esperar se faz através da emoção e das razões morais com a indignação” (p. 327). Bruner (2000) salienta que, “não obstante, enquadrarmos os relatos das nossas origens culturais e crenças mais caras em forma de história, não é exatamente o conteúdo dessas histórias que nos prende, mas o seu artifício narrativo” (p. 66). Esse autor afirma que representamos as nossas vidas, tanto para nós mesmos como para os outros, na forma discursiva, razão pela qual focalizaremos ações de memória na coleta desse tipo de registros narrativos como o leitor verá mais adiante nessa tese. Bruner complementa a afirmação acima ressaltando que a importância da narrativa é imensa para “a coesão de uma cultura como o é para a estruturação da vida individual”. Inferimos que a narrativa seja uma forma de representarmos a nossa existência, haja visto que pode abarcar o poético e o prosaico, o conotativo e o denotativo, todos harmonicamente.

#### 2.4.4 O papel da imaginação na transmissão de memórias herdadas

Há quem possa vir a questionar o fato de utilizarmos registros da memória coletiva, para expressar o pensamento da comunidade, acerca dos aspectos positivos e negativos do personagem local Horto Florestal, pelo fato de que essas visões possam estar impregnadas de imaginação ou soar falsas. Com efeito, no campo da psicologia, o tema falsas memórias tem sido recorrente em sessões terapêuticas individuais; de fato, induções em manipulações experimentais podem levar os sujeitos a acreditar que se lembram de algo que seja pura imaginação (LINDSAY; READ, 1994; LOFTUS, 1993). No entanto, a nosso favor, recorreremos ao pensamento de Montero (2019) que considera que somos ‘mesmo’ um produto da nossa imaginação e que: “nossa memória é, na verdade, um invento, uma história que reescrevemos a cada dia (o que lembro hoje da minha infância não é o que eu lembrava há vinte anos atrás), isso que significa que nossa identidade também é fictícia, já que se baseia na memória. Sem essa imaginação que completa e reconstrói nosso passado (...), a nossa existência seria enlouquecedora e insuportável, puro ruído e fúria” (p. 104). Ainda quanto a importância da imaginação, Albert Einstein quando perguntado<sup>52</sup> como explicaria as suas descobertas, se era por meio da intuição ou inspiração, na oportunidade respondeu que ambas

---

<sup>52</sup> Em entrevista ao jornalista e poeta Sylvester (1929, p.17), em reportagem intitulada: *What life means*, publicada no Jornal Evening Saturday Post; em 26 de outubro.

causas eram factíveis, pois às vezes sentia que estava certo, mas não tinha certeza. No entanto ficaria surpreso se estivesse errado, pois sentia-se suficientemente artista para usar livremente a imaginação; daí sua famosa frase: “A imaginação é mais importante que o conhecimento” (SYLVESTER, 1929, p. 17).

Tulving (2001) considera memória e imaginação como faixas de uma mesma via expressa, em que se pode experimentar uma viagem através do tempo. Memórias podem ancorar-se de maneira profunda na imaginação: seria como um processo de “acerto de contas com a carga do conhecimento” (HOFFMAN, 2005, p. 33). De um ponto de vista social, que é o nosso, assumimos que é “pela via da imaginação que persistem as experiências passadas, que são transformadas pelas novas experiências vivenciadas continuamente (VYGOTSKY, 2004; ZITTOUN, SAINT-LAURENT, 2015). Em resumo, imaginação e memória são processos complementares que se encarregam da produção de cenários mentais que tanto se aproximam ou se distanciam da realidade presente (BERNTSEN; BOHN, 2010; ZITTOUN, GILLESPIE, 2015; MULLALLY, MAGUIRE, 2013).

Em nossa pesquisa, que procederá à coleta de memórias, amparadas pelos conhecimentos provindos da literatura, sabemos que estarão contaminadas pela imaginação. De fato, exigir precisão e fidelidade em narrativas influenciadas por contextos diferentes do passado, ideologias e visões de mundo, a nosso ver, não deve ser algo adequado em um trabalho qualitativo de reflexão crítica. Assumimos, portanto, que a imaginação tenha influência na transmissão de memórias, pois vai além do ato de trazer, simplesmente, o passado para o presente, pois excede a experiência vivida na medida em que pode fazer algo para recombinação de ideias, objetos, práticas e experiências (BAUER E GASKELL, 2007; NUNES, 2003). O resgate que faz essa pesquisa é essencialmente complexo, reiterando que será realizado através de narrativas de várias ordens, conforme nossos referenciais citados no capítulo Metodologia (Item 4.2) .

#### 2.4.5 Memórias e narrativas

A memória coletiva se expressa através da autenticidade da linguagem (ASSMANN, 1995; HALBWACHS, 1997). Elas no conjunto representam consensos e totalidades que influenciam os indivíduos na vida em comunidade (OLICK; VINITZKY-SEROUSSI; LEVY, 2011). Um grupo que recupera suas lembranças, as utiliza para tomar decisões que podem

afetá-lo (THOMAS; SKITKA; JURGENA, 2002). Paxson (2005) afirma que “as memórias recuperadas têm sido usadas de várias maneiras por várias disciplinas; às vezes, parecem ser coisas que possamos recuperá-las, defini-las em nossas cabeças e mantê-las” (p. 12). Há hoje, portanto, uma tendência ao consenso de que exista uma sabedoria coletiva na memória das comunidades, com profunda influência na representação de seus vividos. Com efeito, muitos entendem a memória como um processo fenomenológico que internaliza significados sociais relativos ao passado, presente e futuro, onde o visível e o invisível estejam presentes. (NARDI, ORANGE, 2020; OLICK; ROBBINS, 1998; PAXSON, 2005).

Segundo Pollak (1989): “discursos, silêncios e alusões em metáforas são moldados pela angústia de não encontrar uma escuta, ou de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos ao se expor a mal-entendidos. “As fronteiras dos silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente são questões a se considerar (OLIEVENSTEIN, 1988). Nos registros de memórias há permanentemente uma interação entre o que foi vivido, o que se aprendeu, e o que é passado. São construções que se aplicam a toda forma de memória individual e coletiva, familiar, funcional e de pequenos grupos” (POLLAK, 1989, p. 8).

A memória coletiva possui importantes ramificações que atuam sobre amplo grupo de pessoas, na medida em que revelam a dimensão emocional a respeito de um fato ocorrido. No entanto, isso não significa que seja de consenso geral, pois com o tempo, é natural que as pessoas tendam a divergir e as suas visões se tornarem mais heterogêneas, dadas suas experiências individuais (BOYER; WERTSCH, 2009). Esta constatação é, particularmente, significativa para nossa pesquisa, pois sugere que as lembranças podem ser modificadas pela ação do tempo, portanto, capazes de fazer mudar nossos pontos de vista e de nos mostrar caminhos diferentes em nossas percepções iniciais em pesquisas em comunidade. As memórias fazem parte de um processo de narrativas que traduzem traços culturais e pessoais por meio da transcrição do passado (STURKEN, 2008).

Narrativas são depoimentos orais (ou outros, se quisermos estender sua definição) de uma ou mais situações expressas como verdadeiras ou imaginadas. Uma narrativa faz a agregação do conteúdo emocional e sensorial do que é representativo para totalidade das partes (SIMMONS, 2019). Chaves (2000) afirma que a narrativa, como fenômeno e método, tem um papel essencial no desenvolvimento, tanto pessoal como profissional. Para o autor,



narrar e/ou contar significa ter a possibilidade de se adentrar nas barreiras culturais e, possivelmente, elaborar um entendimento mais profundo do nosso modo de ver o outro.

Ainda sobre a narrativa, Bruner (1997) nos adverte, inquirindo: “a que funções ela pode servir e por que exerce poder sobre a imaginação humana”(p. 48). Entende que devemos estar atentos para diferenciá-la de outras formas de discurso e possíveis modos de organizar a experiência. Segundo o autor “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados e registros mentais de ocorrências, envolvendo personagens constituintes ou atores. E que o ato de captar uma narrativa é duplo: o intérprete precisa captar o enredo configurador e dele extrair significados (p. 46). Ou seja, uma narrativa não é apenas um processo estruturador de dramatização, tampouco somente um apelo de historicidade ou de mudanças no linguajar. É percebida como um meio de utilizar a linguagem, uma vez que “ela parece depender disso, para a sua efetividade (...) e a sua literariedade, mesmo na repetição de histórias cotidianas. Ademais, Bruner (1997) acrescenta que “ela confia no poder do *tropos*, da metáfora, da metonímia, da sinédoque” (p. 57) pois, sem eles “ela perde seu poder de expandir o horizonte das possibilidades para explorar, em sua completa extensão, as conexões entre o excepcional e o comum (p. 57). Acreditamos que a narrativa acontece “entre” os interstícios emaranhados do viver e da experiência tecidos pela linguagem, porque, como diz Bruner, ela não é apenas um enredo, mas uma maneira singular de rememorar visões e contar histórias.

Assim, após esta explanação, pensar o personagem abstrato Horto Florestal e trazer contribuições para o acervo de memórias do Museu do Horto, nos possibilitou unir as pessoas em torno de um objetivo comum, em um processo virtual de pesquisa-ação e observação à distância (em tempos pandêmicos), tendo as narrativas como produto das percepções coletivas. É fato que tivemos colaborações significativas, e também algumas frustrações, omissões e desencantos, ao longo de nossa trajetória de pesquisa, tendo em vista problemas derivados da interpretação dos sentidos expressos na ação comunicativa, o que reforça algumas lições dos especialistas que acabamos de mencionar.

#### 2.4.6 Memórias coletivas: percepções e formas de ver e sentir

Assumimos as memórias coletivas como referenciais significativos recuperados do vivido, que se expressam por meio de histórias revisitadas. Memorizar significa lidar com

percepções e formas de ver e sentir a realidade, na medida em que ajudam a construir uma identidade única de percepções (OLICK; ROBBINS, 1998; KANSTEINER, 2002; REICHER, 2004; BOYER; WERTSCH, 2009; KEIGHTLEY; PICKERING, 2014; ASSMANN, 1995; HART, 2008; GULDI; ARMITAGE, 2014).

De um modo geral a memória sempre foi uma preocupação dos pensadores sociais; apenas no final do século XIX e início do século XX (com Hofmannsthal em 1902) é que se familiarizou o termo "memória coletiva" (OLICK; ROBBINS, 1998). O campo dos estudos da memória coletiva teve sua origem nas pesquisas de Maurice Halbwachs, que teorizou acerca das exigências políticas do presente que nascem do nosso vivido pelas experiências do passado. Esse interesse foi revisitado nos anos 1980, com o multiculturalismo e a queda do comunismo, refletido em uma "política de vitimização e arrependimento" (OLICK; ROBBINS, 1998, p. 107). Com efeito, a pesquisa de memória está intimamente ligada a muitas questões de vanguarda no debate contemporâneo, notadamente no que refere aos seus impactos políticos, pois revisita sentimentos e dores passadas no presente (RADSTONE, 2008), fazendo emergir a problemática da convivência social. Esse aspecto é revisitado por Campos (2017), ao afirmar que: “a moral está na base da ultrapassagem das formas biológicas da comunicação que fundamentam nossos desejos, que nos ligam aos instintos de violência, derivados de nossa animalidade na direção de uma ética do diálogo e do acordo” (p. 303). Para Durkheim (1995) toda sociedade busca continuidade a partir da recuperação de suas referências com o passado; esse é um fator essencial para criar solidariedade em um âmbito social, representado por um “complexo composto de ideias, sentimentos, e formas de ver e sentir, em um certo quadro intelectual e moral que distingue um grupo” (p. 277). Radstone (2008) considera que “a recuperação de referências com o passado é fator essencial para criar solidariedade. Essa solidariedade deriva do sentimento de pertencimento e colaboração, desestimulando egos inflados de ressentimentos, sejam esses por motivos pessoais ou ideológicos que, em última análise, geram desconfiança, incertezas e radicalização, especialmente como nos tempos que vivemos hoje no Brasil.

Com base nessas reflexões anteriores, teorizamos que o sucesso de uma abordagem da comunidade, para realização de um empreendimento comunitário, dependa fortemente do alinhamento das fases de abordagem, alinhadas ao perfil do empreendimento em perspectiva de realização conjunta. Os registros bibliográficos na sequência não esgotam o tema ao: investigar os processos de trocas de uma sociedade nos planos coletivo e individual; avaliar

percepções e memórias acerca dos eventos históricos significativos; resgatar memórias históricas esquecidas ou ignoradas no tempo; focar a preservação da memória do patrimônio histórico local; aferir o sentimento de perda coletiva e seus impactos nos campos social e econômico; analisar a influência política da memória coletiva; estudar o papel da memória comunitária e o conflito de ideias; investigar o desenvolvimento de práticas e processos museológicos culturais; entender padrões culturais e comportamentais de preservação próprios, na vida cotidiana; explicitar as fronteiras entre o asfalto e a favela e visitar a memória histórica da escravidão.

Com enfoque na memória coletiva com base em processos fisiológicos, Boschi e colegas (2019) desenvolveram um modelo teórico matemático que visa compreender como a estrutura da sociedade lida com as memórias e escreve a sua própria história. A abordagem exploratória dos autores aponta semelhanças de interações sociais nos planos coletivo e individual. No primeiro envolve o processo de recuperação de memórias entre grupos e, no individual, o processo biológico de funcionamento do nosso cérebro por meio de trocas internas, através das sinapses em interações em redes neurais. Os resultados demonstraram que, sob a influência das informações externas, as memórias criam uma matriz estável de interações que podem ser analiticamente avaliadas, dependendo da familiaridade com as variáveis utilizadas.

Revisitando as memórias dos eventos históricos considerados mais importantes da humanidade, ocorridos no intervalo dos últimos 100 e 1.000 anos, registrados em *History: The Long View* referenciada por Pennebaker, Páez e Deschamps (2006), Boyer e Wertsch (2009), com base em um método quantitativo, pesquisaram uma amostra de 1.300 estudantes universitários, em sete países diferentes, com o objetivo de identificar suas percepções e lembranças acerca dos eventos que considerassem mais importantes nesse intervalo histórico de tempo. Na média, a percepção dos estudantes de vários países pesquisados foi de que o evento mais importante teria sido a Revolução Francesa. Um detalhe interessante ressaltado pelos pesquisadores é que apenas sete estudantes americanos incluíram a Revolução Francesa nesse patamar de importância, já que a Revolução Americana foi excepcionalmente mais importante na visão deles. A Segunda Guerra Mundial foi classificada como a lembrança mais negativa para os poloneses, porém neutra para alguns estudantes russos. Constatou-se que a maioria dos eventos históricos considerados relevantes, aconteceu nos próprios países onde os participantes viviam. A conclusão é de que as memórias históricas são moldadas pelos

interesses e experiências subjetivas únicas para cada cultura e a cada momento. De um modo geral, os resultados demonstraram que a recuperação de memórias passadas é influenciada pela relevância do momento presente, e que nós, humanos, temos uma tendência comum de vincular experiências pessoais a eventos históricos passados restritos em seus ambientes.

Buscando resgatar memórias históricas esquecidas ou ignoradas no tempo, Adjemian e Suciyan (2017), em artigo intitulado “Abrindo espaço na comunidade através da memória”<sup>53</sup>, discutiram a criação de um espaço no bairro armênio de Jerusalém para expor uma coleção de fotografias da Biblioteca Nubar AGBU de Paris, que foram reunidas e arquivadas, compreendendo as décadas de 1920 e 1930. Esses autores levaram em consideração a história multicamadas de refugiados e órfãos que habitaram esse bairro nos anos do pós-Segunda Guerra Mundial, com destaque para presença de comunidades armênias e instituições religiosas na Palestina. O acervo visual produzido resgatou memórias de experiências e vidas daqueles que foram esquecidos ou ignorados no período pós-genocídio armênio (reconhecido pela ONU e perpetrado pelo antigo Império Otomano, hoje Turquia, mas não reconhecido por esse país) em prol da construção de uma história social da Jerusalém Armênia do século XX. O estudo concluiu que esse acervo histórico não deveria ser considerado material meramente informativo, porém um ativo real do imaginário de representações coletivas. Nessa perspectiva, concluíram que a sua complementação com outras mídias, como narrativas ou histórias orais, sem dúvida, acrescentariam uma nova luz sobre a Jerusalém Armênia dos últimos cem anos, permitindo que os historiadores reavaliassem a história social desses habitantes através do resgate do lugar de fala de suas memórias.

Em projeto, intitulado “Mapeando a identidade da comunidade: Preservando as memórias do centro da cidade”<sup>54</sup>, em London, Ontário, no Canadá, Cauchi-Santoro (2015), pesquisa a preservação da memória do patrimônio histórico local. Investigou como a comunidade atua na preservação das edificações da cidade no núcleo histórico cultural, por meio da coleta de narrativas de histórias associadas às suas construções patrimoniais, estas associadas ao mapeamento das camadas históricas da cidade, pelo conjunto das experiências vividas. O método utilizado buscou grupamentos de pessoas que revivessem suas memórias sobre o auge do centro da cidade. Visou direcionar a atenção para essa área e reacender o

---

<sup>53</sup> Tradução livre desse autor para: “*Making space and community through memory*”.

<sup>54</sup> Tradução livre do autor do original inglês: *Mapping community identity: Safeguarding the memories of a city's downtown core*.

entusiasmo da comunidade pelo local. Para a pesquisadora não se tratou simplesmente de uma tentativa nostálgica, porém da recuperação de histórias que, até certo ponto, representassem o local com realismo identitário. Assim enfatizou o propósito de trazer as memórias coletivas de volta ao presente, para valorizar a expressão cultural e planejar o futuro da cidade a partir da sua própria história.

A memória coletiva do sentimento de perda e seus impactos no campo social e econômico, é o propósito da pesquisa de Do, Lyle M e Walsh I (2018) em South Bend, Indiana, nos Estados Unidos da América. O estudo é intitulado “Dirigindo pela rota da memória: a influência das memórias em uma comunidade após o fim de organizações”. Nessa pesquisa investigaram como o encerramento de atividades de empresas localizadas em comunidades, afetava a memória comunitária coletiva. O método utilizado foi o do estudo de caso e visou traduzir os principais aspectos que marcaram os anos seguintes ao fechamento da fábrica automotiva da *Studebaker Corporation*, ocorrido em 1963. De acordo com os autores as histórias espelharam um processo duplo de perdas no campo econômico e no social. Os pesquisadores concluíram sobre o sentimento de perda e os impactos que marcam uma comunidade, e que moldam o estado emocional e a motivação das pessoas, estabelecendo uma relação transversal entre as cicatrizes do passado e as formas particulares de perceber o trabalho e enfrentar o presente e o futuro.

Em estudo no campo da memória política, McMullin (2011) investigou a influência e o papel que a memória coletiva desempenha no espaço político. O autor buscou compreender situações em que houvesse omissão ou negação desse espaço, segundo o qual, onde a transitoriedade e a finitude consomem a excelência da palavra e da ação. Considerou que a era moderna, agravada pelos desenvolvimentos tecnológicos, de certo modo “terceiriza” a memória, criando vários colapsos normativos. A consequência foi a perda do indivíduo do acesso às memórias e o fracasso da comunidade em se engajar em escolhas difíceis para dar conta dignamente da preservação de sua posição política. Para a pesquisadora, sem uma memória política, a comunidade abdica da responsabilidade de estabelecer as normas compartilhadas, por meio das quais se habilita a atuar, notadamente, em tempos de crise.

O papel da memória comunitária e o conflito de ideias é o tema central da pesquisa de Umejisi (2011), sobre a “Revitalização do setor de carvão, memória comunitária e a questão

da terra na Nigéria: Um paradoxo da diversificação econômica ?”<sup>55</sup>. Nela o autor investigou o papel da memória comunitária na cidade nigeriana de Enugu-Ngwo, principal polo extrativista da mineração de carvão do país. Trata do conflito emergente entre comunidade e o Estado nigeriano, na questão da privatização da indústria do carvão. A revitalização do setor de carvão foi confrontada com as narrativas comunitárias a respeito de direito, desapropriação de terras e reintegração de posse nas comunidades mineradoras. O método utilizado foi o estudo de caso, enfocando a diversificação econômica no bojo de reformas setoriais de recursos pelo Estado e dos impactos da revitalização do setor de carvão, a partir das narrativas das comunidades afetadas. Os resultados demonstraram que as memórias relacionadas à terra, envolvendo as comunidades locais, são controversas entre si, e se tornaram um ponto crítico de confronto ao longo da evolução do Estado-Nação nigeriano. Finalmente que o Estado e a comunidade acentuam as essas diferenças por outras concepções acerca do que entendam ambos do possa vir a significar um bem público.

O Programa Hotspots culturais é o tema da pesquisa de Chagas e colaboradores (2010), para incentivar o desenvolvimento de práticas e processos museológicos, orientados a oferecer a grupos sociais oportunidades de expor suas memórias e seu patrimônio cultural. Em janeiro de 2009 o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, iniciou o Programa Pontos de Memória, com a missão principal de fomentar a ampla participação popular em temas relacionados à memória cultural e aos museus. Com parceria firmada entre a sociedade civil e o poder do Estado, os *hotspots* culturais foram inspirados no conceito antropológico idealizado pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil que, na oportunidade, se propôs a incentivar pontos vitais de cultura, antes negligenciados pelas políticas públicas anteriores. O Programa partiu da premissa que a memória e as tradições culturais é um direito que precisa ser conquistado, mantido, exercido e, democraticamente, disseminado como um pressuposto de cidadania, entre os diferentes grupos sociais no Brasil. Uma perspectiva que contrasta com museus tradicionais a serviço das narrativas históricas dos grupos dominantes que delegam ao esquecimento os fatos das lutas populares. A metodologia aplicada promoveu o conhecimento e o *know-how* local, por meio de ações na perspectiva teórica da museologia, como forma de integrar o quadro de desenvolvimento local. Os projetos experimentais foram conduzidos em diferentes cidades das cinco regiões do país incluindo: Taquaril, em Belo Horizonte (MG); Brasilândia, em São Paulo (SP); em São Pedro, Vitória (ES); em Lomba do Pinheiro, Porto

---

<sup>55</sup> Tradução livre do autor do original inglês: *Coal Sector Revitalization, Community Memory, and the Land Question in Nigeria: A Paradox of Economic Diversification?*

Alegre (RS); no Museu de Periferia, no Sítio Cercado, em Curitiba (PR); Estrutural em Brasília (DF); no Museu do Manguê do Coque, em Recife (PE); Grande Bom Jardim, em Fortaleza (CE); Jacintinho em Maceió (AL); em Beiru, em Salvador (BA), Terra Firme, em Belém (PA) e Museu da Favela, em Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Rio de Janeiro (RJ). Os autores consideram essa metodologia pioneira na área de políticas públicas na construção de uma reflexão crítica, baseando-se no respeito aos preceitos de culturas locais. Tais programas podem ser vistos como instrumentos para melhorar discursos múltiplos e promover transformação social, através da consciência da preservação cultural.

Histórias de vida e o patrimônio cultural e imaterial local é o tema de pesquisa que Gonçalves (2018) nos apresenta, com abordagem etnográfica na comunidade rural de Mafra, Portugal. A preservação de padrões culturais e comportamentais próprios, traduzidos em percepções e impactos na vida cotidiana. A pesquisadora faz uma incursão no estudo de pequenas comunidades que compartilham padrões culturais e comportamentais próprios, traduzidos em percepções e impactos na sua vida cotidiana. Considera que a ligação entre histórias de vida e história da vida desempenham um papel no estabelecimento de tantas camadas da vida social tanto em esferas privadas quanto públicas. Registra que o indivíduo pode atuar em múltiplos papéis seja num contexto interno ou externo à comunidade. Discute as relações de poder e de dominância nos padrões de comportamento entre pares. Revisita as interações sociais, tradições e memórias coletivas a serem preservadas pela salvaguarda da história de cada de sua gente. O resultado propõe um resgate social de preservação da memória de uma comunidade que compartilha elementos culturais, comportamentos, percepções coletivas e suas crenças.

Radstone (2008) mapeia as oportunidades e os riscos proporcionados pela consolidação da temática de "estudos da memória". Considera que os debates sobre a cultura da memória fora da academia e dentro da pesquisa de memória acadêmica dependeram de sua percepção de excesso de personalização do político. No entanto, afirmam que a pesquisa da memória é muitas vezes abordada por uma ética mais ampla que se assume numa perspectiva política transformadora. A autora argumenta que essa divisão resulta, em parte, das generalizações excessivas produzidas pelos conceitos itinerantes de um estudo de memória transdisciplinar. Conclui que a política da cultura da memória e da pesquisa da memória pode ser melhor analisada e praticada dentro das disciplinas e por meio dos métodos de pesquisa dos quais os estudos da memória possam utilizar como instrumentos.

O processo da preservação da memória comunitária e cultura local é o tema da pesquisa de Machado (2017) na construção do Museu de Favela (MUF) nas comunidades do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho na cidade do Rio de Janeiro. O projeto foi conduzido em parceria com membros da comunidade, por aproximadamente cinco anos<sup>56</sup>. Neste empreendimento social a autora mergulhou no dia a dia da comunidade numa pesquisa imersiva, onde teve o acolhimento e confiança das lideranças e colaboradores locais, com uma abordagem teórica e prática em temas críticos, possibilitando explorar visões de mundo<sup>57</sup>, compartilhadas com a pesquisadora. O trabalho possibilitou contribuições efetivas para ampliação do debate de questões sociais no campo de estudos da antropologia digital. Nesse contexto vieram à tona, temas como a corrupção na elite política do país, segurança, e saúde pública, políticas identitárias relativas opressão a mulheres negras, para citar apenas alguns aspectos desse trabalho. Os resultados refletiram o pleno reconhecimento da comunidade, resumido as palavras da sócia fundadora do MUF, Rita Santos, que na oportunidade da apresentação da obra da autora “Antropologia Digital e Experiências virtuais do Museu Favela (Machado, 2017) escreveu: “Quando a cultura popular e a academia somam forças, conseguem atingir um patamar mágico e grandioso, quando o foco é levar e trazer o conhecimento, diminuindo as fronteiras entre o asfalto e a favela”(Apresentação).

A memória histórica da escravidão no centro do Rio de Janeiro, mais precisamente no bairro portuário de Gamboa, é o tema que Cicalo (2011) revisita, em sua investigação etnográfica audiovisual acerca do maior centro de comércio escravo do mundo, durante grande parte do século XIX. Incluímos esse tema em nossa revisão de literatura por sua analogia com os registros da comunidade do Horto Florestal, que fazem referência ao casarão colonial do solar da imperatriz, onde em seus porões havia todo um acervo de artefatos forjados em ferro por escravos (correntes, algemas, grilhões, utensílios de cozinha etc) que hoje, infelizmente, desapareceram do local, sem deixar rastros. Hoje tem o acesso ao local proibido por ordem das autoridades gestoras do Patrimônio histórico nacional. Cicalo (2011), discute a questão do apagamento memória histórica escrava no espaço geográfico urbano pelas “elites sociais“. O autor cita diferentes fontes que estudaram o tema na primeira metade do século passado, especialmente no centro da cidade do Rio de Janeiro. Na época a cidade possuía uma

---

<sup>56</sup> Projeto de Comunicação solidária do Programa Rio Geração Consciente que evoluiu em parceria com o Museu Favela e o Laboratório Universitário de Publicidade aplicada (Lupa-ECO/UFRJ), onde a autora é uma das Coordenadoras.

<sup>57</sup> Participaram da ação estudantes do Projeto Rio Geração Consciente das Favelas do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, do Observatório de Favelas da Maré e da Casa Viva Recap em Manguinhos.



perspectiva socioeconômica atrativa, tendo em vista das grandes potencialidades de desenvolvimento urbano à época, centrado na cultura europeia (tendo Paris como referencial) e, por outro lado, nem tanto pelos graves problemas sociais da população preta, pobre e desassistida, entregue à própria sorte, amontoada em cortiços com elevados índices de criminalidade, prostituição e doenças. Um cenário ideal para alimentar estereótipos e preconceitos que justificariam seu abandono e esquecimento. O autor conclui questionando: Até que ponto essa ‘invisibilidade’ intencional ,que buscou apagar a memória histórica ainda persiste como um entrave permanente às reflexões coletivas de novas gerações no futuro?

Tabela 4- Síntese das referências vinculadas a estudos da memória coletiva

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Compreender como a estrutura da sociedade lida com as memórias e escreve a sua própria história, através da proposição de um modelo teórico matemático para compreender a convergência de visões no mundo moderno.	Modelagem Matemática	Os resultados demonstraram que a informação externa é heterogênea, mas constante no tempo. Que somos capazes de tratar memórias e prever sinais de seu comportamento de longa data. O sinal consiste em uma sequência de padrões diferentes (aleatórios), repetidamente apresentados de forma cíclica.	Boschi <i>et al.</i> (2019)
Pesquisar a memória histórica acerca dos eventos mais importantes da humanidade, ocorridos entre os últimos 100 e 1.000 anos, na visão de uma amostra de 1200 estudantes universitários em sete países diferentes, com o objetivo identificar suas percepções e lembranças acerca dos eventos que considerassem mais importantes.	Quantitativo	Os resultados demonstraram que é possível imaginar que os humanos refletem uma tendência comum a temporalmente e fisicamente vincular experiência pessoal a eventos históricos passados em seus ambientes e que as memórias históricas são moldadas pelos interesses e experiências subjetivas únicas para cada cultura e a cada momento.	Boyer e Wertsch (2009)
Resgatar memórias históricas de comunidades esquecidas ou ignoradas no tempo, reivindicando espaço de representatividade de suas representações na Palestina.	Estudo de Caso	Os autores entendem que o registro histórico não de ser considerado material meramente informativo, porém um ativo real do seu imaginário de representações. Recomendam que os historiadores precisam reavaliar a importância da história social de seus habitantes,	Adjemian e Suciyan (2017)
Estudar a preservação da memória do patrimônio histórico local, por meio de narrativas associadas às construções histórico-patrimoniais em London, Ontário, no Canadá.	Estudo de Caso	Os autores constataam a importância das memórias coletivas como forma de expressão cultural no presente, bem como modo de projetar o futuro perfil cultural da cidade, reproduzindo a suas raízes históricas de edificações.	Cauchi-Santoro (2015).
Estudar o sentimento de perda coletiva e seus impactos nos campos social e econômico. O caso da fábrica de automóveis Studebaker	Estudo de Caso	Os autores concluem sobre o modo que as memórias são afetadas e influenciadas pelas mudanças no trabalho, por meio da reinterpretção	Do , Lyle Walsh I (2018)

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
ocorrido em 1963, em Indiana, nos Estados Unidos da América.		e implicações no perfil da comunidade.	
Analisar a influência política da memória coletiva. A amnesia do moderno sobre o papel da memória na construção política e na manutenção de seu espaço de aparência.	Estudo de Caso	Os autores consideram que, sem uma memória política, a comunidade abdica da responsabilidade de estabelecer as normas a serem compartilhadas que as habilite a atuar, especialmente, em tempos de crise.	McMullin (2011)
Estudar o papel da memória comunitária e o conflito de ideias, na cidade nigeriana de Enugu-Ngwo, principal comunidade de mineração de carvão do país.	Estudo de Caso	Os resultados tiram lições que sugerem que, em primeiro lugar, as memórias relacionadas à terra e às controvérsias entre o Estado e as comunidades locais tornaram-se pontos de confrontação ao logo da evolução do Estado-nação nigeriano. Em segundo lugar, a concepção de que o Estado e comunidades possuíam visões diferenciadas do que se denomina bem público.	Umejesi, 2011.
Investigar o desenvolvimento de práticas e processos museológicos culturais. Uma experiência do Programa Hotspots de Memória.	Perspectiva teórica da Museologia	Os resultados da Teia de Memória variaram como marco da etapa de conscientização do Programa Hotspots, que passou a representar um compromisso assumido por aqueles que participaram do projeto". Até agosto de 2010, todos os pontos de memória já haviam se mobilizado para constituir suas instâncias deliberadas. Os grupos começaram a montar seus próprios regulamentos internos em suas estratégias de institucionalização.	Chagas <i>et al.</i> (2010)
Compreender padrões culturais e comportamentais de preservação da memória na vida cotidiana;	História oral Com pesquisa etnográfica	As interações sociais, tradições e memórias coletivas são referenciais a serem preservados. O resultado propõe um resgate social de preservação dessa memória de uma comunidade que compartilha elementos culturais, comportamentos, percepções coletivas e suas crenças.	Gonçalves (2018)
Mapear as oportunidades e os riscos proporcionados pela consolidação da temática de "estudos da memória".		Considera que os debates sobre a cultura da memória fora da academia e dentro da pesquisa de memória acadêmica dependeram de sua percepção de excesso de personalização do político Cita a importância da interdisciplinaridade e que a pesquisa da memória pode ser melhor analisada se praticada dentro das disciplinas outros métodos de pesquisa não usuais , os quais os estudos da memória possam se utilizar como instrumentos.	Radstone (2008)

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Explicitar as fronteiras entre o asfalto e a favela. A pesquisa imersiva que enfoca temas críticos e visões de visões de mundo nas áreas política e social.	Perspectiva teórica da Antropologia Digital.	Os resultados refletiram o pleno reconhecimento da comunidade, sintetizado na diminuição das fronteiras entre o asfalto e a favela” expresso através de ferramentas digitais.	Machado (2017)
Revisitar a memória histórica da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente o bairro portuário de Gamboa, marcado na história como sendo o maior centro de comércio escravo do mundo durante grande parte do século XIX.	Etnografia	O autor conclui questionando até que ponto essa ‘invisibilidade’ que busca apagar a memória histórica, persiste e poderá ser um entrave permanente às reflexões coletivas de novas gerações no futuro	Cicalo (2011)

### *Comentário*

Os registros das memórias coletivas aqui relacionados vão de um modelo teórico para compreender como a estrutura da sociedade lida com as memórias e escreve a sua própria história à memória histórica da escravidão. Todos, de um modo geral, resgatam, na linha do tempo tendências, comportamentos e ações políticas que expõem paradigmas impostos por barreiras sociais e culturais com seus impactos sociais decorrentes. Tais exemplos visam estabelecer um diálogo entre diferentes experiências para aferirmos se reforçam ou não as nossas suposições de que a sinergia de grupo é as mentes abertas são requisitos para construção coletiva sustentável, como produto da colaboração na ação compartilhada. Ainda que saibamos que haja centenas de outras experiências, muitas delas brasileiras, orientamos nosso olhar para ressaltar que o problema é internacional, com reflexos no Brasil.

## 2.5 Levantamento bibliográfico: Liderança e representações sociais

Para melhor entender as diferenças e similaridades da trajetória dessa pesquisa na relação à comunidade, seus mecanismos de comunicação e de preservação da memória, buscamos também - ainda que mais periféricamente pesquisar publicações acadêmicas no campo da administração de empresas, na medida que toda construção comunitária possa também ser compreendida em uma perspectiva de condução empreendedora com foco em resultados sustentáveis. Nelas, constatamos que o processo de governança, ao contrário do espaço em comunidades locais, é ditado por códigos formais explícitos de poder e autoridade (DRUCKER, 2004; KOTTER, 1996; KOUZES; POSNER, 2012; BENNI, NANUS, 1987;

JONES,2013; CAVALIERE; SIEVERT, 2005), importantes para se pensar a construção de um acervo de memórias para o Museu do Horto.

### 2.5.1 Quanto às referências vinculadas à Liderança

No sentido de problematizar a complexidade que envolve a vida em comunidade, as disputas de poder e o papel das lideranças no exercício da gestão coletiva, revisitamos autores como: Bonjean (1963), Fanelli (1956), Rice (1982), Brown e Nylander (1998), Madden (2010), Pless e Maak (2012), Matarrita-Cascante e Brennan (2012), Martiskainen (2016), e Radstone (2008). Em função das reflexões colhidas nas nossas visões e lembranças comunitárias, consideramos ser justificável aprofundar nossos conhecimentos a respeito da memória coletiva, como meio de entender as percepções que incentivam e que retardam resultados e realizações na trajetória de liderança em empreendimentos sociais comunitários em contextos sociais adversos.

Com efeito, nos textos que pesquisamos, observamos que, de modo geral, a maioria das citações passa ao largo dos problemas e desafios de percurso de realizações coletivas envolvendo comunidades. A realidade dessa lacuna científica que julgamos ter identificado pode nos levar a supor que o fluxo das interações e atividades nesse segmento aconteça harmonicamente, absolutamente conforme esperado, em que todos participam coesa e construtivamente e possam ser ‘felizes para sempre!’

No entanto, essa percepção idealizada é, obviamente, utópica, para não fazer uso do termo ‘ingenuidade’. Comunidades são coletivos complexos ancorados em disputas permanentes que, se conduzidas por lideranças autocráticas, correm o risco de acentuar conflitos, frustrações e desengajamentos.

A convivência comunitária, no que tem de autônomo e heterônomo, está ancorada em memórias boas e ruins, simples e complexas, fáceis e difíceis, superficiais e profundas que impactam na cooperação e engajamento nas realizações. Não pode haver engajamento para a ação coletiva naquilo em que não mostramos algum nível de interesse. Daí, é possível conjecturar que talvez os participantes de um empreendimento comunitário tenham maior propensão em se engajar naquilo que represente seus maiores interesses (independentemente se expressam processos autônomos ou heterônomos, ou ambos).

Tabela 5- Síntese das referências vinculadas à Liderança

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Aferir a efetividade de estudos sobre perfis, processos e instrumentos na tomada de decisões da liderança no exercício de poder.	Estudo de Caso	A maioria dos estudos não vai além da determinação da base de liderança ou elite de poder pelo método posicional ou reputacional (ou uma combinação) de ambos, seja por imprecisões na percepção dos entrevistados e/ou por ambiguidade de instrumentos (questionário ou cronograma).	Bonjean. (1963)
Enfocar aspectos que favorecem a inovações de base a partir da ação de lideranças. Questiona o quanto de energia é necessária para que os líderes comunitários iniciem projetos que habilitem práticas de suporte às realizações no Reino Unido.	Métodos mistos, incluindo entrevistas de pesquisa e visitas ao local.	A liderança comunitária pode ajudar no desenvolvimento de inovações de base quando opera em nichos. incorporada às redes sociais. A possibilidade de compartilhamento de visões na tomada de decisões, se beneficia das habilidades pré-existentes de conhecimento tácito e do trabalho, em estreita colaboração, com atores intermediários.	Martiskainen (2016)
Analisar de que forma o senso de comunidade e o capital social trabalham juntos a partir das lideranças para apoiar e incentivar mudanças em duas comunidades rurais na Flórida (EUA).	Estudo de caso comparativo	O empoderamento da comunidade e a construção de capital social, por meio da confiança, tiveram um efeito direto nas mudanças. Líderes comunitários nesse viés ajudaram a desenvolver relacionamentos importantes, estabelecer a comunicação eficaz, o elo necessário de atuação.	Fanelli (1956).
Teorizar sobre a prevalência do poder em uma comunidade, à luz de duas escolas teóricas de pensamento : teorias elitistas e pluralistas.	Pesquisa Teórico-Documental.	Durante as décadas de 1950 e 1960, sociólogos e cientistas políticos, dialogaram sobre como as decisões são tomadas e por quem nas comunidades locais. Esse debate interdisciplinar persiste. Um grande número de estudos diferem significativamente sobre como medir e estudar o poder em uma comunidade.	Rice (1982).
Analisar os condicionantes acerca de uma estrutura de apoio no contexto da sociologia de liderança comunitária.	Pesquisa Teórico-Documental.	Os autores concluem que os líderes comunitários são identificados através de atributos, posições, habilidades, etc., elementos para o seu autodesenvolvimento. Além disso que a sustentabilidade da liderança depende de mobilizações coletivas, envolvendo recursos diversos e sistema de redes de informação, métodos e esforços integrados, a partir de uma estrutura funcional com base em uma sociologia de liderança comunitária.	Brown; Nylander (1998)

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Avaliar as alternativas de empoderamento das comunidades por meio de Parcerias Estratégicas Locais (LSPs) no espaço de governança comunitária em comunidades inglesas.	Estudo de Caso	O autor conclui que o poder comunitário foi concentrado nas mãos das elites políticas e gerenciais, contudo as Parcerias Estratégicas Locais (PELs), têm sido parcialmente bem-sucedidas nesse aspecto. Enfatizam, a necessidade de que haja incentivo a conselhos locais, como forma de exercer uma forte liderança perante às autoridades como forma de empoderamento da comunidade.	Madden (2010)
Mapear os rumos do pensamento atual no campo emergente da liderança responsável para melhor seus domínios em termos de qualidade e dos processos subjacentes de criação de sentido.	Pesquisa Teórico-Documental.	Os autores concluem sobre grande complexidade da liderança responsável no ato de fazer a coisa certa. Lançam luz sobre evidências que consideram “anedóticas” nesse processo, seja nas perspectivas econômica, ambiental e social. Esperam a continuidade de estudos com pesquisas mais descritivas e que possam sugerir uma compreensão mais profunda desse fenômeno social.	Pless; Maak (2012)
Oferecer uma tipologia que busque explicar as diferentes formas de desenvolvimento comunitário, fornecendo uma definição conceitual que seja aplicada tanto nos campos acadêmicos (teoria) quanto profissionais (prática).	Pesquisa Teórico-Documental.	Os autores recomendam aos formuladores de políticas, profissionais e acadêmicos buscar melhor compreensão não apenas do que é o desenvolvimento comunitário do ponto de vista conceitual e abrangente, mas de uma perspectiva prática, reconhecendo as diferentes partes interessadas, metas e processos envolvidos para minimizar as fraquezas e promover seus pontos fortes.	Matarrita-Cascante; Brennan (2012)

*Comentário:*

As referências pesquisadas vinculadas à Liderança, tratam questões, aqui descritas resumidamente, relacionadas ao enfoque no desenvolvimento de inovações na ação de lideranças, ao senso de comunidade e o capital social na implementação de mudanças, propõe reflexões sobre as escolas teóricas de pensamento (teorias elitistas e pluralistas do poder comunitário), aferem uma estrutura apoiada em sociologia de liderança comunitária, avaliam as potencialidade de empoderamento das comunidades no "espaço de governança, enfoca os aspectos da liderança responsável em termos de qualidade e dos processos subjacentes de

criação de sentido e, finalmente, analisam uma tipologia que busque explicar as diferentes formas de desenvolvimento comunitário.

Nesse contexto, constatamos que nas comunidades, enquanto agrupamentos organizados humanos que compartilham vivências, o elo comum que une a todos se viabiliza por meio de lideranças que praticam relações autônomas. Tais relações são “pautadas no respeito mútuo e na confiança, condições para superar obstáculos e adversidades e capazes de deixar um legado de significância” (KOUZES; POSNER, 2012, p. 30).

### 2.5.2 Quanto às referências vinculadas à Representações Sociais

As representações sociais dão forma e sentido a uma visão coletiva. Na obra de diversos autores nas últimas décadas (DUVEEN, 2001; JODELET, 2008; HERZLICH, 1973; FLICK, 1988; MOSCOVICI, 1998). Há consenso de que são percepções da realidade através de informações trocadas e processadas, recorrentemente revisitadas para expressar um comportamento social específico de um grupo. Nesse particular, destacamos a relevância das contribuições de Moscovici (1998) e (2015), respectivamente; seja no percurso de pesquisa dessa tese, pelo fato do autor “elucidar os elos que unem a psicologia humana com questões sociais e culturais contemporâneas” (p. 241), seja, pelo conceito introduzido com a sua teoria das representações sociais, que contrapôs a psicologia social, antes baseada em abordagens cognitivas individuais, com uma visão orientada para percepções da interação social, estas identificadoras e reveladoras de comportamentos coletivos de membros de um grupo ou mesmo de uma sociedade com um todo.

É com base nessas referências que vislumbramos a oportunidade de investigar a trajetória da realização coletiva de construção do acervo de memórias do museu da comunidade histórica do Horto Florestal, em uma jornada que parte da motivação, se expressa por meio da comunicação entre pares evolui pela vontade no exercício do poder e autoridade para gerar resultados e realizações, com impactos no conviver e construir juntos. Esse conjunto de reflexões trazidas pela literatura que consultamos nos leva a formular questões de pesquisa que apresentaremos após a exposição do quadro teórico explicativo que as abrigará.

Tabela 6- Síntese das referências vinculadas à Representações sociais

Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
Focalizar a importância da comunicação social nos processos de negociação de significados compartilhados com referência no debate social sobre a fecundação assistida que na Itália (campanha pela revogação da Lei 40).	Estudo de Caso Documental	As representações sociais possuem uma natureza narrativa, uma vez que se organizam os esquemas cognitivos, os quais as pessoas usam para dar sentido ao mundo. Os autores consideram ainda que haja um papel crucial desempenhado pelos meios de comunicação de massa, para construir e transmitir o núcleo figurativo de cada representação	Duveen (2001)
Estudar a comunicação com seu papel na teoria do conhecimento social e o senso comum e sua influência em contextos geográficos, históricos e científicos à luz do sociais à luz das ideias de Moscovici ao longo do tempo no desenvolvimento e da difusão da teoria das representações sociais.	Pesquisa Documental	A linguagem e a comunicação com seu papel na teoria do conhecimento social levou à criação de Escolas de pesquisa e a propostas inovadoras não apenas em termos de domínios estudados, como também em modelos teóricos e preocupações metodológicas. O senso comum como objeto legítimo de estudo que entrelaça dimensões sociais, culturais e individuais na constituição da realidade social.	Jodelet (2008)
Discutir a complexidade da relação do binômio saúde versus doença e suas interações com fatores psicológicos e sociais.	Pesquisa Documental	Os autores concluem sobre a influência da cultura e das crenças e o papel das relações sociais na promoção da saúde e na recuperação de doenças. Acentuam a importância das dimensões psicológicas e sociais e enfatizam uma abordagem interdisciplinar que envolva não apenas médicos e profissionais de saúde, mas também psicólogos, sociólogos e antropólogos.	Herzlich (1973)
Reunir pesquisas no domínio das representações sociais com abordagens relacionadas à análise do discurso com foco na visão integrada da compreensão da psicologia social contemporânea.	Pesquisa Documental	O autor propõe o desenvolvimento das ligações a entre a psicologia social e a educacional. Faz ilações acerca das preocupações da pesquisa psicológica, incluindo atribuição, conhecimento cotidiano, memória, o eu, cultura e a ideologia.	Flick (1988)
Apresentar as bases teóricas para o desenvolvimento interpessoal com práticas de treinamento em grupo.	Pesquisa Exploratória	O autor propõe um conjunto de exercícios e atividades que considera favorecer na internalização dos conceitos na prática para aprimorar as	Moscovici (1998)



Objetivo/Campo	Método	Resultado(s)	Autoria
		habilidades interpessoais e as técnicas de treinamento em grupo.	
Explorar a teoria das representações sociais para evidenciar a influências e comportamentos coletivos no contexto social.	Pesquisa Exploratória	O autor argumenta que as representações sociais são produtos da interação social pelos membros de um grupo ou sociedade. Destaca a sua importância para o entendimento de fenômenos sociais, como preconceito, poder e impactos de mudança social.	Moscovici (2015)

*Comentário:*

As referências citadas acentuam a importância da comunicação social nos processos de negociação de significados, possibilitam compreender a sua influência em contextos geográficos, históricos e científicos, posicionam o desenvolvimento e a difusão da teoria das representações sociais ante as complexidades, com fatores psicológicos e sociais. Com abordagens relacionadas à análise do discurso, busca-se fornecer uma visão integrada para uma melhor compreensão da psicologia contemporânea do social e propor uma reflexão sobre as bases teóricas e práticas para o desenvolvimento interpessoal. Finalizamos com a Teoria das Representações sociais que assumimos, de um modo geral, que façam convergir todas essas referências para evidenciar ou expressar o comportamento e convicções coletivos dos indivíduos num contexto social. Quando há convicção coletiva, é porque os membros da comunidade estão motivados e as representações sociais expressam suas expectativas enraizadas nas memórias do vivido (ALMEIDA E COLEGAS, 2014).

### 3 - ABORDAGENS TEÓRICAS

A palavra teoria tem origem no verbo grego *theorein*, cujo significado é "ver". A associação entre "ver" e "saber" é uma das bases da ciência ocidental. A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos (MINAYO, 2001, p. 18). Quando os cientistas usam a palavra "teoria", geralmente estão se referindo a sistemas explicativos de ideias que foram estabelecidas por observação ou testadas por experimento; mas há outro sentido da palavra. Uma teoria possibilita que algo relevante seja dito sobre uma determinada entidade ou tema de modo que possa ser útil e contribua para o conhecimento como ferramenta de estudo (RICE, 1982). O *Oxford English Dictionary* define teoria como “uma concepção ou esquema mental de algo a ser feito, ou do método de como fazê-lo; uma declaração sistemática de regras ou princípios a serem seguidos” para explicar um fenômeno observado. Com efeito, é importante ressaltar que a nossa adoção dos referenciais teóricos parte de uma abordagem empírica, evolui com a pesquisa, pois conforme acentua Feenberg (2002):

O mundo não é dado a nós como uma coleção de objetos e problemas bem definidos, mas como um contexto infinitamente rico que demanda ação. Não descobrimos a verdade inequívoca desse contexto no conhecimento, mas "decretamos" um "mundo" viável com base em nossa experiência e nossa cultura. É disso que se trata a inteligência humana e é bem diferente de representar um mundo dos quais os contornos são claros antes da ação (p. 104).

O que significa que é produto de interações com o vivido. Ainda de acordo com Platão<sup>58</sup> (1970), uma pessoa só pode viver bem, se souber claramente o propósito da sua vida e o que de real valor acrescentou aos seus princípios. O conhecimento é a sua virtude moral, o que lhe constitui o significado da arte de viver. Se um homem imagina que o objetivo de sua vida é riqueza ou poder, que são inúteis em si mesmos, todas as suas demais ações estarão des governadas, ou sem sentido. O filósofo considera que essa deva ser a premissa básica de uma sociedade governada por homens que aprenderam, ao longo da sua trajetória, não apenas o real sentido da vida humana, mas fundamentalmente, o verdadeiro significado da bondade em todas as suas formas.

---

<sup>58</sup> *Plato, nome* atribuído referência bibliográfica.

Relembrando, para fins de introduzirmos nosso quadro teórico, esta tese tem o objetivo principal de contribuir para realizações coletivas sustentáveis em empreendimentos sociais comunitários, envolvendo parcerias externas e comunidade, além de buscar colaborar (com os dados coletados e analisados) para construção de um acervo de memórias para o Museu do Horto Florestal, empreendimento social que envolveu fases e parcerias externas. Nesse processo, assumimos o desafio e o compromisso acadêmico, dentro das normas, de conciliar os papéis de pesquisador e sujeito de pesquisa, por ter nascido e sido criado nessa comunidade histórica do Horto Florestal, no Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva toda articulação teórica possui as suas bases nos fundamentos da comunicação pela teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017); nas dimensões onde a realidade social acontece pela teoria dos Domínios Sociais (LAYDER, 2006)<sup>59</sup>; nas influências potenciais do poder e autoridade (formal e informal) tal como apresentados pela taxonomia das relações de poder (FRENCH; RAVEN, 1959) e, finalmente, no rebate de impactos em contextos sociais adversos, pela visão crítica social da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001).

### 3.1 As possibilidades explicativas do quadro teórico integrativo proposto

Como citamos anteriormente, “teorias buscam, cientificamente, dar as bases dos porquês de um fenômeno em estudo; seu processo de construção, a ciência empírica, destina-se a representar apenas um mundo: o "mundo real" ou o "mundo de nossa experiência.” (POPPER, 5005, p. 16), na perspectiva tradicional.

É importante observar que, no campo dos estudos humanos e sociais, ao utilizarmos referenciais teóricos para embasar uma pesquisa, não estamos assumindo, previamente, que as teorias que nos inspiram explicações sejam, necessariamente, a palavra final a respeito das hipóteses que formulamos. Dependendo das conclusões com as quais nos confrontamos, os processos metodológicos aplicados na pesquisa podem nos levar a caminhos desconhecidos. Logo, teorias buscam explicar um fenômeno, mas não podem ser consideradas como verdades, até porque estas, nas ciências exatas, são provisórias e, nas ciências humanas e sociais, são

---

<sup>59</sup> Posteriormente, essas noções serão utilizadas com o objetivo de instrumentalizar a estratégia de escolha da fase adequada ao perfil do empreendimento comunitário junto à comunidade.

constatações, percepções, reflexões. Nesse sentido, Descartes, em *Meditações* (1983), já afirmava:

Suponho que todas as coisas que vejo são falsas; persuado-me de que jamais existiram de tudo quanto minha memória referta de mentiras me representa; penso não possuir nenhum sentido; creio que o corpo, o movimento e a extensão em um lugar, são apenas facções de meu espírito: “O que poderá, pois, ser considerado verdadeiro? (p. 99).

Gil (2008) considera "teorias de médio alcance"<sup>60</sup> aquelas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais que possuem importante significado no plano metodológico, com um papel limitado no campo da investigação científica” (p. 18). No campo de estudos sociais há, portanto, um desconfortável espaço de possibilidades entre o que efetivamente seja a realidade e o conhecimento que visa explicar, cientificamente, essa realidade. As conclusões de uma pesquisa social, são aproximações sucessivas da realidade. O desconforto é citado porque, em geral nós, seres humanos, não lidamos bem com a incertezas. A esse respeito Camus (1955) afirmou:

Excetuando-se os racionalistas por profissão, hoje já não se tem esperança do verdadeiro conhecimento. Se fosse necessário escrever a única história significativa do pensamento humano, seria preciso fazer a dos arrependimentos e das impossibilidades (p. 14).

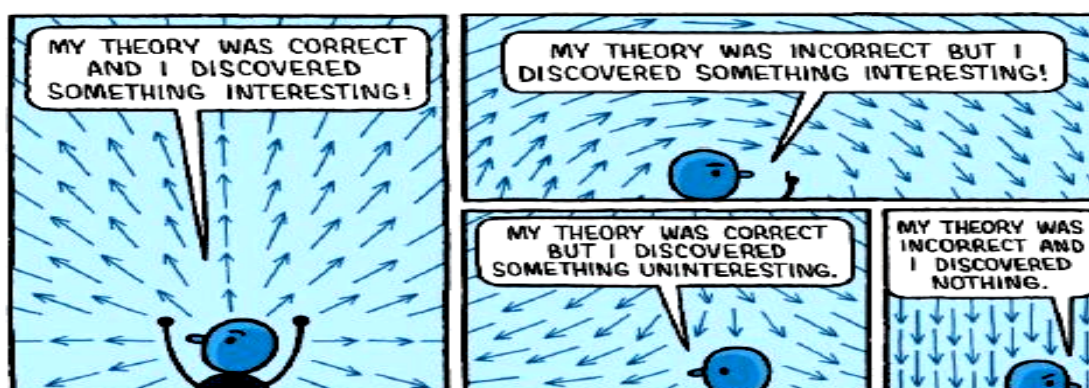
Uma teoria não deve estar completamente isolada dos problemas da pesquisa empírica do mundo real, nem tampouco deve ser livre de bases teóricas aplicáveis no seu campo de conhecimento (2006). O quadrinho publicado na renomada revista *New Scientist* (2021), apresentado na Figura 4 a seguir, ilustra diferentes possibilidades diante de conclusões obtidas com uma Teoria: na 1ª, a teoria está correta e se descobriu algo interessante. Na 2ª, a teoria está incorreta, mas também se descobriu algo interessante. Na 3ª, a teoria está correta, mas se descobriu algo nada interessante e, finalmente, na 4ª. a teoria está incorreta e eu nada se descobriu. Nessas alternância de possibilidades, é que reside a autenticidade e a transparência de um processo científico, mesmo explorando subjetividades e intersubjetividades, que aliás e uma das caracterizações de abordagens no campo psicossocial.

---

<sup>60</sup> O conceito de “médio alcance” se justifica porque não lidamos com grandezas matematicamente quantificáveis, nem com relações físico e/ou químicas.

Figura 4 - As possibilidades de conclusões a partir da Teoria

Tom Gauld  
for *New Scientist*



Fonte: Revista *New Scientist*.

### 3.2 A comunicação e a teoria da Ecologia dos Sentidos

A Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2007; 2015; 2017) trata dos processos de construções e coconstruções sociais, derivadas das relações da comunicação entre pares. Tem enfoque nos modos de expressar os sentidos que se alternam entre o polo de satisfação, associado à autonomia, o da insatisfação, à heteronomia, e momentos de ambiguidade, em que não se pode identificar a prevalência nem de um nem de outro (que constitui a maioria dos casos). Com efeito, a sociedade é o conjunto das relações sociais. O autor discute os fluxos dessas tendências, da heteronomia (coação) e da autonomia (cooperação), na comunicação. A questão que se coloca à luz da teoria (considerando que, em sua essência, ela busca explicar os fundamentos da produção de sentidos nas interações e, desse modo, contribuir para expandir o conhecimento) é a de compreender a ética das relações, o que constitui uma relação mais autônoma ou mais heterônoma.

O que é a heteronomia? Por definição, a palavra deriva do grego *heteros*, “diversos” e *nomos* de “norma”, “regras”. Kant (1997) usou o termo para fundamentar um conceito filosófico que caracteriza a submissão moral de um à vontade da outra parte, espelho da imposição unilateral que sujeita um indivíduo ou uma comunidade a uma ação independente de sua vontade. Nesse caso, os estádios de Aproximação e Integração seriam conformados por influências “colonizadoras”.

Quanto à autonomia, a palavra deriva do grego *auto* ou “próprio” e *nomos* de “norma”, “regra”, que significa o estabelecimento de regras morais próprias, de si mesmo. Para Hill (1992), um adulto que tem autonomia implica em que se opõe à anarquia ou a anomia, que são estados de ausência de regras. Esse conceito está relacionado às estruturas de Poder e de Autoridade dentro do Estado de Direito, na medida em que todas as comunidades humanas conhecidas até hoje seguem rotinas e ritos (as autóctones e normas (as ditas “civilizadas”). Habermas (1997; 2012b) considera que o pressuposto básico do Estado de Direito, que é o instrumento contemporâneo das relações entre cidadãos e Estados, é que todos devam se submeter à lei, e que ter razão ou não diante da dela é produto das tradições produzidas em sociedade.

Em resumo, a Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2007; 2015; 2017) explora os processos psicossociais do desenvolvimento humano, envolvendo as dimensões cognitivas, afetivas e ético-morais dos indivíduos, grupos e sociedades, buscando explicar como as trocas comunicativas se dão através do tempo. Visa a dar conta da complexidade dos sentimentos, percepções e razões que são coconstruídos e transformam essas realidades. No processo de desenvolvimento psicossocial, as ecologias dos sentidos que constituem as trocas, portanto, transita entre polos ético-morais que caracterizam o ser humano, enquanto animal simbólico. Como explica Piaget (1977), o polo cooperativo é o que expressa a capacidade humana de ser autônomo, de buscar o consenso; e o polo coativo, oposto, é o que expressa a heteronomia. Esta impõe, pela via do poder, a autoridade, podendo levar à submissão (através de processos de colonização interior) ou à rebelião pela violência (CAMPOS, 2007; 2015; 2017). Podemos distinguir tais aspectos na Figura 5, abaixo que relaciona os polos ético-morais.

Figura 5- Polos ético-morais da Ecologia dos Sentidos



Fonte: Autor

### 3.3 Teoria dos Domínios Sociais.

A teoria do Domínio Social de Layder (2006), de certo modo, complementa a Ecologia dos Sentidos, na medida em que posiciona a comunicação nos domínios individual, das configurações sociais, no tempo e na aplicação de recursos materiais e, assim, projeta uma estrutura analítica para entender as influências do Poder na ação individual e coletiva no mundo real. Não há uma predominância de um domínio sobre o outro, por alguma prioridade divinamente dada. Toda relação se inicia no “projeto de comunicação” evocado para sustentá-la. O pesquisador conjectura que toda realização depende de influência dos indivíduos, do local, do tempo, do espaço e dos recursos materiais ou imateriais envolvidos na realização. Assim, prescreve, respectivamente, quatro domínios sociais: o Psicobiográfico, o da Atividade Situada, o dos Ambientes ou Configurações Sociais e o dos Recursos Contextuais. Todos eles estão a serviço da capacidade de influenciar na realização, por meio de uma atitude que leva à conseqüente ação (LAYDER, 2006). Essas dimensões podem ser entendidas em uma perspectiva "vertical", representando a profundidade ontológica da realidade social, e 'horizontal', indicando como os processos sociais são estendidos e impactados. Apresentamos esses domínios na figura 6 abaixo.

Figura 6 - Domínios sociais



Fonte: Autor

Domínio Psicobiográfico (Quem?) - Enfoca o indivíduo, com suas particularidades e experiências do vivido que definem a sua forma de agir ao se relacionar com o mundo. “As nossas ações começam individualizadas, mas nunca podemos escapar inteiramente das influências sociais com o mundo” (LAYDER, 2006, p. 271). Assim, elas moldam as suas atitudes, ideias, percepção de valores e disposições de agir no processo de interação social. O

autor segue dizendo na mesma página que cada pessoa responde de modo particular às experiências sociais compartilhadas pois “a maioria de nós sofre pressões conjugadas que continuam ao longo de nossa vida e se tornam cada vez mais fortes, à medida que as confrontamos com a nossa autonomia e independência em contextos sociais cada vez mais amplos e complexos” (LAYDER, 2006, p. 271).

Domínio das Ambientes ou Configurações Sociais (Onde?) - Estabelece os limites do ambiente onde, efetivamente, a realidade social acontece. Os cenários locais incorporam códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo. As relações de poder variam em função do nível dessas configurações amadurecidas ou não pela experiência vivenciada ao longo do tempo. “Em alguns casos, essas relações persistem modo formal e impessoal, em outros, de modo informal, baseados em parcerias e redes familiares. Em última análise, esse domínio estabelece o local onde atitudes e comportamento individual e coletivo acontece e pode ser considerado ou não, socialmente aceitável” (LAYDER, 2006, p.278).

Domínio da Atividade Situada no Tempo (Quando?) - Posiciona a dinâmica das trocas entre pares no intervalo de tempo, mediante códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo. A relação com o potencial de poder confronta fatores sociais, estruturais e sistêmicos que mobilizam sentimentos e emoções, que se unem ou dispersam pela relevância de seus significados. Além disso, nessa dinâmica de trocas em interação social incorrem outras garantias psicológicas, em termos de segurança e autoestima que, autonomamente, precisam ser identificadas, reafirmadas e preservadas” (LAYDER. 2006, p. 279).

Domínio dos Recursos Contextuais (Com o quê?) - Trata dos modos com os quais lidamos com os recursos materiais, mediante critérios predefinidos de distribuição que estão em jogo nas realizações, nem sempre aceitos consensualmente. O conhecimento formal da linguagem (habilidades de falar e ler) ou do ambiente ou ambiente local, ou entrar e lidar com outras pessoas, ou saber o que fazer em circunstâncias perigosas ou ameaçadoras, são todos exemplos de recursos (LAYDER, 2006). Segundo o autor, esse domínio pressupõe uma ideologia que determina onde serão direcionadas as preferências ou escolhas para alocação desses recursos, que são fortemente influenciados por elementos ideológicos que podem ser melhor compreendidos em uma visão filosófica marxista. A tabela 5, abaixo, apresenta as transições por fases nas abordagens e relações comunitárias associadas aos Domínios Sociais.



Tabela 7 - Domínios Sociais vs fases evolutivas nas relações comunitárias

Domínio	Descrição	Fases evolutivas		
		Aproximação	Integração	Maturidade
Psicobiográfico (Quem?)	Enfoca o indivíduo, com suas particularidades e experiências do vivido, que estabelecem a sua forma de agir ao se relacionar com o mundo.	Externo é estranho no ninho.	Externo é colaborador	Externo é membro da comunidade
Ambientes ou configurações Sociais (Onde?)	Estabelece os limites do ambiente em que, efetivamente, a realidade social acontece.	Difusos	Reconhecidos	Expandidos
Atividade situada no tempo (Quando)	Posiciona no tempo a dinâmica das trocas entre pares, mediante códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo.	Incógnita	Compreendida	Compartilhada
Recursos contextuais (Com o quê?).	Trata dos modos de lidar com a oferta social e demanda comunitária dos recursos materiais, mediante critérios predefinidos, porém nem sempre aceitos.	Incertezas	Compensações	Consenso

### 3.4 Taxonomias das relações potenciais de poder

Os psicólogos John French e Bertram Raven foram alguns dos muitos pioneiros no campo de pesquisa sobre a correlação entre poder e influência na função de imposição de vontade com expectativa de uma obediência tácita ou explícita. O poder é definido como "influência potencial para induzir forças mediante certos tipos de recursos para exercê-la" (p. 9). Para esses autores o poder impõe mudança no comportamento em termos de opiniões, atitudes, metas e necessidades que invadem a percepção de valores e em todos os aspectos no campo psicológico" (FRENCH; RAVEN, 1959, p. 150).

A Taxonomia de bases de poder (FRENCH; RAVEN, 1959) enfoca suas diferentes caracterizações nos modos Formal e Informal, que incluem o Compensatório, o Coercitivo, o Legítimo, o de Referência, o do Especialista, e o da Informação<sup>61</sup>, conforme definições dos autores, a seguir:

#### 3.4.1 Poder formal

<sup>61</sup> Seis anos depois (1965), Raven incluiu o poder pela Informação.

Trata-se de um poder que deriva da atribuição do poder por delegação atribuída por autoridade formal e é desdobrado nas dinâmicas relacionadas ao Compensatório, Coercitivo e Legitimado:

Compensatório - É o poder baseado em se oferecer e obter tipo de recompensa factível que represente ganho real na percepção de quem se submete e uma concessão ao propósito de quem o almeja. Em geral, seria aceitável considerar que o maior risco de um poder baseado na recompensa está no aumento do valor requerido nessa condição de submissão como, por exemplo, no contexto político, no qual as submissões, concessões e traições são situações recorrentes.

Coercitivo - É o poder que resulta da imposição ao outro pelas consequências da punição O poder coercitivo é complexo e comumente utilizado em nossa sociedade, onde de um modo geral são portadoras de condições coercitivas, utilizadas como meios para regular a atividade social, exigido para a democracia em um Estado de direito (HABERMAS, 1996) Introdução William Rehg<sup>62</sup>.

Legitimado - É o poder que é exercido a partir de uma delegação atribuída por quem de direito possa influenciar e ser obedecido. Essa delegação de poder tem origem em contextos sociais, políticos, econômicos, cultural, burocráticos, onde se incluem cargos públicos, eletivos, religiosos, empresariais, associativos. Em geral, o maior risco de um poder legitimado é a cessação das atribuições delegadas que determinam a sua aplicação (FRANCES; RAVEN, 1959).

#### 3.4.2 Poder informal

É o poder desvinculado de delegação ou de atribuição formal, que é resultante das interações e percepções entre pares, que credenciam o indivíduo a fazer o seu uso do mesmo e ser obedecido. Nessa categoria, incluem-se os tipos de poder de Referência, de Especialista e da Informação.

---

<sup>62</sup> William Rehg (2021) vai além das dicotomias que têm afligido a teoria política moderna desde sua criação e que ainda estão por trás das controvérsias atuais entre os chamados liberais e republicanos cívicos”(p. 1).

De Referência - É o poder espelhado no carisma de quem o detém e que se propaga através da admiração pelo outro. O reconhecimento dessa referência carismática vem da percepção de valor derivado da admiração pelas qualidades pessoais, atribuídas e reconhecidas de parte dos seguidores. Esse tipo de relação pode variar em função da propensão dos níveis de admiração e aceitação percebidos. É fato largamente aceito que indivíduos carismáticos podem exercer autoridade sobre toda uma sociedade ou apenas um grupo específico em uma comunidade. Como forma de aprovação e aceitação de um líder, o seguidor lhe prestará obediência com postura semelhante que busca reproduzir o comportamento de líder.

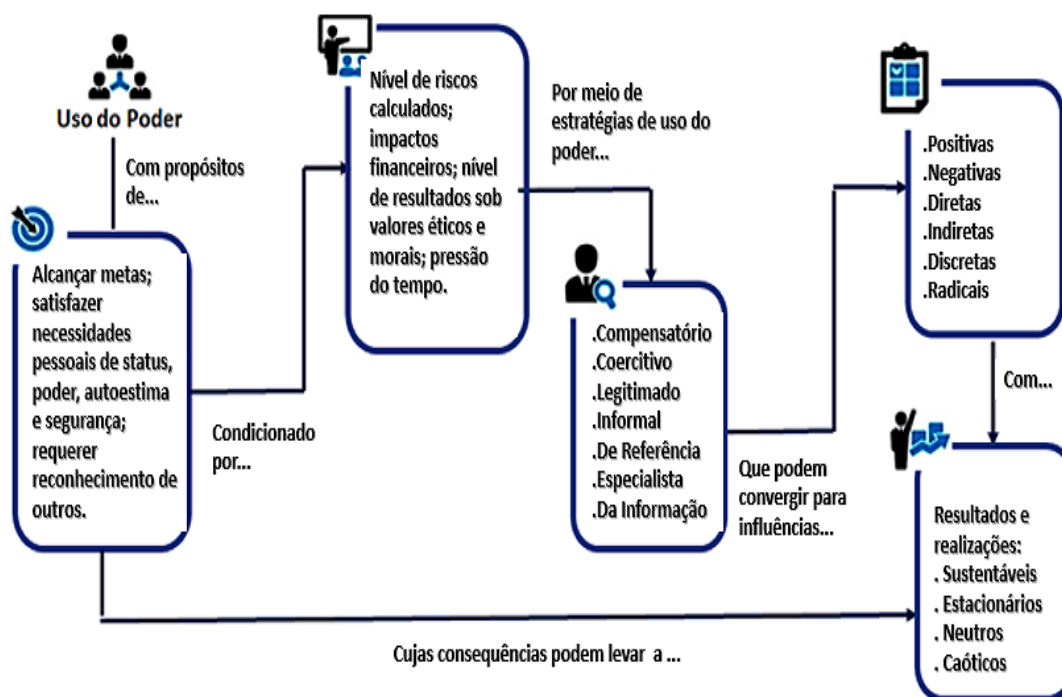
Especialista - É o poder que deriva da percepção de elevados níveis de conhecimento, os quais sustentam a obediência de quem se submete aos seus propósitos. O maior risco de um poder baseado no conhecimento é a sua fragmentação e a estagnação ou aprisionamento a padrões de quem os detém, diante da própria evolução.

Da Informação - O poder da Informação é caracterizado pela capacidade de uma pessoa, sua detentora, obter a obediência de quem dependa dela para realização de um propósito ou alcance de um objetivo. O poder da informação, no contexto atual, torna-se cada vez mais excludente na medida em que esse poder depende de meios e instrumentos cada vez mais dependentes da tecnologia da informação.

### 3.4.3 Síntese

Com base nas diferentes caracterizações acima apresentadas, Raven (1992), avançando na teoria, propõe um Modelo de Poder / Interação baseado na Influência na perspectiva do influenciador (Figura 7). Sua aplicação evolui em um espaço interpessoal, cujos comportamentos incidentes atuam em um escopo mais amplo, em que o uso do poder se faz por meio de estratégias que partem de um propósito e que são condicionadas por níveis de riscos, aplicáveis de acordo com a natureza da ação, e que podem utilizar determinados modos, que se desenrolam em resultados e realizações.

Figura 7 - Modelo de poder na perspectiva do influenciador



Fonte: Raven (1992, p. 229)

### 3.5 Teoria da modernidade líquida

A teoria da Modernidade Líquida de Bauman (2001) converge para uma discussão sobre a prevalência do polo da heteronomia nas sociedades capitalistas contemporâneas. Na visão do sociólogo, a sociedade é interpretada como lugar de relações líquidas, em que o espaço e o tempo não conjugam uma identidade única e em que o poder perdeu o rumo. Esse autor chama de “liquidez” a fragilidade das garantias sociais fornecidas aos indivíduos pelo Estado, no bojo do fenômeno da globalização. Constata que a modernidade líquida foi ultrajada por injustiças reprodutoras de instabilidades no tecido social no Estado moderno, e que nele estão agindo forças de fragmentação do mundo globalizado, pródigas em incertezas, complexidades e vulnerabilidades que afetam a identidade humana (BAUMAN, 2001; 1989); para o sociólogo “O medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável” (BAUMAN, 2007, p. 26).

### 3.5.1 Injustiça

Bauman (2007) afirma: "Se você quer a paz, cuide da justiça", como advertia a sabedoria antiga. Para o sociólogo, diferentemente do conhecimento, a sabedoria não envelhece. Atualmente, a ausência de justiça está bloqueando o caminho para a paz, tal como o fazia há milênios, o que não mudou. O que mudou é que agora a "justiça" é, diferentemente dos tempos antigos, uma questão planetária, medida e avaliada por comparações globais, por conta de duas razões, a saber, o processo de elaboração das leis e a descrença na política e políticos.

Não podemos estar seguros de nossos direitos pessoais se não formos capazes de exercer direitos políticos e fizermos essa capacidade pesar no processo de elaboração das leis. E as perspectivas de fazer essa diferença se reduzirão, para dizer o mínimo, a menos que os ativos (econômicos e sociais) controlados pessoalmente e protegidos pelos direitos pessoais sejam suficientemente grandes para serem computados nos cálculos das autoridades constituídas (BAUMAN, 2007, p. 68).

De acordo com Bauman (2007), estamos cada vez mais construindo cercas que separam pobres e excluídos de ricos e poderosos, identificando quem está dentro e fora de um espaço que deveria ser comum. Essa barreira que nos impede transitar em ambos os lados cria guetos que segregam ambas as partes em seus territórios. Assim, classifica essa dicotomia de espaços em que nenhum dos lados ousa trafegar: "São guetos involuntários, a área na qual estão confinados (por serem excluídos de outras) - espaço "do qual não têm permissão de sair" (BAUMAN, 2007, p. 82).

O que está ocorrendo nesses tempos líquidos não é simplesmente outra renegociação das fronteiras entre o privado e o público. O que parece estar em jogo é uma redefinição da esfera pública como um palco no qual dramas privados são encenados, publicamente expostos e vistos. A definição corrente de "interesse público", promovida pela mídia e amplamente aceita por quase todos os setores da sociedade, tem o dever de encenar tais dramas em público e o direito do público de assistir a essa encenação. "As condições sociais que fazem com que tal desenvolvimento não seja surpreendente e pareça mesmo "natural" devem ficar evidentes à luz do argumento precedente; mas as consequências desse desenrolar ainda não foram inteiramente exploradas" (BAUMAN, 2001, p. 71).

### 3.5.2 Descrença na política e políticos

De acordo com Bauman (2001) na política atual há uma mistura de interesse público e privado que degrada significados e confunde eleitores, drenando em um ralo comum os ideais de justiça e responsabilidade coletiva. Os poderes coercitivos do estado moderno, segundo o autor, quando combinados com a mobilização espiritual centrada no estado, fizeram uma mistura venenosa, onde o poder opressivo e o potencial assassino que não se separavam na prática dos regimes fascistas e comunistas. Mais que qualquer outra forma de estado moderno; continua Bauman, esses regimes tiveram sucesso no curto-circuito de estrutura e contraestrutura, socialização e socialidade e o resultado foi subordinação quase total da moralidade à política.

Na visão de Durkheim (1964) de sentimentos morais e de conduta guiada pela moralidade, condensou-se, institucionalizou-se e fundiu-se com os poderes legais do Estado político. Para o autor a “consciência coletiva” é a única fonte e garantia de sentimentos morais numa conduta a ser guiada pela ética. O nosso pressuposto é o de que a política na integridade da palavra, ao menos no plano comunitário, deveria ser indutora de ações principalmente autônomas que pudessem emergir da vontade, da solidariedade, da confiança e, fundamentalmente, da empatia para transformar sonhos em realizações sustentáveis.

### 3.6 Integrando as teorias precedentes

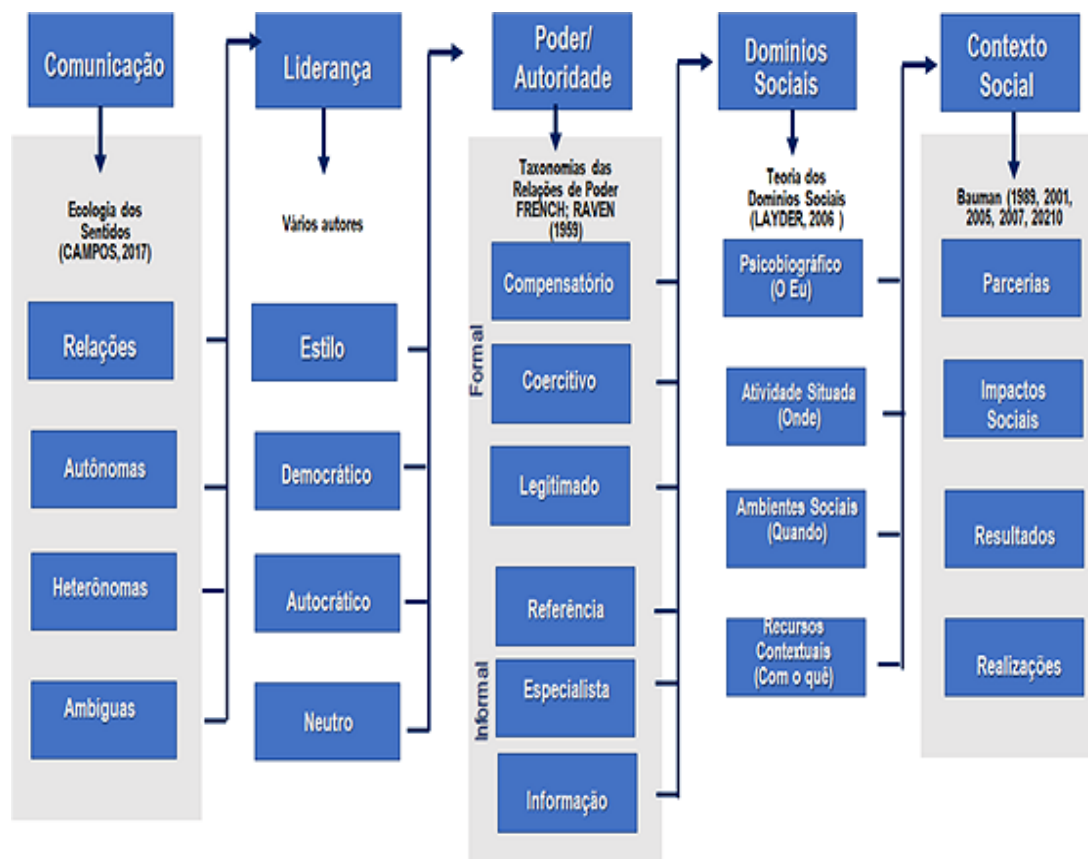
O quadro teórico que utilizamos para integrar explicativamente os resultados dessa pesquisa, articula os fundamentos da comunicação (assumida como estando sempre em andamento) que compreende relações autônomas, heterônomas ou ambíguas entre pares. Tais relações se expressam através dos sentidos que produzem comportamentos ético-morais. Com base na teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2007; 2015; 2017), elas propagam-se produzindo, no caso de estilos de liderança, objeto deste nosso estudo, comportamentos distintos que podem ser democráticos, autocráticos e supostamente neutros ou ambíguos. Nesse sentido, essas diferenças podem ser complementadas, explicativamente, pelas influências no exercício de poder e autoridade, tipificadas nas modalidades compensatória, coercitiva, legitimada, de referência, especialista e de informação (FRENCH; RAVEN, 1959).

Os poderes a respeito dos quais nos referimos, são exercidos com base na teoria dos Domínios Sociais (LAYDER, 2006). Pelas dimensões do individual (Psicobiográfico), do local (Atividade Situada), do temporal (Ambientes Sociais) e dos recursos (Contextuais). Todas essas articulações convergem para realizações cujas consequências e impactos incidem no individual e refletem o coletivo. Os impactos negativos, muitas vezes majoritários, são interpretados pela visão crítica no contexto da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001). É importante, nesse momento, enfatizar que os problemas típicos derivados dos impactos negativos que caracterizam a injustiça no campo social são coletivos, mas a percepção e o modo de absorver e reagir em uma comunidade, essa é individual. Ao generalizar, na melhor das hipóteses, minimizamos o impacto individual e, na pior delas, desconstruímos a importância dessa particularidade para a ideia de sua representação no coletivo. Nesse sentido, Bauman (2003) afirma que:

A percepção da injustiça e das queixas que ela faz surgir, como tantas outras coisas nestes tempos de desengajamento, passou por um processo de individualização que define o estágio 'líquido' da modernidade. Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e, especialmente, inadequados à agregação de uma comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais (p. 79).

Ao concluir esse capítulo, apresentamos abaixo, na figura 8, uma esquematização que interrelaciona os fundamentos teóricos que sustentam essa pesquisa. Recapitulando, partimos da comunicação entre pessoas, de onde emergem os sentidos que podem derivar para relações autônomas, heterônomas ou ambíguas (CAMPOS, 2007; 2015; 2017); evoluímos pelas dimensões sociais nos domínios sociais onde a realidade acontece (LAYDER, 2006); pelos estilos de liderança, no exercício do poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959), e convergimos para resultados e realizações, estas impactantes no contexto social na problemática das relações capitalistas da modernidade líquida, sobre a qual disserta Bauman (2001; 2007; 2010).

Figura 8- Quadro Teórico - Articulação de Fundamentos



Fonte: Autor



## 4 QUESTÕES DE PESQUISA E METODOLOGIA

Nesse capítulo apresentamos as questões de pesquisa, onde buscamos compreender o processo de intervenção em ações comunitárias, em um contexto social adverso e específico, o da comunidade do Horto Florestal. Problematizamos a nossa proposição de que a abordagem inicial, junto aos membros da comunidade, quando em alinhamento com o perfil do empreendimento social em perspectiva marcaria, significativamente, o processo de comunicação, envolvendo parcerias externas e a comunidade. Assim, propomos questões que nos remetem aos modos de contribuir para realizações coletivas sustentáveis no empreendimento social comunitário, e que nos direcionaram a coconstruir “dados”, os quais coletamos para fazer análise e reflexão no processo de busca e preservação do acervo de memórias cultural do Museu do Horto Florestal.

### 4.1 Questões de pesquisa

Derivamos para as questões de pesquisa para confrontar: a comunicação - na perspectiva das relações autônomas, heterônomas e neutras, com seus impactos ético-morais; as dimensões desta, envolvendo o indivíduo, seus limites de sua atuação no espaço e tempo, e as escolhas distributivas no uso de recursos; a liderança, no exercício de poder e influência e autoridade, os impactos e efeitos no contexto social, ante as expectativas, desejos, medos e identidades, expressos na memória coletiva da comunidade do Horto Florestal.

Buscamos desse modo problematizar circunstâncias do vivido de modo a construir questões, tendo em vista a representatividade de falas e recursos imagéticos produzidos pelos membros da comunidade, entendidos aqui como expressões das histórias vividas e contadas. Essas expressões se converteram, dessa maneira, em um exercício de corações e mentes a serviço da produção de sentidos a serem materialmente registrados como documentos de um acervo de memórias. Requereu trabalho de nossa parte, de vivê-las nos processos de troca, para depois coletá-las, lê-las, analisá-las e buscar interpretá-las, como recomendam diversos autores (BRENNER, 1987; DAIUTE; LIGHTFOOT, 2004; CHASE, 2005; CRAIG, 2011). À luz dessa recomendações, buscamos problematizar as questões de pesquisa, relacionadas a seguir:

1 - Quais circunstâncias do vivido entrariam em jogo para a determinação de um marco zero da comunicação (Big Bang simbólico) para definir o início do processo de pesquisa convivência?

2 - Seria possível afirmar, de antemão, que haveria um padrão ideal de discurso nas relações comunitárias, tendo como exemplo a experiência de convivência na comunidade do Horto Florestal?

3 - Poderiam ser validadas as fases do modelo de avaliação de projetos comunitários (Aproximação, Integração e Maturidade), projetadas no início da ação na prática de realização sustentável (no caso do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal)?

4 - Os mecanismos de interação da liderança comunitária, no exercício do “poder e autoridade” no territórios, incidiriam em ações concretas na construção do acervo de memórias do Museu do Horto?

5 - O papel da memória coletiva poderia ser compreendido como efetivo no processo delimitado entre o marco zero e o final da experiência de pesquisa-ação?

6 - As reações em jogo que emergiram das ecologias de sentidos (autônomas, heterônomas e ambíguas), internalizariam circunstâncias expressas nas relações comunitárias, se considerarmos o conceito de modernidade líquida?

Sabemos que não há respostas definitivas para essas questões, mas apresentamos nossas reflexões relacionadas a esses problemas nos últimos capítulos dessa tese. Para buscar compreender os processos expressos pelas questões problematizadas, enfocamos os processos e conexões da trajetória comunitária, os perigos da suposição de dependência como argumento de inação e os pressupostos pragmáticos da ação.

## 4.2 Metodologia

Neste capítulo, detalhamos os procedimentos metodológicos aplicados no processo de pesquisa. Enfatizamos que nossa busca de conhecimento ocorreu em uma situação atípica, contingenciada pelas dificuldades e restrições impostas com as medidas de isolamento social por conta da pandemia do COVID-19.

Esta pesquisa incluiu, inicialmente, o planejamento e avaliação do potencial dos riscos envolvidos na utilização instrumentos metodológicos quantitativos para migração de um contexto real para um ambiente virtual. Ainda que tenhamos usado, instrumentalmente, recursos quantitativos prévios à ação, que serão explicitados mais abaixo, eles não tiveram incidência alguma sobre o processo de convivência comunitária. Nesse sentido, nossa pesquisa não adotou uma abordagem “quali-quantitativa”, mas usou periféricamente quantificações para ajudar a orientar decisões sobre como realizar a ação. Assim, após fazermos certas avaliações prévias que serão descritas mais abaixo, iniciamos decisivamente um processo qualitativo, adotando o método de pesquisa-ação sustentado pelos instrumentos de tomada de notas e observação participante, além de entrevistas, rodas de conversa e grupos focais online, por conta do ambiente atípico da pandemia do COVID-19. Cabe apenas agregar aqui que o resultado qualitativo concreto de nossa pesquisa, as memórias que foram incluídas no acervo de memórias do Museu do Horto Florestal; a título de curiosidade, resumimo-las em uma ferramenta de visualização, as “nuvens de palavras” (figura 10.4).

### 4.2.1 Método

#### 4.2.1.1 A opção pela pesquisa qualitativa

No campo das ciências sociais, diferentes significados são utilizados para conceituar uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Maanen (1979), refere-se à investigação de componentes de um sistema complexo de significados, para expressar um fenômeno social, que supõe um corte no espaço-tempo de determinado fenômeno no território mapeado. De acordo com Tesch (1990) é uma abordagem metodológica de pesquisa, na qual o pesquisador busca informações que não podem ser expressas em números, mas inclui fotografias, documentos, vídeos, além de falas. Para Quivy e Campenhautd (1998) uma pesquisa

qualitativa é um trabalho de observação e análise de documentos que coexiste, frequentemente, com entrevistas e narrativas durante o processo exploratório.

Nossa opção por uma pesquisa qualitativa deve-se ao fato de que a ciência social, ao contrário da ciência física, trata de assuntos que, em muitos casos, não são facilmente quantificáveis; isso inclui o comportamento humano que, em si, se refere à psicologia e à filosofia, do mesmo modo que a ciência política lida com fatos sociais como estratégias de governo, segurança social, cultura política, entre outros. Sabemos que a história, base das ciências humanas e sociais, não é apenas um repositório quantificado de acontecimentos passados que moldam o presente, mas uma disciplina que apresenta explicações subjacentes a eles, com base nos conflitos materiais e ideológicos dos grupos humanos e sociais que se expressam em eventos ou ações que são de natureza estritamente qualitativa e que não podem ser tratados em termos de variáveis quantitativas (ACHARYYA; BHATTACHARYA, 2020). Vários autores diferenciam uma abordagem qualitativa de quantitativa, quanto aos aspectos da natureza humana que envolvem recuperar o que se vê, se ouve e se observa, como percepções relacionadas aos sentidos (LANGER, 2001; DENZIN; YNONNA, 2011; MARIAMPOLSKI, 2001; DENZIN; LINCOLN, 2018). Assim a pesquisa qualitativa captura um conjunto de propósitos associados ao significado e à sua interpretação, dá ênfase à subjetividade que se aplica tanto quanto à forma quanto ao conteúdo dos significados na vida das pessoas (MORGAN, 2014). Segundo Wilmot (2005), além disso, “visa proporcionar uma compreensão aprofundada do mundo, vista através dos olhos das pessoas que estão sendo estudadas” ( p. 53).

#### 4.2.1.2 Estruturação da busca do conhecimento: Propósito, processo e Resultados

Nosso planejamento inicial previa a utilização do método de pesquisa-ação nos moldes tradicionais, cujos padrões nos possibilitariam interagir, observar, compreender e atuar em campo, no “*face a face*” junto à comunidade local. Porém, o “novo normal”, definitivamente, mudou os nossos rumos. Como se sabe nos primeiros meses de 2020, a humanidade foi abalada pela pandemia do COVID-19, momento traumático que drenou as economias mundiais com medidas de *lockdown*, desafiou a ciência, ainda ceifa vidas<sup>63</sup> e expôs intenções

---

<sup>63</sup> Dados do Consórcio de Veículos de Imprensa, associação de empresas de comunicação criada para burlar o bloqueio de informações do Governo do Brasil no início da pandemia, totalizam hoje quase 700 mil mortes no país.

explícitas de necropolítica<sup>64</sup> de governos negacionistas, cujos impactos e consequências com muitas mortes ainda repercutem no momento em que finalizamos a redação desta tese. Diante da instauração desse novo quadro, julgamos necessário revisar o planejamento inicial e adaptá-lo à nova realidade com o apoio intensivo de facilidades disponibilizadas pela tecnologias da informação<sup>65</sup>. O processo de organização desta pesquisa, na busca do conhecimento, utilizou como base teórica de estruturação o conceito do “V” Heurístico de Gowin (1984), que interconecta domínios conceituais e metodológicos mediados pela dialética com focalização no objeto de estudo. Em termos práticos buscamos definir domínios relativos aos propósitos, aos fundamentos de construção do conhecimento e finalmente aferir confrontando a teorias, os resultados planejados ou esperados ao longo da trajetória de pesquisa.

Nessa perspectiva de domínios, iniciamos o “V” heurístico, reforçando como propósito a nossa concepção de mundo: o desejo e vontade de contribuir com o que somos e no que acreditamos e, imbuídos de valores que incluem, entre outros atributos, a solidariedade, a cooperação, a empatia, buscamos obter resultados sustentáveis como algo que possa ser compartilhado e impactante positivamente na vida das pessoas do bem.

Quanto ao processo de construção do conhecimento - metodologicamente, pesquisamos a revisão de literatura, com base em teorias, conforme já citado, que nos possibilitassem fazer reflexões, rever rumos e consolidar hipóteses e descartar antigas convicções. Desse modo obter o aprendizado teórico e prático, compartilhado à luz das experiências que alimentam o nosso vivido.

No que refere aos resultados planejados ou esperados, evoluímos da avaliação dos riscos e das fases para o planejamento da ação, até a adoção de estratégias de coleta e análise de dados que nos possibilitassem confrontar a realidade expressa nos registros de modo a

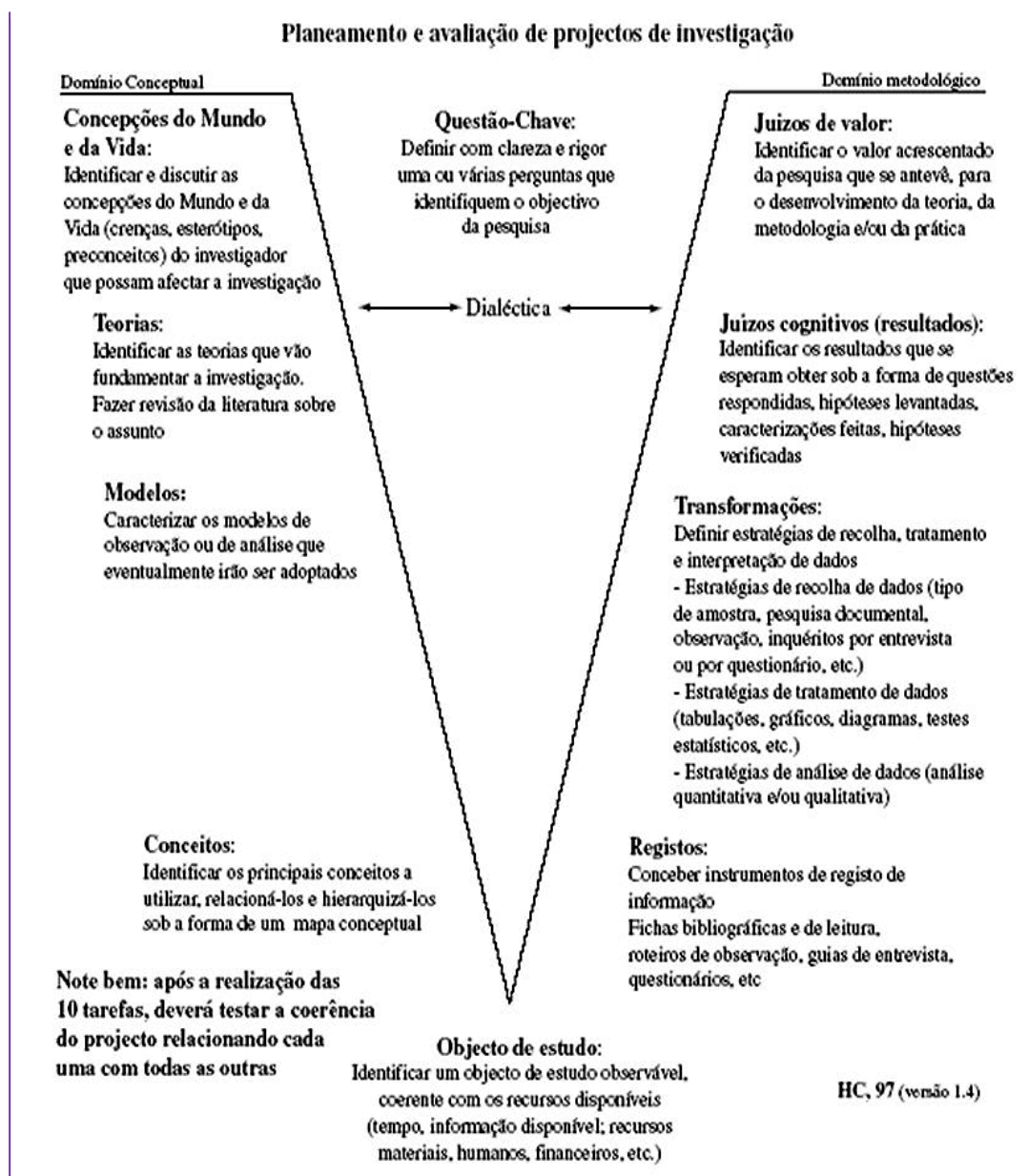
---

<sup>64</sup> O termo faz parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe. Mbembe nasceu na República dos Camarões, país da região ocidental da África Central, no ano de 1957 (63 anos). Em pleno século XXI, ainda há quem mantenha em suas práticas o conceito de raça “cientificamente desacreditado de sangue como identidade racial-étnica, mas que persiste na cultura contemporânea, reforçada pelos ecos históricos da pangênese a ser encontrada no mal-entendido popular da pesquisa de DNA” (DARITY, 2008, p. 296).

<sup>65</sup> O suporte da tecnologia da informação, com a utilização de ferramentas como mídias sociais, possibilitou fazer contatos, trocar dados e informações, obter documentos, fazer gravações, observar e participar de discussões em rodas de conversa e grupos focais, como forma de melhor entender como as pessoas agem, sentem e reagem e expressam as suas motivações e medos, e coletar memórias para o acervo do Museu de Memórias.

interpretá-los à luz das teorias. Daí, confrontá-los com nossos juízos cognitivos, afetivos e de valor (ético-moral) para transformar em conhecimento os processos que sustentaram ou desconfiguraram nossas expectativas teóricas<sup>66</sup>. A figura 9, a seguir, resume o V heurístico epistemológico de Gowin<sup>67</sup>.

Figura 9 - “V” heurístico epistemológico de Gowin



Fonte: Carmo; Ferreira (2008, p. 64)

<sup>66</sup> Nesse aspecto, cabe ressaltar que, seja por limitação desse pesquisador em lidar com as palavras, ou movido pelo desejo de liberar a imaginação, recorreremos a fotos, mapas conceituais e nuvem de palavras para permitir a visualização dos conceitos e resultados.

<sup>67</sup> Os termos que aparecem na figura obedecem a ortografia do português falado e escrito em Portugal.

#### 4.2.1.3 - Fundamentos da natureza investigativa da pesquisa-ação

O termo pesquisa-ação foi inicialmente utilizado em artigo do psicólogo social Kurt Lewin (1946), intitulado “Pesquisa de ação e problemas de minorias”<sup>68</sup>, onde reporta um trabalho de investigação com “a oportunidade de ter contato com uma grande variedade indivíduos, instituições e organizações, e buscavam apoio em questões de relações em grupo” (p. 201). Originalmente, o método de pesquisa-ação inicia com a teoria de campo, objetivando identificar as forças que se concentram no grupo ao qual o indivíduo pertence. Nessa pesquisa em trabalho posterior(1947), Lewin acentuou o fato de que procedimentos e padrões de comportamentos em um grupo representavam um algo mais do que um simples confronto em um campo de força, pois contribuíam com um papel positivo e relevante na aplicação das normas do grupo.

A pesquisa-ação, evoluiu como método de orientação construtivista-crítica, amplamente explorado a partir da década de 1940, não somente pelo próprio Lewin (1947), que buscava soluções para os problemas cotidianos mas por outros que o seguiram (COOPERRIDER; SRIVASTVA, 1987; MOEN; SOLVBERG, 2012). Para muitos de seus seguidores, tratava-se de um método orientado para desenvolver conhecimento e criar soluções para propósitos humanos, reunindo ação, reflexão, teoria e prática, com a participação em questões que fazem parte das preocupações individuais e coletivas de comunidades (REASON; ADBURY, 2008). Esse método incorpora o pesquisador como parte atuante no processo de pesquisa<sup>69</sup>, o que lhe permite compartilhar expectativas e motivações na busca do conhecimento. Reúne, ainda, um conjunto variado de disciplinas de diferentes modalidades, agregando várias abordagens e tipos (WHITEHEAD, MCNIFF, 2006; SHANKS, MILLER,-ROSENDALE, 2012; MILLS, 2014; NICODEMUS, SWABEY, 2015), com aplicação em vários campos de investigação científica das ciências sociais e da saúde (SELENER, 1997; (GREENWOOD; LEVIN, 2007; THIOLENT, 2009; ESCOBAR, 1995; JACOBSON, 1993). Thiollent (2009), por exemplo, considera a pesquisa-ação uma aliada fundamental do engajamento para um pesquisador. Para Somekh (2002) as características colaborativas da pesquisa-ação significam que os participantes, provavelmente, aprenderão

---

<sup>68</sup> O primeiro projeto de Pesquisa-Ação de Lewin foi investigar e reduzir a violência entre gangues adolescentes católicas e judias. Isso foi rapidamente seguido por um projeto para integrar a equipe de vendas em preto e branco em lojas de departamento de Nova York (MARROW, 1969).

<sup>69</sup> Em alguns casos como observador participativo, em outros como agentes de ação.

muito com o processo em si, todo interesse deve estar no que acontece no ato, e constar de um relato organizado de procedimentos para descobertas na pesquisa (p. 11). Portanto, os fundamentos básicos que sustentam a natureza investigativa da pesquisa-ação são pautados pelo engajamento do pesquisador ante às mudanças que se pretende. Caso sejam compartilhadas, democraticamente, a princípio não haverá conflito ao implementar junto aos participantes. Com efeito, para que a aplicação de um método de pesquisa-ação seja considerada efetiva é necessário que provoque algum tipo de mudança no grupo, caracterizada em um processo participativo e colaborativo que possa agregar todas as partes interessadas (LEWIN, 1947). Em sua outra obra este autor argumenta que esse processo participativo, sob o ponto de vista do pesquisador, lhe confere a possibilidade de observar participar e influenciar, o que paralelamente gera aprendizado para os indivíduos e grupos, além de provocar mudança de comportamentos (LEWIN, 1946).

Essa possibilidade nos motivou a utilizar esse método, fazendo uso, entre outros, do instrumento de observação participante adaptado a contextos virtuais (detalhes mais adiante). Assim, viabilizamos um processo que permitiu uma intensa utilização de mídias eletrônicas, tornando possível expandir a rede de colaboradores. Nessa perspectiva, criamos no *WhatsApp* o grupo “Memórias do Horto Florestal ” e, através dele, mas não exclusivamente, pudemos manter as relações de vida de longa data já desenvolvidas com os membros da comunidade, possibilitando enfrentar a pandemia na ausência de encontros presenciais.

#### 4.2.1.4 - A adoção do método de pesquisa-ação

A aplicação da pesquisa-ação, no âmbito de nosso processo, foi viabilizada por meio de intensa interação com os membros da comunidade. Utilizamos como instrumentos de pesquisa e coleta de dados reuniões on-line de rodas de conversas e grupos focais, com apoio de diversas ferramentas das tecnologias da informação. É importante ressaltar que, durante as discussões, foram observadas algumas situações onde emergiram questões que fugiram completamente ao escopo da pesquisa (que focalizava no processo de fazer emergir memórias para construção de um acervo de memórias do Museu do Horto), ou seja, temas sensíveis que trouxeram à tona problemáticas comunitárias variadas (que acolhemos e trabalhamos coletivamente paralelamente ao objetivo central da pesquisa). Em seu âmbito, foi possível ir para além dos registros das memórias positivas e negativas, fazendo emergir nossas



impressões acerca dos fatos e dados que estão em jogo em uma trajetória de realização comunitária.

No contexto dessa pesquisa-ação é preciso esclarecer previamente que há duas dimensões interconectadas, para se evitar confusões. No relato da história da pesquisa, que fazemos no capítulo de análise e interpretação, explicamos que a estratégia de ação foi fundamentada em um processo metodológico desenvolvido a partir do Projeto de Extensão “Comunidade do Horto Florestal: Ação e Transformação”, coordenado pelos pesquisadores Milton Campos, Aline de Carvalho e eu mesmo. Esse projeto, durante a fase anterior à pandemia, fazia parte integrante do processo de pesquisa, mas foi interrompido<sup>70</sup>. Também para esclarecimento é preciso dizer que, do ponto de vista da metodologia de preparação prévia à ação, o projeto de extensão se serviu do modelo de avaliação de Projetos comunitários como estratégia de planejamento da ação comunitária (WEISS; HUGUES, 2005), como será explicado adiante.

#### 4.2.2 Estratégias de amostragem

Nesta seção, relacionamos registros que passamos a chamar de “autênticos” para diferenciá-los (dos também autênticos) registros de “observações”. Graças ao primeiro, como o leitor verá, pudemos conhecer os pensamentos das pessoas identificadas com o local e, graças ao segundo, nossos registros de observações. Cabe lembrar que, enquanto membro da comunidade, também agindo como “sujeito da pesquisa”, a organização dessas memórias expressa meu vivido comunitário. Ambos os tipos de registro que levaram às “memórias” a serem incluídas no acervo, foram organizados dessa maneira (registros autênticos e de observações), confrontando as teorias que sustentam a pesquisa, conforme apresentados na subseção 5.5 (Reflexão teórica a respeito das memórias). Essas reflexões, para se evitar transcrições repetitivas, também estão resumidas em nuvens de palavras, produzidas a partir da totalidade das falas e observações recolhidas. Desse modo, consideramos que o processo de pesquisa-ação encaminhado com vistas a apoiar a construção do acervo de memórias do Horto Florestal pôde ser enriquecido<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Como informado, anteriormente, esse processo sofreu um corte abrupto com a chegada da pandemia de COVID-19.

<sup>71</sup> O termo “enriquecer” pode ser entendido como o ato de promover a maior interatividade e participação da comunidade com suas histórias, projetos, memórias e tradições culturais, como atores principais no processo em curso no dia a dia.

Com base no princípio teórico que “a qualidade dos registros é fator decisivo para a representatividade dos resultados da pesquisa” (MAY, 2002 p. 148) e tendo em vista os contratempos já citados com a pandemia do novo coronavírus, optamos por utilizar uma amostra de participantes voluntários retirados do afluxo de pessoas que comparecia aos nossos encontros presenciais<sup>72</sup> na comunidade, antes do *lockdown*, após avaliarmos os aspectos facilitadores e restritivos impostos pelas circunstâncias. Assim, optamos por amostras de conveniência, algumas vezes são consideradas como "amostras acidentais" porque os elementos selecionados na amostra estão situados no domínio dos referenciais pertinentes, onde o onde o pesquisador está realizando a coleta de dados (ETIKAN; MUSA; ALKASSIM, 2016).

#### 4.2.2.1 Amostragem de participantes

Pensar contribuições a partir da voz de legítimos representantes que pudessem representar a comunidade exigiu contar com participantes engajados aos propósitos associados ao projeto de coconstrução do acervo de memórias que pudessem efetivamente contribuir com a sua experiência, engajamento e ação. Como é sabido, uma amostragem geralmente não representa a população total (N) em qualquer forma estatística que possa ser produzida, mas deve ser escolhida para refletir a gama de pessoas nas quais o pesquisador está interessado (GREEN; BROWNE, 2005). Neste caso, por sermos originários da comunidade do Horto Florestal, faço parte da amostra.

Nesse sentido, utilizamos uma abordagem não probabilística tripla, onde a amostragem variou de acordo com o instrumento utilizado:

- Amostra por critério voluntário: (participando quem quer);
- Amostra por critério intencional de conveniência: na qualidade de morador que nasceu e cresceu na comunidade, realizar pesquisa nela é conveniente (pois além de ser membro nato tenho à mão familiares, amigos, conhecidos e ex-vizinhos com os quais convivi toda a minha vida) o que não seria o caso se quisesse que empreender um projeto análogo em outra;
- Amostra por critério tipológico: tipos representativos de grupos existentes na comunidade (por exemplo, o presidente da AMAHOR foi tipificado como “liderança”) responsáveis não somente por responder ao questionário, mas por servir, na fase da pandemia, de elo

---

<sup>72</sup> Houve situações (poucas) nesses encontros que atuamos em paralelo, dividindo NOSSAS participações alternadas com outras atividades em curso na comunidade.

multiplicador de contatos pela rede social com WhatsApp para obtenção das memórias da comunidade através de textos, fotos e vídeos compartilhados.

A primeira etapa na seleção moradores foi determinar se atendiam aos critérios de amostragem especificados, mas, principalmente se tinham laços fortes de comprometimento com a comunidade do Horto Florestal. Por critério voluntário, reunimos, preferencialmente, participantes que atendiam ao requisito de possuir algum nível de vivência na comunidade (FORREST; DUPPER, 2016; STEWART; SHAMDASANI, 1990). O tipológico contou com colaboradores com perfis de liderança informal, estudante universitário, morador acima da faixa etária de 60. Sem distinção, todos, de algum modo, viabilizaram a continuidade da pesquisa (HINOJOSA *et al.*, 2014; KRUEGER; CASEY, 2000). A tabela 8, a seguir, apresenta um breve perfil desses participantes, considerando cor, gênero e faixa etária:

Tabela 8 - Perfil de Participantes

Origem	Cor			Gênero <sup>73</sup>			Faixa Etária <sup>74</sup>		
	Preta	Parda	Branca	M	F	O	J	A	I
Moradores locais	52%	44%	4%	14	18	-	6	15	12
Ex. moradores		50%	50%	2	3	1	-	6	-
Recém chegados	-	-	100%	1	-	-	-	1	-
Totais				17	21	1	6	21	12

Legenda de gênero: M – Masculino F – Feminino O - Outros

#### 4.2.2.2 Amostragem de documentos

Neste processo, durante a pandemia, fizemos reuniões com a liderança da associação, utilizando o sistema de videoconferências *Google Meet*, oportunidade em que nos foi concedido acesso às bases de dados do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal (que estava, na prática, abandonado há anos), com o compromisso de avaliar alternativas para uma

<sup>73</sup> De acordo com o IBGE, gênero compreende as estatísticas sobre a forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres, criando padrões do que é próprio para o feminino e para o masculino e a partir destas compreensões estabelecem relações diversas e/ou desiguais nas várias dimensões da vida .

<sup>74</sup> Segundo Carvalho (2022) em Manual do ENEM (Geografia), a Faixa Etária distribui-se da seguinte forma: Jovem até 19 anos; adultos de 20 até 59 anos e idosos acima de 60 anos.

interação maior com a comunidade, decidimos ouvir, participar e agir. Esse posicionamento também foi utilizado como motivador para contatar pessoas a partir das referências documentais e fotográficas já existentes<sup>75</sup>.

No entanto a busca da maior interatividade foi uma ação que permaneceu em continuada agenda, daí, em rodas de conversas, surgiu a ideia de não depender apenas de acesso às páginas de terceiros e oferecer um espaço interativo à comunidade na Internet, adicionalmente, às ferramentas existentes. Nele projetamos descrições de fatos e dados que ganhassem vida na memória comunitária, com os registros fotográficos e documentos de modo que pudéssemos manter um fluxo continuado de contribuições da comunidade, ou seja: um espaço aberto, dedicado à comunidade onde todos pudesses enriquecê-lo, ao invés de ficar estacionado no tempo<sup>76</sup>.

#### 4.2.3 Processo de pesquisa-ação

O processo de pesquisa-ação iniciou-se, como já mencionado, em paralelo com o projeto de extensão “Comunidade do Horto Florestal: Ação e Transformação”<sup>77</sup>. Como sabido, esse processo sofreu um corte abrupto com a chegada da pandemia do COVID-19. No bojo dessa ruptura, tivemos que repensar como o processo de pesquisa-ação poderia ser preservado, sem a manutenção do contexto presencial. Essa reflexão nos levou a mudar de rumo, fazendo com que esta tese apresente uma experiência de pesquisa-ação realizada em duas etapas: “fase pré-pandemia” e “fase da pandemia”. Essa situação complexa nos levou a repensar a organização da pesquisa por fases.

Nesta subseção, apresentamos os instrumentos de coleta de dados comuns a ambas as fases, a saber, a “observação participante”, registrada graças à ferramenta de “tomada de notas”, com o objetivo de registro em “conversa (ações)”<sup>78</sup>:

---

<sup>75</sup> Em uma dessas reuniões, propusemos a criação de uma árvore genealógica que contasse a história local por meio de seu acervo documental, desde os primórdios da comunidade até os dias atuais. Infelizmente, a ideia foi abortada por questões de patrocínio relacionadas ao suporte financeiro do empreendimento e outras questões relacionadas à reivindicação de autoria, conforme registros de observações na trajetória de apoio às atividades de construção do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal.

<sup>76</sup> O espaço interativo à comunidade na Internet passou a ser uma alternativa concreta para viabilizar essa facilidade.

<sup>77</sup> São projetos distintos e não deve ser confundido com este de pesquisa.

<sup>78</sup> Conversa (ações) refere-se a uma adaptação análoga ao instrumento diário de bordo.

Na fase pré-pandemia, (re)iniciamos um processo de convivência com a comunidade (o uso do prefixo “re” deve-se em função do fato de nela ter nascido, mas ter definido um “marco inicial” para situar o período da pesquisa), orientado pela ferramenta de um questionário on-line, objetivando definir o perfil de um Modelo de Avaliação de Projetos Comunitários;

Na fase da pandemia, iniciada com a ruptura das relações presenciais, houve uma reestruturação completa da pesquisa, onde foram acrescentados instrumentos afins como as rodas de conversa e os grupos focais, cujos textos, áudios e vídeos foram registrados graças ao uso do aplicativo WhatsApp acerca da visão coletiva do local.

Nesse sentido, e tendo em conta esse fator complexo, apresentamos abaixo em primeiro lugar, o processo metodológico comum a ambas as fases, em segundo lugar o referente à fase pré-pandemia que, na verdade, foi o chute inicial para, em terceiro lugar, desenvolver a pesquisa que migrou para o espaço virtual em rede, na fase da pandemia. É importante ter em mente que faremos a distinção de fases da pesquisa no capítulo de análise dos dados.

#### 4.2.3.1 Estratégias de ação e coleta de dados comuns a ambas as fases da pesquisa

O método de pesquisa-ação é a base metodológica central utilizada nessa pesquisa. Assumimos a observação participante, entrevistas, grupo focal e roda de conversa, como instrumentos de pesquisa, todos avaliados como necessários, em sua diversidade, tendo em vista a necessidade de responder, resilientemente, aos diferentes desafios impostos num contexto de restrições com a pandemia do Covid 19.

##### 4.2.3.1.1 Observação participante

A observação participante é considerada um dos mais tradicionais métodos em pesquisa social que utiliza, recorrentemente, processos derivados da psicologia em um grau mais elevado de precisão no campo das ciências sociais. Segundo GIL (2008) em determinado momento, qualquer investigação no campo das ciências humanas e sociais deve basear-se na observação. Para Bakeman (2012), uma abordagem de pesquisa é influenciada pelo seu nível

de complexidade de escopo ou extensão. Segundo o autor, a observação pode ser inspiração para temas científicos interessantes no início de um projeto de pesquisa e ao evoluir pode fornecer impressões e experiências que podem ajudar a rever um problema de pesquisa, bem como demandar a necessidade de criar métodos adicionais e novas perspectivas teóricas, a fim de explorá-lo na melhor forma: De acordo com BAKEMAN, 2012, a qualidade de um bom trabalho de pesquisa depende, fundamentalmente, de conciliar a capacidade de observação com o registro dos dados, de modo que possam posteriormente somar em proveito da análise.

Marshall e Rossman (1999) definem a observação participante como a descrição sistemática de eventos, comportamentos e artefatos no cenário social escolhido para estudo”. Esse instrumento permite ao pesquisador descrever situações presentes, usando os sentidos, para fornecer um “retrato” da situação em estudo (ERLANDSON; HARRIS; SKIPPER; ALLEN, 1993), além de se aprender sobre as atividades das pessoas em estudo no seu ambiente natural, por meio da observação e participação dessas atividades em curso (DeWALT; DeWALT, 2002). Envolve um “olhar ativo” do pesquisador ao transcrever detalhes do campo com, talvez, o mais importante componente nesse processo, que é a paciência. Walliman (2011) acrescenta que a observação participante pode assumir diversas formas, dependendo do tipo de informações pesquisadas, seja por meio de entrevistas e questionários ou seja por meio de registros visuais, onde até mesmo sentidos como sons e cheiros podem ser representados e reproduzidos através de gravações. Segundo esse autor, o mais importante é que as observações sejam escritas ou registradas de alguma forma, de modo que possam ser posteriormente analisadas.

#### 4.2.3.1.2 Tomada de notas

A tomada de notas pode estar ou não associada a processos de pesquisa onde encontramos a adoção da observação participante, que é o caso da nossa investigação. A tomada de notas é uma das várias formas de registro em pesquisas qualitativas e pode ser feita por meio de redação, gravação de áudio e/ou vídeo, com suas respectivas vantagens e desvantagens (MUSWAZI; NHAMO, 2013).

Tradicionalmente, o instrumento de tomada de notas “é o processo de fazer anotações de transcrições de entrevistas, textos literários, atas de reuniões, registros históricos, memorandos e lembranças, documentos, em tempo real” (WALLIMAN, 2011, p. 73). No

entanto, o uso de computador possibilitou mais facilidades para registrar, classificar, codificar e dimensionar dados. Nesta pesquisa, o instrumento “tomada de notas” foi aplicado aos áudios *WhatsApp*. As gravações possibilitaram acelerar o processo de coleta e economizar tempo, além de fornecer um dado de coleta mais completo para nossos estudos e análises posteriores.

Para Emerson e colegas (2011) a tomada de notas adequada “é aquela que garante que o que se registra é algo capaz de contribuir para os resultados posteriores” (p. 13-16). É importante ressaltar que não há um padrão como se deve fazer a tomada notas” (SANJEK, 1990; EMERSON *et al.*, 2005; MAY, 2002). A maioria dos autores entende que o processo de tomada de notas deve gerar descrições concretas e fiéis do contexto do campo em estudo, sendo capazes de dar conta, de forma organizada, dos registros verbais e observáveis, bem como outras descrições particulares derivadas do comportamento humano observado (GALL *et al.*, 1996; MAY, 2002; EMERSON *et al.*, 2011; SANJEK, 1990; JOHNSON; JOHNSON, 1990; TINNY; NHAMO, 2013).

#### 4.2.3.1.3 Conversa (ações): uma Adaptação do instrumento Diário de bordo

Conforme já mencionado anteriormente, a mudança de rumos metodológicos com a pandemia trouxe incertezas e também a oportunidades de buscar soluções que pudessem manter a pesquisa e o controle das atividades no rumo certo. Afinal de contas migramos de um cenário planejado e conhecido para um espaço virtual em rede totalmente desconhecido. Como alternativa passamos a registrar as nossas atividades em algo semelhante a adaptação de um diário de bordo.

Em nossas incursões sobre esse instrumento, constatamos que não haver unanimidade de definições e conceitos sobre esse instrumento. Hess (2006), numa perspectiva formal, o caracteriza como um registro de acontecimentos diários que inclui: pesquisas, reflexões filosóficas, momentos especiais e particularidades íntimas entre outras manifestações afins, relativos à autoria, destinatários, modos e frequência dedicados aos processos de escrita e grau de intensidade dos registros.

Coguiéc (2016), numa visão operacional, define diário de bordo como um instrumento de pesquisa que dialoga com os registros de dados ou fatos e produz uma espécie de

reordenação do acontecido e/ou imaginado, exprimindo as reflexões subjetivas que são desencadeadas pelas vivências do autor ou pesquisador que documentam os rastros do vivido.

Blum e Fools (1986) relativiza o formalismo estrutural de rígidas anotações, cronologicamente narradas numa pesquisa, e dá uma maior ênfase ao resultado a partir do processo metodológico. O autor considera que o significado de uma pesquisa deve ter como premissa básica a melhor comunicação, seja por escrito e verbalmente. Os modos e descrições utilizados nessa comunicação devem apresentar dados e formatos organizados em estruturas descritas que enfatizem a compreensão conceitual, e não a cronologia dos processos de descoberta<sup>79</sup>. Reafirma, no entanto, que os registros de não prescindem de ser claros, precisos com origem nessas descrições (p. 51).

No entanto é importante lembrar que nenhum desses autores citados, seja Hess (2006), Coguiec (2016), Blum e Fools (1986) teve a possibilidade de refletir e agir sobre o tema diário de bordo em um contexto atípico de pandemia, onde outros fatores incidentes emocionais e psicológicos sobre a realidade exigiram repensar procedimentos preestabelecidos e, conseqüentemente, as nossas estratégias de ação.

#### 4.2.3.2 Planejamento da ação presencial: Fase pré-pandemia

Nossa trajetória na fase pré-pandemia teve seu início presencial em 2019, em paralelo com outras ações comunitárias já em curso na comunidade. Tivemos sempre o cuidado de manter equidistante o nosso papel de, ao mesmo tempo pesquisador e de sujeito oriundo da comunidade.

Nesse processo a Associação de Moradores, na pessoa de seu presidente, sempre foi a âncora das nossas iniciativas. De nossa parte sempre tivemos o cuidado de não atuar de modo a ser confundido como uma liderança informal durante a nossa trajetória de pesquisa-ação envolvendo convivência, observação e registro. É importante enfatizar que nem todos os processos de tomada de notas estão relacionados à observação participante, processos usualmente relacionados com investigações etnológicas dentro do campo da antropologia

---

<sup>79</sup> A inserção de grifo é nossa.



(FLICK, 1998). Eles podem ser, simplesmente, registros de observação para utilização em pesquisas dessa natureza.

No nosso caso, de uma pesquisa-ação onde, para além de um processo etnológico clássico, atuamos em processos de convivência com o estabelecimento de objetivos compartilhados com os membros da comunidade, obtidos dos questionários e rodas de conversa e dos grupos focais). A esse tipo de coleta, ordenada narrativamente pelo pesquisador, chamamos de “conversa (ações)” Carvalho e colegas (2020).

O uso de ‘conversa (ações)’, portanto, não se confunde com notas de observação que é um instrumento de pesquisa tradicional consagrado nas ciências humanas e sociais, notadamente no contexto da educação (BURGESS; BULMER, 1981). Citamos expressamente essa disciplina porque na pesquisa-ação que foi desenvolvida, teve seu caráter pedagógico, é claro, na medida em que os resultados da construção de um acervo de memórias visam não somente a preservação da história da comunidade, mas educação coletiva com vistas à sua transformação. Ainda assim, é importante salientar que, para fins dessa pesquisa, consideramos nossos registros de convers (ações) como um registro de narrativas onde ordenamos o conjunto de todos os dados recolhidos, ou seja, as memórias para o acervo.

Realizamos um planejamento e uma avaliação, ambos prévios, mas desenvolvidos concomitantemente à ação com o desenvolvimento paralelo do projeto de extensão “Horto Florestal: Ação e Transformação”, onde foram realizados vários encontros presenciais sob a forma de rodas de conversas, lanches coletivos e celebrações festivas. Os registros das observações participantes e vivências com os membros da comunidade constam dos registros de conversa (ações) que compartilhamos, sempre tendo como interlocutor o presidente da associação. Além dos dados desses instrumentos comuns a ambas as fases, na da pré-pandemia, no que tange ao planejamento e início da ação, coletamos dados prévios através da matriz RACI, *modelo de avaliação de Projetos comunitários* (questionários on-line).

#### 4.2.3.2.1 Matriz RACI: Instrumento de planejamento prévio à ação

O instrumento de planejamento utilizado foi a Matriz RACI<sup>80</sup>. Nela estão descritas as atribuições dos participantes nas diversas fases da pesquisa, incluindo: Pesquisador, Associação, Colaboradores, Parceiros Técnicos e Parcerias Externas. Na matriz é identificada a atividade e quem é “responsável” (R) pela sua execução, quem “aprova” (A) o seu resultado, quem precisa ser “consultado” (C) e quem precisa deve ser “informado” (I) (COELHO *et al.*, 2014). O enquadramento dos participantes por atividade e tipo de participação evita a superposição de tarefas e facilita a compreensão de todos envolvidos, não acrescentando mais reações e desentendimentos de algum conflito de juízo de valor. “A clareza da definição de prestação de contas e responsabilidade é importante na definição de papéis dentro de projetos realizados” (MCGRATH; WHITTY, 2018, p. 688).

Tabela 9 - Planejamento das etapas do processo de pesquisa - Matriz R.A.C.I.

Etapas	Papéis dos Participantes			
	Execução	Aprovação	Consultado	Informado
1- Alinhamento de expectativas, com a utilização do método de pesquisa-ação <sup>81</sup> .	Pesquisador	Associação e colaboradores	Parceiros técnicos	Parcerias externas
2 -Definição dos instrumentos de coleta de dados, tendo em vista os eventuais riscos quanto às restrições do isolamento social.	Pesquisador	Associação e colaboradores		
3 - Mobilização de grupos focais e reposicionamento das estratégias de pesquisa-ação em vista da pandemia (COVID-19).	Pesquisador	-	Associação e colaboradores	-
4 - Definição de amostras de sujeitos e documentos e de instrumentos de pesquisa (questionários, rodas de conversa e grupos focais, tomada de notas e observação participante).	Pesquisador	-	Associação e Colaboradores	-
5 - Submissão de testes de validação de questionários por meio eletrônicos.	Pesquisador	Colaboradores	Associação	-
6- Coleta de dados para registros da memória coletiva, à luz de referenciais teóricos da pesquisa.	Pesquisador	-	-	-
7 - Realização de coleta de dados da memória coletiva.	Pesquisador	Colaboradores	-	
8 - Análise e interpretação dos dados coletados (áudios, fotografias, textos, vídeos).	Pesquisador	Colaboradores	Parceiros técnicos	-

<sup>80</sup>R.A.C.I. – Abreviatura dos termos em inglês: *Responsible, Accountable, Consulted e Informed*.

<sup>81</sup> Atividades contingenciadas com o advento da pandemia de COVID-19.

Etapas	Papéis dos Participantes			
	Execução	Aprovação	Consultado	Informado
9 - Submissão de testes de validação de itens do <i>modelo de avaliação de Projetos comunitários</i> por meio eletrônicos.	Pesquisador	Colaboradores	Parceiros técnicos	Parcerias externas
10 - Simulação do modelo de avaliação de Projetos comunitários no projeto de extensão “Ação e Transformação”.	Pesquisador	Colaboradores	Parceiros técnicos	Parcerias externas
11 - Disponibilização de dados coletados (áudios, fotografias, textos, vídeos) para o acervo de memórias do Museu do Horto Florestal.	Pesquisador	Associação	Colaboradores	Parcerias Externas
12 – Criação do espaço interativo na Internet para Acervo de Memórias do Horto Florestal.	Pesquisador	Associação	Colaboradores	Parcerias Externas

#### 4.2.3.2.2 Modelo de avaliação de Projetos comunitários: Instrumento de avaliação prévio à ação

O modelo de avaliação de Projetos comunitários (MAPC) visa orientar a fase mais adequada, dependendo do empreendimento, ao propósito de aumentar as chances de uma realização para resultados sustentáveis. Trata-se de uma ferramenta que adaptamos da área da gestão, mas julgamos apropriado utilizá-la em nossa pesquisa porque as fases que identifica em empreendimentos organizacionais são análogas àquelas que encontramos em empreendimentos sociais comunitários, como é o caso das contribuições para o acervo de memórias local. Partimos do pressuposto de que a sustentabilidade de intervenções em uma comunidade como a do Horto Florestal, que vive em contexto social adverso, depende de uma abordagem progressiva, onde podemos seguir certas fases, alinhadas com as necessidades.

O modelo de avaliação de Projetos comunitários parte da aplicação um questionário, visando uma análise que oriente ações, foi proposto no artigo intitulado *Want Collaboration? Accept - and Actively Manage* (WEISS; HUGHES, 2005). Nele, são avaliados parâmetros predefinidos (Alto, Médio e Baixo) para as questões formuladas, de modo a definir o perfil de um projeto a ser realizado.

Os resultados das avaliações realizadas com esse instrumento (cálculo de frequência), ainda que quantitativos, sugerem possíveis melhores caminhos para que o pesquisador possa trocar experiências com os grupos com os quais queira colaborar em empreendimentos<sup>82</sup>. A adequação do perfil do projeto à abordagem da comunidade visou promover o conviver e construir juntos, evitar desperdícios, sobrepujar “fogueiras das vaidades”, criar vínculos colaborativos fortes e, fundamentalmente, reduzir a frequência de ou minimizar conflitos.

Embora a publicação da revista da *Harvard*, onde o artigo de Weiss e Hugues foi apresentado, seja orientada para o mundo empresarial, adequamos a estratégia do *modelo de avaliação de Projetos comunitários* para fins de planejamento da jornada de construção comunitária coletiva por pressupor que tratar os conflitos<sup>83</sup> e não os ignorar seja não somente correto, mas essencial no lidar com grupos complexos. A figura 10 a seguir apresenta o fluxo do processo do modelo de avaliação de Projetos comunitários.

Figura 10- Fluxo do processo de avaliação



Fonte: Autor

<sup>82</sup> As questões do modelo de avaliação de Projetos comunitários (MAPC) foram previamente submetidas à avaliação através de teste metodológico para eliminar formulações ambíguas e permitir clareza na sua elaboração final.

<sup>83</sup> Para Weiss e Hughes (2005), o conflito é percebido como um componente natural a ser trabalhado. Portanto, não deveria ser ignorado pelos gestores, de modo que pudessem contar com a colaboração e a confiança de todos.

#### 4.2.3.3 Continuidade da ação: Fase da pandemia

##### 4.2.3.3.1 Estratégias de coleta de dados

Durante os estádios iniciais desta pesquisa, refletimos muito sobre o modo através do qual poderíamos capturar a “essência do local” e outros temas que fossem considerados mais representativos em termos de se investir esforço para contribuir com o acervo de memórias do Museu do Horto Florestal. Como se sabe, o Horto Florestal, é assumido nessa pesquisa como uma entidade abstrata, um espaço físico geográfico onde vivem e convivem pessoas.

A medida em que pesquisávamos obras relevantes de autores que se debruçaram sobre o tema da memória coletiva, ficou cada vez mais claro que teríamos que passar a explorá-lo sob uma nova perspectiva, ou seja, considerar o “Horto Florestal” a partir do que seus moradores pensam dele. Esse território se confunde com a própria história de vida das pessoas na comunidade, na medida em que há uma espécie de relacionamento simbiótico onde o espaço, que é material e simbólico, oferece aos moradores seus recursos, sua história e seu ambiente natural, e que seus moradores buscam preservar por conta de sua necessidade de moradia, mas também (ainda que somente parte da população, nesse caso) como patrimônio histórico de sua gente e meio-ambiente que precisa ser protegido.

Nesse sentido, conjecturamos que nada seria mais adequado do que ser minimalista e administrar um questionário de uma única pergunta que poderia ser respondida por texto, áudio ou vídeo pela Internet (no caso, através da ferramenta que escolhemos: o aplicativo *WhatsApp*). Além desse instrumento também organizamos rodas de conversa e grupos de discussão virtuais que também geraram dados em texto, áudio e vídeo. A figura 11 apresenta, esquematicamente, as fases da estratégia de coleta de dados da fase da pandemia:

Figura 11- Estratégia de coleta de dados (fase da pandemia)



Fonte: Autor

#### 4.2.3.3.2 Modalidades de registros de dados

À guisa de introdução, é importante relembrar que o *modus operandi* da coleta dos dados na fase da pandemia teve o suporte fundamental de tecnologia da informação, com a utilização de ferramentas e mídias sociais que nos possibilitaram fazer contatos, trocar dados e informações, obter documentos, fazer gravações, observar e participar de discussões em rodas de conversa e grupos focais, como forma de melhor entender como as pessoas agem e reagem, e também pensam, sentem, julgam ao se expressar.

Esse suporte viabilizou o processo através das seguintes ferramentas: *Google Meet*, *WhatsApp* e *Gmail*, para coletar dados, fazer observações, discutir temas, gravar e transcrever áudios e vídeos e, ao mesmo tempo, aferir o grau de motivação e evolução das atividades, conforme o planejamento da pesquisa. Em resumo, a tecnologia da Informação facilitou a interação e o melhor entendimento acerca dos fatos e dados produzidos pela ótica dos sujeitos

na trajetória da pesquisa, permitindo criar vínculos participativos mútuos em empreendimentos colaborativos que enriqueceram o processo e pesquisa<sup>84</sup>.

#### 4.2.3.3.2.1 Registros “autênticos”

Não há como negar a importância de buscarmos referências positivas e negativas a partir da percepção dos moradores, uma vez que as experiências no território são capazes de influenciar e alterar as cognições, afetos e comportamento das pessoas (HEFT, 2001). Proshansky e colegas (1983) reforçam essa convicção quando percebem a comunidade como algo que posiciona as pessoas no coletivo e as identifica em seu espaço geográfico e social. Para explicitar essa relação de autenticidade, remetemos a Lewin (1951), que propôs a seguinte expressão para identificação de pessoa e ambiente:  $C = f(P, A)$ . Ou seja: Todo comportamento (C) é derivado de uma função (f) que envolve as pessoas (P), ambiente (A) e, o mais importante, a plena interação entre os dois.

Nessa perspectiva, entendemos como registros “autênticos” produtos da memória coletiva considerados pertinentes com os critérios e objetivos da pesquisa. Como mencionamos, os dados foram coletados, transcritos<sup>85</sup>, analisados, classificados por frequência de citação e vinculados à documentação composta de imagens, fotografias, vídeos e áudios, como um legado para contribuir com o acervo de memórias do Museu do Horto Florestal <sup>86</sup>, um empreendimento comunitário social, que tem a finalidade de resgatar a memória histórica e atual da comunidade na linha do tempo e objeto de estudo nesta pesquisa.

#### 4.2.3.3.2.2 Registros de observação

Os registros de “observação” enfocam temas sensíveis como os político-ideológicos, referentes a conflitos de liderança, desinformação, desconhecimento e omissão, entre outras manifestações que culminaram, inclusive, em não participação de alguns moradores na

---

<sup>84</sup> Assumimos o desafio e o compromisso acadêmico dentro das normas de pesquisa, de conciliar os papéis de pesquisador e sujeito de pesquisa, por ter nascido e sido criado nessa comunidade histórica do Horto Florestal, no Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente.

<sup>85</sup> Todos os registros disponibilizados foram associados a fatos, documentos e imagens e vídeos, e foram disponibilizados à Associação de Moradores para integrar o acervo de Memórias Museu do Horto .

<sup>86</sup> Espaço Interativo do Acervo da memórias do Museu do Horto:  
<https://lutherfernandes.wixsite.com/almirfernandes/in%C3%ADcio>

pesquisa. São, portanto, registros de depoimentos de moradores, mas coletados subjetivamente através da estratégia de observação participante, registrada pela estratégia da tomada de notas, que compuseram nossas conversas (ações) com o objetivo de ressaltar problemas não necessariamente alinhados com as memórias que gostaríamos de coletar para o acervo de Memórias Museu do Horto Florestal .

No plano externo registramos questões relativas a recursos financeiros, conflitos de reivindicação de direitos de autoria, além de dificuldade de acesso ao site do Museu do Horto Florestal para contribuir com o acervo. Todos os registros foram analisados e serviram de subsídios para que pudéssemos entender a trajetória de realização compartilhada do acervo, enquanto um empreendimento social comunitário. Atuamos como observadores participantes, como já explicado, ação que permitiu orientar a identificação de manifestações on-line, a respeito de problemas diversos, nos depoimentos surgidos de várias fontes como a trocas de mensagens, interações em rodas de conversas realizadas em “lives” e grupos focais. Ressaltamos novamente que todos os dados retirados de todas as fontes de coleta de dados compuseram nossa adaptação de diário de bordo ou conversa (ações) .

#### 4.2.3.3.2.3 Memórias do pesquisador

Esses registros incluem minhas lembranças pessoais acerca de vivências no território, o que se justifica pelo fato de ter nascido e sido criado nessa comunidade histórica do Horto Florestal no Rio de Janeiro. Tal condição me impôs o desafio de conciliar, simultaneamente, os papéis de pesquisador e de “sujeito” de pesquisa. É importante observar que a inclusão dessas memórias não deve ser confundida com uma autobiografia<sup>87</sup>. Na perspectiva de Coetzee (1992), “contar a história da vida de alguém significa recuperar algumas memórias ou parte do todo delas” (p. 17). O relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo, mas ambos acabam se identificando, sobretudo quando os objetos são também sujeitos sociais (GIL, 2008). Essas memórias também compuseram o diário de bordo.

#### 4.2.3.3.3 Instrumentos de coleta de dados

---

<sup>87</sup> Onde o autor é tema central da pesquisa.



Na fase pré-pandemia partimos do planejamento e avaliação da ação e coleta de dados de questionário on-line e observação participante. Demos início a tomada de notas para construção do diário de bordo sob o enfoque de conversa (ações).

Na fase da pandemia, o processo anteriormente presencial se tornou virtual. Utilizamos uma só questão tema como ponto de partida para as rodas de discussão e grupos focais, ou seja, as respostas foram utilizadas como mecanismos de disparo de discussões. Nesse sentido foram duas discussões em grupo: um sobre memórias positivas e outro sobre as negativas (que veremos abaixo). A seleção desses instrumentos foi feita com base em análise dos eventuais riscos de um processo feito à distância, tendo em vista as restrições impostas com o isolamento social pelas autoridades estaduais e municipais (já que as federais ignoraram a pandemia até se renderem, muito tardiamente, a pressões populares, empresariais e políticas, no bojo de centenas de milhares de mortos). Para essa avaliação, confrontamos as expectativas teóricas no uso dos instrumentos com os riscos da realidade imposta com a pandemia<sup>88</sup>.

#### 4.2.3.3.3.1 Questionários on-line

Nessa fase da pesquisa, utilizamos um questionário qualitativo aberto on-line de apenas uma pergunta: “Quais são suas memórias positivas e negativas acerca do Horto Florestal?”. Teve como objetivo coletar memórias, na sequência da primeira resposta (criando assim, conversas), para compor os registros autênticos da comunidade do Horto Florestal, de modo a registrar, coletivamente, em textos, áudios e vídeos suas ideias, opiniões, percepções e valores acerca da vida no território, entendido como uma personagem integrante do seu vivido. Os passos seguintes na condução desta pesquisa comprovaram que essa abordagem simplificadora parece ter sido correta pois questionários com múltiplas escolhas ou quaisquer outros meios que pudessem induzir respostas não seriam adequados. Cabe precisar que o questionário era aplicado e utilizado, na sequência, como fundamento temático para as discussões em roda de conversa e grupos focais.

#### 4.2.3.3.3.2 Grupos focais

---

<sup>88</sup> O critério para avaliação dos riscos confrontou, para cada um dos potenciais instrumentos metodológicos de pesquisa, os riscos potenciais envolvidos na migração do campo real para o ambiente virtual.

Grupos focais têm sido referidos como processos de coleta de dados em pequenos grupos e usados por pesquisadores. O objetivo desse instrumento de pesquisa é o de obter informações e de receber *feedback* instantâneo acerca de um tema. Esse tipo de coleta de dados tem o objetivo de explorar o que pensa um grupo de pessoas previamente selecionadas a respeito de um tema específico (MORGAN, 2014).

O grupo focal é, portanto, uma técnica que pode ajudar a envolver uma comunidade no processo de pesquisa e oferece uma oportunidade de se pesquisar não apenas as experiências e atitudes das pessoas, mas como elas se comunicam em um ambiente relativamente natural (GREEN; BROWNE, 2005). Os participantes são selecionados, habitualmente, usando amostragem intencional ou de conveniência (STEWART; SHAMDASANI, 2014). Essa perspectiva foi a que escolhemos; a intencionalidade veio da motivação para a busca de membros da comunidade do Horto Florestal e a conveniência por conta de sermos membros natos dela. Como explicaremos na subseção seguinte, adotamos uma estratégia onde, quando os debates se iniciavam, entendíamos os encontros coletivos mais como grupos focais quando definiam objetivos (como a construção do acervo) e mais como rodas de conversa quando se concentravam na emergência espontânea de temas relacionados com os pontos positivos ou negativos da vivência na comunidade do Horto Florestal. Os dois debates sobre memórias tiveram mais um caráter de roda de conversa do que de grupo focal. No entanto, outros encontros de trabalho para a preparação das contribuições para o acervo de memórias do museu do Horto Florestal pode ser considerado mais como grupos focais.

#### 4.2.3.3.3 Rodas de conversa

As rodas de conversa não têm como objetivo a busca diretiva de obtenção de informações como nos grupos focais, mas de se criar ambientes de trocas onde as ideias, opiniões, juízos e percepções emergem de maneira espontânea. O seu aparecimento - ao menos através do registro mais antigo na literatura que pudemos identificar - iniciou-se há cerca de duas décadas no Brasil, para uso em contextos educativos com o objetivo de colocar alunos em roda para conversar (WARSCHAUER, 2001). Ao longo desse período, passou a figurar com frequência nas práticas de pesquisa vivenciais, como as cartográficas e, também, como substituto retórico para os antigos debates coletivos, mal se distinguindo destes. Passou também a se constituir como forma de difusão midiática nas redes sociais (em vez de “debate”, “seminário”, quando, na verdade, tratava-se, na maioria dos casos, da mesma coisa). Mais

recentemente, passou a ter um papel, na pesquisa, análogo ao do grupo focal para “coleta de dados” (o que, de certa maneira, é incompatível com a proposição epistemológica que abriga com mais frequência seu uso nos processos cartográficos onde não se aceita a ideia de que uma vivência seja um “dado”) com a apresentação, muitas vezes, de definições que acabam por se assemelhar. Por exemplo:

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta. (...) Assim, a roda de conversa não é algo novo, **a ousadia é empregá-la como meio de produzir dados para a pesquisa qualitativa.** (MOURA; LIMA, 2014, p. 101; grifo nosso).

Nesta pesquisa, como registramos situações sobre temas sensíveis, notadamente em um momento de restrições do isolamento social, aproximando ainda mais os colaboradores assíduos mais internalizados neste estudo, as discussões transcorreram livres de imposições que pudessem, de nossa parte, impor juízos de valor ou comprometer a autenticidade dos registros. Nesse sentido, alguns dos encontros se situaram, em uma escala indo do grupo focal à roda de conversa, mais próximo da definição de um ou da outra dependendo de seu desenvolvimento. Ou seja, às vezes quando reuníamos um grupo com o objetivo de obter respostas a questões da comunidade (grupo focal), este se transformava em um encontro de emergência de percepções que não levavam a respostas e, inversamente, às vezes uma roda de conversa espontânea acabava por buscar respostas a questões. Como ressaltamos na subseção anterior, os encontros para levantar as memórias se desenvolveram mais proximamente dentro do conceito de roda de conversa do que de grupo focal. Os encontros organizativos que levaram à preparação das contribuições para o acervo de memórias do museu do Horto Florestal tiveram um caráter mais próximo dos grupos focais.

#### 4.2.4 Estratégia de análise dos dados

Quivy e Campenhaut (1998) acentuam que o pesquisador não deve se perturbar com uma profusão de informações e observações precisas e pormenorizadas, sem antes entender o contexto daquelas que estejam nas dimensões essenciais do problema a ser estudado. Estes autores ainda consideram que a melhor forma de proceder consiste, muito simplesmente, sem

dúvida, em anotar sistematicamente, sem dúvida, em anotar, em tão depressa quanto possível, em um diário com todos os fenômenos e acontecimentos observados, bem como todas as informações recolhidas que estejam ligadas ao tema (p. 83). “Uma vez que uma história é contada, ela não pode ser chamada de volta. Estará solta no mundo à avaliação do mundo; temos que ter cuidado com as histórias que contamos e as que nos são contadas “ (KING, 2003, p.10).

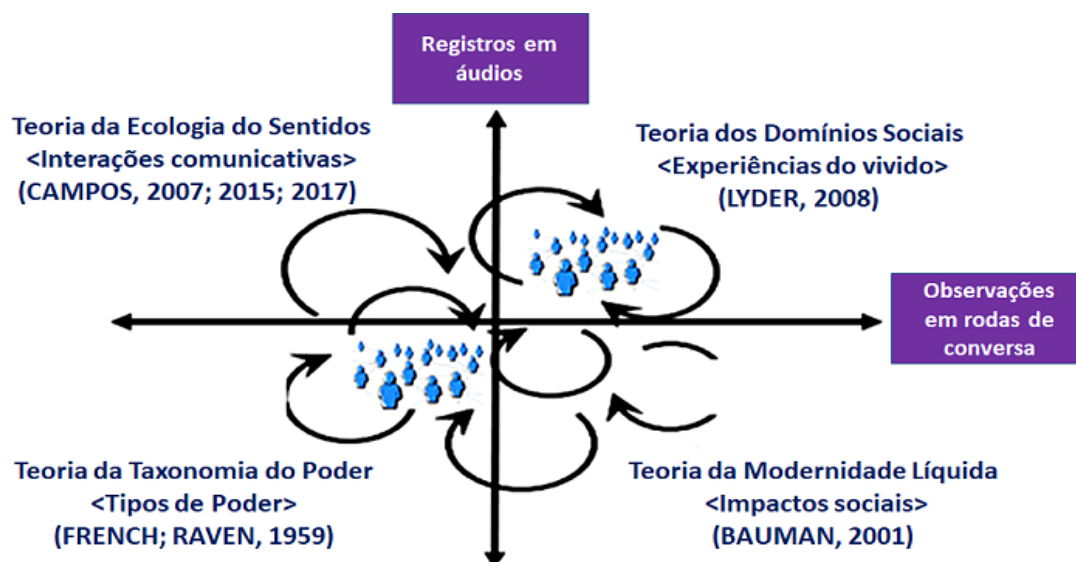
Na tese selecionamos, para fins de análise, apenas parte dos registros relativos à interação comunicativa, à trajetória de construção coletiva e aos conflitos e particularidades decorrentes no âmbito da comunidade, com temas sensíveis, que vão de aspectos políticos, ideológicos no confronto com a liderança, até os da desinformação, do desconhecimento e da omissão intencional dos participantes, seja por razões pessoais, específicas, seja por questões externas relativas a custeio e recursos financeiros e conflitos causados por reivindicação de autoria de outrem no acesso ao site do Projeto Museu do Horto Florestal. Todos os registros deste estudo serviram de subsídios para entender a trajetória de realização compartilhada no empreendimento social comunitário de construção de um diário de bordo contendo o acervo da memória da comunidade.

Para efeitos didáticos, organizamos a análise dados por grupamentos teóricos, que as remetem às interações comunicativas na trajetória de construção coletiva (ecologia dos sentidos), às experiências do vivido nas dimensões pelas quais as pessoas se relacionam no ambiente social, onde efetivamente a realidade social acontece (domínios sociais), aos vieses do exercício do poder e autoridade, em suas diferentes formas de influência e na construção coletiva (taxonomia do poder) e, finalmente, aos impactos derivados das carências e demandas emergenciais da comunidade (modernidade líquida).

A Figura 12, a seguir, apresenta a maneira como vinculamos os registros autênticos, de observação e de memórias do pesquisador, que convergiram com as abordagens teóricas que sustentam essa pesquisa. Note-se que o sentido bidirecional das flechas na horizontal e vertical visa apenas dar uma ideia do processo dinâmico da comunicação, expresso em um fluxo *In*, no que está implícito, e *Out*, no que está explícito, Esta dinâmica enfoca, na parte superior no primeiro quadrante, as interações comunicativas vinculadas à teoria da Ecologia dos Sentidos; à direita às dimensões da experiência do vivido relacionadas com a abordagem teórica dos Domínios Sociais; abaixo à esquerda, temos o exercício do poder e autoridade,

além da problemática da liderança, entendidas pela teoria do Poder e, finalmente, abaixo à direita, a problemática da violência colonizatória através da teoria da Modernidade Líquida.

Figura 12 - Interpretação dos dados à luz dos referenciais teóricos



Fonte: Autor

## 5 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

### 5.1 O processo da pesquisa-ação e Conversa (ações)

Nesta subseção, apresentamos uma breve história da nossa vivência empírica no processo da pesquisa-ação. Utilizamos abordagens referenciadas por Carvalho e colegas (2020) com uma analogia de Diário de bordo narrada em Conversa (ações) e por Blum e Fools (1986), que apresentam dados e formatos organizados em estruturas descritas que enfatizam a compreensão conceitual e não a cronologia dos processos de descoberta. Nossos registros fazem referências a falas e documentos audiovisuais de outros moradores que organizamos para a construção do acervo, mas que não serão citadas literalmente porque serão apresentadas com detalhes nas seções seguintes desse capítulo, referentes aos dados da fase pré-pandemia e da fase da pandemia. Cabe ressaltar que nesses registros a primeira pessoa é utilizada quando lançamos mão de nossas próprias memórias<sup>89</sup>, reunidas com as dos demais moradores pesquisados.

Nossa jornada de pesquisa teve início em março de 2019, quando fomos, pessoalmente, procurados pelo presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto Florestal que, em nome da comunidade, pediu apoio na questão do resgate da memória histórica local, num empreendimento denominado Museu do Horto Florestal.

Naquela oportunidade procurava unir esforços para contrapor as ações percebidas como tentativas de apagamento da memória histórica local. Para se ter uma ideia, o acesso a objetos nos porões do casarão colonial Solar da Imperatriz, remanescentes que lá registravam um tempo de escravidão (correntes, grilhões, ferramentas e utensílios domésticos), hoje estão com acesso proibido e pairam dúvidas sobre a sua preservação. No entanto, esse patrimônio histórico negro persiste na lembrança dos moradores mais velhos, e precisa ser resgatado, pelo menos a partir das memórias a serem passadas de geração em geração na comunidade.

Nesta perspectiva, por se tratar de um museu virtual, esperávamos contar com uma experiência comunitária de construção coletiva. Assim, primeiramente nos reunimos com a liderança para entender melhor as suas dores e necessidades. A AMAHOR já contava com

---

<sup>89</sup> Morador tendo nascido e vivido no local.

algumas iniciativas anteriores nessa linha e também buscava parcerias para outras atividades, como oferecer cursos em oficinas profissionalizantes gratuitamente à comunidade.

Aceitamos o desafio e evoluímos em reuniões com as partes envolvidas. Ali vislumbramos a oportunidade de retornar à comunidade com um projeto de pesquisa-ação que fosse argumento para reunir as partes interessadas em torno de um objetivo comum: O acervo de memórias local. Paralelamente estávamos iniciando também o projeto “Ação e Transformação” com jovens e adultos da comunidade do Horto Florestal e alunos da UFRJ, para o qual planejamos encontros temáticos mensais para discutir assuntos avaliados como de alto interesse pela comunidade, incluindo: Cidadania, Inclusão Social, Lideranças, Projetos Comunitários, Ecologia, Comunicação em Rede e Tradições culturais locais, o que foi feito até que teve início o estresse da pandemia<sup>90</sup>.

## 5.2 Fase pré-pandemia

### 5.2.1 Análise dos resultados - Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários

A coleta de registros foi feita por meio de áudio *WhatsApp*, por sugestões de colaboradores. Inicialmente, submetemos a teste um questionário on-line (*Google* formulários) a seis moradores, escolhidos aleatoriamente, mas também me incluindo (enquanto preparador e respondente do questionário). Assim propomos um conjunto de dez questões, abordando diferentes aspectos relativos à “personagem” Horto Florestal. Os resultados ficaram muito abaixo das expectativas, tanto em termos de conteúdo (considerado muito extenso) quanto operacionalmente (difícil através do uso de e-mails). Desse modo, optamos por consenso, a fazer a coleta apenas via *WhatsApp*, com uma pergunta intencionalmente aberta para permitir que cada sujeito pesquisado pudesse melhor expressar a sua visão do local em áudios espontâneos. Portanto, sem induzir temas ou situações que pudessem influenciar nas respostas da recuperação da memória dos fatos vividos no local ou, de algum modo, inibir a maior liberdade de reflexão dos sujeitos pesquisados: Quais as suas melhores e piores lembranças do Horto Florestal?

---

<sup>90</sup>. O método nesse projeto previu sessões de imersão com grupos de discussão in loco com a participação de membros da comunidade do Horto Florestal, vinculados à temática no contexto psicossocial em perspectiva, e alunos da UFRJ e parcerias. As discussões seriam realizadas presencialmente.

### 5.2.1.1 O Processo de cálculo das escolhas no MAPC

Para testar a aplicação das estratégias de orientação da abordagem na comunidade, utilizamos uma simulação com base no projeto de extensão “Horto Florestal: Ação e Transformação”, que, referimos acima e que teve por objetivo apoiar processos de mobilização comunitária de jovens por meio da interação criativa entre a comunidade acadêmica da UFRJ e a comunidade do Horto Florestal.

O Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários (MAPC) é uma ferramenta quantitativa, mas apenas de suporte. Para o processo de cálculo, os participantes reunidos consensam acerca dos Itens de Avaliação. Cada escolha é exclusiva por coluna, ou seja, o aplicativo de cálculo bloqueia mais de um grau de avaliação para um mesmo item dos oitos disponíveis, para cada um assumimos o valor 10. O maior valor obtido na comparação do somatório de resultados das colunas, identifica o perfil adequado de abordagem para o projeto comunitário junto a junto à comunidade. Em caso de empate, matematicamente, significa que a escolha é indiferente entre ambas abordagens. A tabela 10, a seguir, apresenta o exemplo de recomendação obtida pelo MAPC quanto ao Projeto Ação e Transformação da Escola de Comunicação da UFRJ.

Tabela 10 - Processo de cálculo das escolhas no MAPC

Itens de Avaliação	Alto		Médio		Baixo	
Tempo estimado do empreendimento social (Cronograma planejado)	+ de 1 ano	x	6 a 12 meses		- de 6 meses	
Nível de experiência da comunidade com projeto comunitário do mesmo tema	Muitos projetos		Poucos projetos		Nenhum projeto	x
Disponibilidade de fontes de recursos internos	Diversas		Única		Não há	x
Nível de mudanças e impactos no ambiente do empreendimento	Frequente		Ocasional	x	Raro	
Nível de complexidade da ação comunitária	Muitas variáveis	x	Poucas variáveis		Não envolve	
Disponibilidade de fontes de recursos externos	Diversas fontes		Poucas fontes		Não há fontes	x
Grau de integração requerido entre projetos em execução	Muita interdependência		Média interdependência	x	Nenhuma interdependência	x
Nível de controle requerido	Complexo		Moderado		Simple	
<b>Frequência</b>	<b>Maturidade</b>	<b>20</b>	<b>Integração</b>	<b>20</b>	<b>Aproximação</b>	<b>40</b>

Fonte: Autor



### 5.2.1.2 Resultados da avaliação com o MAPC

O resultado obtido pela maior frequência de escolhas por parte dos participantes nessa testagem, quanto ao projeto o intitulado Ação e Transformação com jovens e adultos da comunidade do Horto Florestal (conforme apresentado na Tabela 10), com 40 pontos obtidos, foi de o de “Aproximação”, ou seja, o tempo estimado do empreendimento comunitário foi avaliado como Alto, por haver expectativa de continuidade, ou seja, ser acima de 12 meses. Ponderou-se que uma ação de transformação não é algo que se faça da noite para o dia. O nível de experiência com empreendimento comunitário foi considerado baixo, já que não havia histórico na comunidade de experiências anteriores. A disponibilidade de recursos internos foi avaliada como baixa pelas restrições já citadas do baixo envolvimento da comunidade. A volatilidade e mudanças foram consideradas altas, visto que o projeto dependia de várias condições incertas, influenciando o objetivo perseguido de transformar uma comunidade. A complexidade foi considerada baixa, por não depender de autorizações, legislações e outros entraves, sendo exclusivamente dependente da comunidade e de parcerias. A disponibilidade de recursos externos foi avaliada como baixa por conta das restrições já citadas. O grau de integração com outros projetos foi considerado baixo, por ser independente de outras iniciativas em curso na construção do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal. Finalmente, o nível requerido de controle foi considerado médio para manter o empreendimento estável. Os resultados, globalmente analisados, sugerem que, segundo os moradores, a abordagem mais adequada ao perfil do projeto seria aquela relacionada com a fase de “Aproximação”.

### 5.2.1.3 Modelo de Avaliação - Considerações Finais

Ou seja, pelo que se pôde observar, realmente, na fase inicial, a comunidade ainda se percebia como uma incógnita. O elemento externo, por exemplo, ainda era um desconhecido a ser trabalhado nas interações sociais. Os limites do ambiente onde, efetivamente, a realidade social acontece, eram considerados ainda difusos, notadamente para quem chega à comunidade. A dinâmica das trocas entre pares, persistiu mediante códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo entre parceiros. Os parceiros externos que se envolveriam com o projeto de construção do acervo de memórias da comunidade, foram este pesquisador que aqui escreve, a academia representada pelo Departamento de comunicação

da UFRJ e representante de projetos técnicos<sup>91</sup>. De início tudo era uma incógnita para a comunidade e parcerias, pois ambas as partes ainda não estavam familiarizadas entre si. Os códigos utilizados na dinâmica das trocas comunicativas entre pares ainda eram desconhecidos. Os propósitos e motivações específicos, os limites do ambiente, em que a realidade social acontece, ainda eram fluidos ou difusos, notadamente para quem está recém-chegado à comunidade. Em resumo, o modo de lidar com recursos disponíveis ainda era desconhecido e caracterizado por incertezas e desconfianças, muitas vezes, motivadas por interesses unilaterais.

### 5.3 Fase da pandemia

#### 5.3.1 A resiliência diante do caótico – “E agora, José?”

A pandemia expôs nossos medos, escancarou nossas fraquezas, nivelou toda sociedade em um mesmo patamar, onde as segmentações de classes, status social e preconceitos perderam o sentido. Normalmente silenciemos quando algo nos exige uma profunda reflexão. No sentido positivo é quando faltam palavras para expressar nossas emoções e, no negativo, quando o medo impõe riscos à nossa sobrevivência. Dessa realidade reverberaram os sons da fúria de mudanças impostas compulsoriamente. Perplexos, um tanto atônitos sobre o desfecho do momento, a frase poética drummondiana veio à mente: “e agora, José?” Incrédulos, presenciamos as velozes mudanças nos modos de sentir e de agir, de nos comunicar. As dúvidas, de repente, assumiram uma dimensão maior do que as expectativas em momento crítico e inusitado, em que a humanidade era desafiada por um novo vírus e suas mutações, com efeito, nos deparamos, durante todo o processo de pesquisa, com dificuldades de comunicação: obstáculos, desentendimentos, questões que não estavam na “ordem do dia”, isto é, coerentes com a pesquisa, entre outros aspectos incidentes. Mais uma vez é importante destacar que não descrevemos em registros de em ordem cronológica rígida de um diário de bordo tradicional, o fizemos conforme sugerem Blum e Fools, (1986)<sup>92</sup> com estruturas para compreensão rumo às descobertas, e Carvalho e colegas (2020) em *Conversa (ações)*<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Suporte técnico ao site Museu do Horto.

<sup>92</sup> O autor relativiza o formalismo estrutural de rígidas anotações, cronologicamente narradas numa pesquisa, e dá uma maior ênfase ao tratamento metodológico.

<sup>93</sup> Termo utilizado por Carvalho e colegas (2020) para registros em abordagens de pesquisa qualitativa.

Finalmente, com resiliência, diante das mudanças impostas pelo contexto pandêmico, nos reinventamos no intuito de cumprir o que fora planejado. Impulsionados pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC), recuperamos o andamento da pesquisa iniciada antes da pandemia. Assim, a partir do material colhido no campo, evoluímos com rodas de conversas on-line, mensagens via WhatsApp, algumas conversas informais e observações em “lives”, pautamos a continuidade de nossa trajetória de pesquisa no espaço social da comunidade do Horto Florestal.

### 5.3.2 Análise dos dados das rodas de conversa grupos focais

A partir da fase da pandemia, concentramos o processo na participação em reuniões *online* para a discussão de ideias em rodas de conversa e grupos focais. A coleta dos dados também foi feita através do grupo de *WhatsApp* “Memórias do Horto Florestal”, onde fizemos contato individual com cada um dos moradores que consentiram participar para explicar acerca da ideia de se refletir sobre suas memórias, tendo o Horto Florestal como personagem de seu vivido. Assim coletamos vários áudios individuais, todos transcritos na íntegra todos vinculados aos objetivos da pesquisa.

A amostra da pesquisa contou com registros de membros da comunidade, maiores de 18 anos<sup>94</sup>, moradores locais, ex-moradores e recém-chegados à comunidade, e seis participantes de cada vez que se revezaram a cada sessão de atividades de rodas de conversa, como veremos mais adiante. No meu caso, pelo fato de ter nascido e crescido nesta comunidade, como já mencionado diversas vezes, enquanto participante ativo e, também, produtor de dados, tive também o papel de direcionar as discussões<sup>95</sup> com as pessoas mais apropriadas relativamente aos temas de maior sentido (para mim) para os propósitos da pesquisa.

Com base nessa orientação, solicitamos que os membros da comunidade nos enviassem um áudio gravado ou texto escrito, através do grupo criado do *WhatsApp*, acerca de suas lembranças positivas e negativas sobre o local. Quando às minhas, registrei diretamente em tomada de notas. Infelizmente, nem sempre as interações comunicativas

---

<sup>94</sup> A maioria penal no Brasil dá-se aos dezoito anos, conforme o artigo 228, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<sup>95</sup> Estas, invariavelmente, descambavam para temas conflitos e desentendimentos, o que nos exigiu muita energia para redirecionamento a focalização nas questões de exclusivo interesse da pesquisa.

alcançaram as expectativas iniciais. Tivemos colaborações significativas, mas também algumas frustrações, omissões e desencantos, tendo em vista problemas derivados da interpretação dos sentidos expressos na ecologia das ações comunicativas.

Foram selecionados, portanto, um total de 39 registros avaliados como pertinentes para os objetivos da pesquisa. Estes foram transcritos na íntegra e associados a fotos e vídeos, cedidos gentilmente pelos participantes, bem como documentos representativos da memória coletiva da comunidade<sup>96</sup>. A esse conjunto inclui-se alguns registros de observações obtidos a partir de troca de mensagens em rodas de conversa e grupos focais<sup>97</sup>. Ainda que a participação possa ser considerada baixa, reiteramos que optamos por relevância e conveniência, ao invés de quantidade e significância<sup>98</sup>. Além disso relembramos que o processo inicial havia sido abortado pela pandemia, e que muitos moradores acabaram não participando por conta de conflitos que emergiram ao longo do processo. Tais conflitos, raramente são citados em literatura pesquisada, emergiram situações sensíveis por diversos motivos, tais como: confronto com liderança, posições político-ideológicas, desinformação, desconhecimento, desinteresse e omissão intencional. No âmbito externo (colaboradores e parcerias), tais conflitos estão relacionados a uso de recursos, custeio e acesso a dados etc. Registre-se, no entanto, que contamos com colaboradores engajados, incluindo a AMAHOR, a associação local, moradores e parceiros técnicos, sendo que os últimos não fizeram parte de nossa amostra por razões de critério de conveniência da pesquisa.

### 5.3.2.1 As memórias “positivas”

Inicialmente, trazemos as memórias consideradas por eles como positivas e, algumas vezes, poder-se-á sentir as nossas memórias também incrustadas nas deles<sup>99</sup>. Essas memórias,

---

<sup>96</sup> Esse acervo foi reservado para uso no *website*.

<sup>97</sup> A amostra de um grupo focal geralmente não representa a população maior de qualquer forma estatística, mas pode ser escolhida para refletir a gama de pessoas em quem o pesquisador está interessado (GREEN; BROWNE, 2005).

<sup>98</sup> A análise da significância estatística é considerada um procedimento para verificar a discrepância de uma hipótese estatística em relação aos dados observados (FISHER, 1958), utilizando uma medida de evidência (p-valor). Este procedimento foi definido por Ronald Fisher (1890-1962), no início do século XX como teste de significância. Entretanto, cabe notar que o termo significância não implica importância e o termo significância estatística não quer dizer significância prática. Por exemplo, o termo “significância clínica” se refere à importância prática do efeito de um tratamento.

<sup>99</sup> Cabe lembrar que os nomes dos participantes foram omitidos, como já mencionado (RCLE).

assim com as negativas que seguem na próxima subseção, vêm, principalmente, dos encontros coletivos, mas também de outras fontes de dados, como de nossa própria vivência.

Cabe aqui um aparte muito importante: muitas vezes, para conseguirmos que eles falassem mais sobre o mundo em que habitam, ficamos predispostos a ouvir até fatos que não faziam parte do escopo deste estudo, mas coube a nós sermos empáticos e ouvirmos até o final as declarações de insatisfação, as quais relataremos parcialmente aqui - de acordo com a imbricação do *logos*, do *patos* e do *etos* (raciocínios lógicos, expressões de sentimentos e juízos ético-morais), postulada por Campos (2017).

Esses registros foram obtidos a partir de 3 encontros presenciais com tempo médio de 3 horas e meia (pré isolamento social). 9 sessões de rodas de conversa online com tempo médio de 45 minutos cada, 5 sessões de grupos focais online com tempo médio de 90 minutos, uma centena de trocas de mensagens em WhatsApp e email e milhares de fios de cabelos brancos(!) obtidos em rodas de conversa (entendidas, as primeiras, quando mantinham-se mais como emergências de espontaneidades) e grupos focais (como processos orientados à busca de respostas a objetivos); estávamos conscientes de que, como afirma Guimarães Rosa (1994), é na travessia que encontraremos o real e, nele, os achados. Em processo contou com a devida permissão dos participantes, nascia um conjunto de narrativas, cujos principais momentos estão selecionados e apresentados a seguir<sup>100</sup>.

Começamos aqui por registros obtidos de um morador mais velho que em primeira pessoa, narra a sua visão particular sobre os vizinhos mais próximos, a relação com familiares até finalmente chegar à visão do local na comunidade.

A visão particular vizinhos mais próximos – *“nossos vizinhos eram um amor de pessoas (\*101). Tinha Dona xxx, uma velhinha que viveu até os seus xxx anos e que tinha muito mais consciência do que muita gente mais nova. A gente conversava e ela lembrava de um cada nome. Tinha os xxx, e os xxx, completando a família das casas da vizinhança”*. Compartilho das memórias dele, com as minhas recordações: *“Eu lembro da D. xxx sentada*

---

<sup>100</sup> Todos os registros de memória apresentados a partir desse ponto são destacados entre aspas e separados do texto principal.

<sup>101</sup> Todos os nomes citados foram omitidos (XXX) para preservar as normas de confidencialidade da pesquisa e alguns termos alterados para manter o sentido na transcrição.

*na pedra grande em frente de casa, com seu tabuleiro de amendoim, cuscuz e paçoca. A gente às vezes fazia fila pra comprar, mas tinha gente que ficava com muito medo de comprar, porque pensava que era macumba.” Havia uma senhora que (aqui ele cita a minha falecida mãe) juntava a gente com os filhos para tomar o café com leite e pão da manhã. Puxa vida, como eu era feliz...”*

Nesse devaneio, trafegando nas esferas do tempo, começou a contar fatos sobre a família, relatando passagens tristes. No entanto, por essas memórias estarem distantes, vez por outra desenhava um leve sorriso, misto de tristeza e alegria diante de algo impalpável.

A relação com familiares - *“meu irmão mais velho teve bons empregos, já ganhou muito dinheiro, mas perdeu tudo por causa de mau comportamento, vício e má companhia. (...)”*<sup>102</sup> *Meu irmão era um louco...Ele sempre que podia me colocava pra baixo. Nunca tinha uma palavra de incentivo. Eu era sempre o mais burro da família. Isso me desanimava muito. Os parentes maiores também aproveitavam e também maltratavam, mas eu resistia”*.

Com os olhos marejados, cujas lágrimas não estavam à vontade para serem mostradas no momento, ele finalizou o discurso, com apenas um sorriso. E fez-se o silêncio após essa fala. Um longo silêncio. Mantivemo-nos calados também, à espera de mais algumas palavras. E subitamente elas vieram, com fechamento em um tom alegre:

*“nós namoramos muito. Meu irmão mais velho namorava (Fulana) que namorava meu irmão mais novo. Meu irmão mais novo tinha ciúme de (Fulana) com meu irmão mais velho. Eu conheci a minha mulher fazendo compras no supermercado no bairro do Leblon. Envelhecemos. Todos nós, eu e meus irmãos, e até hoje falamos sobre essas coisas já enterradas. O ser humano é complicado”*.

Interessante a palavra “complicado” para comunicar algo que é difícil de entender, tão corrente na linguagem de adultos e jovens. E o é. A palavra “complicado” carrega o *plicare* (do latim), (BIZZOCCHI, 2021) que significa dobrar. Assim, “complicado” é aquilo que está dobrado uma, duas, ou três vezes em um emaranhado impossível de ser desembaraçado.

---

<sup>102</sup> A partir desse ponto, todas as indicações de supressão de partes da fala, além de comentários ou esclarecimentos a respeito delas (por exemplo: silêncio, risos etc.) serão indicados entre parênteses.

Talvez por isso seja tão utilizada nesse mundo que ora se apresenta carregado de perplexidades. Talvez também adentre nos mares do impreciso.

A Visão do local da comunidade - *“era um tempo muito bom. A gente comprava leite engarrafado na leiteria. “Tenho lembrança boa da minha infância aqui no Horto Florestal de ter nascido e (sido) criado aqui. Alguns já foram e outros ainda estão aqui com a gente. Parece mentira, mas aqui, com essa floresta toda e esse clima de roça, até os animais vivem mais. Aqui no Horto, a gente tem uma família. Como toda família vai ter briga, vai ter os chatos, cada um com seus problemas para resolver”*.

O viver em comunidade é destacado pelas lembranças da infância e da palavra “família”, que apresentam um certo saudosismo, tanto do tempo passado como das pessoas que estão ausentes. Campos (2017, p. 307) afirma que “somos nossas interpretações dos restos do passado em vista de ações incertas no futuro”. Quanto à palavra “infância”, é importante destacar que Chevalier e Gheerbrant (2012) no Dicionário de Símbolos, afirmam que se trata de um símbolo de inocência e pureza.

Evoluímos nessa seleção de fragmentos de registros narrativos com outros moradores pesquisados, agora buscando ser mais específicos, focalizando o indivíduo e o local, o que Lyder (2006) enquadra no Domínio das Ambientes ou Configurações Sociais - estabelece os limites do ambiente onde, efetivamente, a realidade social acontece e os cenários locais que incorporam códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo

*“o que me traz muita saudade mesmo (olhando para cima, como se estivesse tentando buscar em algum lugar profundo uma informação vinda diretamente da memória), são as festas juninas, e eram mesmo aquelas festas juninas. E a criação do bloco ‘Força Jovem’, que trouxe um movimento muito grande (de pessoas de fora) no Horto, né? (Nas) festas juninas, os moradores participavam, os mais antigos, tinham prazer em praticar, (em) confraternizar junto com os jovens; e a gente ficava muito feliz, ficava muito contente com essa participação (unindo) as pessoas. Nesse bloco, tinha muita alegria, muita animação, com muita ordem. Realmente, (isso) me traz muita saudade. No momento o que traz mais saudade ainda é que nós podíamos entrar lá no Horto no 2040 e brincar nos porões dos salões da antiga delegacia do IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal -, que passou para o Jardim Botânico. (Até) então nós aproveitávamos por lá estar (no local) vazio para*

*brincarmos nos seus porões, nos (seus) corredores; realmente era momento muito bom, muito gratificante”.*

Da nostalgia, saudade, ao brincar e à festa: um salto. A persistência de palavras que remetem ao passado, à nostalgia, para se contrapor a um presente vazio de lembranças, tanto das festas juninas como do ‘brincar no bloco’ - talvez empurrados nas escadarias do tempo - levou-nos a pensar. Passamos algum tempo com isso na mente para descobrir o que teria mais força nessa fala. Chegamos à conclusão de que se tratava da busca da tradição local do lúdico para o entretenimento em grupo. Tanto nas festas juninas como nos blocos de Carnaval, esse brincar/participar envolve o corpo, a alma, objetivo e subjetivo entrelaçados. Entretanto, carregado de saudade e visto na mente como se fosse por meio de um binóculo, no intrincado depósito de lembranças, tudo bem distante.

Prosseguimos nessa seleção com o relato de um participante mais jovem que, talvez pela impaciência, uma marca característica da juventude, foi direto ao ponto:

*“aqui onde nós vivemos há carreira de árvores, jatobá, jequitibá, entendeu? Fomos criados, entende, no meio dessas coisas, né? (Aqui) No Jardim Botânico. (...) No Horto, eu tive oportunidade de conhecer lugares belíssimos. A Mesa do Imperador, a Vista chinesa, cachoeira, Solar da Imperatriz. São lugares bonitos que precisam ser visitados por todos”.*

Outro relato se aproxima desse anterior para abordar a natureza e o local:

*“a minha lembrança maior, no caso aqui do Horto, é esse contato direto com a natureza, dessa liberdade de ir e vir que a gente tem aqui. É uma liberdade do contato com a natureza; enfim eu penso assim, o que me transmite a maior lembrança sempre do Horto; as principais são essas. A lembrança de que aqui a gente tem uma tranquilidade ainda. Não é? Dentro desse Rio de Janeiro. Não é? É um local em que o índice de criminalidade aqui a gente pode considerar zero. Não é? E isso é uma maravilha”.*

Chamaram-nos a atenção três palavras: casa, natureza (árvore), liberdade. O local, a casa. O planeta é a casa. A natureza é a casa. Para Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 196), “a casa é um símbolo feminino, com o sentido de refúgio, de mãe, de proteção”. Buscamos subsídios em Bachelard (1993) para compreender esse aspecto e encontramos algumas



observações feitas por esse pensador, que afirma que a casa vivida não é imóvel inerte, pois o espaço habitado transcende o espaço geométrico; trata-se de um espaço de intimidade e conforto.

Percebemos que o local é de intimidade e conforto quando outro participante trouxe palavras como ‘essência e raiz’:

*“O lado bom de morar no Horto é que aqui tem essência. Aqui existe raiz. É um lugar maravilhoso, e a natureza é abundante. Todo mundo se conhece e vai de geração para geração. As crianças ficam na rua brincando; nas noites quentes de verão, a gente senta no nosso portão e fica com os vizinhos. É, aqui se você subir, tem a cachoeira, tem a Vista Chinesa, tem Mesa do Imperador; se você descer tem o Jardim Botânico, tem a Lagoa. Então, morar no Horto realmente é a essência e amor. E eu tenho muito orgulho em morar aqui”.*

Constatamos que o local traz o pertencimento, a raiz e a essência, o ‘de onde eu vim’, que também está inscrito nas circunstâncias, no ‘onde’, e com um orgulho nostálgico das noites de verão, em que esse pertencimento sempre vem à tona. Nas noites quentes, no calor natural, compartilha com o calor interno, e os laços que unem a comunidade se estreitam.

A seguir, mais depoimentos com o mesmo teor; no entanto, agregados a pedidos de um ‘olhem por nós’:

*“somos privilegiados por morarmos aqui, entendeu, e é isso mesmo, é que a gente precisa de melhorias; porque eu acho de que uma convivência, de uma forma geral, todos à sua maneira convivem bem, constituem o local, de uma forma bacana porque até hoje, você veja, contudo aqui não é um local de criminalidade, entende? É uma comunidade que a gente pode dizer ser altamente pacífica dentro das comunidades que o Rio de Janeiro tem. A nossa é de certa forma, né? Eu digo assim, muitas vezes. A gente só precisa disso, não é? De incentivo, de alguém que olhe com outros olhos e estimule, e implante aqui alguma coisa boa. Hoje nós temos ali, que eu estou feliz porque pelo menos alguma coisa nós temos aqui, que é na Associação que criou aquele espaço onde nós temos aulas de cerâmica, corte e costura, entende? (...), mas pode se implementar mais coisas, não é? Nós dependemos exatamente disso, sabe? De que se invista nisso prá gente”.*

O local continua a ser exaltado em passagens como:

*“o Horto é um lugar bonito de se morar. Eu vivo aqui há 58 anos. Aqui eu levanto, vejo árvore centenária como uma mangueira em frente à minha casa. Aqui também você pode passear, tem a Vista Chinesa, você pode ver a Lagoa, tem rios, né? E tem também muro de pedra feito pelos escravos, que nossos pais, avós, sempre falaram desse muro. E você pode passear tranquilo. Graças a Deus eu não tenho nada de falar do Horto. Isso eu passo pros meus filhos e meus neto”.*

Neste depoimento, vem à tona o lado histórico do local, hoje é invisibilizado com proibições, mas que precisa ser resgatado. A memória da escravidão é um grito que se espalha no ar, à espera de quem o ouça. Marcas de um acontecimento cruel que não deve ser repetido na história da humanidade. A maioria dos entrevistados, manifesta o lado histórico que clama por preservação:

*“o Horto Florestal é literalmente um manancial; dois rios se encontram e desaguam na lagoa Rodrigo de Freitas, cortando o parque do Jardim Botânico. Flora e fauna em harmonia é um brinde. A flora é cultura na região. Local de pessoas do bem. Tem no morro, no 2040, marcos onde prendiam os escravos. O mesmo acontece na mata pela estrada D. Castorina, arco de pedra com grilhões. A ferraria é um local onde moravam pessoas que trabalhavam para a Princesa Isabel, consertando peças em ferro. E faziam as ferraduras para os cavalos da família real. Há uma represa do tempo do Império, para distribuição de água para região. Na casa principal, onde ficava o antigo IBDF, onde o porão é registro de escravidão, está lá até hoje. É (pausa) há uma represa de água muito grande. (suspiro) A história existe. A história é longa, mas o Horto continua sendo um local de gente de bem, e um lugar lindo. É um vale dentro da floresta da Tijuca”.*

Foi prazeroso para um pesquisador, filho do local, constatar que revisitam a história do local. Uma história que ainda tem vestígios, rastros, para outras leituras de um passado não tão feliz, em que se projeta à espera de zelo e novas construções.

A visão de sustentabilidade que resiste a não preservação da natureza, também é lembrada neste depoimento:

*“a minha memória do Horto é realmente a natureza, acho que é o ponto forte para todo mundo. Me lembro muito dos rios, das cachoeiras, me lembro muito daquela passagem ali atrás da casa de uma bondosa senhora, que ficava sentada ali no rio. Onde eu comia cacau... Outro ponto que eu também gosto muito. Continuando nesse caminho, indo lá para dentro, como se estivesse indo pro Grotão, aquela área de lá onde está o SERPRO, que também era natureza. Eu fazia muito essas caminhadas, mas hoje, a última vez que eu vi estava tudo desmatado. Não sei se ainda continua desmatado, mas desmataram bastante, Era um local que eu gostava muito. Outro lugar que eu gostava muito do Horto era a ida para as cachoeiras ali da estrada D. Castorina, onde eu ia todos os dias com meus cachorros passear e tomar banho lá... Mais e os pés de jabuticaba. Eu subia nos pés de jabuticaba lá no Horto, no campinho, onde o pessoal jogava bola. Eu adorava ver meus irmãos e meus primos jogando bola, a gente brincando, comendo jabuticaba no pé. Essas são as lembranças que eu tenho do Horto”.*

O brincar, o estar em harmonia com a natureza, esse aparente estado de ‘Éden’, apareceram em quase todas as falas. Dos depoimentos que se seguiram, selecionamos três palavras pregnantes: árvore, cachoeira e frutas. Presentes na maioria dos discursos, tais palavras direcionaram-nos à busca. A árvore é “símbolo da vida em perpétua evolução e em ascensão para o céu, ela evoca todo o simbolismo da verticalidade (...); as árvores frondosas evocam um ciclo, pois se despojam e tornam a recobrir-se de folhas todos os anos; elas árvores contam a história do local e revelam a passagem do tempo, além de serem consideradas “como símbolo das relações que se estabelecem entre a terra e o céu” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2012, p. 84). Esses autores acrescentam que a árvore coloca em comunicação “os três níveis do cosmo: o subterrâneo, através de suas raízes sempre a explorar as profundezas onde se enterram; a superfície da terra, como seu tronco e de seus galhos inferiores; as alturas, por meio de seus galhos superiores e de seu cimo, atraídos pela luz do sol” (p. 84). Nossos participantes-árvores trouxeram luz para que compreendêssemos a ‘essência’ e ‘a raiz’ citadas anteriormente. Outra palavra que veio com força, advindas da árvore, também merece ser explanada simbolicamente: a fruta. Cirlot (1984, p. 265) afirma que o fruto simboliza os desejos terrenos, possivelmente de imortalidade, de sucesso, entre outros. Quanto às cachoeiras, recorreremos mais uma vez a Chevalier e Gheerbrant (2012) que afirmam

embora, como entidade, a cachoeira permaneça, ela não é, entretanto, jamais a mesma. Heráclito, o filósofo grego, já o havia observado: em um mesmo rio, jamais

é a mesma água que corre (...) O movimento descendente da cachoeira significa, igualmente, o da entidade celeste, que nasce do motor imóvel, e, portanto, do Imutável, e manifesta suas infinitas possibilidades: a água estagnada seria a imagem do manifestante imóvel, do qual partem todas as manifestações e no qual todas elas terminam por se reabsorver (p. 160).

Percebemos que essas três palavras de exaltação à natureza, ao território, trazem em seu bojo algo que permeia tudo, pois a água, que é “fonte de vida, meio de purificação, centro de revitalização” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2012, p. 15).o que nos leva a crer que o local, a casa, são a fonte de vida, são a ‘água’ que corre entre os corações e as mentes dos moradores.

Outra fala ressoa essa percepção:

*“sou moradora do Horto, onde nasci e fui criada. É um lugar bom de se viver, de se morar, um bom lugar para se criar os filhos, um lugar familiar. Somos bons vizinhos uns com os outros, temos um bom convívio, somos solidários, moramos perto de tudo. É um lugar de paz para se viver e criar os filhos”.*

Essa reflexão é reafirmada por outro participante:

*“eu moro no Horto há 70 anos. O que tem de bom no Horto vou lhe dizer: o lugar, as pessoas, a tranquilidade de você poder criar seu filho. Um lugar de tranquilidade. É um lugar que todo mundo se conhece, todo mundo, todo mundo se dá, todo mundo namora com pessoas daqui e, casa com pessoas daqui do local (pausa). É tranquilo, tranquilo. Tranquilo de você poder deixar seu carro na rua; tranquilo de você poder dormir com a janela aberta.... Muito bom. Um lugar maravilhoso. Qualquer um gostaria de morar aqui. Lindas cachoeiras, matas, rios. Não tem lugar melhor no Rio de Janeiro, para se viver e para se morar, do que o Horto Florestal.”*

Em quase todas as falas registradas, a exaltação e o orgulho de pertencer ao local são revelados:

*“uma das minhas memórias mais agradáveis do local era o esperado dia de domingo. Meu pai nos levava para o campinho para ver o jogo de futebol dos adultos e depois tomar guaraná no barzinho. Perto havia também um outro senhor que vendia laranjas que ele*

*descascava em uma maquininha de manivela. A gente escolhia a laranja e ele ficava rodando e deixando cair um fio amarelo de cascas. Outra lembrança boa do Horto era quando equipes de filmagem vinham de vários lugares para gravar cenas no local, aproveitando a beleza do cenário. Eu gostava muito que ficassem o maior tempo possível; não sei explicar o porquê, mas quanto mais eles ficavam eu me sentia mais seguro. Eles ficavam repetindo as cenas até que um sujeito irritado que ficava só observando, gritava para o pessoal que filmava: ‘Corta!’. O horto é um local lindo”.*

O ficar dentro daquele mundo, em que as histórias se repetiam aos domingos, regados a guaraná e laranja descascada em maquininhas, além de revelar o saudosismo, trazem um elemento de fora: o cineasta, o visitante de fora, que escolheu o lugar por suas características - tão enaltecidas pelos entrevistados - ou não. Mas a ideia de ter alguém de fora significava o local. Poderíamos continuar narrando, mas paramos essa amostra de narrativas por aqui.

### 5.3.2.2 As memórias “negativas” sob o ponto de vista de moradores

A partir desse ponto, transcrevemos memórias negativas, sob o ponto de vista de moradores. Vale reforçar que nosso interesse, reside no testemunho autêntico, focado em sonhos, lembranças, virtudes, temores, entre outros. Enfim, tudo o que os participantes quiseram espontaneamente traduzir em palavras, expressando seus sentimentos, sem obrigações com questões pré-formatadas, mas cujos relatos nos remetem às reverberações na comunidade dos ecos da modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

A primeira manifestação foi dirigida aos políticos da cidade:

*“o maior problema é mesmo político que não compra a nossa causa, vem só para se aproveitar do desespero e tirar a paz dos moradores. Ninguém acredita em políticos. Estão de brincadeira com a população. Em qualquer coisa que eles fazem, há sempre um interesse escondido. Vão ferrar alguém e esse alguém já se sabe quem é, né...?”*

Seguida de outra participação nas “lives”, veio mais uma manifestação:

*“(...)você viu só? A primeira coisa que esse prefeito da caravela da Márcia falou depois da chuarada aqui, é dizer que tinha que tirar esse pessoal da área de risco. Desculpa*

*para tirar todo mundo daqui. Entrou água no casarão da rua de cima. Pergunta o que ele vai fazer lá?”*

As manifestações contra o descaso político foi uma constante em todas as reuniões virtuais. Manifestações recheadas de palavras desagradáveis, às vezes oriundas de forte emoção em face do descaso. No entanto, como ouvintes, tentamos na medida do possível, ser mediadores, desviar o foco da agressividade advinda do lado emocional - guardado, trancado na memória e que reapareceu como enxurrada.

Em face dessa situação política de descaso, surgiram os medos, os temores:

*“...hoje em dia, aqui no Horto, o nosso maior inimigo é o medo. Hoje a gente não sabe mais em quem confiar. Se manda assinar qualquer coisa as pessoas vivem desconfiando uma das outras. Eu acho que onde tem poder, sempre tem problema. Tem gente querendo o poder e tem confusão. As pessoas só agem por interesse”.*

Essa fala, carregada de emoção, nos mostra que a comunidade parece querer um herói para lutar contra o que se assemelha para eles como um monstro: a política. E esse monstro não guarda ou protege um tesouro; no entanto, tenta destruir apenas. Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 614) nos trazem a figura de ‘Moloc’<sup>103</sup>, afirmando que “nos tempos modernos, Moloc se tornou-se o símbolo do Estado tirânico e devorador”.

Nessa conversa, ocorrida em roda, fomos interrompidos por uma fala, alto e bom som:

*“hoje em dia, se você pede a qualquer pessoa, para assinar um documento, ninguém assina. Você não acha que elas estão certas?”*

Fez-se um silêncio. E pensamos nesse fato. E questionamos: assinar o quê? E para quê? E a resposta veio com uma narrativa. O participante nos contou que uma vez um morador

---

<sup>103</sup> “Entregar as crianças a Moloc (Melek) era queimá-las em sacrifício ao deus cananeano. [...] Melek significava ‘rei’ nas línguas semitas. Transformou-se no nome de uma divindade adorada pelos povos do Moab, Canaã, Tiro e Cartago. [...] Sem dúvida deve-se ver em Molok a velha imagem do tirano, ciumento, vingativo, sem pena [...]” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2012, p. 614).

apareceu com um documento para todos assinarem, pois seria levado à SPU, que é a Secretaria do Patrimônio da União - órgão federal de gestão de imóveis públicos. Assim relatou:

*“...um ano depois, as mesmas pessoas que confiaram e que tinham assinado o documento receberam intimação da Fundação Parque Jardim Botânico. Acusadas de invasores e ilegais. Quando a associação de moradores recorreu, já era tarde. Não conseguiu mudar nada e o medo de sair daqui do Horto continua. Por isso eu disse: você assina hoje em dia alguma coisa? (...) “...imagina só você colocando a sua assinatura e seus documentos em um papel timbrado da SPU para o Jardim Botânico usar contra você. Você não acha que elas estão certas? O pessoal do Jardim Botânico foi lá no Horto e destruiu o campo onde a gente jogava bola aos domingos. Encheram o campo de lixo e terra preta com estrume”.*

Quase sem sequência entre as falas, percebemos que flechas seriam atiradas em todas as direções e que seria difícil concentrarmos em cada tópico que afligiam a comunidade, para que houvesse continuidade. Assim, o participante disparou a seguinte fala, quase interrompendo o final da fala do outro:

*“...a gente, que é mais velho, sabe dos problemas. Os mais jovens parecem que querem distância de tudo. Não tão nem aí. Acham que vão resolver os problemas se distanciando. Na Internet, eles têm de tudo e acham que a vida é ficar o tempo todo com a cara colada no celular enquanto do lado de fora tá tudo uma merda.”<sup>104</sup>*

Como já mencionamos, nas “lives” e registros de entrevistas realizados, os participantes pulavam de um assunto ao outro, muitas vezes em descontinuidade ou complementando o que o outro trazia para exposição. Controlamos moderadamente por termos forçar um ordenamento sequencial rígido da ordem de falas e perder a espontaneidade da participação.

Assim, veio mais um relato:

*“...nós temos, você veja, lá em cima, um galpão maravilhoso que estava sendo usado com o quê? Com pessoal do teatro, oferecendo aulas de teatro gratuitas, entendeu? Pra*

---

<sup>104</sup> Essa fala de ruptura reflete o distanciamento intencional dos jovens, uma opção justificável diante dos péssimos exemplos da cena política atual em nossos países.

*comunidade, não é? Mas aí acabou, então tudo que é muito bom, 'eles' sempre acabam, impedindo que aquilo prospere, que vá adiante. Isso é o lado negativo da coisa, não é? É o lado negativo. Hoje em dia nós temos ainda a associação, entende, que está oferecendo alguns cursos, não é? Mas isso poderia ser melhorado por termos espaço, com o aproveitamento melhor para oferecer um curso artístico, prá garotada local. Não é?*

Nem terminado o discurso de um participante, surgiu um outro, sem relação com o anterior:

*“... aqui há três dias estamos sem a Internet, toda hora corta. Na Internet, a gente não consegue falar, toda hora (ela) corta; eu não sei o que é que está havendo aqui, estamos sem internet direto. Tô agora vendo o negócio (da pesquisa) e toda hora fica dois a três minutos assim, rodando, rodando, rodando, e não fala nada e (quando) você passa a mensagem, e não sabe se ela vai chegar em uma hora, meia hora, hora depois. Você responde, aperta e nunca vai. Toda hora ela dá um breque, e aí tem hora que vai para as pessoas e tem hora que ela não vai. E aí você tem que estar (ficar puxando o 'zap' (WhatsApp aqui para ver se foi ou não; está há três dias assim aqui”.*

Começamos a compreender, nesse momento, que o processo de comunicação começou a ser segmentado: cada um queira falar aquilo que trouxe em mente, e para não se perder, não davam continuidade à fala do outro, mas guardavam trancadas as próprias falas, aguardando o momento para proferi-las. Em um redemoinho, já passado algum tempo, é feita uma intervenção relacionada às primeiras que apresentamos mais acima:

*“...e o que não me traz alegria, não me traz, bem? Realmente, é estarmos sempre pressionados com remoção, com retirada, das casas. Isso, realmente, aí nos entristece muito porque nós estamos sempre com essa preocupação. Realmente, isso aí é o que nos entristece. Nos preocupa sempre”.*

Com uma curta frase, outro participante busca uma explicação:

*“...o único ponto negativo aqui é a busca do local pela especulação imobiliária”.*

Complemento com uma recordação pessoal:



*“Eu me lembro que uma velhinha e vizinha nossa, carregou durante vários meses tijolo por tijolo em sacola de compras, disfarçando suas intenções , como uma formiguinha, ela pretendia juntar material para consertar a sua casa, já que o Jardim Botânico proibia a entrada de material de construção de qualquer tipo no local. Contam que quando finalmente tinha a quantidade mínima necessária, teve a sua pequena obra embargada e material recolhido. Há suspeita de que alguns moradores tenham feito a denúncia, talvez pelo fato de sugerir privilégios para estarem nas mesmas condições”.*

Essa ocorrência nos reforça a premissa de que, quando a confiança acaba não há solução que sobreviva sem a empatia e colaboração.

Ainda no espaço e moradia, vinculando o passado com o presente, um participante declarou:

*“Meu avô veio para trabalhar nas obras da prefeitura. Eles cederam um terreno para se ficar perto da obra. eles e meus tios eram da Companhia de águas (CEDAE). Foi doado o terreno, mas agente vigia e não pode dormir sossegado , porque amanhã não sabemos se já chegou a nossa vez de sair. “Hoje quando as pessoas estão morrendo autoridades do governo pelo Jardim Botânico vêm ao local e derrubam a casa. Essa casa era de um desses moradores que trabalhavam para o estado. Ele morreu e a casa ficou vazia. Hoje aqui é se instalou a associação, senão eles vêm e derrubam. Ali do outro lado aqui na rua de cima, naquela mansão mora a Vera Fisher”.*

Outro participante complementa o assunto:

*“quem manda aqui não somos nós. Quem vive mais aqui não somos nós? Mas a gente não tem direito a quase nada aqui nessa merda...”*

Acreditávamos que discussões sobre as políticas públicas seriam enfocadas, viriam à tona, depois desse debate. Outras queixas surgiram também imbricadas no assunto em pauta, como a dificuldade que os moradores têm com relação ao transporte e as adversidades do clima - as chuvas e enchentes.

Em minha lembranças, eu cito outro ponto negativo.

*“o Horto era muito escuro. Naquela época, poucas pessoas tinham TV, a gente tinha que ir longe ao atravessar o campinho na escuridão total para ver televisão pela janela na casa de um antigo morador. Na volta, era o mesmo drama... Toda vez que havia chuva forte ninguém tinha sossego”.*

A seguir, mais abordagens sobre o descaso do poder público:

*“Transporte, a dificuldade de se locomover sempre foi muito grande”*

*“...o ponto negativo em relação ao Horto sempre foram as enchentes. Eu não sei como está hoje, mas há tempos chegou até haver casos de óbitos” É... Até hoje quando escuto barulho de chuva, e tem uma chuva muito forte, eu sinto aflição, porque eu lembro do que o Horto já sofreu, e isso me remete a coisas bem ruins. Eu lembro da minha família perdendo tudo, das pessoas perdendo as coisas, enfim, isso são as minhas lembranças do Horto Florestal”.*

De repente, silêncio. Tentamos abrir espaços entre essas lacunas e percebemos que muitos não se pronunciaram quanto aos aspectos negativos. Mantiveram-se calados. Talvez, acreditamos, por vergonha de falar, tanto que ouvimos a seguinte frase:

*“Você disse que vai reescrever as falas na sua pesquisa. Aqui não vou falar. Sinto muito, mas não vou gravar áudio no ‘zap’ (WhatsApp), não sei falar bonito”.*

Mas o que é falar bonito se somos bilíngues dentro de nossa própria língua? Temos uma linguagem informal, coloquial, e uma formal. Relativamente a essa última, para comunicar é preciso atravessar uma ponte de bambu, sobre a qual é difícil de caminhar. Entretanto, é a língua de prestígio social. Percebemos que o problema do ‘falar bonito’ era um entrave. Mas atravessar essa ponte é uma outra história...

Entre os silêncios e as comunicações sonoras das “lives”, atravessadas por inúmeros assuntos, resolvemos abordar o tema do acervo de memórias do Museu do Horto. Sabíamos,

de antemão, que alguém havia guardado alguma coisa sobre as memórias positivas e negativas e que iriam pronunciá-las - ou continuarem calados. Mas tínhamos sempre esperança.

*“eu vejo no Museu a oportunidade de escolher entre tudo que temos de bom ou ficar parado. Não precisamos pedir ajuda prá ninguém, nós temos a nossa gente e a nossa história a nós pertence”.*

*“a gente precisa mostrar que somos unidos, infelizmente, essa não é a realidade, de qualquer jeito acho que reunir todos nesse projeto (museu) pode fazer começar o entendimento. Quem sabe?”*

Relatos cheios de animação, entusiasmo, também pontuaram os comentários sobre a construção do acervo de memórias do Museu do Horto:

*“o museu é a história viva, pelas coisas do nosso dia a dia”*

*“o que eu entendo por apoiar a iniciativa de museu para a nossa comunidade é a gente esquecer as brigas e diferenças de cada um pra trazer a sua história. Eu acho que o museu deve fazer uma homenagem a nossos pais e avós que, no passado criaram tudo. Nós lutamos hoje. O museu do Horto é onde podemos mostrar o que temos de melhor e também denunciar o que tentam fazer de pior com a comunidade”.*

*“O museu de Memórias do Horto é maneiro”.*

*“o museu é a história viva, pelas coisas do nosso dia a dia”. “É lugar onde a gente precisa encontrar a essência e que nos mostra para o mundo. Amanhã, mesmo que está fazendo questão de complicar e ficar de fora vai agradecer”.*

*“o que eu entendo por apoiar a iniciativa de museu para a nossa comunidade é criar condições de cada um participar com suas histórias de vida. Esse é um local histórico por natureza.”*

Dando continuidade aos relatos, passamos a descrever tudo o que ocorreu nos momentos de silêncio, quando um participante desfocava o assunto e adentrava em outro que

não se encaixava na discussão. Remetemos a Falkner (2015) em sua obra ‘o som e a fúria, em analogia dos atos comunicativos e as memórias de fúria que tiveram também o seu lugar, geralmente por pessoas cujo desencanto as afastava da ideia de apoio à construção do acervo de memórias. Ei-las:

*“minha falecida mãe é quem tinha razão quando dizia: ‘Defunto, quando acha quem carrega, balança’ Eu não me acredito em mais nada a desunião aqui é muito grande. A pandemia matando e por aqui gente fazendo aglomeração na rua.”*

*“a (Fulana) mandou tirar a caixa de luz da Light da entrada da casa dela e agora as coisas da geladeira do meu pai estão apodrecendo. Você pode ajudar?” (Pergunta feita para o pesquisador)*

*“ficam o tempo todo ameaçando a gente de sair daqui, enquanto isso as mansões dos ricos e poderosos são construídas nas matas, desviando os rios, e quando chove, a gente aqui embaixo, é quem paga essa conta. Na última enchente, os ricos que moram aqui também pagaram essa conta a água invadiu a casa deles.”*

*“As casas aqui não podem ser reformadas, o Jardim Botânico não permite. Se morre alguém e não deixa herdeiros, a casa é derrubada. Como eu já tinha dito da outra vez, a gente veio para aqui porque se deixassem eles iam derrubar essa casa. Houve casos de pessoas que carregaram tijolo por tijolo em bolsa de compras para disfarçar pequenas reformas.”*

*“Venho mais uma vez te pedir ajuda para que possa comprar uma barraca de cachorro-quente. Eu vou te pagando aos poucos...” (Mensagem para o pesquisador)*

*“Contribuir para pesquisa? Que tipo de contribuição é essa? Agora estão querendo grana?” (Mensagem para o pesquisador: o verbo ‘contribuir’ assumiu diferente significado)*

Não transcrevemos muitas passagens por serem repetitivas e por fugir do tema proposto em conversas. Mas essas falas serviram para mostrar o que Campos (2017, p. 462) reforça em sua obra “Navegar é preciso. Comunicar... é impreciso”. Essa imprecisão pode ser

constatada em alguns relatos supracitados, em face de reclamações e pedidos de ajuda, além das imprevisíveis muralhas impostas pela linguagem e a ação.

Relembrando Layder (2006), as relações sociais acontecem nos domínios Psicobiográfico, que trata do indivíduo com suas percepções e particularidades; da Atividade Situada, que explora os limites até onde vai a sua atuação; dos Ambientes ou Configurações Sociais, que localiza o indivíduo no espaço e no tempo; e dos Recursos Contextuais envolvidos nas negociações que envolver poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959). O conjunto complexo de várias dimensões envolve fazer escolhas mediadas que influenciam resultados e realizações com seus impactos (positivos e negativos) e suas reverberações e impactos sociais (BAUMAN, 2001).

### 5.3.2.3 Frequência de citações nos relatos por sujeitos pesquisados

Nessa seção apresentamos um complemento quantitativo que não está relacionado com o cerne da tese, mas é puramente ilustrativo<sup>105</sup>: o número de vezes que um aspecto positivo ou negativo foi citado pelos sujeitos pesquisados. Esses dados foram coletados, evolutivamente, desde as primeiras interações, a partir da transcrição de áudios em mensagens via *WhatsApp* e rodas de conversa, sem que os sujeitos conhecessem as demais repostas.

A despeito de nossa pesquisa ser de natureza qualitativa, recorreremos ao gráfico da figura 13, que apresenta a frequência das citações dos sujeitos da pesquisa<sup>106</sup>. Nele, os aspectos negativos apresentam citações mais dispersas, mas podem estar diretamente correlacionados em campos de forças oponentes. Referimo-nos, por exemplo, à exaltação da natureza versus a necessidade de preservação da visibilidade do local e o medo de remoções; o legado do patrimônio histórico com a inibição ou proibição de acesso (se é que ainda persistem) a monumentos e artefatos históricos; a liberdade de ir e vir versus a falta de opções de mobilidade para transportes públicos, além das questões relativas à infraestrutura de comunicação.

---

<sup>105</sup> Nossa abordagem de pesquisa é qualitativa.

<sup>106</sup> Todos dados coletados foram disponibilizados em áudio, via acesso por meio eletrônico, para fazer parte do acervo do Museu virtual de Memórias do Horto.

Em uma perspectiva otimista da percepção do local através da memória coletiva, esta visualização sobre a personagem Horto Florestal é que ela possui mais virtudes que deméritos. Esta condição está evidenciada não só na frequência desses aspectos como na possibilidade de correlação positiva entre si. Ou seja, quanto maior o zelo pela natureza, maior a preservação do local; quanto maior a solidariedade com o próximo, maiores as chances de ser um local onde a liberdade e a segurança fazem a diferença para tranquilidade dos moradores; quanto maior a manutenção das tradições, maiores as possibilidades de serem ouvidos quanto à necessidade de preservação do patrimônio histórico residual ainda existente no local.

Em uma perspectiva pessimista, há quem possa argumentar que a diferença de frequência maior de aspectos positivos, comparativamente aos negativos, possa residir no fato de as pessoas preferirem omitir desconfortos, notadamente em se tratando de temas tão sensíveis como o seu local de sua moradia. Em uma avaliação preliminar, supomos que, acentuando as cores das tintas dos problemas, elas estariam atirando nos próprios pés, dando munção a argumentos que, em passado recente, iam ao encontro de interesses especulativos imobiliários, em se tratando de uma comunidade sob ameaça de remoção. Poucos moradores tiveram ciência do Decreto da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que declara o local como área especial de interesse social <sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Em 14 de dezembro de 2021, por 38 votos contra apenas dois (uma abstenção), o Horto Florestal o Decreto lei Nº 161, de 19/05/2009 foi aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e declara: “O Horto Florestal como área especial de interesse social para fins de reurbanização e regularização, reurbanização e dá outras providências.” (on-line).

Figura 13- Frequência de citações nas falas sobre o personagem Horto Florestal



Fonte: Autor

Os temas relacionados a aspectos positivos incluem a segurança, a exaltação da natureza local e o legado do patrimônio histórico, itens que foram o mais incidentes comparados a outros temas teoricamente mais sensíveis, como medo, carências. A segurança oferecida pelo local é considerada como valor maior, comparativamente aos problemas enfrentados por outras comunidades de nossa cidade e país, subjugadas por facções criminosas e reféns de grupos milicianos. Esse valor maior é traduzido pelos registros autênticos dos locais na liberdade de ir e vir, no ambiente familiar, na confiança compartilhada entre as pessoas, caracterizadas, em sua maioria, como ‘gente do bem’. Torna-se particularmente importante abrir parênteses para acentuar que, apesar da crise de valores por que passa a humanidade, essa visão de agregação comunitária, já por demais mencionada anteriormente, significa mais possibilidades de realização coletiva pelos vieses da confiança e da solidariedade.

A natureza local é, em seguida, outro item considerado com muito orgulho pelos moradores locais, como sendo um cartão de visita que desperta, na maioria, o sentido de preservação, manifestado no compromisso de serem “guardiões da floresta”. Essa percepção, além de contrapor as forças que emergem das tentativas de especulação imobiliária, remete à questão da sustentabilidade ambiental, tema também muito em evidência nos tempos atuais. A mais recente da Conferência Global do Clima (COP 26)<sup>108</sup>, em Glasgow, na Escócia, que reúne representantes dos 196 países signatários do Acordo de Paris, hoje focou temas como desenvolvimento e preservação do meio ambiente, emissão de gases que provocam efeito estufa e aquecimento global. Nesse sentido, no seu microcosmo, os locais do Horto Florestal, há séculos, têm dado a sua contribuição, quer seja na vigilância proativa na preservação ambiental, quer seja na preservação com práticas de mutirões de limpeza para prevenção dos efeitos de enchentes no local organizados pelos AMAHOR.

Ainda como parte desse grupo, temos o culto a tradições da cultura africana (terreirão, confraternização e festas tradicionais) e ao patrimônio histórico local que resiste ao tempo e ao descaso das autoridades, como, por exemplo, monumentos públicos, como o portal do Solar da Imperatriz (Figuras 13 e 14). O termo patrimônio aqui é traduzido como

um conjunto de bens, objetos de valor, memória, herança, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo, podendo assumir valores não só econômico ou de uso, mas afetivo e até mesmo simbólico, desde que com eles nos relacionemos pelo vínculo do apoderamento. Herança paterna de um complexo de bens legados pelos nossos antepassados, representados não apenas no seu restrito sentido material, mas naquela condição de bens que assumem uma dimensão imaterial (TOLENTINO, 2012. p. 4 - 5).

Hoje, apesar de não se ter notícia do destino do acervo histórico do período colonial, anteriormente aberto à visitação nos porões do Solar da Imperatriz (figuras 14 e 15), os moradores que tiveram acesso a esse legado mantêm acesa em suas memórias parte da história da escravidão no Brasil. Por mais arbitrárias que sejam as ações destrutivas sobre a herança histórica da comunidade, em nome de interesses escusos, persiste na memória local um legado de informações que reside na memória coletiva. A informação, uma vez na mente humana, é como energia, pode mudar de estado, mas é indestrutível.

---

<sup>108</sup> A COP do clima é um evento que discute o futuro do planeta em relação, principalmente, a emissões de gases de efeito estufa. Nesse evento, os países buscam um consenso em temas relevantes, como investimentos em empreendimentos no setor climático e de energias renováveis.



Figura 14 - Portal da Imperatriz



Fonte: AMAHOR

Figura 15- Fachada do Solar da Imperatriz



Fonte: AMAHOR

## 5.4 Acervo de memórias do Museu do Horto

### 5.4.1 Contextualizando o propósito

A pesquisa-ação teve como finalidade documentar a visão dos locais e apoiar o empreendimento social comunitário Projeto Museu do Horto, com ideias, sugestões e contribuições para a construção de seu acervo de memórias. Os dados coletados a partir das memórias dos moradores, acreditamos, terem o potencial de aperfeiçoar a sua interação na comunidade e representatividade junto ao público<sup>109</sup>. Daí surgiu a ideia de construção de um

---

<sup>109</sup> O Projeto Museu do Horto, foi idealizado, patrocinado e implantado, na íntegra, em ambiente virtual (website) pela historiadora Dr<sup>a</sup>. Laura Olivieri Carneiro de Souza e sua equipe de colaboradores internos (comunidade e

ambiente interativo na Internet para se somar-se às contribuições para a preservação do acervo de memórias local.

O espaço interativo na Internet <sup>110</sup> é um repositório vivo de memórias da comunidade que inclui as seguintes sessões: Memórias, Ancestralidade, Projetos, Vídeo, Mídiateca e Fale conosco. Esse espaço virtual relaciona amostra dos registros positivos e negativos como testemunhos do vivido no local, produto das coletas de dados das pesquisas, narradas pelos moradores e transcritas na íntegra. É importante acrescentar que esse espaço é coletivo e continuará aberto à novas contribuições, independentemente da pesquisa, objeto do trabalho inicial, conforme figura 16 (página inicial do *website*).

Figura 16 - Acervo de Memórias Museu do Horto



Fonte: Autor

Quanto a Registros de Memórias, apresenta memórias positivas que incluem temas que enfocam: a visibilidade e essência do local, a liberdade e a natureza, o privilégio pelo patrimônio natural, promessa de fidelidade, lembranças de infância entre outros.

parcerias), como parte da sua pesquisa de Doutorado pela PUC-RIO em 2012. No entanto, notamos que, o website está inativo não apresentava sinais de interatividade com a comunidade.

<sup>110</sup> O *site* encontra-se disponível em : <https://lutherfernandes.wixsite.com/almirfernandes>

Quanto à Ancestralidade - Reunimos um legado com fotos, documentos e imagens que remetem ao passado, enfocam o presente e nos remetem a reflexões para o futuro da comunidade. Conta também com a colaboração dos moradores no enriquecimento desse acervo cultural, trazendo suas memórias imagéticas símbolos materiais dessas recordações.

Quanto à Midiateca - Apresentamos sugestões de links de acesso a sites relacionados com temas relativos às questões comunitárias que incluem sites que abordam questões relativas a: Sites Relacionados a história local (Museu do Horto, Rio de Janeiro – Antigo Horto Florestal, Solar da Imperatriz organização de Alda Heizer; Dossiê Histórico do Horto Florestal do Rio de Janeiro, História do Rio para todos etc), à questão ambiental (Passeio pelo Horto: muito mais do que Jardim Botânico, Nas estradas do planeta, A História da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro etc); Lutas e Causas ( Racismo ambiental, A Comunidade do Horto e a Luta por um Território Ancestral, Memórias do Esquecimento (vídeo), Projeto De Lei Nº 161/2009 Declara Áreas da Comunidade Horto RJ como de Especial Interesse Social entre outros); sempre do mesmo modo aberto a novas sugestões de temas vinculados às demandas da comunidade

Quanto ao Fale Conosco - É uma seção democrática que abre espaço de continuidade e interatividade para comunidade: “Traga suas memórias e seja parte ativa da memória coletiva de nossa Comunidade”. Apresentamos também o posicionamento geográfico da comunidade vinculado ao grupo de WhatsApp da Comunidade Horto Florestal.

#### 5.4.2 Processo de planejamento e produção

O desenvolvimento do website consumiu cerca de 18 horas do pesquisador, foi concluído no decorrer de uma semana de trabalhos. É produto das principais ideias e sugestões compartilhadas e acolhidas em discussões em rodas de conversa e contatos informais. A tabela 08 a seguir presta contas do processo de planejamento e produção do *site*.

Tabela 11 - Acervo interativo de memórias versus ideias e sugestões

Ref.	Ideias/sugestões	Justificativa	Situação atual
01	Associar fotos, documentos a situações ocorridas com base na memória local dos participantes.	Vincular o acervo documental local às histórias vividas na comunidade.	Criado e disponível na seção Ancestralidade
02	Criar uma seção do museu dedicado à árvore genealógica da comunidade.	Os ramos dessa árvore genealógica devem contar a história local, a partir da reunião das informações coletadas com foto, nome dos locais.	Em desenvolvimento.
03	Criar um fórum comunitário de “histórias narrativas vividas” de interesse social comunitário a ser administrado pela associação.	Aumentar o interesse dos locais com a identificação participativa no museu. Muitas das histórias locais se perdem no tempo sem registro para gerações futuras.	Criado e disponível na seção Ancestralidade
04	Criar um espaço dedicado à Biblioteca Virtual e coleta de livros por doação.	Informar aos locais os livros em acervo na comunidade e também indicar os links de websites para acesso a obras com ou isentas de direitos autorais publicadas na Internet. Coletar doações e contribuir para o hábito de leitura.	Criado e disponível na seção Midiateca
05	Criar a tribuna virtual	Espaço dedicado aos moradores como forma de expressar questões de interesse comunitário sobre temas considerados relevantes.	Criado e disponível na seção Fale conosco
06	Criar um “quadro de avisos”	Criar uma janela de informações a partir de mídias sociais, consideradas mais relevantes (ex. eventos na comunidade, ofertas de serviços profissionais, comércio, de trocas de produtos e bens de consumo). Hoje essas informações estão espalhadas em diversas mídias sociais.	Criado e disponível na seção Fale conosco
07	Incluir espaço para datas comemorativas de fatos da história que tenham vínculos com a comunidade.	As novas gerações desconhecem a história vivida e gradativamente perdem a noção de que a comunidade possuiu uma história a ser preservada,	Criado e disponível na seção Memórias
08	Criar Boletim de Notícias da comunidade	Criar um espaço no <i>website</i> (gerenciado pela Associação) para que os membros da comunidade postem as notícias que considerem de interesse comunitário tais como eventos sociais, campanhas de vacinação, reuniões, mutirões etc.	Em desenvolvimento.
09	Integração do <i>website</i> com outros para websites afins para formação de redes comunitárias	Vincular o <i>website</i> com o de outras comunidades criando uma rede integrada para compartilhamento de soluções a problemas comuns.	Em desenvolvimento.

Ref.	Ideias/sugestões	Justificativa	Situação atual
10	Criar um painel de parcerias e projetos comunitários	Relação e posicionamento de projetos e parcerias da comunidade entre academia, empresas e demais entidades da sociedade civil e, se for o caso, as suas respectivas avaliações.	Criado e disponível na seção Projetos

## 5.5 Reflexão teórica a respeito das memórias

O conceito de memória compreende o conjunto de textos, imagens e costumes, cuja "preservação" serve para estabilizar e transmitir a autoimagem de um grupo social através do tempo (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995). As reflexões teóricas apresentadas a seguir vinculam registros da memória da comunidade à teoria da ecologia dos sentidos, aos domínios sociais subjacentes e as memórias de poder e de violências.

### 5.5.1 A ecologia dos sentidos e as memórias

A comunicação é efetivamente compreendida como um processo psicossocial progressivo e complexo que resulta de construções adaptativas e sucessivas de onde emergem os sentidos. Campos (2017) aponta, entre as páginas 301 e 302 que a grande dificuldade que encontramos em estudar a comunicação reside no fato de que a ação “de se colocar em comum” não abraça “objetividade nem subjetividades absolutas”. Na medida em que “toda ação comunicativa implica um *logos* animado por um *patos* (uso da razão) que responde a um *etos*” (uso da emoção) e é pontuada por disputas intersubjetivas que impedem travessias únicas pois a neutralidade “do agir e da ação, do dizer e do dito, não atravessarão nada: baterão às portas de um sonho tão impossível quanto foi a chegada ao destino para a tripulação e os passageiros do Titanic”. Assim, “colocar em comum” não possui “objetividade nem subjetividades absolutas”. Nessa ecologia dos sentidos que emergem das trocas, esse comum de compartilhamento de vivências é o campo da produção de memórias psicossociais:

Os eventos de nossa vida mais imediatos para nós mesmos também estão gravados na memória daqueles grupos mais próximos de nós. Assim, fatos e concepções que possuímos, com menos esforço, são lembrados de um domínio comum (comum pelo menos a um ou vários meios). Essas lembranças são ‘de todos’ nessa medida. Podemos recordá-los quando quisermos só porque podemos nos basear na memória dos outros” (HABERMAS, 1987, p. 147).

Os vieses da comunicação emergem de disputas ancoradas em memórias, na medida em que estas estão relacionadas com processos cognitivos de estocagem embebidos de sentimentos derivados de valores éticos e morais que emergem dos discursos nas conversas entre as pessoas. Tais vieses podem tanto levar a disputas respeitadas onde existem sustentação de processos mais autônomos (lideranças mais democráticas, com poder e autoridade naturalmente reconhecidos) ou desbancar para disputas de confronto em processos patológicos nos quais as relações heterônomas são prevalentes (lideranças “forçadas”, com poder e autoridade coativamente impostos). Ou seja, os sentidos, ao emergirem, se alternam entre polos de maior satisfação - associado à autonomia, de maior insatisfação - vinculados à heteronomia, onde a maior parte das trocas situam-se entre eles, produzindo ambiguidades - em que não se pode identificar a prevalência nem de um nem de outro. Com efeito, a sociedade é o conjunto das relações psicossociais na qual o autor discute pragmaticamente esses lados opostos, da heteronomia (coação) e da autonomia (cooperação) no fluxo da comunicação. Juízos decorrentes das trocas comunicativas polarizadas ou ambíguas que encontramos nos dados (como, por exemplo, consciência, livre-arbítrio na tomada de decisões, abertura de conflitos etc.) foram confrontados com eles. Os juízos, ao serem expressos pelos moradores da comunidade, na verdade, revelaram suas ecologias de sentidos por meio de ideias e aprendizados (cognições), de sentimentos e emoções (afetos) e foram resultantes de tomadas de decisão (ancoradas em valores ético-morais). A teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017) remete, portanto, às construções, coconstruções e reconstruções psicossociais derivadas das relações da comunicação entre pares, dentro de um comum existencial, que Vieira (2017) expressa da seguinte maneira:

Vivemos em uma trama de razões e emoções indissociáveis, dentro de uma malha social: formamos laços afetivos de amizade, nos unimos, nos apaixonamos e formamos pares; cuidamos de nossos filhos por um período estendido; temos amigos e inimigos; e sentimos ciúmes, admiração, alegrias e tristezas em contextos específicos. Temos noções nítidas de certo e de errado. Sentimos vergonha e culpa. Podemos dizer que somos seres morais” (VIEIRA, OLIVA, 2017, p. 16).

Do ponto de vista de trocas que expressam relações principalmente autônomas, podemos citar as seguintes:

*“a construção do acervo de memórias do Museu do Horto) é lugar onde a gente precisa encontrar a essência e que nos mostra para o mundo. Amanhã, mesmo quem está fazendo questão de complicar e ficar de fora vai nos agradecer por isso.”*

Do ponto de vista de falas que expressam relações principalmente heterônomas, podemos citar as seguintes:

*“muita gente vem aqui procurar problemas ao invés de perguntar. Às vezes, o problema está em quem vem, a gente fica sem saber o que fazer e aí perdemos o interesse. Eu acho que antes de fazer o que a gente gosta é preciso fazer o que é certo. Aqui tem tudo de bom, o museu precisa mostrar que aqui tem vida e que as pessoas valorizam esse lugar, apesar dos problemas que a gente enfrenta no dia a dia.”*

*“você disse que vai reescrever as falas na sua pesquisa. Sinto muito, mas não vou gravar áudio, não sei falar bonito.”*

Encontrar pessoas em estado defensivo, de resistência. Nas falas dos participantes, inicialmente, o sentimento de recusa, de medo, de ansiedade esteve presente, quer seja no fato de fazer críticas quanto à coleta do lixo, quer seja na procura de problemas em vez de fazer perguntas, incluindo aí o medo de não falar bonito. Mas o que vem a ser o falar bonito? Uma linguagem imposta? Certamente, por desconhecimento ou por ter sido preterido alguma vez com relação ao modo de falar adveio o a insegurança. Consequentemente, a resistência. Inicialmente, por exemplo, recebemos via *WhatsApp* a seguinte mensagem:

*“bom dia, sou (Fulano de Tal), eu e a (Fulana), estamos com uma dúvida em relação a sua solicitação a respeito do Horto. Me diz o que você realmente quer, quanto a pontos positivos e negativos. Abraços meu amigo.”*

Após recebermos a mensagem, percebemos que o sujeito se colocou em primeiro lugar “eu e a fulana”, quando, aparentemente, a dúvida parecia ser mais dele do que de outros. Possivelmente, pelo simples fato de se colocar em primeiro lugar. Inferimos que colocar mais um nome garantiu-lhe a sensação de “estar-junto” com mais alguém. E a questão, desligando-se do outro, se transformou em saber o que seriam os aspectos positivos e negativos. A despedida cordial revelou cordialidade.

Respondemos a ele da seguinte forma:

*“Oi Fulano de Tal, bom dia, muito bom falar com você. O que precisamos é muito simples: como alguns colegas já testaram o questionário, nós estamos fazendo uma pesquisa pela UFRJ para entender o que as pessoas pensam de positivo e negativo da comunidade onde moram. Com a devida autorização das pessoas que estão dando esse depoimento, nós buscar ideias para colaborar com o acervo de Memórias Museu do Horto . Trata-se de um projeto da Associação de Moradores. Se você tiver mais alguém que possa dar esse depoimento, além de você, ficaremos muito gratos porque vai enriquecer a nossa pesquisa.”*

Utilizamos o ‘plural de modéstia’, nós, para fornecer-lhe uma resposta em que pensávamos que a clareza na linguagem predominava. E obtivemos a seguinte resposta:

*“contribuir para pesquisa? Que tipo de contribuição é essa? Agora tão querendo grana?”*

Um pequeno ruído, um obstáculo da linguagem como um muro se fez presente na comunicação. A palavra “contribuição saltou de lugar”, transformando-se em “grana”, dinheiro. Repensamos e clarificamos o termo, informando que a contribuição era uma ajuda com palavras, com depoimentos, narrativas - se necessário. Assim, enviamos a outros também a informação:

*“todos precisam nos ajudar com informações, com depoimentos, com as falas. Esta é a contribuição, a ajuda. É preciso ter consciência que se o museu quiser nos representar, é preciso nos ouvir, é preciso que ele tenha essência. ‘A gente’ só tem noção do bom do lugar que a gente mora quando vamos a outras comunidades. O museu, eu, na minha opinião, vai mostrar para todo mundo o que ‘a gente’ tem de melhor. Poucos locais ainda preservam a natureza e o patrimônio que temos aqui. Esse projeto não pode ser só da associação. Deve ter a participação de todos. Todos precisam decidir, democraticamente sobre tudo o que nos interessa.”*

A Ecologia dos Sentidos, enquanto teoria, ao buscar mecanismos de análise para compreender as dimensões que estão embutidas nas relações (no caso acima, uma abertura de conflito por juízo prévio heterônomo, respondida com convite ao estabelecimento de uma relação autônoma através de um movimento cognitivo de convite à conversa) pode também ser entendida como um quadro explicativo que embute uma ética do diálogo. Assim, nessa perspectiva, enviamos-lhes a seguinte mensagem, atendo-nos ao fato de evitar ruídos,



obstáculos criados pela linguagem, usando, por vezes, linguagem informal, no intuito de efetivar a comunicação:

*“eu vejo no Museu a oportunidade de escolher entre tudo que temos de bom ou ficar parado. Não precisamos pedir ajuda para ninguém, nós temos a nossa gente e a nossa história a nós pertence”. “Cada um deve ter em casa alguma coisa guardada para representar a nossa história. Isso já é um grande começo para mostrar quem somos”. “Não é hora de fazer oposição, nós já temos problemas demais vindo lá de fora”. É hora da gente se juntar e fazer a nossa parte.*

Cabe ressaltar aqui, para efeitos de clarificação, que os movimentos cognitivos são inseparáveis dos afetivos e éticos-morais.

Apesar da complexidade dos conjuntos de circunstâncias dos vividos individuais e dos contextos sociais, defendemos a ideia segundo a qual não podemos estudar a comunicação, sem levar em consideração a complexidade progressiva e encaixotada dos mecanismos orgânico-sociais da razão, e modelada da afetividade. De modo complementar, não podemos ignorar a questão moral porque nenhuma comunicação é neutra, além do que ela pode ocorrer em contextos principalmente tácitos ou, sobretudo, explícitos (CAMPOS, 2017, p. 365).

Nesse sentido, para uma exemplificação dessa complexidade ecológica dos sentidos, um dos participantes mais ativos e engajados em nosso projeto de pesquisa enviou-nos a seguinte mensagem, envolvendo uso de recursos, a qual transcrevemos respeitando a mesma linguagem informal utilizada por ele:

*“bom dia, como sempre estou à sua disposição, como deu para perceber, talvez eles não estejam querendo abrir para outras pessoas, querem segurar, ou o que vc falou, eles estão querendo alguma compensação financeira, e pra, vc já vai ajudar, a fazer o negócio pra contribuir pra melhorar e eles são assim desse jeito, então eu acho que o melhor que vc tem a fazer é isso mesmo, entrega lá, deixa 1ª disposição deles, e se eles quiserem atualizar, ou quiser fazer ok; Eu tô aqui, precisando vc sabe que vc pode contar comigo pra qualquer coisa. ... Está bom meu amigo? Um abraço, estamos aí”.*

Levando em conta a supracitada complexidade, a mensagem carrega a afetividade e desponta como cooperação, como uma palavra gestora de conflito. Afinal se “o mundo

subjetivo procede ao mesmo tempo do vivido, organizado mentalmente por um sistema neurológico capaz de construir linguagens graças aos prazeres e sofrimentos orgânicos vindos das sensações” CAMPOS, 2017, p.314), podemos concluir que viver e comunicar é também sentir e os sentimentos modelam as relações entre as pessoas ao mesmo título que as cognições. Os sentimentos nem sempre podem ser expressos através da linguagem, daí as complexidades para enfrentarmos os desafios da comunicação.

### 5.5.2 Os domínios sociais subjacentes às memórias

A teoria do Domínio Social expressa, como já expusemos, as particularidades e experiências do vivido seja no que diz respeito exclusivamente ao indivíduo, no que se refere ao modo de agir das pessoas ao se relacionar com o mundo (Quem?). Inseridas em um ambiente ou configurações sociais, aquelas definem os limites onde a realidade acontece, incorporando códigos que influenciam o comportamento individual e coletivo (Onde?). A atividade situada posiciona o intervalo de tempo em que ocorre a dinâmica das trocas entre pares (Quando?). Finalmente, os recursos contextuais expressam toda relação social envolva recursos, seja de natureza material como humanos, logísticos e financeiros, além dos psicológicos, tais como motivacionais (autodeterminação, engajamento, vontade e desejo) (Com o quê?). Essas interações sociais são influenciadas pelo modo que as pessoas participam do processo de realização coletiva, bem como pelos modos de exercício do poder na ação comunicativa.

Nesse espaço social as pessoas tentam influenciar umas às outras, apresentando reivindicações que são tais que podem ser criticadas e sujeitas a debates. A mistura de ação não se baseia em algum consenso pré-estabelecido sobre formas apropriadas de agir, como no quadro de Parsons. Em vez disso, depende do dar e tomar dos encontros e da forma como os envolvidos podem fazer suas reivindicações influenciarem o entendimento que eventualmente é alcançado. Elas fazem isso, apresentando reivindicações. Buscam persuadir uns aos outros à adequação de suas próprias opiniões, apoiando-os de várias maneiras reconhecidas” (LAYDER, 2006).

O autor também nos chama a atenção para a influência do poder e controle nas relações interpessoais, dada sua importância como uma característica genérica da vida cotidiana mesmo na mais fugaz das suas manifestações; Foucault (1980) o traduz, como um meio

circulatório que opera através de todo o corpo social até mesmo nos níveis mais microscópicos, com uma centralidade no sujeito. O filósofo entende o poder como algo que está no domínio da vida cotidiana e se estende àqueles que resistem à sua influência, criticando posições que, para ele, operam de cima para baixo.

Layder (2006), no entanto, considera que apesar das contribuições do filósofo francês serem muito importantes, é necessário aceitar uma visão mais ampla do poder, não indo ao extremo de vê-lo como algo difuso que não tenha limites ou formas específicas, dada a infinitude dos olhares subjetivos. Assim refere-se ao perigo de se adotar uma perspectiva exclusivamente foucaultiana<sup>111</sup>, em termos que, para ele, são generalizados, produzindo o risco de perdemos a noção do poder como instrumento efetivo de análise social. Habermas (1987) também não lida com a questão à maneira pós-estruturalista, entendendo o poder como um campo de ação social, onde produções subjetivas o configuram intersubjetivamente (relação entre experiência fenomenológica e sistema político-administrativo através de meios de comunicação linguageiros). Considera, portanto, a partir de um olhar construtivista-crítico, que o poder é um fenômeno intersubjetivo produzido por acordos, desacordos e entre-acordos dependentes de contextos de trocas comunicativas, mas ligados às instituições políticas (entendidas desde a família ao Estado, passando por todas e quaisquer formas de agrupamento humano). No que diz respeito à multiplicidade de possibilidades de análise, Layder (2006) conclui que “há de se discernir entre os diferentes tipos, níveis e graus de relações de poder, o que é absolutamente essencial e requer pesquisas empíricas para ajudar a se tornar possível” (p. 234).

No campo da Psicobiografia (Quem?), particularidades e experiências individuais do vivido que definem a sua forma de agir ao se relacionar com o mundo, emergem. “As nossas ações começam individualizadas, mas nunca podemos escapar inteiramente das influências sociais com o mundo” (LAYDER, 2006, p. 271). Assim, elas moldam as suas atitudes, ideias, percepção de valores e disposições de agir no processo de interação social. O autor mapeia a pessoa em experiências como se desdobram desde o nascimento até o presente. A trajetória de cada indivíduo é única porque sua vida se desenvolve no contexto de uma configuração individual.

---

<sup>111</sup> Foucault (1980) entende o poder como algo que está no domínio da vida cotidiana e se estende àqueles que resistem a sua influência ao invés de entendê-lo como algo que só opere "de cima para baixo".

*“todos os dias eu agradeço a Deus pelo lugar tranquilo que a gente vive com pessoas do bem, em comparação com o que vemos de violência por aí. A gente gosta muito de morar aqui será muito bom para essa juventude e as próximas gerações que esse patrimônio seja reunido e preservado”.*

Nas conversas a seguir, onde impera o Quem (a comunidade, na fala de seus moradores), podemos também ver as dimensões do Onde (o Horto Florestal), do Quando (a época) e do Com o quê (recursos locais). Nelas, a ambiência é destacada, mostrando as peculiaridades do local, afirmando o pertencimento, no primeiro trecho, quando a palavra “raiz” é destacada, traz à luz o orgulho de viver em um local em que há diferenciais de suma importância a serem mais valorizados. Mais uma vez, na comunidade do Horto Florestal, o “estar-junto” é vislumbrado, pois todos se conhecem. Evocar as noites de verão ou tempos de antão, mostram o “calor humano” presente no viver na comunidade, em rituais de confraternização.

*“a gente só tem noção do bom do lugar que a gente mora quando visita outras comunidades. O museu entendo que seja a forma de mostrar pra todo mundo o que temos de melhor. Poucos locais ainda preservam a natureza e o patrimônio histórico como aqui.”*

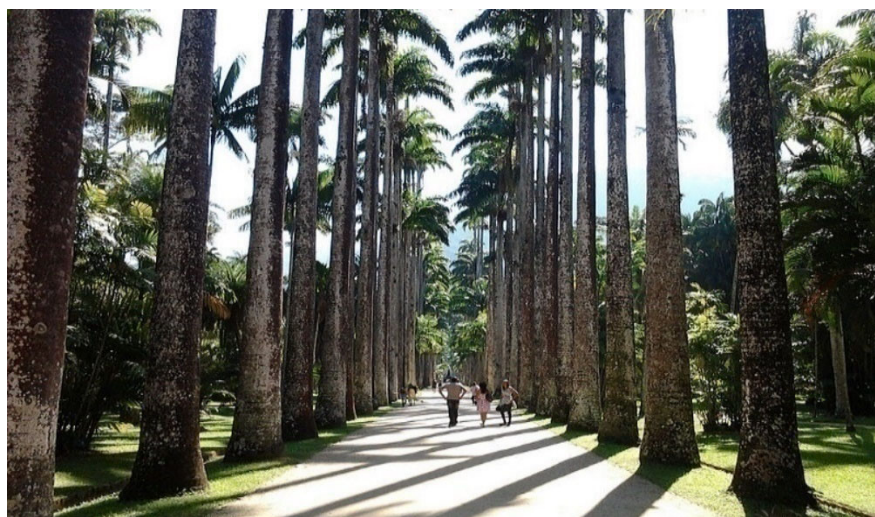
*“todos precisam ajudar ter consciência que se o museu quiser nos representar precisa nos ouvir, é preciso que ele tenha essência.”*

*“O lado bom de morar no Horto é que aqui tem essência. Aqui existe raiz. É um lugar maravilhoso, e a natureza, é abundante. Todo mundo se conhece e vai de geração para geração. As crianças ficam na rua brincando; nas noites quentes de verão, a gente senta no nosso portão e fica com os vizinhos. É, aqui se você subir, tem a cachoeira, tem a Vista Chinesa, tem Mesa do Imperador; se você descer tem o Jardim Botânico, tem a Lagoa. Então, morar no Horto realmente é a essência e amor. E eu tenho muito orgulho em morar aqui”.*

*“tem várias coisas aqui, tem aqui (temos) o Solar da Imperatriz, onde era a sede do campo e embaixo (onde) era a senzala, onde tinha aquele negócio de escravo, onde morava o Luiz que depois foi morar no Grotão; o Messias, aquele que era inteligente que trabalhava na secretaria (onde ficava) o presidente aqui Dr. Altamiro (IBDF), entendeu? Então tinha aquele futebol ali (no) nosso no clube, aí depois de jogar e tinha esportes lá (...). Essas coisas*

*tudo a gente está captando para poder fazer um relatório. Onde nós vivemos aqui (há) carreira de árvores, jatobá, jequitibá, entendeu? Fomos criados, bem entender no meio dessas coisas, né? No Jardim Botânico.”*

Figura 17- O Jardim Botânico



Fonte: AMAHORTO

Figura 18- Solar da Imperatriz (1827-1882)



Fonte: AMAHORTO

O domínio da atividade situada (Onde?) registra a evolução do indivíduo no seu tempo. Nesse espaço dialógico temporal, há “um composto complexo e sutil dos poderes em ação que se desdobram em tempo real em interações que envolvem influência e ação” (LAYDER, 2006, p. 279). Segundo Lyder, o poder produz confrontos com as dimensões sociais, estruturais e sistêmicas dos locais, fazendo emergir sentimentos e emoções. Nos trechos seguintes, essas atividades situadas emergem como foco, tendo os domínios do Quem, do Quando e do Com o quê ao fundo.

*“o que me traz muita saudade, eram as festas juninas a criação do Bloco Força Jovem, que trouxe um movimento muito grande (de pessoas de fora) no Horto, né? (Nas) festas juninas onde os moradores participavam, os mais antigos, tinha prazer em praticar (...) e a gente ficava muito feliz, ficava muito contente com essa participação (unindo) as pessoas. Dessas (festas) os mais antigos (se recordam) (eram organizadas) inclusive na avenida, que hoje é um prédio tombado que era... pertencia à ferraria do passado; ali tinha uma pracinha onde os moradores mais antigos cediam para que nós (mais jovens) fizéssemos as festinhas, antes da fundação do Bloco Força Jovem, que depois se tornou um bloco maior, em que todos, praticamente todos os moradores da localidade aqui participavam desse bloco com muita alegria, muita animação, com muita ordem. Realmente, me traz muita saudade. No momento o que traz mais saudade ainda é que nós podíamos entrar lá no Horto no 2040 e brincar nos porões dos salões da antiga delegacia do IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal -, que passou para o Jardim Botânico. Então nós aproveitávamos por lá estar (no local) vazio para brincarmos nos seus porões, nos corredores; realmente era momento muito bom, muito gratificante.”*

Os depoimentos, impregnados de história, de orgulho e de consciência sobre os efeitos benéficos emanados das atividades situadas nos espaços do Horto, nos fazem revisitar, através das memórias, as alegrias e as lutas dos antepassados, trazendo em seu bojo um saudosismo que permeia o coletivo e que está carregado de sentimento de gratidão.

*“o Horto Florestal é uma comunidade histórica mesmo. Eu estava até falando com uma amiga, como as pessoas que desconhecem a história do Horto, elas têm uma visão muito deturpada, entende? Então eu estava lembrando de uma situação de uma senhorinha da Gávea, que eu me dava muito com ela, eu trabalhava ali. Uma vez ela veio falar sobre o Horto, né? Mas dentro dessa questão negativa, né? E eu estava explicando para ela: “Pois é*

*o Horto, ali você vai e hoje em dia se conta a dedo as pessoas que não fizeram parte (da história) lá de trás, mas a maioria (sim). Eu citei meu avô, meus vizinhos que já se foram, mas se foram com bastante idade tal, são as pessoas, basicamente fundaram o Horto, porque o Horto quando eles foram trazidos para morar aqui, era matagal, era no pico do morro, imagina, tipo assim tido como distante, sem uma condução adequada e tudo mais, e eles vieram, eles foram os desbravadores, e aqui construíram, quer dizer cada um deles, no somatório, estamos nós aqui para contarmos a história porque foram nossos antepassados que realmente mudaram e construíram a história desse lugar. Não é? E hoje em dia quem desconhece isso lá atrás, não tem noção, então falam um monte de besteiras, mas a gente, eu acho que aqui, que eu entendi a sua pesquisa e vou passar para as pessoas. Isso, eu vejo até as pessoas que valorizam é muito bacana. Eu vejo e fico feliz quando eu vejo as pessoas locais valorizando o lugar, não é? Dando importância realmente a isso. O que gente tem de certa forma.”*

O domínio do ambiente em que a realidade social acontece é expresso pelos cenários locais onde se instituem que variam em função do nível de configurações amadurecidas (ou não) pela experiência vivida ao longo do tempo. O tempo das memórias pode ser um tempo passado, um sentimento de momento ou expectativas de futuro. É o Quando. A progressão do tempo interfere no ‘Quem’, ‘Onde’ e ‘Com o quê’:

*“eu moro no Horto há 70 anos (...) Um lugar de tranquilidade. É um lugar que todo mundo se conhece, todo mundo todo mundo se dá, todo mundo namora com pessoas daqui e, casa com pessoas daqui do local (pausa). É tranquilo, tranquilo. Tranquilo de você poder deixar seu carro na rua; tranquilo de você poder dormir com a janela aberta... Muito bom. Muito bom. Um lugar maravilhoso. Qualquer um gostaria de morar aqui. Lindas cachoeiras, matas, rios. Não tem lugar melhor no Rio de Janeiro para se viver e para se morar do que o Horto Florestal.”*

*“eu já moro no Horto há quarenta e dois anos. É a idade da minha filha, a mais velha. Eu gosto do Horto por tudo que o Horto tem. Não que tenha tanta comodidade, porque a condução para a gente é complicada. Mas o bem-estar, a saúde, entendeu? O jeito de a gente viver aqui é diferente. Você vê que tanta gente vive em tantos lugares e não vive bem. A gente aqui, a trancos e barrancos, vive bem, querendo ou não. A estadia aqui é muito boa. É tranquilo, não tem negócio de bagunça; bagunça, tem aquela baguncinha que cada um faz*

*em um almoço na sua casa, e uma coisa ali outra ali. Mas eu não tenho o que falar do Horto. Para mim, é o melhor lugar em que eu moro (pausa) sinceramente; até o dia que Deus me levar é aqui que eu vou ficar. Mesmo se eu tiver oportunidade de ganhar um dinheiro na loteria, eu compro um lugar longe, um lugar estável prá eu descansar nos meus finais de semana, mas aqui eu vou continuar. Se Deus quiser!”*

A ligação entre *chronos* e *topos*<sup>112</sup>, aparentes nos primeiros trechos apresentados, é também evidenciada neste último. Ao afirmar “o melhor lugar”, traz um “aqui e agora”, isto é, um presente firmado, embora transpareça o fato de que não é tão cômodo assim, uma vez que o transporte não é regular. Salta à vista o fato de que viver nesse lugar - temporalmente constituído ao longo de 42 anos - é diferente. Acreditamos que esse “viver diferente” seja um viver em que, no fundo e longe das aparências, é comunitário, em que a cooperação e a solidariedade andam abraçadas em rituais de confraternização.

O domínio dos recursos materiais, o Com o quê, “Tem enfoque em critérios predefinidos de distribuição que estão em jogo nas realizações, estes nem sempre aceitos consensualmente. O conhecimento formal da linguagem (habilidades de falar e ler) ou do ambiente ou ambiente local, ou entrar e lidar com outras pessoas, ou saber o que fazer em circunstâncias perigosas ou ameaçadoras, são todos exemplos de lidar com recursos” (LAYDER, 2006, p. 165). Nas falas que se seguem, vemos a centralidade do ‘Com o quê’, relativamente aos domínios do ‘Quem’, ‘Onde’ e ‘Quando’.

*“aqui tá há três dias (sem) a Internet, toda hora corta. (Na) Internet a gente não consegue falar, toda hora corta; eu não sei o que é que está havendo aqui, estamos sem internet direto. Tô agora vendo o negócio (da pesquisa) e toda hora fica dois a três minutos assim, rodando, rodando, rodando, e não fala nada e (quando) você passa a mensagem, e (não sabe se ela) vai chegar (em) uma hora, meia hora, hora depois. Você responde, aperta e nunca vai. Toda hora ela dá um breque, e aí tem hora que vai para as pessoas e tem hora que ela não vai. E aí você tem que estar (ficar) puxando o ‘zap’ (WhatsApp) aqui para ver se foi ou não; está (há) três dias assim aqui.”*

---

<sup>112</sup> Termo do grego para lugar.



### 5.5.3 Memórias de poder

Na perspectiva teórica de French e Raven (1958), poder é influência que se manifesta em diferentes formas, tendo em vista os objetivos do agente político em ação. O exercício do poder, na perspectiva comunitária, é reforçado por alguma similaridade com o exercido nas organizações porque envolve os modos de articulação formal e informal, desdobrados, respectivamente, em cinco categorias: Compensatório, Coercitivo, Legítimo, Referência e Especialista, e Informação. O que difere é o fato de que o exercido em comunidade emana reações e adaptações derivadas, exclusivamente da autodeterminação, do engajamento, da vontade e desejo as pessoas. Ou seja, é diferente do que conta com a utilização de códigos de governança moderadores, explícitos de estruturas formais (mesmo nos modos em que prevalece a condição coercitiva de poder em uma comunidade, como é o caso já comentado das milícias).

Nessa tese nos interessamos, dentro do processo de resgate das memórias da Comunidade do Horto Florestal, de resgatar também manifestações de poder como o exercício da autoridade e da liderança. Buscamos fazê-lo sabedores de que não existem comunidades ideais e que apresentam conflitos e disputas em que a intenção de exercício de poder não pode ser escamoteada. A questão fundamental para nós, no entanto, foi a de buscar compreender a natureza dessas relações, se da ordem da heteronomia com a construção de autoridades autoritárias ou de autoridades democráticas, e também se as autoridades que se constituíram poderiam ser caracterizadas como lideranças.

Resgatamos memórias de diversas naturezas. Na primeira, a palavra que desponta é a liberdade (de ir e vir), o que mostra uma face do poder, a de induzir forças autonomamente organizadas. Esta liberdade advém do fato de não haver milícia, bandido e tráfico. Do ponto de vista da autonomia e recusa do autoritarismo podemos destacar a seguintes memórias:

*“eu gosto do Horto porque aqui a gente tem liberdade de ir e vir, sem precisar dar satisfação à milícia, a bandido, aqui não tem nada disso, não tem tráfico de drogas, as crianças podem andar livremente na rua sem correr risco. Aqui a gente tem um lugar bom com árvores, com frutas, enfim, tem a natureza, é um lugar calmo e, é bom de morar. Acho que é basicamente isso.”*

Nas memórias coletadas a seguir, encontramos, do ponto de vista do exercício da autonomia em disputas abertas pelo poder:

*“não é hora de fazer oposição, nós já temos problemas demais vindo lá de fora. É hora da gente se juntar e fazer a nossa parte.*

*“Houve uma eleição, aqui no Caxinguelê, pra presidente do clube que deu empate para cada um dos candidatos. O presidente que concorria à reeleição, desempatou com voto para si mesmo. Ele tinha e usou desse direito”.*

Numa perspectiva autônoma (CAMPOS, 2017), recupero em minhas lembranças que organizávamos e fazíamos uma viagem anual à Aparecida do Norte.

*“As várias lideranças informais da comunidade, coletavam fundos e organizavam rifas e recolhiam doções para alugar o transporte. Quando chegava o grande dia, havia frisson com aqueles imensos veículos, ocupando grande parte da rua Pacheco leão, e crianças, jovens e velhos numa profusão de gerações em espírito de festa, se enfileiravam com seus alimentos, malas e outros pertences para acessar seus lugares nos ônibus. Nominalmente todos iam entrando, inclusive, os que não puderam apagar, pois sempre era previsto e reservado um percentual de lugares para atender a essas situações. Íamos e voltávamos, felizes, compartilhando na viagem as nossas memórias, os nossos cantos, celebrando a nossa vida em comunidade.”*

Do ponto de vista da heteronomia (CAMPOS, 2017) evocando disputas subterrâneas pelo poder, selecionamos a seguinte memória:

*“Oi (aqui meu nome é citado) boa tarde! Desculpe-me, mas não tinha esquecido de você, Desculpe-mesmo? É que eu não tinha conseguido saber nada a respeito... Ai encontrei o fulano (apelido), e perguntei para ele se ele saberia me dizer como havia se dado as eleições da AMAHOR. Ele me disse que não houve eleições pois não apareceu quase ninguém para votar. Daí houve um acordo entre o atual e o candidato a presidente e o vice da outra Chapa, porém depois eles deram um "golpe" excluindo os dois. E sendo assim, hoje os atuais não fazem mais parte da AMAHOR, e não opinam mais em nada. Segundo o fulano, muitas pessoas ficaram revoltadas com essa situação...,Mas contudo, não participam como deveriam*

, como por exemplo indo votar... Só se unem quando alguma casa está para sofrer despejo. Aí vão em grande número de pessoas para se colocarem de escudo na tentativa de impedir a retirada das famílias...”<sup>113</sup>

Do ponto de vista de expectativas de lideranças que exerçam o poder autonomamente, de um aspirante à liderança comunitária, registramos:

“Somos privilegiados por morarmos aqui, entendeu e é isso mesmo, é o que a gente precisa de melhorias, porque eu acho de que uma convivência de uma forma geral todos à sua maneira convivem bem, constituem o local, de uma forma bacana, porque até hoje você veja que, contudo, aqui não é um local de criminalidade, entende? É uma comunidade que a gente pode dizer ser altamente pacífica dentro das comunidades que o Rio de Janeiro tem. A nossa é de certa forma, né? Eu digo assim, muitas vezes. A gente só precisa disso, não é? De incentivo, de alguém que olhe com outros olhos e estimule, e implante aqui alguma coisa boa. Hoje nós temos ali, que eu estou feliz, porque, pelo, menos alguma coisa nós temos aqui que é na Associação, que criou aquele espaço, onde nós temos aulas de cerâmica, corte e costura, entende; mas pode se implementar mais coisas, não é? Nós dependemos exatamente disso, sabe? De que se invista nisso prá gente”.

“Eu vejo no Museu a oportunidade de mostrar tudo o que temos de bom. Não precisamos pedir ajuda pra ninguém, nós temos a nossa gente e a nossa história nos pertence”.

A comunidade enfrentou a pandemia com resiliência de onde emergiram lideranças naturais.

“Desde o início da campanha fizemos esta solicitação no posto de saúde, mas naquele momento o serviço não estava disponível, mas como agora o governo liberou estamos buscando profissional competente para assumir a solicitação de acordo com as devidas exigências, caso saibam de alguém que more no Horto médico ou enfermeiro qualificado que

---

113 É importante enfatizar que o citado ‘gato velho’ é uma liderança comunitária informal ativa.

*esteja disponível ajude-nos por favor a contactar para podermos encaminhar a solicitação. Faremos muitíssimo agradecidos”.*

Como comentamos no início dessa subseção, temos uma preocupação a respeito de nosso comprometimento com a comunidade do Horto Florestal e, força é de constatar, que ela apresenta as mesmas contradições ideológicas que encontramos pelo Brasil afora. Essas contradições, na prática do convívio comunitário, se situam entre a alienação e duas formas de ação: uma positiva, eivada de busca de autonomia; outra negativa, embebida de desejos de poder autoritário. Até mesmo eu, como pesquisador, comecei a ser arrolado como autoridade. Apresentamos, assim, um relato de uma moradora, nesse sentido, tecendo, em seguida, diversas memórias relacionadas sobre essas questões:

*“Oi, sou (Fulana de Tal): Estou escrevendo para pedir a sua ajuda para comprar uma barraca e cachorro-quente.”*

#### 5.5.4 Memórias de violências

De fato, constatamos que, especialmente em um contexto de adversidades, não se pode ter uma ideia idealista de “comunidade”, interpretada em sua essência como um coletivo harmônico e isento de tensões. Em nossas observações e rodas de conversas, ficou evidenciado que as tensões emergem de várias direções a cada momento e aparentemente, por diversas razões: insegurança; desconfiança, pretensão a uso de poder, negação de reconhecimento, ideologia política, seja por motivos pessoais de marcação de territórios, seja por conflitos de relacionamento, tais configurações repercutem nas experiências do vivido.

Nessa perspectiva, trazemos a teoria da modernidade líquida, que interpreta a sociedade como lugar de relações líquidas, em que o espaço e o tempo não conjugam uma identidade única e em que o poder perdeu o rumo. A modernidade líquida foi ultrajada por injustiças reprodutoras de instabilidades no tecido social no Estado moderno pois nele estão agindo forças de fragmentação do mundo globalizado, pródigas em incertezas, complexidades e vulnerabilidades que afetam a identidade humana (BAUMAN, 2001; 1989). Diversos temas relacionados com a fragilização da vida social, através de processos de exclusão, puderam ser identificados pelas memórias dos membros da comunidade. Temas como direito à moradia, acessibilidade de transporte público, saneamento básico e proteção ambiental das famílias

contra enchentes foram registrados recorrentemente, quanto aos obstáculos e desafios do contexto adverso da vida cotidiana, produzido pelas garras insidiosas do capitalismo globalizado instituído violentamente no Brasil.

Neste cenário, evidencia-se um passado de escravidão que está permanentemente coexistindo na comunidade, confrontando intenções e atos de poder do institucional que tentam naturalizar a história de Brasil colonial vivida no local. A necessidade da preservação do patrimônio histórico local com o acervo de memórias, rebate as tentativas de invisibilidade impostas pelo capital ao com proibições e desaparecimentos<sup>114</sup>. Isso ocorre a despeito de outras violências, como se todos fossem reféns históricos do preconceito, sentimento traduzido nas palavras de um pesquisado:

*“Não podemos ser, eternamente invisíveis, como eram os nos nossos antepassados – os escravos. Podem tentar esconder e destruir todo nosso acervo histórico no nossos local, mas o que fica na nossa memória, isso jamais será apagado!”*

Hoje, guardadas as devidas proporções, identificamos ecos do passado da comunidade, refletidos nas evidências de violência cultural histórica na realidade atual. Alguns exemplos reportados nas narrativas dos moradores nos remetem ao Brasil colonial da Escravidão, onde os escravos eram percebidos vistos como seres sub-humanos pela cor da pele, eram submetidos às condições degradantes. Um exemplo dessa condição é apresentado na figura 18 a seguir, na gravura de Jean Baptiste Debret, retratando uma senhora brasileira em seu lar em sua mesa, passando restos de comida a duas crianças escravas negras retratadas como animais de luxo.

---

<sup>114</sup> Registre-se que nesse momento em que essa pesquisa está sendo feita, a cultura do país passa por um momento de crise com total devastação por imposições ideológicas de governo.

Figura 19- Um Jantar brasileiro



Fonte: Jean-Baptiste Debret

## 6 REFLETINDO SOBRE AS MEMÓRIAS

Como já vimos, a oportunidade de investigar o tema da construção coletiva em comunidade revelou aspectos importantes que nos fazem refletir sobre: a importância do lugar de fala, o respeito às tradições e a história local, a necessidade de um processo de abordagem em empreendimentos sociais que respeite o seu espaço e a identidade local.

Nessa perspectiva conjecturamos que os registros e observações feitos possam representar dados e informações relevantes para, efetivamente, possam gerar conhecimento para melhorar as relações entre grupos; que as lideranças sejam capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas sensíveis de diferentes credos e ideologias, no sentido de promover um ambiente que possa justificar a sustentabilidade das conexões, nessa trajetória de realizações, com foco em sustentabilidade em comunidade.

Em um mundo extremamente competitivo, em que alguns buscam, desesperadamente, ser heróis e outros disfarçar suas inseguranças, seus medos e pequenos ou grandes fracassos com imagens pré-fabricadas e demonstrações heroicas na grande rede Internet, talvez seja momento de estarmos cientes de que viver é um ato de experimentação constante e de altos e baixos. Ao contrário do que os pessimistas possam supor, essa inconstância nos habilita conhecer a nós mesmos para evoluir e dar respostas a tudo o que acontece ao nosso redor. A lógica da ação coletiva pode ser aplicável a uma vasta gama de situações sociais e econômicas que demandam o cálculo do custo-benefício em uma perspectiva individual. O grupo em si não pode ser considerado uma entidade racional, visto que o atributo da racionalidade deriva de indivíduos autonomamente motivados.

### 6.1 Retorno às questões de pesquisa

A partir desse ponto, à luz das conclusões obtidas a partir dos resultados: análise e interpretação dos dados das memórias, incluindo aqui as minhas, buscamos responder as questões a seguir, com vistas a pensar em ideias, propostas de soluções e mecanismos de ação razoáveis para realizações sustentáveis em empreendimentos sociais comunitários:

1 - Quais circunstâncias do vivido entrariam em jogo para a determinação de um marco zero da comunicação (*Big Bang* simbólico) para definir o início do processo de pesquisa convivência?

2 - Seria possível afirmar, de antemão, que haveria um padrão ideal de discurso nas relações comunitárias, tendo como exemplo a experiência de convivência na comunidade do Horto Florestal?

3 - Poderiam ser validadas as fases do modelo de avaliação de projetos comunitários (Aproximação, Integração e Maturidade), projetadas no início da ação na prática de realização sustentável (no caso do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal)?

4 - Os mecanismos de interação da liderança comunitária, no exercício do “poder e autoridade no território, incidiriam em ações concretas na construção do acervo de memórias do Museu do Horto?

5 - O papel da memória coletiva poderia ser compreendido como efetivo no processo delimitado entre o marco zero e o final da experiência de pesquisa-ação?

6 - As reações em jogo que emergiram das ecologias de sentidos (autônomas, heterônomas e ambíguas), internalizariam circunstâncias expressas nas relações comunitárias, se considerarmos o conceito de modernidade líquida?

## 6.2 Esboços de respostas às questões de pesquisa

6.2.1 Quanto às circunstâncias do vivido que entrariam em jogo para a determinação de um marco zero da comunicação (*Big Bang* simbólico) do processo de pesquisa convivência.

Conforme registramos anteriormente, a ideia de se propor um marco zero para o *Big Bang* simbólico da comunicação partiu do pressuposto de que todo processo comunicativo possua um ponto de partida, ou seja um momento gerador de tensão inicial, uma espécie de gatilho que permite reinício as trocas comunicativas. Vivenciamos um processo comunicativo recorrentemente reciclado, seja em decorrência dos novos atores incidentes na realidade ou



pela percepção e níveis de interesse e motivação das partes envolvidas. Tais reinícios caracterizaram a dinâmica das mudanças sugeridas com a simbologia do *Big Bang*. Nessa trajetória, foi possível colaborar, aprofundar e melhor compreender, à luz dos nossos referenciais teóricos, o processos comunicativos, bem como os conflitos que emergiram nas relações de poder e autoridade no processo de construção coletiva.

6.2.2 Quanto a um padrão ideal de discurso nas relações comunitárias, tendo como exemplo a experiência de convivência na comunidade do Horto Florestal.

Não se pode assumir que exista um padrão ideal de discurso em comunicação nas relações comunitárias. Por definição, um padrão é uma referência que se busca para servir de orientação e base de comparação. A partir de um padrão, é possível haver controle. Um padrão ideal de discurso seria o “nirvana<sup>115</sup>” do consenso. Ou seja, uma referência para garantir uma troca comunicativa “ideal” entre pares, ou seja, que gerasse um nível mínimo de desequilíbrio e tensão. Nesse aspecto, identificamos um encaixe bem ajustado que está alinhado os pressupostos da teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017), na medida em que quando alguém se comunica pelo discurso, não se atém somente aos processos cognitivos, mas também coconstrói sentimentos a partir de suas percepções.

As razões, portanto, não estão somente fundadas na cognição, mas também em sentimentos, entre os quais se destacam os morais que produzem a dimensão ética. Como se pode constatar nesta pesquisa, não se pode afirmar, de antemão, que exista um padrão ideal de discurso na ação comunicativa para melhoria do processo de construções coletivas em comunidade, pois isso seria uma atitude cognitivista pura que rejeitamos. Para ser ideal, teríamos de nos ater a um processo impossível em ciências humanas e sociais, que seria o de acreditar que, logicamente, se poderia antecipar como uma comunidade reagiria diante de tais e tais circunstâncias (como procede a física), em função de dados prévios. Ainda que economicamente estivesse, a nosso ver, correto (teoria do capital) Marx tentou isso, com sua teoria política determinista, e não deu certo. Na medida em que estamos nos referindo a construções coletivas influenciadas por sentimentos.

---

<sup>115</sup> Na religião budista, trata-se de um estado de paz e felicidade que uma pessoa alcança depois de desistir de todos os desejos pessoais realizados (OXFORD Learner’s Dictionaries. 2021).

6.2.3 Quanto à validação das fases do modelo de avaliação de projetos comunitários (Aproximação, Integração e Maturidade), projetadas no início da ação na prática de realização sustentável (no caso do acervo de memórias do Museu do Horto Florestal).

Os registros de memórias possibilitaram entender os aspectos que envolvem a trajetória de realização coletiva em comunidade. Poderíamos parar nesse ponto de a pesquisa oferecer um conjunto de reflexões e premissas teóricas aferidas de acordo com os pressupostos avaliados. Ainda que não seja um instrumento ideal ou necessariamente desejável, ao propor o Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários com objetivo oferecer diagnósticos para estratégias de abordagem da comunidade, visando sustentabilidade na realização conjunta de empreendimentos comunitários; acreditamos ter conseguido orientar de maneira adequada nosso processo. Como a avaliação é feita por pares (partes interessadas), ao sugerir a melhor abordagem da comunidade ante o perfil do empreendimento social comunitário pela totalização da frequência das escolhas, contribuiu para nós adequássemos nossa abordagem junto à comunidade.

Acreditamos que, ao tipificar previamente a comunidade, com todas as limitações que um instrumento quantitativo possa produzir, pudemos minimizar conflitos, evitar desperdícios, sobrepujar “fogueiras das vaidades” e criar vínculos colaborativos fortes, promovendo com menos tropeços o conviver e construir juntos.

Ao problematizar as questões que apresentamos, supusemos que, intervenções em ações comunitárias em contextos sociais adversos dependem de uma abordagem inicial por fase, que esteja em alinhamento com o perfil do empreendimento social em questão. A abordagem de Integração, resultante da aplicação do *Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários*, conforme registro efetuado no relatório de avaliação, ao sugerir a busca de criação de laços afetivos, contribuiu para fortalecer um núcleo gestor das atividades de produção do acervo de memórias.

Ainda assim, as lições aprendidas nesse experimento mostraram que houve inadequação na abordagem inicial. O projeto enfrentou diversos obstáculos, como falta de recursos e baixo envolvimento da comunidade, já que se tratava de uma ação que veio de fora (ainda que eu fosse de “dentro”), até então desconhecida pelas partes envolvidas. Numa avaliação geral, a comunidade esteve mais interessada em repercussões concretas imediatas

do que um processo de mobilização comunitária na forma de uma pesquisa-ação. De fato, essa constatação exigiu uma mudança de rota e, no início de 2020, com as restrições de percurso, agravadas com a pandemia do novo coronavírus e a necessidade do isolamento social, o encaminhamento foi interrompido, repensado e reajustado.

#### 6.2.4 Quanto aos mecanismos de interação da liderança comunitária no exercício do “poder e autoridade na construção do acervo de memórias do Museu do Horto.

O poder no contexto comunitário, diferentemente do modo que é exercido nas organizações é praticado pelas lideranças de modo consensual em uma intrincada teia de complexidades, que inclui múltiplos interesses individuais e coletivos. Nesse processo, estão em jogo negociações entre grupos (internos e externos), com as tensões subjacentes do processo comunicativo. Nesse percurso, afloram sentimentos que podem levar ao sucesso ou ao insucesso do empreendimento social em execução. Freire (1970) considera o exercício do poder nas comunidades caracterizado por:

Líderes que tomam as medidas, usando princípios derivados da consciência crítica do seu empoderamento. Essa consciência crítica significa ter plena compreensão de um contexto social e político, no sentido de expandir esse poder e moldá-lo à sua disposição para exercê-lo. Líderes comunitários trabalham com membros em sua realidade para "conhecê-la melhor e transformá-la (p. 56).

Liderança empoderada verdadeiramente é aquela que tem habilidade para comandar as realizações, evitar riscos de desperdícios e desencantos que comprometem o presente e desincentivam ações futuras ao ser seguida. Não se pode afirmar, no caso do Horto, que o exercício de relações lideradas tenha demonstrado ser uma alternativa sustentável no espaço comunitário. Teoricamente, os atos da liderança deveriam convergir para harmonia de interesses comuns para orientar, agregar e interagir, harmonicamente, no espaço comunitário para obter realizações sustentáveis. Nossas observações, no entanto, demonstraram que seria ingenuidade ou utopia assumir incondicionalmente essa premissa de harmonização em uma comunidade sob tensão. De fato, a emergência de tensões foi evidenciada em disputas de poder, inibição de participação, distanciamento e alienação, evidenciando até posturas antissociais.

A propósito, Durkheim (1973) afirma que a necessidade de sociabilidade e os nossos instintos são a base da formação da sociedade. Segundo esse sociólogo, a lei como suporte do

consenso social tem o objetivo de proteger os indivíduos uns dos outros de um contexto social agressivo pela lei do mais forte, e que a função do legislador é a de, justamente, evitar que os indivíduos devorem uns aos outros. Afirma, ainda, que, se o interesse comum pelo consenso prévio, fosse o marco regulador das sociedades contemporâneas, elas não teriam futuro, porque nada é mais inconstante do que se obter consenso na soma das vontades individuais, visando expressar intenções coletivas.

Outro dado que acentua esse problema é que na quase totalidade dos registros transcritos, há uma única menção à liderança da Associação de Moradores, exceção à regra feita apenas por um membro colaborador, sem cargo, mas atuante na própria AMAHOR. Constatou-se, portanto, um gritante silêncio que foi exposto em cores vivas por meio de sentimentos heterônomos de parte dos sujeitos que, quando solicitados, reagem negativamente diante de convite para participar da pesquisa, seja por motivações, político-ideológicos, pessoais ou por questões relacionadas a disputas pendentes com a liderança da Associação.

Diversos autores enfatizam a autoridade como pressuposto de relações sociais de submissão com seus efeitos e fenômenos no cotidiano das pessoas em sociedade, motivadas pelo medo ou pelo mérito (TONNIES, 1957). O medo deriva da perspectiva do sofrimento corporal imediato ou de desvantagens econômicas impositivas com restrições à liberdade. Submeter-se à uma autoridade significa incondicionalmente negligenciar o seu próprio julgamento sobre um ato, independente da legitimidade de ter convicção diante dos fatos. Os efeitos sociais impositivos da autoridade podem levar a reações totalmente contrastantes que variam entre a e aversão e o mérito (FRIEDMAN, 1973).

Quanto à aversão as consequências desses efeitos vão da obediência cega à raiva pela imposição ao sacrifício fanático que conduz à traição. Quanto ao mérito, baseia-se no reconhecimento tácito e explícito da autoridade como entidade de valor percebido, que media a preservação de interesses compartilhados, pela autoconsciência emocional inspirada no amor (DUXBURY, 2008). Assim, esse autor relativiza a questão da submissão impositiva dos efeitos da autoridade, ao defini-la como “poder interior, puro, amoroso, livre que faz o contraste entre superioridade e inferioridade natural” (p. 103).

No que refere aos efeitos sociais impositivos que provocam o exercício da autoridade, Habermas (1968) argumenta as mudanças sociais que as induzem, podem ser vistas como progressivas em seu desenvolvimento. O autor considera que os indivíduos se tornam e agem como são, não em função de autoridades, mas através da socialização em relações sociais linguisticamente estruturadas, determinantes no processo comunicativo. À medida que as sociedades se modernizam, os indivíduos são cada vez mais obrigados a interagir com base em razões defensáveis, em vez de significados, verdades, convenções e valores contingentes estabelecidos por autoridades, logo cada vez mais se tornam responsáveis por suas próprias crenças, ações e formas individuais de auto-realização (HABERMAS, 1987) .

Em síntese da aversão ao mérito com as consequências e seus efeitos (que vão da obediência à traição, do poder interior, puro, amoroso, livre do contraste entre superioridade e inferioridade natural,) diferentemente do poder, a autoridade pode ser respeitada ou não e ser um fator positivo ou negativo para realizações sustentáveis. Os nossos registros e observações nos possibilitaram concluir que, na trajetória da construção coletiva, as interações sociais e valores ético-morais são mediados continuamente por uma espécie de jogo de poder e autoridade geradores de sérios conflitos que acabaram por comprometer o engajamento e a participação.

6.2.5 Quanto ao papel da memória coletiva ser compreendido como efetivo no processo delimitado entre o marco zero e o final da experiência de pesquisa-ação.

Aceitar o desafio de retornar à comunidade com um projeto de pesquisa-ação num espaço coletivo que reunisse todas as partes interessadas em torno desse objetivo comum, marcou o início de nossa jornada. Conforme já mencionamos anteriormente, o presidente da associação admitiu, por reiteradas vezes, que todo acervo fotográfico já disponibilizado nos sites existentes não fazia vinculação das imagens com a memória da comunidade. A história por trás de cada imagem carecia ser resgatada. Essa percepção possibilitou que projetássemos um ambiente interativo na Internet com o propósito de criar um acervo e manter essas memórias vivas e em constante interação com a comunidade.

Com efeito, a memória pode ser considerada um elemento de engajamento e motivação porque autentifica a participação. A ideia de buscar referenciais na memória coletiva foi praticada a partir da nossa integração ao apoio ao Projeto Museu do Horto Florestal,

formalizado no final de 2019, por solicitação expressa do presidente da Associação de Moradores do Horto Florestal (AMAHOR). Assumimos que as memórias positivas ou negativas serviriam de referencial para motivação e engajamento comunitário e para que pudéssemos discutir produzir memórias para o Museu do Horto, o que efetivamente ocorreu. De fato, esse trabalho possibilitou que pesquisássemos o interesse das pessoas no coletivo acerca do local e definíssemos um escopo das contribuições, conforme solicitado a partir de colaborações e sugestões motivadas pelos requisitos de interesses evidenciados na pesquisa.

Os registros das lembranças positivas, em sua maioria, revisitam a herança histórica (o Solar da Imperatriz é várias vezes citado, assim como referências à escravidão no local), bem como o privilégio de compartilhar a luxuriante natureza do Horto Florestal. As visões positivas revelam conteúdos de autoestima e refletem uma propensão a realizações comunitárias que promovam essa percepção coletiva. O acervo de memórias do Museu do Horto Florestal, que reúne fotos, imagens e depoimentos em vídeo da comunidade, sustenta, em si mesmo, essa conclusão.

A motivação é a estratégia básica para aumentar a vontade de mobilização na realização coletiva em comunidade é capaz de unir um grupo social, seja uma família ou uma nação, e membros cujos interesses possam ser diferenciados. Cada membro da comunidade em contextos específicos em termos de sexo, idade e outras particularidades, tem um papel a desempenhar ao contribuir para os benefícios comuns (AWORTWI, 2012). Deparamo-nos, durante todo o processo de coleta de dados, com dificuldades de comunicação: obstáculos, desentendimentos, questões que não estavam na “ordem do dia”, isto é, coerentes com a pesquisa, entre outros. Diante dos obstáculos que enfrentamos, nesse contingenciado processo virtual de pesquisa, ficou claro existir um algo a mais na vontade daqueles que, desde os primeiros momentos, se engajaram nesse processo e, demandavam transpor os desafios nessa jornada pelo conhecimento. Logo, o desafio de conduzir empreendimentos comunitários que envolvam intervenções em contextos de carências sociais implica motivar ou “comprar uma causa”, gerenciar expectativas e realizações das partes interessadas (NUNAVUT, 2018). Lembrando Albert Einstein, “O valor de um homem para uma comunidade depende principalmente do quanto estejam seus sentimentos, pensamentos, e atos a serviço de promover o bem de comum (EINSTEIN, 2011, p.19-20).

6.2.6 Quanto às reações que emergiram das ecologias de sentidos (autônomas, heterônomas e ambíguas) e o conceito de modernidade líquida.

A insegurança e a incerteza nos tornam impotentes diante das violências da realidade social: seja nos níveis individuais, seja nos níveis coletivos. O fato é que perdemos o controle de nossas vidas. Para tornar a situação ainda mais crítica, todo arsenal político necessário à nossa representatividade política impõe limites à nossa liberdade de escolha (BAUMAN, 2007). Aristóteles tinha uma ideia do ideal nas relações sociais:

As pessoas comuns, por exemplo, gostam de ser respeitadas por governantes poderosos porque isso excita suas esperanças. Eles acham que serão capazes de obter qualquer coisa que precisem de parte delas. Por sua vez, a esses poderosos lhe agradam esse respeito, como um prelúdio para as suas vantagens. Há aqueles que querem ser respeitados por pessoas decentes, que as conhecem bem. E assim, tentam confirmar boa opinião sobre si mesmos. Desfrutam do respeito porque confiam no julgamento das pessoas dizendo-lhes que são bons homens. Ser amado é algo que eles gostam em si mesmos, o que implica que seja mais importante do que ser respeitado, visto que o amor e a amizade são intrinsecamente desejáveis (ARISTOTLE, 2020).

No entanto, se pudéssemos trazer o filósofo grego para uma visita, através do tempo, à realidade atual, o filósofo certamente ficaria chocado com a realidade política vigente em nossa sociedade. Nela, representantes eleitos, democraticamente pelo povo, ignoram promessas eleitorais e transformam a política em um “baú de espantos” ou, em outras palavras, em um jogo mesquinho onde prevalecem os seus interesses particulares à revelia da vontade daqueles que ousaram acreditar em suas promessas. Pior, o sistema político é progressivamente “aperfeiçoado” por esses “representantes”, que o tornam cada vez menos permeável a efetivas representações democráticas, mantendo a histórica permanência das elites no poder e do controle que exercem sobre qualquer possibilidade de aprofundamento do regime democrático no Brasil (e estamos falando aqui de “democracia” dentro do capitalismo).

Com efeito, por conta da perversidade do sistema, paradoxalmente, os menos favorecidos são exatamente aqueles que têm um peso quantitativo maior nas eleições. São, portanto, ou ludibriados por falsos líderes e colocados à deriva em suas expectativas, sem que possam recorrer a quem efetivamente lute por seus direitos, ou são vítimas da colonização interior de que fala Habermas (1997), reproduzindo a ideologia da classe produtora de meios de produção e seu séquito de bajuladores como se fossem suas. Nessa mesma linha de

pensamento, Santos (2009) afirma que a negação de direitos constitucionais a comunidades carentes se expressa pelo entendimento da pobreza, não apenas como uma condição de baixo nível de renda, porém como um estado de privação de liberdade ou de liberdade de escolha. Para Rolnik (2015), a negação de propriedade pelo Estado (fator particularmente sensível na Comunidade do Horto Florestal) se traduz em violência como prática de expropriação da dignidade humana<sup>116</sup>. Para ilustrar essa problemática da violência, agindo através das ecologias de sentidos, remetemos a Fernandes (2018) quando faz referência ao livro “Diário de uma invasora” de 2012, escrito por uma jovem de 17 anos, moradora da comunidade do Horto Florestal, uma das testemunhas oculares da violência social instaurada no local, cujo nome fictício atribuímos "Flavia" que, em sua narrativa com palavras simples e diretas, mas carregadas de emoção, convidam as pessoas de boa-fé à uma profunda reflexão acerca de um retrato que apresenta as cores vivas da violência:

Meu nome é Flavia. Moro no Rio de Janeiro, a cidade mais linda do mundo. Tenho hoje 17 anos, enquanto fecho este diário, e sou uma invasora. (...) eu tinha nove anos na época em que isso aconteceu e estava dentro de casa, a duzentos metros do campo de batalha. Mas dá para contar essa história, repetida nas conversas de varanda por meu tio e meu avô. (...) os soldados atravessaram a trilha íngreme e escorregadia em fila indiana. Eram policiais do batalhão de choque, usavam capacetes, bastões, escudos, tinham bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral e, claro, armas de fogo. A resistência tinha fechado os antigos portões de ferro maciço com correntes e cadeados, feito barricadas com troncos de árvores em todas as entradas (...) ao se aproximarem da entrada os policiais defrontaram com uma parede humana, braço enganchado com braço, fileira atrás de fileira, bloqueando o espaço entre o rio e o barranco. (...) o pelotão entrou em forma e marchou até a barreira, batendo com bastões nos escudos: então como ninguém arredou pé, eles pararam cara a cara com a fileira em frente. Os soldados rosnavam “vai ser Carandiru” (...). A sua frente umas duzentas pessoas: homens, mulheres, jovens, adultos, velhinhos, velhinhas, brancos, pretos, pardos, nenhuma arma, ninguém ameaçador. Ninguém saindo do lugar. Alguém entoou o hino nacional e todos cantaram (p. 169-171).

Tais relatos sugerem pressupostos de exclusão e trazem à nossa reflexão o pensamento de Campos (2015; 2017) acerca das experiências que se perpetuam através de narrativas orais, e que permitiram que outros contassem suas histórias, transformando as significações dadas aos objetos do discurso, que as fizeram sobreviver e produzir novos sentidos. Assim, passa de uma história contada pelas gerações anteriores em reuniões de almoço aos domingos, a uma história pulsante, latente, de autenticidade de reação e lutas vividas no presente. Como se pode

---

<sup>116</sup> A dignidade humana é a principal base filosófica dos direitos humanos, expressa na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em muitos outros documentos. O conceito de dignidade humana sublinha a singularidade dos seres humanos entre todas as criaturas, sobretudo seu livre arbítrio, autonomia individual e capacidade de tomada de decisão independente baseada na razão e livre escolha moral (NOWAK, 2005; KAUFMANN; NEUHÄUSER; WEBSTER, 2011).



ver na Figura 19, a seguir, os níveis de enfrentamento ou omissão dessa comunidade estão presentes no cotidiano:

Figura 20 - Faixas em protesto contra a ameaça de remoção



Fonte: Foto de Sheila Jacob - Rio de Janeiro.

Os ecos da modernidade líquida (BAUMAN, 2001) reverberam como advertências a respeito da necessidade de ações concretas, tanto de parte das autoridades, quando de entidades civis, de minimizar os impactos das adversidades sociais impostas às comunidades. Pelos registros de memórias, qualquer empreendimento comunitário candidato a ser conduzido na comunidade que não considere as adversidades estará fadado ao insucesso ou fracasso. Os aspectos negativos indicam violências que se tornam prioridades que a comunidade espera que sejam levadas em conta pelas autoridades, seguidas de ação efetiva. Nossas memórias incluem o descaso quanto à melhora dos serviços de transporte, o isolamento intencional do local pelo poder público para usufruto de artistas e políticos que ocupam ilegalmente a Floresta da Tijuca, além, mais marcadamente, o medo da remoção. Todas essas violências corroboram a crítica social no contexto de modernidade líquida que produz exclusão e abandono (BAUMAN, 2001). Associado ao medo de remoção, no microcosmo da comunidade do Horto Florestal, é recorrente a questão da moradia, conforme memórias que emergiram nas rodas de conversa e grupos focais.

Nessa comunidade, a negação de direitos de moradia, associado ao drama da ameaça de remoções, dado os interesses de reintegração de posse de terrenos públicos por parte da

União e do capital especulativo imobiliário, tem sido fator persistente de ameaça à cidadania na visão dos residentes. A falta de moradia tem se caracterizado como um débito continuado de governantes, especialmente imposto às classes sociais menos favorecidas (ROLNIK, 2015). Os impactos das violências da modernidade líquida (BAUMAN, 2001) desembocam, portanto, em um cabo de guerra social, tensionado, onde em um extremo há um Estado brasileiro que privilegia interesses do capital e, de outro, ignorados, a maioria da população brasileira. É bom não perder de vista que o Brasil estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos apenas na Constituição de 1988, pela primeira vez na história (CASTELLS, 2000), e que políticas posteriores incluíram cláusulas para aposentadoria por idade e benefício de pensão. Tais reformas e muitas outras presentes no quadro legal fictício do Brasil, onde direitos e mais direitos são assegurados, são permanentemente drenadas pelo ralo da liquidez.

Nossa jornada de pesquisa que contou com a participação de membros engajados da comunidade ao compartilhar suas memórias no Horto Florestal, evoluiu pelas relações comunicativas com base na Teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2017), do individual para o coletivo pela Teoria das Dimensões Sociais (LAYDER, 2006), aferiu a influência das relações de poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959) e avaliou os impactos no contexto da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001).

Decorrente, portanto, das questões evoluímos no Capítulo de Discussão, abordando: Reflexões introdutórias sobre a trajetória, Trajetórias paralelas, Potencialidades individuais na trajetória, pressupostos pragmáticos da ação e resgate do acervo de memória histórica local, revisitando os tempos de escravidão, daí, esperamos que essa tese possa representar um ato político, de resistência. O Horto Florestal, como tantos outros territórios habitados pelos descendentes africanos, resistem aos processos escravocratas. Os moradores não requerem apenas pautas de visibilidade, mas sobretudo, de presença, de direito, de empoderamento, visto que as pessoas que lá se encontram, precisam e prescindem que as histórias sejam narradas, recontadas, relidas e, principalmente, traduzidas aos que vêm nas gerações futuras.

## 7 - DISCUSSÃO

### 7.1 Reflexões introdutórias sobre a trajetória

Todo propósito depende de um método, que nos viabilize a obter resultados esperados que se traduzam em realizações. Nessa caminhada, acertos e erros, eventualmente, se alternam num fluxo contínuo que produz a experiência e o aprendizado. Ambas são virtudes que nos permitem, solidariamente, evoluir. A solidariedade é um conceito que se expressa através de sentimentos de engajamento e cooperação. Nós humanos somos a única espécie que nasce completamente indefesa, e estamos aqui pelo zelo da solidariedade que nossos ancestrais tiveram para se proteger entre pares.

Longe de querer impor lições unilaterais de saberes acadêmicos à comunidade, ou de buscar acentuar diferenças a problematizar com objetivos estritamente egocêntricos, neste capítulo, confrontamos as reflexões apresentadas, na busca de respostas às questões de pesquisa, com algumas contribuições apresentadas na revisão da literatura que fizemos sobre processos comunitários. Por se tratar de uma abordagem, fundamentalmente, qualitativa, assumimos as nossas conclusões como prováveis, tendo em vista as circunstâncias que envolvem o contexto social em estudo; conforme acentua Quivy e Campenhaut (1998): “nenhum dispositivo metodológico pode ser aplicado de forma mecânica; o rigor no controle epistemológico do trabalho não pode ser confundido com a rigidez na aplicação dos métodos. Para cada investigação os métodos devem ser escolhidos e utilizados com flexibilidade em função dos seus objetivos próprios, do seu modelo de análise e das suas hipóteses” (p. 233).

Nessa perspectiva, após buscarmos respostas para as questões relativas: às circunstâncias do vivido que entrariam em jogo para a determinação de um marco zero da comunicação (*Big-Bang* simbólico); a um padrão ideal de discurso nas relações comunitárias; às fases do modelo de avaliação de projetos comunitários; a mecanismos de interação da liderança comunitária; a efetividade da memória coletiva na experiência de pesquisa-ação e; finalmente às reações em jogo das ecologias de sentidos, sob o conceito de modernidade líquida, para concentrarmos nos principais marcos que resultaram do processo de pesquisa-ação.

## 7.2 Trajetórias paralelas

A trajetória do “conviver e construir juntos” foi assumida como uma jornada complexa, que partiu da motivação, apoiou-se nas relações comunicativas de valores éticos (CAMPOS, 2017), evoluiu pelas dimensões sociais (LAYDER, 2006), sob influência dos tipos de poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959) e aferiu os impactos no contexto social da modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

Podemos identificar entre os estudos comunitários, arrolados na revisão da literatura, experiências paralelas que conversam com o processo vivido pelos membros da comunidade do Horto Florestal na busca de construção de seu acervo de memórias, contextualizadas e sintetizadas e em diferentes perspectivas.

Remetemos à obra de Machado “Antropologia digital e experiência virtuais do museu favela” (2017) - Projeto “Construção do Museu de Favela” (MUF), em parceria com membros da comunidade do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho na cidade do Rio de Janeiro, onde a autora triangula aspectos políticos, sociais e midiáticos numa perspectiva antropológica comparativa que expande os sentidos da comunicação, expressa sentimentos, posicionamentos e até as intrincadas relações dos membros das comunidades envolvidas. Sua obra resulta, enfoca a construção de um acervo das percepções sobre a vida em comunidade que desmistifica o preconceito do distanciamento e qualifica a identificação da cultura local por meio da antropologia digital.

## 7.3 Mobilizando potencialidades individuais na trajetória

De acordo com Freitas e colegas (2015), ao estudar a trajetória do ser humano no contexto da psicologia social, deve-se levar em consideração a sua história, sua cultura e o seu ambiente, como ser social que constrói relações como parte dos grupos da sociedade. “Indivíduo e o meio social são indissociáveis, devendo-se considerar o ser humano em um movimento de construção, não só com relação à sua história pessoal, mas também em sua relação à história da sociedade” (p. 272) . É no fazer coletivo que o ser humano encontra a possibilidade de atuar como sujeito, mobilizando suas dimensões subjetivas, dando significado à sua vida, por meio da produção coletiva, realizando suas potencialidades. No entanto, cientistas sociais têm, recorrentemente, questionado a capacidade de grupos,

notadamente, em contextos sociais adversos se mobilizarem diante das dificuldades impostas por essa realidade (PERLMAN, 2006). Alguns economistas neoliberais consideram que os beneficiários de transferências sociais previsíveis, livres e diretas, são desencorajados de trabalhar. Afirmam que estes perderão esse incentivo e se tornariam dependentes crônicos. Em outras palavras, assumem o legado de uma “‘dependência’ permanente de ‘ajuda’”<sup>117</sup>. Assumem o pressuposto, questionável, de que, não havendo esforço em troca, não há noção de valor atribuído à dependência do recurso.

Aqui, evidentemente, não estamos nos referindo à reciprocidade no sentido do pagamento ou retorno imediato por um serviço ou ato prestado em benefício de quem precisa, mas no sentido de que o uso do recurso seja transformador, em qualquer escala de valor, capaz de melhorar a vida das pessoas no presente e assegurar o seu futuro, de modo que a pessoa, na perspectiva do receptor, seja apenas como um repositório de caridades. O conceito do microcrédito do Grameen Bank, em Bangladesh, é a prova desse argumento<sup>118</sup>.

#### 7.4 Fazendo acontecer os pressupostos pragmáticos da ação

Dentre os estudos comunitários que apresentamos na revisão da literatura podemos encontrar exemplos que conversam com a experiência da comunidade do Horto Florestal em termos dos pressupostos pragmáticos da ação. Na trajetória que percorremos, o “querer” ou “desejo”, ao mesmo tempo em que nos expõem a riscos, também nos motiva em relação ao conhecimento que buscamos. Como já afirmamos anteriormente, a nossa única certeza nesta trajetória eram os desafios pelo caminho. No entanto, como afirma o grande cientista Einstein (2011), “lembramos que as dificuldades e obstáculos são uma valiosa fonte de saúde e força para qualquer sociedade. Não deveríamos ter sobrevivido, por milhares de anos como uma comunidade, se nossa cama tivesse sido coberta de rosas; disso que eu tenha certeza” (p. 83). A filósofa brasileira Marilena Chauí (2000) também acentua, ainda que de outra maneira, no que tange à responsabilidade que cai sobre nossos ombros relativamente às ações que empreendemos, a importância de “reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos dela

---

<sup>117</sup> Aspas dos autores.

<sup>118</sup> “O economista Muhammad Yunus é conhecido no mundo todo como “o banqueiro dos pobres”. Por meio do *Grameen Bank*, que ele fundou em 1983, em Bangladesh, Yunus espalhou em escala internacional o conceito do microcrédito: empréstimos feitos, sem garantias ou papéis, a gente pobre que nunca antes teve acesso ao sistema bancário, transformaram Yunus em um dos oradores mais requisitados do planeta, inclusive em eventos lotados de empresários e banqueiros que ele critica sem censura” (ALVES, 2015, p. 1).

sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas” (p. 434).

Nessa jornada, alguns podem optar por apenas observar, outros lamentar sobre o que poderiam ter feito, e outros, finalmente, apesar das adversidades, arregaçar as mangas, assumir responsabilidades e fazer a diferença com realizações sustentáveis. Privilegiamos a autenticidade para evitar criar dependência compulsória, assistencialismo e conflitos pessoais frenadores da motivação, daqueles que precisam ter a sua voz representada, de modo a caminhar com a suas próprias pernas e ser livres para cooperar e fazer as suas legítimas escolhas. . O mundo agora tem como tema criar economias circulares, em que os recursos são usados repetidamente no maior tempo possível, em oposição à abordagem linear histórica da produção industrial de: “tomar-fazer-desperdiçar”. Essa mudança de paradigma “oferece uma nova perspectiva de qualidade de vida sustentável por maior tempo” (LOMBARDI; BAILEY, 2015, p. 5).

Vejamos o exemplo de economista Muhammad Yunus que é conhecido no mundo todo como “o banqueiro dos pobres”. Por meio do Grameen Bank, que ele fundou em 1983 em Bangladesh, Yunus espalhou em escala internacional o conceito do microcrédito: empréstimos feitos, sem garantias ou papéis, a gente pobre que nunca antes teve acesso ao sistema bancário. Tal fomento ao empreendedorismo, sobretudo entre mulheres, e seus resultados efetivos lhe renderam, entre outros prêmios, o Nobel da Paz em 2006. Também transformaram Yunus em um dos oradores mais requisitados do planeta, inclusive em eventos lotados de empresários e banqueiros que ele critica sem censura (ALVES, 2015). Ele conclui que lidar com teorias econômicas, diante de pessoas famintas, seria uma piada.

Imbuídos do espírito e conscientes de que a política é indutora de ação pragmática, e de que tais ações dependem da solidariedade que possa emergir da vontade, da confiança mútua e do desejo de transformar sonhos em realizações sustentáveis nos espaços alternativos de realização compartilhada, alinhamo-nos integralmente à visão de Martin Luther King Jr. (2010), quando afirma:

Nada poderia ser mais trágico, aos que vivem nestes tempos revolucionários, do que não se permitir ousar, desafiando obstáculos, com novas atitudes e diante de novas perspectivas mentais que as novas situações exigem (...) Um dos grandes passivos da história é que muitas pessoas não conseguiram permanecer atentas durante grandes períodos de mudança social. (...) hoje nossa própria sobrevivência depende

da capacidade de ficarmos atentos, nos adaptar à novas ideias e permanecer vigilantes para enfrentar e desafiar a mudança (p.180-181).

## 7.5 Resgatando o acervo da memória histórica local, revisitando os tempos de escravidão

Uma questão que precisamos pautar nesse espaço é acerca da importância de um acervo do museu do Horto em resposta resiliente à condição imposta de invisibilidade como estratégia do capital especulativo imobiliário. Como já contextualizamos, o Horto Florestal é um local histórico, um patrimônio de cultura e tradições de raízes africanas, palco de senzalas e casarões históricos como Solar da Imperatriz e seus suntuosos jardins. Um legado que não pode ser simplesmente invisibilizado para as novas gerações, por interesses especulativos da selvageria do capital. O orgulho pelo patrimônio histórico cultural local é uma das três referências mais frequentes na memória coletiva. Exemplos de relatos registrados em rodas de conversa, nos atestam essa realidade:

*"No 2040, era lá os marcos onde prendiam os escravos. O mesmo acontece na mata pela estrada D. Castorina, arco de pedra com grilhões. A ferraria é um local onde moravam pessoas que trabalhavam para a Princesa Isabel, consertando peças em ferro. E faziam as ferraduras para os cavalos da família real. Há uma represa do tempo do Império, para distribuição de água para região. Na casa principal, onde ficava o antigo IBDF, onde o porão é registro de escravidão, está lá até hoje. É (pausa) há uma represa de água muito grande. (suspiro) A história existe. A história é longa, mas o horto continua sendo um local de gente de bem, e um lugar lindo. É um vale dentro da floresta da Tijuca. Podem tentar esconder e destruir todo nosso acervo histórico, mas o que fica na nossa a memória jamais será apagado". (Participante de Grupo focal).*

Hoje o acesso a esse patrimônio histórico é proibido à comunidade que não tem informação sequer quanto ao seu destino. No entanto, fotos e lembranças persistem, resilientemente, de uma história que precisa ser preservada. A maior interatividade e participação comunitária no acervo do museu do Horto justifica esse objetivo. Em uma das mais marcantes rodas de conversa, citando a importância de um acervo de memórias do local, uma atuante participante de primeira hora disse: "Não podemos ser, eternamente invisíveis,

como eram os nos nossos antepassados – os escravos. Podem tentar esconder e destruir todo nosso acervo histórico no nossos local , mas o que fica na nossa memória, isso jamais será apagado”!

A concepção de patrimônio cultural articulada no universo da cultura popular, trouxe à tona à problemática social do racismo do ser negro. A escolha do que se considera patrimônio cultural é uma questão de natureza política, pois há opções de uns símbolos representativos incluídos e excluídos (ABREU *et al.*, 2018).

Repetimos, fotos e lembranças persistem, resilientemente, de uma história escrava que precisa ser preservada, seja na comunidade do Horto Florestal, seja na mente de todas as pessoas que não fazem distinção preconceituosa de raças, cores e crenças.

Figura 21 - Foto rara tirada a bordo de um navio negreiro em 1882.



Fonte: Marc Ferrez



## 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa tese, tivemos como objetivos obter realizações sustentáveis, contribuir para o patrimônio cultural do acervo de memórias do Museu do Horto e oferecer um *Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários* para orientar estratégia de abordagem inicial de projetos sociais em comunidades. Nós partimos da ideia de que a sustentabilidade de intervenções em ações sociais em comunidades, envolvendo parcerias externas, em contextos sociais adversos, dependeria de uma abordagem caracterizada por fases para minimizar o risco de desperdícios de recursos escassos, frustrações e futuros desengajamentos.

Nessa perspectiva, a partir dos pressupostos explicativos da teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2007; 2015; 2017), a respeito das relações comunitárias entre pares que influenciam e produzem valores éticos na comunicação, evoluímos para a teoria dos Domínios Sociais (LAYDER, 2006) ao projetar uma estrutura analítica, objetivando entender as relações sociais na ação, impactando o indivíduo, o tempo, o local e os recursos necessários às realizações. Daí, derivamos para os modos de exercício de poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959) em suas diferentes formas de influência para, finalmente, observar a experiência completa a partir de uma perspectiva macrosocial para captar as violências do capitalismo na produção de invisibilidades, adversidades e sofrimentos no contexto da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001).

Não identificamos, em nossa análise, à luz da revisão de literatura, coleta de memórias dos membros da comunidade e de nossas próprias, pistas que nos sinalizassem a possibilidade de um discurso que pudesse ser considerado “ideal” como facilitador da comunicação nas construções coletivas. Isso exigiria um nível mínimo de homogeneidade pacífica, mas dentro do contexto das tensões derivadas do processo comunicativo que verificamos e das adversidades provenientes das contingências históricas do processo, tornou-se algo absolutamente utópico. Nesse fluxo, a liderança lidou com múltiplas complexidades que envolvem diversos interesses individuais e coletivos (internos e externos). Especulamos que diversas formas de exercício do poder e autoridade (FRENCH; RAVEN, 1959) emergem e, dependendo do caso, motivam ou desmotivam a construção coletiva nas perspectivas de engajamento e participação interna (moradores) e externa (parcerias).

A memória coletiva da comunidade do Horto Florestal se expressa por meio dos desejos, de ecos do vivido. Ela pode ser compreendida como um referencial para aproximar e motivar os representantes locais na construção de projetos compartilhados, como foi o que pactuamos: produzir um acervo de memórias com o propósito de acentuar a interatividade na participação comunitária coletiva.

Memórias da invisibilidade histórica, como a proibição atual de acesso aos porões do casarão Solar da Imperatriz, e o suposto descarte intencional de todo acervo histórico local, outrora lá existente, são alguns exemplos reportados nas narrativas de moradores, que nos remetem ao Brasil colonial da escravidão, onde escravos eram vistos como não humanos pela cor da pele. Hoje, guardadas as devidas proporções, identificamos ecos desse passado histórico da comunidade refletidos nas evidências de violência da realidade atual que afronta memórias como a de registros reapresentados aqui:

*“A ferraria é um local onde moravam pessoas que trabalhavam para a Princesa Isabel, consertando peças em ferro. E faziam as ferraduras para os cavalos da família real. (...) Na casa principal, o porão é registro de escravidão e está lá até hoje. É (pausa) há uma represa de água muito grande. (suspiro) A história existe. A história é longa, mas o Horto continua sendo um local de gente de bem, e um lugar lindo. É um vale dentro da floresta da Tijuca. Podem tentar esconder e destruir todo nosso acervo histórico, mas o que fica na nossa a memória jamais será apagado”.*

Os fragmentos recuperados do registro desse participante, nos remetem a um legado histórico de escravidão que passa de geração em geração e persiste na memória local, apesar dos atos que procuram invisibilizar esse patrimônio histórico. A violência assume que todos os reféns históricos do preconceito estejam no mesmo barco. São leituras de um passado infeliz de negação da humanidade pela cor da pele, que ainda hoje, buscam novas coconstruções e ressignificação de valores que possam ser considerados eticamente sociais.

Os impactos decorrentes dessa realidade reverberam a visão crítica de Bauman (2001) no que tange aos mecanismos da era da modernidade líquida. Seus efeitos “mandatórios” independem de conceitos ou avaliações prévias e afetam, indistintamente, a todos os envolvidos em comunidades de toda ordem e nos remetem a uma reflexão mais abrangente a respeito da violência, sobretudo em se tratando do país em que vivemos. O saudoso sociólogo

brasileiro Darcy Ribeiro, resume e expõe feridas a céu aberto que traduzem o interesse unilateral do Estado brasileiro pela discriminação e pela injustiça social relativamente aos menos favorecidos. E isso, há tempos.

O Brasil aboliu a escravidão (1888), décadas depois de toda a América do Sul, quando ou já se tornara impossível a importação de escravos ou já era desnecessária, na medida em que o imigrante europeu se tornara um trabalhador mais barato que o escravo” (RIBEIRO, 1972, p. 25).

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de liberação que elas ensejam. O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive.

No enfrentamento das consequências dessa problemática histórica no microcosmo da comunidade do Horto Florestal, interação lideranças, moradores e agentes sociais que buscam meios e formas de atuação nos espaços comunitários. “A impossibilidade do Estado de gerar estruturas de inserção abre um enorme fosso social, em que o diálogo cede lugar à única forma de participação que a sociedade estabelecida legou as gerações de excluídos: a violência cotidiana” (PIMENTA; PIMENTA, 2011, p. 59).

Em contrapartida, a atuação comunitária, envolvendo atores sociais em ações projetos, é vista como uma prática cooperativa capaz de fazer a diferença para melhor enfrentamento desse contexto adverso. A união possível é entendida aqui como uma forma de equilíbrio de forças em que, de um lado atua um Estado brasileiro que privilegia o poder econômico em toda a sua brutalidade e, do outro, pessoas engajadas em causas comunitárias preenchendo espaços não assumidos pelo Estado.

O nosso processo de pesquisa-ação buscou problematizar para agir comunitariamente no contexto social adverso da Comunidade do Horto Florestal. Adotamos uma abordagem inicial por fases, alinhadas com o perfil do projeto de resgatar as memórias dos moradores (entendido, tecnicamente aqui, como um “empreendimento social”). O objetivo principal foi o de contribuir para realizações coletivas sustentáveis, nessa comunidade, nesse empreendimento social coletivo, envolvendo também parcerias externas.

Baseamo-nos em vários tipos de registro, como se pode verificar no capítulo dedicado aos métodos, à abordagem metodológica que trilhamos. Foi uma trajetória visando apoiar e contribuir com a comunidade de alguma forma tangível, criando meios de aumentar o engajamento e interação na construção coletiva sustentável. Vivenciamos situações de altos e baixos numa trajetória marcada pelo desejo de somar.

Do marco zero a partir do chamado do presidente da AMAHOR na época, à finalização do processo, refletimos e aprendemos muito sobre histórias vividas e o fundamentalmente sobre o nosso papel num pequeno espaço esquecido em suas adversidades da nossa sociedade. Como pesquisador, fui impregnado pelas demandas locais e muitas vezes cobrado como se fosse um político em época de eleição. Apesar desses acidentes de percurso, naturais em comunidade (e alguns excepcionais, como a pandemia do COVID-19), buscamos contribuir para realizações coletivas sustentáveis com um humilde legado instrumental de interação (*website*) e avaliação de projetos (MAPC).

Atuamos nos limites do ambiente no qual, efetivamente, a realidade social acontece demarcada pela dinâmica das trocas entre as pessoas. Enfrentamos obstáculos com problemas, disputas, violências verbais, mas também com solidariedade; sobressaiu o espírito coletivo e a generosidade das pessoas do bem. Não concluímos a trajetória visto que as memórias recolhidas produzirão novos empreendimentos, novas histórias, novas memórias. Os limites de uma pesquisa-ação são os da própria vida e, é claro, nossa contribuição se insere nessa limitação dos vividos. Esperamos, ao menos, ter aberto janelas de oportunidades para novas incursões e descobertas. Em uma perspectiva comunitária, tomamos a liberdade de substituir a palavra “você”, utilizada na letra da canção “Fullgás”(1984), interpretada pela cantora Marina Lima, por “conhecimento” e dizer que, com ele, a gente abre os braços e faz um país.

Sendo, propositadamente, repetitivo, nesses instantes finais, revisitamos o primeiro capítulo desse trabalho onde afirmamos que todos nós, sem exceção, pertencemos a uma única sociedade: a dos seres humanos cujos hábitos, crenças e diferenças culturais não podem e não devem servir de argumento e motivação para ignorarmos uns aos outros. Já não é possível aceitar que, mesmo diante das lições ecológicas que a própria biologia evolutiva nos tem imposto (aqui cabe bem o exemplo do novo coronavírus), que as experiências comunitárias não tenham, elas também, condições necessárias e suficientes para tirarmos lições.

No plano coletivo, humildemente, esperamos que possamos abandonar a arrogância, a indiferença, a neutralidade, e mudar atitudes para, efetivamente, praticar o que significa conviver e construir juntos. De um lado estão nossos desejos, expectativas e aspirações maiores e, do outro, a nossa resposta aos desafios e a capacidade de realizá-los satisfatoriamente. No plano individual, nossa visão da realidade é constituída por um conjunto de situações e experiências criadas a partir dos fluxos de dados e fatos codificados e interpretados pelos nossos sentidos. Esse mundo psicobiográfico, que existe dentro de cada um de nós, precisa estar continuamente negociando com a realidade externa (LAYDER, 2006). Que a gente possa reforçar a importância da preservação e do respeito à memória histórico cultural, da sustentabilidade nas realizações comunitárias a partir de escolhas legítimas, por meio da cooperação e do resgate de valores éticos e morais expressos através de sentimentos coletivos. A felicidade começa pelas nossas escolhas.

## 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, H. P. **The Cambridge Introduction to Narrative**. Cambridge University Press. 2002. Disponível em: <https://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/2001037549.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

ABREU, M.; XAVIER, G.; MONTEIRO, L. **Brasil e Cultura Negra - Festas, Carnavais e Patrimônios Negros - Novos Desafios para os Historiadores**. Volume I - Universidade Federal Fluminense- EDUFF. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332082504\\_Cultura\\_Negra\\_Vol1\\_SumarioCap1EdUFF\\_2018](https://www.researchgate.net/publication/332082504_Cultura_Negra_Vol1_SumarioCap1EdUFF_2018). Acesso em: 14 de jul. de 2021.

ACHARYYA, R.; BHATTACHARYA, N. **Research Methodology for Social Sciences**. Taylor & Francis. 2020.

ADJEMIAN, B.; SUCIYAN, T. Making space and community through memory. In: **Études arméniennes contemporaines**, 01, Vol.9, pp.75-113. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eac/1129>. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

ALMEIDA, A.; SANTOS, M.; TRINDADE, Z. (Orgs). **Teoria das Representações Sociais**. Technopolitik, 2014. Disponível em: <http://www.technopolitik.com.br/files/TRS%2050%20anos2aEdAbr17PDFsRp.pdf>. Acesso em: 21 de ago. de 2020.

ALMEIDA, L. *et al.* Projeto de Intervenção comunitária “em comunidade”: Cocontribuições para promoção da saúde entre idosos de Viçosa, MG. Brasil. In: **Revista Interamericana de Psicologia**, Jan, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n12/1413-8123-csc-20-12-3763.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2018.

ALVES, R. O amor que acende a lua. In: **Papirus**, Campinas, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22651-O-amor-que-acende-a-lua-rubem-alves-http-groups-beta-google-com-group-digitalsource.html>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

ANDRADE, J. Programa Berimbau: iniciativa político-institucional de regulação de conflitos socioambientais na Área de influência de Costa Sauipe-BA. **RAC eletrônica [1981-5700]** v.:2 n.:3 p.426. Versão Online. Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26099/1/Programa%20Berimbau%20iniciativa%20pol%3%a0tico-institucional%20de%20regula%3%a7%3%a3o%20de%20conflitos%20socioambientais%20na%20%3%a1rea%20de%20influ%3%aancia%20do%20Complexo%20Costa%20de%20Sau%3%adpe%20-%20Bahia.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2018.

ARAÚJO, A. *et al.* Jovens agricultores da Zona da Mata e Brejo Paraibano: fazendo educação e vivendo Agroecologia como ciência, prática e movimento. **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236-7934 - Anais do II SNEA, Vol. 12, N° 1, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/22345/12804> Acesso em: 14 de set. de 2020.

AREZ, A. *et al.* ParticipART - “Amanhã Temos Bom Dia”. Projeto Artístico de Intervenção Comunitária. **Revista Portuguesa de Educação Artística**, 01 July 2018, Vol.8(1), pp.81-93 - Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8670/1/PARTICIPART%20-%20AMANH%C3%83%20TEMOS%20BOM%20DIA%20.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2018.

ARIKAWI, R. A.; ETIGBAMO, E. J. The Design of Integrated Community Development Model for Enhancing Service Delivery in Community Development Practices in Nigeria. **Journal of Educational and Social Research**. MCSER Publishing, Rome-Italy. Vol. 5 No.2, May. 2015. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/jesr/article/view/6555/6281>. Acesso em: 22 de jul. de 2020.

ARISTOTLE. **The Nicomachean ethics**. Trad: Adam Beresford. New York: Penguin Classics, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/43725268/Aristotle\\_Nicomachean\\_Ethics](https://www.academia.edu/43725268/Aristotle_Nicomachean_Ethics). Acesso em: 14 de set. de 2021.

ASSMANN, J. Communicative and Cultural Memory. Originalveröffentlichung. In: ASTRID. E.

ANSGAR, N. (orgs). **Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook**. New York: Berlin, 2008, S. 109-118. Disponível em: [https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/1774/1/Assmann\\_Communicative\\_and\\_cultural\\_memory\\_2008.pdf](https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/1774/1/Assmann_Communicative_and_cultural_memory_2008.pdf). Acesso em: 26 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. CZAPLICKA, J. Collective Memory and Cultural Identity. In: **New German Critique**, No. 65, Cultural History/Cultural Studies. Spring/Summer. Duke University, 1995. Disponível em: [https://www.academia.edu/10287262/Collective\\_Memory\\_and\\_Cultural\\_Identity](https://www.academia.edu/10287262/Collective_Memory_and_Cultural_Identity). Acesso em: 11 de set. de 2020.

ATKINSON, J. Motivational determinants of risk-taking behavior. **Psychological Review**, 64, 359-372. University of Michigan, 1957.

\_\_\_\_\_. HEYNS, R. W.; VEROFF, J. The effect of experimental arousal of the affiliation motive on thematic apperception. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 49, 405-410, 1954. Versão online. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/h0053499>. Versão online.

ATKINSON, P. **Ethnography. Principles in Practice**. London: Routledge, 2007.

AWORTWI, N. The Riddle of Community Development: Factors Influencing Organisation, Participation and Self-Management in 29 African and Latin American Communities. **Community Development Journal**, 48, p. 89-104. Oxford University Press, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/5065029\\_The\\_Riddle\\_of\\_Community\\_Development\\_Factors\\_Influencing\\_Organisation\\_Participation\\_and\\_Self-Management\\_in\\_29\\_African\\_and\\_Latin\\_American\\_Communities](https://www.researchgate.net/publication/5065029_The_Riddle_of_Community_Development_Factors_Influencing_Organisation_Participation_and_Self-Management_in_29_African_and_Latin_American_Communities). Acesso em: 14 de mai. de 2020.

BACCHI, C. Why Study Problematizations? Making Politics Visible. **Open Journal of Political Science**, Vol.2, No.1, 1-8. Versão online, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/275999419\\_Why\\_Study\\_Problematizations\\_Making\\_Politics\\_Visible/link/5ad132a2a6fdcc29357c37cd/download](https://www.researchgate.net/publication/275999419_Why_Study_Problematizations_Making_Politics_Visible/link/5ad132a2a6fdcc29357c37cd/download). Acesso em: 14 de ago. de 2020.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKEMAN, R. **Preparing for Sequential and Other Analyses**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BAUER, M; GASKELL, G. (ED.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUMAN, Z. **A Liberdade**. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Zahar-Editor. 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Vida Fragmentada: Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Relógio D'agua Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempos Líquidos**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar-Editor, 2007.

\_\_\_\_\_. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar-Editor, 2009.

\_\_\_\_\_. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução de Alexandre Werneck Zahar-Editor, 2010.

BAZERMAN, M. H. A New Model for Ethical Leadership. Create more value for society. **Harvard Business Review**, September-October. 2020. Disponível em: <https://hbr.org/2020/09/a-new-model-for-ethical-leadership>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.

BECKER, H. S. **Writing for Social Scientists: How to Start and Finish Your Thesis, Book, or Article**. Chicago: University of Chicago Press. 1986.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDO, S.; AUGUSTO, M.R.A.; VASCONCELLOS, Z. (Orgs). **Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras – UERJ, 2011. Disponível em: [http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7\\_livro\\_completo.pdf](http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7_livro_completo.pdf). Acesso em: 22 de ago. de 2021.

BERNER, E. **Defending a Place in the City: Localities and the Struggle for Urban Land in Metro Manila, Ateneo de Manila**. Quezon City, The Philippines: University Press, 1997.

BERNTSEN, D.; Bohn, A. Remembering and forecasting: The relation between autobiographical memory and episodic future thinking. **Memory & Cognition**, 38(3), 265-278. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.3758/MC.38.3.265.pdf>. 2010. Acesso em: 15 de set. de 2020.

BIANCHI, M. *et al.* A responsabilidade social como parte integrante da cultura organizacional em empresas socialmente responsáveis: análise de conteúdo entre a prática e o discurso. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, Vol.6(1), p.160(32). Jan-April, 2013.

BIZZO, M. (Org.). **Cacos de memórias. Experiências e desejos na (re) construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquimedes/Ler e Agir. 2005.

BIZZOCCHI, A. **Diário de um linguista - Um blog sobre língua e outros assuntos**. Disponível em: <https://diariodeumlinguista.com/tag/plicare/>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

BLUM, M.; FOOS, P. **Data Gathering: Experimental Methods Plus**. New York: Harper & Row. 1986.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política - Vol. 1**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade De Brasília. 1983. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod\\_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%203%20de%20pol%C3%ADtica..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%203%20de%20pol%C3%ADtica..pdf). Acesso em: 14 de ago. de 2021.

BONJEAN, C. Community leadership: A case study and conceptual refinement. **The American Journal of Sociology**, 68(6), 672-681. Chicago: University Chicago Press, 1963.

BORAM, D; MATTHEW, C.; WALSH, L. Driving down memory lane: The influence of memories in a community following organizational demise. **Organization Studies**, Vol.40(9), September 2019. DOI 10.1177/0170840618765573. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840618765573?journalCode=ossa>. Acesso em: 19 de jul. de 2020.

BORGES, E. Inclusão Da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica e Superior: momento histórico ímpar. **Revista científica. Facmais - Artigos**,



**cultura africana**, 2015. Disponível em: [https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura\\_africana.pdf](https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura_africana.pdf). Acesso em: 19 de Jul. de 2020.

BOSCHI, G.; CAMMAROTA, C.; KÜHNA, R. Opinion dynamics with memory: how a society is shaped by its own past. **arXiv.org physics arXiv**: 1909.12590v1. Cornell University: 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1909.12590v1.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

BOYER, P. WERTSCH J. **Memory in Mind and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BRASIL. Decreto Municipal Nº 161, de 19/05/2009. Dispõe sobre o Horto Florestal como área especial de interesse social para fins de reurbanização e regularização, reurbanização e dá outras providências. **Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0/0325864700576D26032576A20074F5D9?OpenDocument>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal Nº 35.388 de 3 de abril de 2012. Altera o Regulamento n.01 do Livro do Decreto nº 29.881 de 18 de setembro de 2008. **Publicação Leis Municipais do Rio de Janeiro**. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal Nº 92.571**, de 18 de abril de 1986. Cria o Centro de Lançamento de Alcântara e dá outras providências. 1986.

BREHM, S.; KASSIN, S. **Sociopsychology**. Boston: Houghton. Mifflin Company, 1990.

BRENNER, C. **Noções básicas de psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica**. Tradução Ana Mazur Spira. 4. ed rev. e aum. Rio de Janeiro, Imago; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1987. Disponível em: [https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Nossoes\\_Basicas\\_Psicanalise.pdf](https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Nossoes_Basicas_Psicanalise.pdf). Acesso em: 22 de set. de 2021.

BRITO, R.; FIGUEIREDO, A. **Desenvolvimento comunitário: uma experiência de parceria. Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/PRC/VOL10N1/13.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/PRC/VOL10N1/13.PDF). Acesso em: 30 de set. de 2108

BRODSKY, A.; MARX, C. Layers of identity: Multiple psychological senses of community within a community setting. **Journal of Community Psychology**, Volume 29, Issue 2. Mar. de 2001. p.161-178. Pontificia Universidad Católica de Chile, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/967/96713215.pdf>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.

BRONZO, C.; VEIGA, L. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVIII, n. 92, nov. 2007. São Paulo: 2007.

BROWN, R.; NYLANDER, A. Community leadership structure: Differences between rural community leaders' and residents' informational networks. **Journal of the Community Development Society**, 29(1), 71-89. 1998. Versão online. DOI 10.1080/15575339809489774.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **La Educación Puerta de la Cultura**. Visor.1997. Cultura da educação. Lisboa: Edições 70. 2000.

BURGESS, R.; BULMER, M. Research Methodology Teaching: Trends and Developments. **Sociology**, volume: 15 Issue: 4, Pages (s): 477-489. 1981. Versão online. DOI 10.1177/003803858101500401. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/003803858101500401?journalCode=soca>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.

BURKE, P. **A Social History of Knowledge- From Gutenberg to Diderot Based on the first series of Vonhoff Lectures given at the University of Groningen (Netherlands)**. Polity Press in association with Blackwell Publishers, a Blackwell Publishing Company. 2008. Disponível em: <https://nehisp.furg.br/images/Social-History-of-Knowledge-From-Gutenberg-to-Diderot.pdf> Acesso em: 21 de ago. de 2021.

BUTTERFOSS, F. Process evaluation for community participation. **Annual. Rev. Public Health**, 27:323-40. 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Frances-Butterfoss/publication/7245692\\_Process\\_Evaluation\\_for\\_Community\\_Participation/links/0a85e534c56f7c7bf3000000/Process-Evaluation-for-Community-Participation.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Frances-Butterfoss/publication/7245692_Process_Evaluation_for_Community_Participation/links/0a85e534c56f7c7bf3000000/Process-Evaluation-for-Community-Participation.pdf). Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CAMPOS, N. M. Ecology of meanings: A critical constructivist communication model. **Communication Theory**, vol.17, n.4, pp.386-410, 2007. Versão online. DOI 10.1111/j.1468-2885.2007.00304.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2885.2007.00304.x>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Navegar é preciso, comunicar é impreciso**. São Paulo: Edusp, 2017.

\_\_\_\_\_.; *et al.* Liquid Youth: From Street Kids to Theater Actors; An Account of a Reaffiliation Process. **International Journal of Communication**, v10, 340-358. Jan. 2016. Versão online. ISSN 1932-8036. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3706>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Traversée. Essai sur la communication**. Berne: Peter Lang, 2015.

CAMUS, A. **The Myth of Sisyphus and Other Essays**. Translated from the French by Justin O'Brien. 1955. Disponível em: <https://epdf.pub/the-myth-of-sisyphus-and-other-essays-pdf-5eccd552940b5.html>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

CARMO, H. FERREIRA, M. **Metodologia da Investigação - Guia para Autoaprendizagem**. 2.<sup>a</sup> Edição. Portugal: Universidade Aberta, 2008.

CARTERETTE, E.; FRIEDMAN, M. (Eds). **Memory Handbook. Perception and Cognition**. 2nd Edition. Series Editors. Academic Press, Inc. 1996. Disponível em: <https://epdf.tips/memory-handbook-of-perception-and-cognition.html> . Acesso em: 10 de jul. de 2021.

CARVALHO, A. **Geografia - Manual do Enem**.2022. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/geografia/faixa-etaria>. Acesso em 15.10.2022

CARVALHO, J. M. de. Desenvolvimento De La Ciudadanía en Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 4, p. 212-215, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9108> Acesso em: 14 de ago. de 2020.

CARVALHO, J.; TOMAZ, M; MILAGRES, K. Ortega Y Gasset e Paulo Freire, Aproximações Possíveis no Conceito de Liderança Social. **Prometeus Filosofia**, n23. Agosto de 2017. Disponível em : <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/5702/5398>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

CASTELLS, M. **Questão Urbana**. Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAUCHI-SANTORO, R. Mapping community identity: Safeguarding the memories of a city's downtown core. **City, Culture and Society**. Vol.7(1), pp.43-54. March. 2016. Disponível em: <https://daneshyari.com/article/preview/5048297.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

CAVALIERE, S.; SEIVERT, S. LEE, L. **Knowledge Leadership. The art and Science of the Knowledge-based organization**. Abingdon: Routledge, 2005.

- CAZORLA, A.; MIDGLEY, J. **Planning and community development case studies**. Madrid: UC Berkeley - Technical University of Madrid, 2012. Disponível em: <https://oa.upm.es/33823/7/Planning%20and%20Comunity%20Development.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2021.
- CHAGAS, M.; *et al.* Desire for Memory, Desire for Museums: The Experience of the Memory Hotspots. **Cadernos De Sociomuseologia**, v38(n38), 2010. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1655>. Acesso em: 12 de set. de 2020.
- CHASE, S. Narrative inquiry: Multiple lenses, approaches, voices. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. 3rd ed., pp. 651-680. Thousand Oaks, CA: Sage. 2005.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. Editora. Ática, v. 26, no 2. 2000. Disponível em: [https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf](https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf). Acesso em: 22 de abr. de 2020.
- CHAVES, I. **Vestida de Azul e Branco como manda a tradição: cultura e Ritualização na escola**. Rio de Janeiro: Intertexto/Quartet, 2000.
- \_\_\_\_\_. MORI, M. A pesquisa narrativa: uma abordagem teórico-metodológica sobre o silêncio do existir e o mistério da palavra. In: GUEDES, A.; RIBEIRO, T. **Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.
- CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- CICALO, A. **Memória do Esquecimento (Afroscreen. Escravidão, história, memória, rio de janeiro, tráfico de escravos, transformação)**. Nota introdutória e tradução do original em espanhol: Inês Thomas Almeida. SITE Museu Afro Digital – UERG. Outubro 2011. Disponível em: <http://www.museuafro.uerj.br/?work=memoria-do-esquecimento>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.
- CIRLOT, J. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.
- CITIZENSHIP. **Community Action and Active**. Citizenship online. 2018. Disponível em: <http://citizenshipleicuni.weebly.com/community-action-and-active-citizenship.html>. Acesso em: 17 de out. de 2018.
- CLANDININ, D.; CONNELLY, F. **Narrative Inquiry: A Methodology for Studying Lived**. San Francisco: Jossey-Bass. 2006.
- COELHO, E.; *et al.* **Guia de uso do Modelo Corporativo de Processos de Software da Embrapa (MCPSE)**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/986044/1/DOC401.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2021.
- COETZEE, J. M. **Doubling the Point: Essays and Interviews**. Ed. D. Atwell. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- COGUEC, E. Ficção, diário de campo e pesquisa-criação. Trad. Monica Fagundes Dantas. **Revista Cena**, Porto Alegre, no 20, p. 28-38, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cena/article/view/68331/39010>. Acesso em: 18 de ago. de 2020.
- CHATFIELD, T. **Como viver na era digital**. São Paulo: Editora Objetiva, 2012.
- CLADININ, D. J. Stories of experience and narrative Inquiry. **Educational Researcher**, 19 (5), p. 2-14, 1990. Versão Online. DOI 10.3102/0013189X019005002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X019005002>. Acesso em: 11 set. de 2020.
- CONNORS, K.; SEIFER, S. (Eds.). **Partnership Perspectives** (Issue II, Volume I). San Francisco, CA: Community-Campus Partnerships for Health. 2000. Disponível em:

<https://prevention.ucsf.edu/sites/prevention.ucsf.edu/files/uploads/2013/05/ccph-partnership-perspectives.pdf>. Acesso em: 3 de set. de 2020.

COOPERRIDER, D.; SRIVASTVA. Appreciative inquiry in organizational life. **Research in organizational change and development**, vol. 1, p. 129-169, 1987. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265225217\\_Appreciative\\_Inquiry\\_in\\_Organizational\\_Life/link/54de68390cf2953c22aec949/download](https://www.researchgate.net/publication/265225217_Appreciative_Inquiry_in_Organizational_Life/link/54de68390cf2953c22aec949/download). Acesso em: 26 de ago. de 2020.

COSTA, M. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, 01 jan. Issue 21, p.147-163, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a10n21.pdf> . Acesso em: 22 de out. de 2018.

CRAIG, C. Narrative Inquiry in Teaching and Teacher Education. **Advances in Research on Teaching**. Volume 13, 19-42.2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235282657\\_Narrative\\_inquiry\\_in\\_teaching\\_and\\_teacher\\_education/link/53fdc4940cf22f21c2f83ae3/download](https://www.researchgate.net/publication/235282657_Narrative_inquiry_in_teaching_and_teacher_education/link/53fdc4940cf22f21c2f83ae3/download). Acesso em: 11 de set. de 2020.

DAIUTE, C.; LIGHTFOOT, C. (Eds.). **Narrative analysis: Studying the development of individuals in society**. Thousand Oaks, CA: Sage. 2004. Disponível em: [https://www.psy.au.dk/fileadmin/site\\_files/filer\\_psykologi/dokumenter/CKM/NB40/Daiute\\_lightfoot.pdf](https://www.psy.au.dk/fileadmin/site_files/filer_psykologi/dokumenter/CKM/NB40/Daiute_lightfoot.pdf). Acesso em: 12 de ago. de 2020.

DALAI LAMA, His Holiness; CUTLER, H. C. **The art of happiness: A handbook for living**. New York: Riverhead Books. 1998.

DARITY, J. (Ed. in Chief). **International Encyclopedia of The Social Sciences**. 2nd Edition. Volume 1. Abortion-Cognitive Dissonance. Macmillan, 2008.

DAVENPORT, T.H.; PRUSAK, L. **Working knowledge: How organisations manage what they know**. Boston: Harvard Business School Press. 1998. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/229099904\\_Working\\_Knowledge\\_How\\_Organizations\\_Manage\\_What\\_They\\_Know](https://www.researchgate.net/publication/229099904_Working_Knowledge_How_Organizations_Manage_What_They_Know). Acesso em: 20 de ago. de 2020.

DECI, E.; RYAN, R. **Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior**. Springer Science & Business Media, 1985.

DELORY-MOMBERGER, C. Da condição à sociedade biográfica. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77147, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/5p834hfdB9WTpkgJFt7DmMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

\_\_\_\_\_. **A condição biográfica: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada**. Natal: EDUFERN, 2012.

DeMUNCK, V. C.; SOBO, E. J. (Eds). **Using methods in the field: a practical introduction and casebook**. Walnut Creek, CA: AltaMira Press. 1998.

DENZIN, N. ; YNONNA, K. (eds). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011.

\_\_\_\_\_. LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 3rd Ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2018. Disponível em: <http://www.daneshnamehicsa.ir/userfiles/files/1/9-%20The%20SAGE%20Handbook%20of%20Qualitative%20Research.pdf>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

DÉPRET, E.; FISKE, S. Social cognition, and power: Some cognitive consequences of social structure as a source of control deprivation. In: G. Weary, F. Gleicher; R. L. Marsh (Eds.), **Control Motivation and Social Cognition**. New York: Springer-Verlag. 1993. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/control-motivation-and-social-cognition-1ou1ouuplqu0>. Acesso em: 22 de set. de 2021.

- DESCARTES, R. **Meditações**. 1983. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/pdfs/medita%20coesmetaf.descartes.pdf> . Acesso em: 22 de ago. de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Discourse on the Method of Correctly Conducting One's Reason and Seeking Truth in the Sciences**. Oxford University Press, 2006. Disponível em: <https://rauterberg.employee.id.tue.nl/lecturenotes/DDM110%20CAS/Descartes-1637%20Discourse%20on%20Method.pdf>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- DEWALT, K.; DEWALT, B. **Participant observation: a guide for fieldworkers**. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2002.
- DOMELEN V. J. **Reaching the Poor and Vulnerable: Targeting Strategies for Social Funds and other Community**. Consultant Prepared for the Social Driven Programs Protection Team Human Development Network, World Bank. 2007. Disponível em: <https://web.worldbank.org/archive/website01536/WEB/IMAGES/0711.PDF>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- DOMINELLI, L. **Anti-Oppressive Social Work. Theory and Practice**. Palgrave Macmillan.2002. Disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/5024/1/60.pdf.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2022.
- DRETSKE, F. **Explaining behavior: Reasons in a world of causes**. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.
- DRUCKER, P. **The Daily Drucker. 366 Days of Insight and Motivation for getting the right things Done**. Butterworth-Heinemann, 2004.
- DUBRIN, A. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2006.
- DURKHEIM, E. **The Elementary Forms of the Religious Life**. Free Press. 1995.
- \_\_\_\_\_. **Morality and Society**. Chicago: University of Chicago Press. 1973.
- \_\_\_\_\_. **The division of labor in society**. Glencoe, IL: Free Press of Glencoe. 1964.
- DUVEEN, G. Representations, identities, resistance. In: DEAUX, K.; PHILOGÈNE. G. (Eds.). **Representations of the social: Bridging theoretical traditions**. p. 257-270. Malden Blackwell Publishing. 2001.
- DUXBURY, L. **The nature and Authority of Precedent**. Cambridge University Press.2008.
- EINSTEIN, A. **The World as I See It. Trad. Alan Harris**. Open Road, 2011. Disponível em: <https://ncjindalps.com/pdf/Read-for-Pleasure/The%20World%20as%20I%20See%20It%20-%20Albert%20Einstein.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2021.
- EIZENBERG, E.; JABAREEN, Y. Social Sustainability: A New Conceptual Framework. **Sustainability**, 2017, 9, 68; Versão online: DOI 10.3390/su9010068. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312085734\\_Social\\_Sustainability\\_A\\_New\\_Conceptual\\_Framework](https://www.researchgate.net/publication/312085734_Social_Sustainability_A_New_Conceptual_Framework). Acesso em: 21 de set. de 2020.
- EMERSON, R.; FRETZ, R.; SHAW, L. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. Chicago: University of Chicago Press.2011.
- ERLANDSON, D.; HARRIS, E.; SKIPPER, B.; ALLEN, S. **Doing naturalistic inquiry: a guide to methods**. Newbury Park, CA: Sage. 1993.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of Third world**. Princeton: Princeton University Press. 1995.

ETIKAN, I; MUSA, S; ALKASSIM, R. Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. **American Journal of Theoretical and Applied Statistics**, 016; 5(1): 1-4. 2016.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/304339244\\_Comparison\\_of\\_Convenience\\_Sampling\\_and\\_Purposive\\_Sampling](https://www.researchgate.net/publication/304339244_Comparison_of_Convenience_Sampling_and_Purposive_Sampling). Acesso em: 10 de ago. de 2020.

FALKNER, W. **O Som e a Fúria**. Cosac & Naify. 2015.

FANELLI, A. A typology of community leadership based on influence and interaction within the leader subsystem. **Social Forces**, vol. 34, no. 4, p. 332–38 1956. Versão online, DOI 10.2307/2573665. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

FEENBERG, A. **Transforming Technology. A Critical Theory Revisited**. Oxford University Press, 2002. Disponível em:

[https://monoskop.org/images/d/d8/Feenberg\\_Andrew\\_Transforming\\_Technology\\_A\\_Critical\\_Theory\\_Revisited.pdf](https://monoskop.org/images/d/d8/Feenberg_Andrew_Transforming_Technology_A_Critical_Theory_Revisited.pdf). Acesso em: 20 de jul. de 2020.

FERREIRA, J.; SUGANUMA, S. (Orgs.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil** [recurso eletrônico] / [coordenadores: Raphael Cavalcante e Clarissa Estrela. Colaboradores: Priscilla Arruda ... *et al.*]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 9, 2017.

FERNANDES, A. “**Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está**”: **Ameaça à Moradia e Sentimentos de Liberdade de Jovens da Comunidade do Horto Florestal do Jardim Botânico, Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. **Administração Inteligente**. 2ª edição. Futura, 2003.

FISHER, A.; SONN, C. Aspiration to community: Community responses to oppression. **Journal of Community Psychology**, 27, p. 715-725, 1999.

FISHER. R. A. **Statistical Methods for Research Workers**. Hafner, 1958.

FLICK, U. **The Psychology of the Social**. Cambridge University Press. 1998. Disponível em:

[https://dornsife.usc.edu/assets/sites/782/docs/oyserman\\_markus\\_1998\\_self\\_as\\_social\\_representation\\_in\\_psychology\\_of\\_the\\_social\\_-\\_ch\\_7\\_pp\\_107-125\\_1\\_.pdf](https://dornsife.usc.edu/assets/sites/782/docs/oyserman_markus_1998_self_as_social_representation_in_psychology_of_the_social_-_ch_7_pp_107-125_1_.pdf). Acesso em: 11 de jun. de 2022.

FORREST-BANK, S; DUPPER D. A qualitative study of coping with religious minority status in public schools. **Children and Youth Services Review**, n. 61, p. 261-270. 2016. Disponível em:

[https://www.academia.edu/21505250/A\\_qualitative\\_study\\_of\\_coping\\_with\\_religious\\_minority\\_status\\_in\\_public\\_schools](https://www.academia.edu/21505250/A_qualitative_study_of_coping_with_religious_minority_status_in_public_schools). Acesso em: 14 de set. de 2020.

FOSSÁ. M.; PEREIRA, F. Partnership between Organizations and Community TVs as Communication Strategies. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n. 7, Vol. IV, p. 117-132, 2014. Disponível em:

<http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/viewFile/254/158>. Acesso em: 18 de set. de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Disponível em:

<https://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 14 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, T.; BARROS M; ALVES, M. A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(2), São João del-Rei, julho/dezembro, 2015.

FRENCH, J; BETRAN, R. **The Bases of Social Power**. MIT Press, 1959. Disponível em: [http://web.mit.edu/curhan/www/docs/Articles/15341\\_Readings/Power/French\\_&\\_Raven\\_Studies\\_Social\\_Power\\_ch9\\_pp150-167.pdf](http://web.mit.edu/curhan/www/docs/Articles/15341_Readings/Power/French_&_Raven_Studies_Social_Power_ch9_pp150-167.pdf). Acesso em: 14 de mai. de 2020.

FREUD, S. **Obras Completas**. Trad: Paulo César de Souza. Vols. 12 e 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em : <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/freud-obras-completas-vol-14-1917-1920.pdf>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

FRIEDMAN, R. 'On the Concept of Authority in Political Philosophy'. In: FLATHMAN, R. E. **Concepts in Social and Political Philosophy**. New York: Macmillan, 1973.

FRISCH, M. Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History. **Journal of American History**, Volume 78, Issue 2, 1991.

FRUMKIN, P. **On Being Nonprofit: A Conceptual and Policy Primer**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

FULLGÁS. [Compositor e Interprete] Marina Lima; Antônio Cícero. WMG, [Merlin] Symphonic Distribution, UMG (on behalf of Universal Music Ltda.); ASCAP, Sony ATV Publishing, CMRRA, SOLAR Music Rights Management, Polaris Hub AB, União Brasileira de Editoras de Música - Ubem, LatinAutorPerf, and 9 Music Rights Societies. 1984. Disponível em: [https://youtu.be/SO\\_YJ3BVy1E](https://youtu.be/SO_YJ3BVy1E). Acesso em: 16 de dez. de 2021.

GARVIN, D. **Gerenciando a Qualidade: A visão estratégica e Competitiva**. Qualimark. 1992.

GASS, B.; STOGDILL, M. **Handbook of Leadership: Theory, Research, and Managerial Applications**. Simon and Schuster, 1990.

GEEN, R. **Human motivation: A social psychological approach**. Brooks/Cole Publishing Company, 1995.

GIBSON, J; ZARAGOZA, M; ÁLVAREZ, E; PUJO, M. El liderazgo y la gobernanza colaborativa en proyectos educativos comunitarios. **Revista Interuniversitária**, p. 59-83, 2015. Disponível em: <https://www.recercat.cat/bitstream/handle/2072/304152/38442-120316-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de jul. de 2020.

GIL, A. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. ATLAS, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

GOLDMANN, L. **Immanuel Kant**. J NBL Humanities Press, 1971.

GONÇALVES, M. A life worth remembering: Thoughts on Oral History and community's collective memory. **Memoriamedia Review**, 6. Art. 6. 2021. Disponível em: [https://memoriamedia.net/pdfarticles/review\\_6/6A\\_life\\_worth\\_remembering\\_Marta\\_Goncalves.pdf](https://memoriamedia.net/pdfarticles/review_6/6A_life_worth_remembering_Marta_Goncalves.pdf). Acesso em: 12 de set. de 2020.

GOWIN, D. **Educating**. Ithaca, Cornell University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **Aprender a aprender**. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Plátano, 1984.

GRAY, B.; STITES, J. **Sustainability through Partnerships: Capitalizing on Collaboration**. Network for Business Sustainability, 2013. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5d5156083138fd000193c11a/t/5d62ae9b2f2f230001e85db2/1566748369464/NBS-Systematic-Review-Partnerships.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

GREEN, J.; BROWNE, J. **Principles of Social Research**. Open University Press, McGraw-Hill Education, 2005. Disponível em: <http://www.mim.ac.mw/books/Principles%20of%20Social%20Research.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

GREENWOOD, D.; LEVIN, M. **Introduction to action research: social research for social change**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007. Disponível em: <https://epdf.pub/introduction-to-action-research-social-research-for-social-change94140.html>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

GUEDES, A.; RIBEIRO, T. **Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas**. Ayvu, 2019. Disponível em <https://pdfcoffee.com/qdownload/pesquisa-alteridade-e-experiencia-adriane-gueda-guedes-amp-tiago-ribeiroindd-pdf-free.html>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

GULDI, J.; ARMITAGE, D. **The History Manifesto**. Cambridge University Press, 2014.

GUTIÉRREZ, L.; GANT, L. **Community Practice in Social Work: Reflections on Its First Century and Directions for the Future**. University of Chicago Press, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329976542\\_Community\\_Practice\\_in\\_Social\\_Work\\_Reflections\\_on\\_Its\\_First\\_Century\\_and\\_Directions\\_for\\_the\\_Future](https://www.researchgate.net/publication/329976542_Community_Practice_in_Social_Work_Reflections_on_Its_First_Century_and_Directions_for_the_Future). Acesso em: 12 de set. de 2020.

HAACK, K. R.; SILVA R.S.L.E.; BOECKEL, G.M. Intervenção Comunitária com Grupo de Adolescentes: Relato de Experiência do Projeto EBA. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Vol. 44, 1 p. 65-73, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420640008.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Agir Comunicativo**. Vol. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**. vol. 2: Sobre a crítica da razão funcionalista. Martins Fontes.2012.

\_\_\_\_\_. **Towards a rational society**. Boston: Beacon Press, 1968.

\_\_\_\_\_. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Polity, 1996.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective** (Édition critique par Gérard Namer). Paris: Albin Michel, 1997.

HARTH, D. Cultural Memory Studies: An Introduction. In: HARTH, A. NÜNNING, A. **Towards a Conceptual Foundation for Cultural Memory Studies in Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008.

HECKHAUSEN, J.; HECKHAUSEN, H. (Eds). **Motivation and Action: Introduction**. Cambridge University Press, 2008.

HEFT, H. **Ecological psychology in context: James Gibson, Roger Barker, and the Legacy of William James's Radical Empiricism**. Psychology Press, 2001.

HESS, R. Momento do diário e diário dos momentos. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre/Salvador, EDIPUCRS/EDUNEB, 2006.

HILL, T. Jr. **Dignity and Practical Reason in Kant's Moral Theory**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1992.

HINOJOSA, M. *et al.* Recruiting low income and racially/ethnically diverse adolescents for focus groups. **Maternal and Child Health Journal**, 18, p. 1912-1918, 2014.

HIRSCH, M. The generation of post-memory. **Poetics Today**, 29(1), p. 103-128, 2008.



HOBSBAWM, E. A century of catastrophes, age of extremes: the short 20th century. **The Independent on Sunday**, 9 October. London: Independent News and Media, 1994.

\_\_\_\_\_.; RANGER, T. **The Invention of tradition**. Cambridge University Press, 1983.

HOELSCHER, S.; ALDERMAN, D. Memory and place: geographies of a critical relationship. **Social & Cultural Geography**, 5(3), p. 347-355, 2004. Disponível em:

<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.509.6701&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

HOFFMAN, E. **After Such Knowledge**. London: Vintage, 2005.

HUMPHRIES, B. An unacceptable role for social work: implementing immigration policy. **British Journal of Social Work**, 34, p. 93-107, 2004.

HUNT, J.; HOSKING, D-M.; SCHRIESHEIM, C.; STEWART, R. (Eds). **Leaders and Managers - International Perspectives on Managerial Behavior and Leadership**. Pergamon Press Inc, 1984. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/leaders-and-managers-international-perspectives-on-managerial-behavior-and-leadership-5eem0t6beh90>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

HURSON, T. **Think better (your company's future depends on it... and so does yours): an innovator's guide to productive thinking**. McGraw-Hill, 2008. Disponível em: <https://lib.ugent.be/en/catalog/rug01:001638955>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

IBGE. **Relatório do Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acesso em: 16 de Jan. de 2020.

ILLUCBF - DFID - **Yaoundé Declaration Statement**. 2019. Disponível em:

<https://pubs.iied.org/g04413> . Acesso em: 14 de ago. de 2020

IPJBRJ. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808 - 2008** - Organizado por Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

ISOLDI, C.; SILVA, L. O Espaço territorial como referência para a construção da cidadania: Uma Reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações das terras de populações remanescentes. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 16, dec. 2008. Versão online. DOI 10.5380/raega.v16i0.12681. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/12681>. Acesso em: 19 de jan. de 2021.

JACOBSON, T. A pragmatist account of participatory communication research for national development. **Journal Communication Theory**, vol. 3, Issue 3, p. 214-230. Blackwell Publishing Ltd. 1993.

JANDA, K. Towards the Explication of the Concept of Leadership in Terms of the Concept of Power. **Human Relations**, 13(4), p. 345-363, 1960. Versão online. DOI: 10.1177/001872676001300404. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001872676001300404>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

JODELET, D. Social Representations: The Beautiful Invention. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 38:4, 0021-8308, p. 411-430, 2008. Versão online. DOI 10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

JOHNSON, A.; JOHNSON, O. R. Quality into quantity: on the measurement potential of ethnographic fieldnotes. In: SANJEK, R. (ed.). **Fieldnotes: The Making of Anthropology**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990.

JONES, G. **Organizational Theory, Design, and Change**. Pearson: Prentice Hall 2013. Disponível em: <https://industri.fatek.unpatti.ac.id/wp-content/uploads/2019/03/085-Organizational-Theory-Design-and-Change-Gareth-R.-Jones-Edisi-7-2013.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

KABIR, M. **Knowledge-Based Social Entrepreneurship. Understanding Knowledge Economy, Innovation, and the Future of Social Entrepreneurship**. Palgrave Studies in Democracy, Innovation, and Entrepreneurship for Growth. Macmillan, 2019.

KAMLER, B.; THOMSON, P. **Helping Doctoral Students Write: Pedagogies for Supervision**. London; New York: Routledge. 2006. Disponível em: [https://sothesis.fas.harvard.edu/files/socseniorthesis/files/kamlerthomson\\_2006\\_litreviews.pdf](https://sothesis.fas.harvard.edu/files/socseniorthesis/files/kamlerthomson_2006_litreviews.pdf). Acesso em: 11 de jul. de 2021.

KANSTEINER, W. Finding Meaning in Memory: A Methodological Critique of Collective Memory Studies. **History and Theory**, Vol. 41, No. 2, p. 179-197, 2002. Disponível em: <http://orbankat.web.elte.hu/emlekezet/Kansteiner.pdf>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

KANT, I. **Groundwork of the Metaphysics of Morals**. Cambridge University Press. 1997. Disponível em: <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/blog.nus.edu.sg/dist/c/1868/files/2012/12/Kant-Groundwork-ng0pby.pdf>. Acesso em: 22 de jul. de 2020.

KAUFMANN, P.; KUCH, H.; NEUHÄUSER, C.; WEBSTER, E. (eds). **Humiliation, Degradation, Dehumanization: Human Dignity Violated**. Springer, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020852309104174>. Acesso em: 19 de Jul. de 2020.

KEANE, D.; WAUGHRAV, A. **Fifty years of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination: a living instrument**. Manchester University Press, 2017.

KEIGHTLEY, E.; PICKERING M. **Research Methods for Memory Studies**. Edinburgh University Press, 2014.

KELTNER, D., GRUENFELD, D. H.; ANDERSON, C. Power, approach, and inhibition. **Psychological Review**, 110, p. 265-284, 2003.

KENNY, S.; MCGRATH, B.; PHILLIPS, R. **The Routledge Handbook of Community Development**. Routledge, 2018. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/the-routledge-handbook-of-community-development-research-5533nkje30a0>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

KERNAGHAN K. Moving towards integrated public governance: improving service delivery through community engagement. **International Institute of Administrative Sciences**, Vol. 75, Issue 2, 2009.

KHWAJA, A. I. Can good projects succeed in bad communities? **Journal of Public Economics**. Volume 93, Issues 7-8, August, p. 899-916, 2009 . Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272709000139>. Acesso em: 22 de Jul. de 2020.

KING, M. L. **Where do we go from Here: Chaos or Community?** Beacon Press Boston, 2010. Disponível em: <https://www.uni-five.com/upload/doc/82818file.pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2020.

KING, T. **The truth about stories**. Toronto: Anansi Press, 2003.

KINGSLEY, G. **The Nature and Conditions of Learning**. Psychology Series. Prentice-Hall. 1957.

KLINGER, E. **Structure, and functions of fantasy**. New York, NY: Wiley, 1971.

KOLZOW, D. Leading from within: Organizational Leadership Capacity. 2014. Versão online. Disponível em: [https://www.iedconline.org/clientuploads/Downloads/edrp/Leading\\_from\\_Within.pdf](https://www.iedconline.org/clientuploads/Downloads/edrp/Leading_from_Within.pdf). Acesso em: 28 de jul. de 2020.

KOMTER, A. **Social Solidarity and the Gift**. Utrecht University. Cambridge University Press, 2005.

KORTEN, D. **XX Community Management. Asian Experience and Perspectives**. West Harcourt, CT: Kumarian Press, 1986.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O fotográfico**. 3ª edição revista. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

KOTTER, J. **Leading change**. Boston, Mass.: Harvard Business School Press, 1996. Disponível em: <https://irp-cdn.multiscreensite.com/6e5efd05/files/uploaded/Leading%20Change.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

KOUZES, J.; POSNER, B. **The Leadership Challenge**. John Wiley Sons, 2007

\_\_\_\_\_. **The leadership challenge**. 4a ed. San Francisco, CA.: Jossey-Bass, 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3988308/mod\\_resource/content/2/LEADERSHIP%20CHALLENGE.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3988308/mod_resource/content/2/LEADERSHIP%20CHALLENGE.pdf). Acesso em: 22 de ago. de 2020.

KRETZMANN, J.; McKNIGHT, J. **Building Communities from the Inside Out: A Path Toward Finding and Mobilizing a Community's Assets**. Evanston, IL: Center for Urban Affairs and Policy Research, Northwestern University. 1993.

KRUEGER, R.; CASEY, M. **Focus groups: A practical guide for applied researchers**. 3a ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

KUKLA, A. Foundations of an attributional theory of performance. **Psychological Review**, 79, p. 454-470, 1972. Disponível em: <https://ur.booksc.me/book/60626448/58333a>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

KUNDA, Z. The case for motivated reasoning. **Psychological Bulletin**, 108(3), p. 480-498, 1990.

LAI, E. **Motivation: A Literature Review**. Research Report, Pearson, 2011.

LAMMERS, J; GALINSKY, A; GORDIJN E; OTTEN, S. Power Increases Social Distance. **Social Psychological and Personality Science**, 3(3), p. 282–290, 2012. Versão online. DOI 10.1177/1948550611418679. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1948550611418679>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

LAND, K.; MICHALOS A.; SIRGY, M. (Eds). **Handbook of Social Indicators and Quality of Life Research**. Springer, 2012. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/handbook-of-social-indicators-and-quality-of-life-research-79duqc84plj0>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

LANGACKER, R. **A linguagem e sua estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LANGER, J. **The Mirrored Window: Focus Groups from a Moderator's Point of View**. Ithaca, NY: Paramount Market Publishing, 2001.

LARA, L.; GUARESHI, N. A institucionalização da participação comunitária no SUS e a função imunitária do direito. **Ciências Sociais. Unisinos, São Leopoldo**, Vol. 52, N. 1, p. 113-121, jan./abr., 2016.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LAVRAKAS, P. (Eds) **Encyclopedia of Survey Research Methods**. SAGE Publications, 2008. Disponível em: <https://epdf.tips/queue/encyclopedia-of-survey-research-methods-2-volume-set.html>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

LAYDER, D. **Understanding Social Theory**. 2a ed. SAGE Publications, 2006. Disponível em: <https://epdf.pub/understanding-social-theory-2nd-edition.html>. Acesso em: 14 de dez. de 2020.

LEHNE, M.; KOELSCH, S. **Toward a general psychological model of tension and suspense.** Languages of Emotion Research Center, Freie Universität Berlin, Berlin, Germany. *Front. Psychol.* 2015. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2015.00079/full>. Acesso em: 11 de mai. de 2020.

LEWIN, K. **Field theory in social science: Selected theoretical papers.** New York: Harper, 1951. Disponível em: <https://ia902905.us.archive.org/4/items/in.ernet.dli.2015.138989/2015.138989.Field-Theory-In-Social-Science-Selected-Theoretical-Oaoers.pdf>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Social Conflicts- Selected Papers on Group Dynamics.** Harper & Row, 1967.

Disponível em:

[https://ia802905.us.archive.org/15/items/in.ernet.dli.2015.197012/2015.197012.Resolving-Social-Conflicts\\_text.pdf](https://ia802905.us.archive.org/15/items/in.ernet.dli.2015.197012/2015.197012.Resolving-Social-Conflicts_text.pdf). Acesso em: 13 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Action research and minority problems. In: LEWIN, G. W. (Ed.). **Resolving Social Conflict.** London: Harper Row, 1946. Disponível em:

[http://www.fionawangstudio.com/ddcontent/Instructions/action\\_research/readings/Lewin\\_1946\\_action%20research%20and%20minority%20problems.pdf](http://www.fionawangstudio.com/ddcontent/Instructions/action_research/readings/Lewin_1946_action%20research%20and%20minority%20problems.pdf). Acesso em: 06 de jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. Group decisions and social change. In: NEWCOMB, T. M.; HARTLEY, E. L. (Eds). **Readings in Social Psychology.** New York: Henry Holt, 1947.

LIMA, Jr. B. (Org.). **Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra.** Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. Disponível em:

[http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_dhescas\\_br/relatores\\_plataforma\\_dhesc\\_br\\_2003.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_dhescas_br/relatores_plataforma_dhesc_br_2003.pdf). Acesso em: 18 de set. de 2018.

LINDSAY, D.; READ, J. Psychotherapy and memories of childhood sexual abuse: A cognitive perspective. **Applied Cognitive Psychology**, 8, p. 281-338, 1994.

LLOYD, C. **Literature Reviews for Sociology senior theses.** Harvard Sociology Department Writing Fellow, 2017- Harvard. 2018. Disponível em:

<https://sothesis.fas.harvard.edu/files/socseniorthesis/files/pres-litreview.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2021.

LOFTUS, E. The reality of repressed memories. **American Psychologist**, 48, p. 518-537, 1993.

LOMBARDI, E.; BAILEY, K. **The Community Zero Waste Roadmap.** Ecocyclesolutionshub.org, 2015. Disponível em:

[https://static1.squarespace.com/static/56defd4d044262eeaf72a5c8/t/570c1b95cf80a178016c4d68/1460411334466/Community\\_Zero\\_Waste\\_RoadmapEco-Cycle\\_2015-2.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56defd4d044262eeaf72a5c8/t/570c1b95cf80a178016c4d68/1460411334466/Community_Zero_Waste_RoadmapEco-Cycle_2015-2.pdf). Acesso em: 15 de jun. de 2021.

LUCAS, H. **Information Systems Concepts for Management.** The Global Text Project, 2009.

Disponível em:

[http://www.bigbook.or.kr/bbs/data/file/bo01/1535291005\\_ujG29RvN\\_Information\\_Technology\\_for\\_Management\\_Henry\\_Lucas.pdf](http://www.bigbook.or.kr/bbs/data/file/bo01/1535291005_ujG29RvN_Information_Technology_for_Management_Henry_Lucas.pdf). Acesso em: 15 de mai. de 2021.

MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, vol. 24, no. 4, December, 1979.

MACCONE, L. A quantum solution to the arrow-of-time dilemma. **Physical review letters**, vol. 103, n. 8, p. 080401, 2009. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/0802.0438.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

MACKE, J; CARRION, R; DILLY, E. Programas Sociais Corporativos e Capital Social. **RAC, Curitiba**, v. 14, n. 5, art. 4, p. 836-853, Set./Out, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rac/a/FfczckP5SMsZW4c9hXtx8Qc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de ago. de 2020.

MCGRATH, S. ; WHITTY, S. Accountability and Responsibility defined. **International Journal of Managing Projects in Business**, vol. 11, No. 3, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324582377\\_Accountability\\_and\\_responsibility\\_defined](https://www.researchgate.net/publication/324582377_Accountability_and_responsibility_defined). Acesso em: 21 de set. de 2020.

MACHADO, M. **Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela**. Appris.2017

MCMILLAN, D. **Sense of Community: An Attempt at Definition**; George Peabody College for Teachers: Nashville, TN, USA, 1976.

\_\_\_\_\_. CHAVIS, D. M. Sense of community: A definition and theory. **J. Community Psychol**, 14, p. 6–23, 1986.

McMULLIN, I. The Amnesia of the Modern: Arendt on the Role of Memory in the Constitution of the Political. **Search PhilPapers Philosophical Topics**, 39 (2), p. 91-116, 2011. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/MCMTAO-3>. Acesso em: 29 de ago. de 2020.

MADDEN, A. **A Case Study into the Community Leadership Role of English Local Government**. Leeds Metropolitan University, 2010.

MANTHAN, S. A Half Yearly International Refereed Journal of Education. **Addhyan Mantra Educational Society**, vol. 4, No.1, April, 2018. Disponível em: <https://shikshashodhmanthan.co.in/wp-content/uploads/2021/03/SSMvol-4-no1-April-2018.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2021.

MARGOLIS, D.; WALSH, J. **Misery loves companies: Rethinking social initiatives by business**. Administrative Science Quarterly, 2003.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. **Designing qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage, 1999.

MARTINICH, P.; HOEKSTRA, K. (Eds). **The Oxford Handbook of Hobbes**. Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://global.oup.com/academic/product/the-oxford-handbook-of-hobbes-9780199791941?cc=br&lang=en&>. Acesso em: 9 de ago. de 2020.

MARTINS, P. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. **Cadernos EBAPE.BR**, Vol.5(4), 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a05>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

MARIAMPOLSKI, H. **Qualitative Market Research: A Comprehensive Guide**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2001.

MARROW, A. **The Practical Theorist: The Life and Work of Kurt Lewin**. New York: Teachers College Press, 1969.

MARTISKAINEN, M. The Role of Community Leadership in the Development of Grassroots Innovations. **SPRU Working Paper Series** (ISSN 2057-6668). Versão online. University of Sussex, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/303882672\\_The\\_Role\\_of\\_Community\\_Leadership\\_in\\_the\\_Development\\_of\\_Grassroots\\_Innovations/link/5af2f6daa6fdcc0c03054ea3/download](https://www.researchgate.net/publication/303882672_The_Role_of_Community_Leadership_in_the_Development_of_Grassroots_Innovations/link/5af2f6daa6fdcc0c03054ea3/download). Acesso em: 22 de ago. de 2020.

MATARRITA-CASCANTE, D.; BRENNAN, M. Community Development. **Community Development**, 43:3, p. 293-305. Versão online. DOI 10.1080/15575330.2011.593267. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/241715948\\_Conceptualizing\\_community\\_development\\_in\\_the\\_twenty-first\\_century/link/5eb97daf4585152169c819c2/download](https://www.researchgate.net/publication/241715948_Conceptualizing_community_development_in_the_twenty-first_century/link/5eb97daf4585152169c819c2/download). Acesso em: 21 de set. de 2020.

MATHISEN, R. (Eds). **Law, Society, and Authority in Late Antiquity**. Oxford University Press, 2001. Disponível em: <https://epdf.tips/law-society-and-authority-in-late-antiquity.html> . Acesso em: 23 de jul. de 2020.

MATOS, M. ; MORAIS, A. Origem e Evolução do Conhecimento – OEC. **Coleção Diálogos Multidisciplinares Série Módulos Interdisciplinares -Textos**. Universidade Federal Oeste do Pará, 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4264423/mod\\_resource/content/0/Origem%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4264423/mod_resource/content/0/Origem%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.pdf). Acesso em: 22 de mai. de 2020.

MATURANA, H; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento**. Editorial PSI, 1995. Disponível em: <http://materiaeapoioaotcc.pbworks.com/f/Arvore+do+Conhecimento+Maturana+e+Varela.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

MAY, T. **Qualitative Research in Action**. SAGE Publications, 2002.

MENDES, A.; COCCO, G. (Org.) **A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro - Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)**. Editora Revan, 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Phenomenology of Perception**. Taylor and Francis e-Library, 2005. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Phenomenology-of-Perception-by-Maurice-Merleau-Ponty.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

MERTON, R. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968. Disponível em: <https://epdf.tips/social-theory-and-social-structure-enlarged-edition.html>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

MERRIAN-WEBSTER. **Dictionary 2020**. Authority, 2020. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/authority>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

MULLER, U.; CARPENDALE, J.; SMITH, L. (Eds). **The Cambridge Companion to PIAGET**. Cambridge University Press, 2009.

MILLS, G. E. **Action Research: A Guide for the Teacher Researcher**. 5th ed. Boston: Pearson, 2014. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/action-research-a-guide-for-the-teacher-researcher-5th-ed-pearson-new-international-ed-1292041870-1269374508-9781292041872-9781269374507.html>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOEN, T.; SOLVBERG, A. The Power of Words: A Crucial Conversation at the Launch of an Action. Research Project. U.S. **China Review** 6, p. 557-567, 2012. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED534308.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

MONTERO, R. **A Ridícula ideia de nunca mais te ver**. Tradução Mariana Sanchez. Todavia, 2019.

MOON, J. **Constructing Community. Moral pluralism and Tragic Conflicts**. Princeton University Press, 1993. Disponível em: <https://epdf.tips/constructing-communityd9073fe782d47b0753587bad16e117ed93960.html>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

MOREIRA, M.; BUCHWEITZ, B. **Novas estratégias de Ensino e Aprendizagem: mapas conceituais e o V epistemológico**. Lisboa: Plátano, 1993.

MORGAN, D. **Integrating Qualitative and Quantitative Methods: A Pragmatic Approach**. Sage, 2014.

MORI, M. Ora direis ouvir estrelas... In: VALLE, C.; MARQUES, C.; MORI, M. **Português Instrumental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Amor, poesia e sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORSELLI, D.; PASSININI, S. Perspectives on the Study of the Authority Relationship: Integrating Individual and Societal Level Research. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 41:3, 0021-8308, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/229091636\\_New\\_Perspective\\_on\\_the\\_Study\\_of\\_the\\_Authority\\_Relationship\\_Integrating\\_Individual\\_and\\_Societal\\_Level\\_Research](https://www.researchgate.net/publication/229091636_New_Perspective_on_the_Study_of_the_Authority_Relationship_Integrating_Individual_and_Societal_Level_Research). Acesso em: 15 de dez. de 2020.

MOSCOVICI, S. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

\_\_\_\_\_. The social influence of minority groups. In: **Psychological perspectives on minority issues** (pp. 217-239). Springer .1985.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Vozes. 2015.

\_\_\_\_\_. Foreword. In: HERZLICH, C. (Ed.). **Health and illness: a social psychological analysis**. London: Academic Press, 1973.

\_\_\_\_\_. The history and actuality of social representations. In: FLICK, U. (Ed.). **The Psychology of the Social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MOURA, F; A. LIMA, M, G. Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 13 de set. de 2020.

MULLALLY, S.; MAGUIRE, E. Memory, Imagination, and Predicting the Future. A Common Brain Mechanism? **The Neuroscientist**, 20(3), p. 220-234, 2014. Versão online. DOI 10.1177/1073858413495091. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1073858413495091>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

MURPHY, K.; ALEXANDER, P. A motivated exploration of motivation terminology. **Contemporary Educational Psychology**, 25, p. 3-53, 2000.

MURUKUTLA, M.; PURI, P. **A Guide to Conducting Online Focus Groups. Vital Strategies**. University North Carolina: Global Food Research Program, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/354658118\\_A\\_Guide\\_to\\_Conducting\\_Online\\_Focus\\_Groups/link/6144b3693c6cb31069770d9a/download](https://www.researchgate.net/publication/354658118_A_Guide_to_Conducting_Online_Focus_Groups/link/6144b3693c6cb31069770d9a/download). Acesso em: 14 de nov. de 2020.

MUSWAZI, M.; NHAMO, E. Note taking: A lesson for Novice Qualitative Researchers. **IOSR Journal of Research & Method in Education (IOSR-JRME)**, Volume 2, Issue 3 (Jul. -Aug), p. 13-17, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285778814\\_Note\\_taking\\_a\\_lesson\\_for\\_novice\\_qualitative\\_researchers/link/5c7fde2a92851c69505abd0c/download](https://www.researchgate.net/publication/285778814_Note_taking_a_lesson_for_novice_qualitative_researchers/link/5c7fde2a92851c69505abd0c/download). Acesso em: 10 de ago. de 2020.

NAGLE, B.; WILLIAMS, N. **Methodology Brief: Introduction to Focus Groups** [Internet]. P. 1-12, 2013. Available from: <http://www.mmconnect.com/projects/userfiles/File/FocusGroupBrief.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

NARDI, S.; ORANGE, H. (Eds). **The Routledge Handbook of Memory and Place**. Routledge, 2020.

NEIGER, M.; ZANDBERG, E.; MEYERS, O. **On Media Memory: Collective Memory in a New Media Age**. Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/296061370\\_On\\_media\\_memory\\_Collective\\_memory\\_in\\_a\\_new\\_media\\_age](https://www.researchgate.net/publication/296061370_On_media_memory_Collective_memory_in_a_new_media_age). Acesso em: 14 de mai. de 2021.

NEWSSCIENTIST. **The four types of discovery by Tom Gauld**. 16 June, 2021. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/2281287-tom-gauld-the-four-types-of-discovery/#ixzz73R9Gxbl3>. Acesso em: 14 de mai. de 2021.

NGAOSUVAN, L. **Motivation and Episodic Memory Performance**. Infoga. Department of Psychology Umeå University, Umeå, Sweden, 2004.

NICHOLLS, J. Achievement motivation: Conceptions of ability, subjective experience, task choice, and performance. **Psychological Review**, 91(3), p. 328-346, 1984.

NICHOLSON, N. How Hardwired Is Human Behavior? **Harvard Magazine**, july-august, 1998. Disponível em: [https://www.academia.edu/21185337/How\\_hardwired\\_is\\_human\\_behavior](https://www.academia.edu/21185337/How_hardwired_is_human_behavior) . Acesso em: 14 de set. de 2020.

NIH. **Principles Of Community Engagement**. Second Edition. Clinical and Translational Science Awards Consortium. Community Engagement Key Function Committee Task. Force on the Principles of Community Engagement. NIH Publications. No. 11-7782. 2011. Disponível em: [https://www.atsdr.cdc.gov/communityengagement/pdf/PCE\\_Report\\_508\\_FINAL.pdf](https://www.atsdr.cdc.gov/communityengagement/pdf/PCE_Report_508_FINAL.pdf) . Acesso em: 14 de ago. de 2021.

NOWAK, M; MANFRED, N. **Covenant on Civil and Political Rights**. CCPR Commentary/Manfred Nowak. 2nd rev. ed. Kehl, Germany: N.P. Engel, 2005.

NUNAVUT. **Towards literacy. A strategy framework (2008-2018)**. Northwest Territories – Education, Culture and Employment, Canada, 2018. Disponível em: [https://www.ece.gov.nt.ca/sites/ece/files/resources/towards\\_literacy\\_-\\_a\\_strategy\\_framework\\_2008-2018.pdf](https://www.ece.gov.nt.ca/sites/ece/files/resources/towards_literacy_-_a_strategy_framework_2008-2018.pdf). Acesso em: 14 de jul. de 2021.

NUNES, C. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. **Revista Educação em foco**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Vol. 7. B. 2. Set/2002 a fev./2003. p. 11-25, 2003.

OBST, P.; ZINKIEWICZ, L.; SMITH, S. Sense of community in science fiction fandom. Part 1: Understanding sense of community in an international community of interest. **Journal of Community Psychology**, 30, p. 87-103, 2002.

OLICK, J.; ROBBINS, J. Social Memory Studies: From “Collective Memory” to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. **Annual Review of Sociology**, 1998. Disponível em: <https://sociology.as.virginia.edu/sites/sociology.as.virginia.edu/files/Social%20Memory%20Studies%20From%20Collective%20Memory%20to%20the%20Historical%20Sociology%20of%20Mnemonic%20Practices.pdf>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. VINITZKY-SEROUSSI, V.; LEVY, D. (Eds). **The Collective Memory Reader**. Oxford University Press, 2011. Disponível em : [https://pconfl.biu.ac.il/files/pconfl/shared/olick\\_2011-collective\\_memory\\_reader.pdf](https://pconfl.biu.ac.il/files/pconfl/shared/olick_2011-collective_memory_reader.pdf). Acesso em: 29 de mai. de 2020.

OLIEVENSTEIN, C. **Les non-dits de l'émotion**. Paris: Odile Jacob, 1988.

OLIVEIRA, E. Empreendedorismo social no Brasil: Atual configuração. Perspectivas e desafios – Notas introdutórias. **Rev. FAE**, Curitiba, vol. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1143900/mod\\_resource/content/1/Empreendedorismo%20social%20no%20Brasil%20\\_%20atual%20configura%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1143900/mod_resource/content/1/Empreendedorismo%20social%20no%20Brasil%20_%20atual%20configura%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 21 de set. de 2021.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit Is Transforming the Public Sector**. New York: Plume, 1993. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED367424.pdf>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.



OXFORD. **Dictionary and Thesaurus**. Oxford, 1995.

\_\_\_\_\_. **Learner's Dictionaries**. Oxford, 2021. Disponível em [https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/nirvana\\_1?q=nirvana](https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/nirvana_1?q=nirvana). Acesso em: 14 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Advanced American Dictionary**. Oxford, 2021. Disponível em: [https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/american\\_english/authenticity](https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/american_english/authenticity) . Acesso em: 12 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **English And Spanish Dictionary, Synonyms, and Spanish to English translator**. Oxford, 2021. Disponível em: <https://www.lexico.com/definition/problematize> . Acesso em: 26 de jun. de 2021.

PARK, S. **Digital Capital**. Palgrave Macmillan UK, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/320984397\\_Information\\_is\\_Power](https://www.researchgate.net/publication/320984397_Information_is_Power). Acesso em: 22 de ago. de 2020.

PARRISH, B. Sustainability-driven entrepreneurship: Principles of organization design. **Journal of Business Venturing** 25, p. 510-523, 2010.

PASSEGGI, M.; SÁ JUNIOR, L.; BARBOSA, T. (Orgs). **Educação e experiência: narrativas em múltiplos contextos**. EDUFERN, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31810/1/EducacaoeExperiencia\\_Passeggi\\_SaJunior\\_Barbosa\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31810/1/EducacaoeExperiencia_Passeggi_SaJunior_Barbosa_2021.pdf). Acesso em: 12 de dez. de 2021.

PAVEGLIOA, T.; BOYDB, A.; CARROLL, M. S. Re-conceptualizing community in risk research. **Journal of Risk Research**, 20(7), February, 2016. Versão online. DOI 10.1080/13669877.2015.1121908. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/293175627\\_Re-conceptualizing\\_community\\_in\\_risk\\_research/link/59f244b3458515bfd081d279/download](https://www.researchgate.net/publication/293175627_Re-conceptualizing_community_in_risk_research/link/59f244b3458515bfd081d279/download) Acesso em: 22 de jul. de 2020.

PAXSON, M. SOLOVYOVO. **The Story of Memory in a Russian Village**. Indiana University Press, 2005. Disponível em: <https://vdoc.pub/documents/solovyovo-the-story-of-memory-in-a-russian-village-4fsjll78a7g0>. Acesso em: 23 de ago. de 2020.

PEREIRA, T. **Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto, integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/thatipereira.pdf>. Acesso em: 5 de setembro de 2017.

PENNEBAKER, J.; PÁEZ, D; DESCHAMPS, J. The Social Psychology of History. **Psicologia Política**, 32, p. 15-32, 2006. Disponível em: <https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N32-2.pdf>. Acesso em: 22 de Jul. de 2020.

PERLMAN, J. **The Myth of Marginalization: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, 2006.

PESSOA, F. **Vida e obra de Alberto Caieiro**. São Paulo: Global, 2013.

\_\_\_\_\_. **Poemas completos de Alberto Caieiro**. Organização Carlos Felipe Moisés. 2a ed. São Paulo: Ática, 2013.

PHILLIPS, R.; PITTMAN, R. (eds). **An Introduction to Community Development**. Routledge, 2009.

PIAGET, J. **A Tomada de Consciência**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1977.

PIMENTA, M.; PIMENTA, L. Globalização e desafios urbanos: Políticas públicas e desigualdade social nas cidades brasileiras. **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, vol.37(112), p.43-61, 2011. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v37n112/art03.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2018.

PINDERHUGHES, H; DAVIS, R.; WILLIAMS, M. **Adverse Community Experiences and Resilience: A Framework for Addressing and Preventing Community Trauma**. Oakland, CA: Prevention Institute, 2015. Disponível em: <https://www.preventioninstitute.org/sites/default/files/publications/Adverse%20Community%20Experiences%20and%20Resilience.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

PINHEIRO, R. L. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. Talking circles and research: reflections of an ethnographic approach. **Revista Pro-Posições | Campinas, SP**, vol. 31, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/jxjffR8ZtfFkHNJ36CX6mFp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de Set. de 2021.

PLATO. **The Republic of Plato**. Translated With Introduction and Notes by Francis Macdonald Cornford. Oxford University Press, 1970. Disponível em: [http://faculty.smcm.edu/jwschroeder/Web/ETHR1002/Global\\_Jutice\\_Readings\\_files/3.PlatoRepublic.pdf](http://faculty.smcm.edu/jwschroeder/Web/ETHR1002/Global_Jutice_Readings_files/3.PlatoRepublic.pdf). Acesso em: 14 de ago. de 2021.

PLESS, N.; MAAK, T. **Responsible Leadership**. Springer, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227451528\\_Responsible\\_Leadership\\_Pathways\\_to\\_the\\_Future/link/5481902b0cf20f081e7288ef/download](https://www.researchgate.net/publication/227451528_Responsible_Leadership_Pathways_to_the_Future/link/5481902b0cf20f081e7288ef/download). Acesso em: 13 de ago. de 2020.

PLUTCHIK, R. Emotions in early development: A psych evolutionary approach. In: PLUTICK, R.; KELLERMAN, H. (Eds.). **Emotions: Theory, research, and experience**. p. 221-257. NY: Academic, 1983.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://www.culturaegenere.com.br/download/silencio.pdf>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

POPPER, K. **The logic of Scientific Discovery**. Taylor & Francis, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250035/mod\\_folder/content/0/Textos/Popper%2C%20The%20Logic%20of%20Scientific%20Discovery.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250035/mod_folder/content/0/Textos/Popper%2C%20The%20Logic%20of%20Scientific%20Discovery.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 13 de set. de 2020.

POPITZ, H. **Fenomena of Power: Authority, Domination and Violence**. New York: Columbia University Press, 2017.

PORTELLI, A. **The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue**. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.

PRENTICE, W. **Understanding Leadership**. Harvard Business Review, 2004. Disponível em: <https://hbr.org/2004/01/understanding-leadership>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.

PRETTY, G; BISHOP, B.; FISHER, A.; SONN, C. **Psychological sense of community and its relevance to well-being and everyday life in Australia**. The Australian Psychological Society, 2006.

PURVIS, B.; MAO, Y.; ROBINSON, D. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. **Sustainability Science** 14, p. 681-695, IR3S, Springer, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-018-0627-5>. Acesso em: 22 de ago. de 2020.

QUIVY, R.; CAMPENHAUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda, 1998. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

- RADSTONE, S. **Memory studies: For and against**. Sage Journal, 2008.
- RAMALHO, P.; CARMO, R.; AMADOR, C.; OLIVEIRA, S.; ZAMBRA, M. A Transferência de Informação para o desenvolvimento da pesca artesanal na Amazônia. **Interciência**, vol. 40(1), p. 44-49, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33933115007> . Acesso em: 27 de set. de 2018.
- RAVEN, B. The Bases of Social Power. In: CARTWRIGHT, D. **Studies in Social Power**. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research, 1959. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED351648.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2020.
- REASON, P; BRADBURY, H. (Eds). **The SAGE handbook of action research: Participative inquiry and practice**. 2nd ed. London: Sage, 2008. Disponível em: <https://ikhsanaira.files.wordpress.com/2016/09/action-research-participative-inquiry-and-practice-reasonbradburry.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2021.
- REICHER, S. The Context of Social Identity: Domination, Resistance, and Change. **Political Psychology**, vol. 25, no. 6, Symposium: Social Dominance and Intergroup Relations, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3792283?seq=1>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.
- RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, T. (Orgs.). **Pesquisa, alteridade e experiência - metodologias minúsculas**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.
- RICE, M. Who Rules in Local Communities: Reputation, Decision-Making, Leadership, and Community Power Revisited. **Journal of Political Science**, vol. 10, no. 1, Article 2, 1982. Disponível em: <https://digitalcommons.coastal.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1097&context=jops>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- RIEDER, J. **The word of the lord is upon me. The Righteous Performance of Martin Luther King, Jr.** The Belknap Press of Harvard University Press, 2008. Disponível em: <https://epdf.tips/the-word-of-the-lord-is-upon-me-the-righteous-performance-of-martin-luther-king-.html>. Acesso em: 16 de ago. de 2020.
- ROBBINS, S. P., JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2011.
- ROCHA, M. SITE: **Cerratinga. Quebradeiras de coco babaçu**. MIQCB. Culturart, 2016. Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/populações/quebradeiras/>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.
- RODRIGUES, T. SITE: **CEALE. Comunicar é educar**. CEALE-FAE, UFMG, 2019. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/comunicar-e-educar-1.html>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.
- ROEDIGER, H.; WERTSCH, J. **Collective Memory: Conceptual foundations and theoretical approaches**. Psychology Press,0 Taylor & Francis Group, 2008.
- ROGERS, C. **Liberdade para Aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares - A Colonização da Terra e da Moradia em Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.
- ROST, J. **Leadership for the Twenty-First Century**. Greenwood Publishing Group, 1993. Disponível em: <https://epdf.tips/queue/leadership-for-the-twenty-first-century.html>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

- ROTARY. **Economic and Community Development Project Strategies**. Oct., 2016. Disponível em: [https://issuu.com/rotarydistrict7230/docs/619\\_economic\\_community\\_development\\_](https://issuu.com/rotarydistrict7230/docs/619_economic_community_development_). Acesso em: 16 de jul. de 2021.
- SANDEBERG, J.; ALVESSO, M. **Ways of constructing research questions: Gap-spotting or problematization?** Organization Sage, 2011. Disponível em: [https://interactiva.ca/files/4115/5549/7262/Gap\\_spotting.pdf](https://interactiva.ca/files/4115/5549/7262/Gap_spotting.pdf). Acesso em: 15 de set. de 2021.
- SANDERS, I. **Strategic Thinking, and the New Science: Planning in the Midst of Chaos, Complexity and Change**. Simon & Schuster Inc, 1998.
- SANJEK, R. **Fieldnotes: The Making of Anthropology**. Ithaca, NY: Cornell University Press.1990.
- SANTANA, W. Desenvolvimento, gestão e cooperação internacional: um estudo do projeto de desenvolvimento comunitário da bacia do Rio Gavião no sudoeste da Bahia. **Cadernos EBAPE.BR**, vol.11(2), p. S207(27), 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3232/323227838003.pdf>. Acesso em: 16 de out. de 2018.
- SANTOS, F. **Diário de uma Invasora**. Livre Expressão, 2012.
- SANTOS, L. D. **O negro no século XXI**. Curitiba: Juruá, 2009.
- SAULE, N.; CARDOSO, P. (Orgs.). **Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- SCHUMACHER, E. **Small Is Beautiful. A Study of Economies as if People Mattered**. London: Blond and Briggs, 1973.
- SCHUNK, D. Coming to terms with motivational constructs. **Contemporary Educational Psychology**, vol. 25, p. 116-119, 2000.
- SELENER, D. **Participatory action research and social change**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/425683>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.
- SHAFFER, R. **Community Economics: Economic Structure and Change in Smaller Communities**. Ames: Iowa State University Press, 1989.
- SHANKS, J.; MILLER, L.; ROSENDALE, S. Action Research in a Professional Development School Setting to Support Teacher Candidate Selfefficacy. **SRATE Journal**, Vol. 21, p. 26-32, 2012.
- SIGNORI, M.; COMERLATTO, D. Avaliação de Projetos Sociais como Oportunidade de Participação e Qualificação das ações. **RBDP - Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 40-51, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3096/2114>. Acesso em: 26 de jul. de 2020.
- SILVA, E. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SIMMONS, A. **The Story Factor**. Cambridge, MA: Basic Books, 2019.
- SITE UOL. **O Banqueiro dos Pobres Propõe Uma Nova Lógica**. 2015. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/o-banqueiro-dos-pobres-muhammad-yunus-propoe-uma-nova-logica>. Acesso em: 21 de jul. de 2020
- SITTON, J. **Habermas and Contemporary Society**. Palgrave Macmillan, 2003.
- SOMECH, A.; DRACH-ZAHAVY, A. Relative power and influence strategy: The effects of agent-target organizational power on superiors' choices of influence strategies. **Journal of Organizational Behavior**, Chichester, vol. 23, ed. 2, p. 167-179, 2002.

SORENSEN, T.; EPPS, R. Leadership, and local development: Dimensions of leadership in four Central Queensland towns. **Journal of Rural Studies**, Vol. 12, Issue 2, April, p. 113-125, 1996.

SOUZA, M.; MILAGRES, C.; ITOZ, C.; BRITO, P.; SOUSA, D.; PETARLY R. Organização social e produtiva: a ação extensionista em uma cooperativa de pescadores. **Embrapa Pesca e Aquicultura**. Artigo em periódico indexado (ALICE), 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156587/1/CNPASA-2016-ap1.pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2018.

SOUZA, L. Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu de Memórias do Horto Florestal e seu correspondente projeto social de memória. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio, 2012.

SOUZA, S.; SANTOS, J. A face e as Múltiplas Facetas da Bárbarie Societal no Campo Brasileiro: Algumas Considerações. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, vol. 21, n. 44, p. 14-38, set./dez., 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5507/4467>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

SPICKER, P. **Liberty, Equality, Fraternity**. University of Bristol: Policy Press, 2006. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/id/04cb0317-f8a4-4559-b644-efc853ab2b21/9781847421647.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Stigma and Social Welfare**. Creative Commons, Paul Spicker, 2011. Disponível em: <http://www.spicker.uk/books/Paul%20Spicker%20-%20Stigma%20and%20Social%20Welfare.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2020.

STEWART, D.; SHAMDASANI, P. **Focus Groups: Theory and Practice**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1990. Disponível em: <http://www.upv.es/i.grup/repositorio/Stewart%20Shamdasani%201990%20Focus%20Groups.pdf>. Acesso em: 21 de ago. de 2020.

STIEFEL, M.; WOLFE, M. **Voice for the Excluded: Popular Participation in Development, Utopian or Necessity?** London: Zed Books Ltd, 1994. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/226639?ln=en>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

STURKEN, M. **Memory, Consumerism and Media: Reflections on The Emergence of the Field**. SAGE Publications, 2008. Disponível em: <http://www.maritasturken.org/wp-content/uploads/2018/10/Sturken-MemoryConsumerismMedia.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2021.

ŠUCHA V.; SIENKIEWICZ, M. (eds.). **Science for Policy Handbook**. European Joint Research Centre Springer, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/book/9780128225967/science-for-policy-handbook#book-info>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. Mental Time Travel and The Evolution of The Human Mind. **Genetic, Social, & General Psychology Monographs**, 123(2), p. 133 -167, 1997. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292514522\\_Mental\\_Time\\_Travel\\_and\\_the\\_Evolution\\_of\\_the\\_Human\\_Mind](https://www.researchgate.net/publication/292514522_Mental_Time_Travel_and_the_Evolution_of_the_Human_Mind). Acesso em: 14 de ago. de 2020.

SYLVESTER, G. **What life means**. The Evening Saturday Post, 26 de out, 1929.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. **Periferias (in)visíveis: o território-vivo da Brasilândia na perspectiva de jovens moradores. Distúrbios da Comunicação**, v. 29, p. 144-157, 2017.

TESCH, R. **Qualitative research: Analysis types and software tools**. Routledge, 1990.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas Organizações**. 2ª ed. Atlas, 2009.

THOMAS, S; SKITKA, L; JURGENA, S. Social Facilitation and Impression Formation. **Basic and Applied Social Psychology**, 24(1), p. 67-70, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233479936\\_Social\\_Facilitation\\_and\\_Impression\\_Formation](https://www.researchgate.net/publication/233479936_Social_Facilitation_and_Impression_Formation). Acesso em: 16 de set. de 2021.

THOMPSON, J. The World of the Social Entrepreneur. **The International Journal of Public Sector Management**, 15:4/5, p. 412-431, 2002.

THOMPSON, K. **Emile Durkheim. Key sociologists**. Revised Edition. Routledge: Taylor & Francis e-Library, 2002.

TOLENTINO, A. (Org.) **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba. 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialReflexoesEPraticas\\_ct1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf). Acesso em: 13 de ago. de 2020.

TONNIES, F. **Community and Society**. East Lansing: Michigan State University Press, 1957.

\_\_\_\_\_. **Community and Civil Society**. Cambridge University Press, 2001. Disponível em: <https://epdf.tips/tonnies-community-and-civil-society.html>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

TULVING, E. **Elements of Episodic Memory**. Oxford University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. Episodic memory: From mind to brain. **Annual Review of Psychology**, 53(1), p. 1-25, 2001.

\_\_\_\_\_. THOMSON, D. **Encoding Specificity and Retrieval Processes in Episodic Memory**. *Psychological Review*, 1973.

\_\_\_\_\_. Origin of autoevidence in episodic memory. In: ROEDIGER III, H. L.; NAIRNE, J. S.; NEATH, I.; SURPRENANT, A. M. (Eds.). **The nature of remembering: Essays in honor of Robert G. Crowder**. American Psychological Association, 2001. Versão online. DOI 10.1037/10394-002. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/10394-002>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

TURKEL, W. **The Archive of Place - Unearthing the Pasts of the Chilcotin Plateau**. The University of British Columbia: UBC Press, 2007. Disponível em: <https://www.ubcpres.ca/asset/9196/1/9780774813761.pdf>. Acesso em: 14 de ago. de 2020.

TURNER, J. Explaining the nature of power: A three-process theory. **European Journal of Social Psychology**, 35, p. 1-22, 2005. Versão online. DOI 10.1002/ejsp.244. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/ejsp.244>. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

UMEJESI, I. Coal Sector Revitalization, Community Memory, and the Land. Question in Nigeria: A Paradox of Economic Diversification? **African Studies Quarterly**, vol. 12, Issue 3, Summer 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/9576520/Coal\\_Sector\\_Revitalization\\_Community\\_Memory\\_and\\_the\\_Land\\_Question\\_in\\_Nigeria\\_A\\_Paradox\\_of\\_Economic\\_Diversification](https://www.academia.edu/9576520/Coal_Sector_Revitalization_Community_Memory_and_the_Land_Question_in_Nigeria_A_Paradox_of_Economic_Diversification). Acesso em: 28 de set. de 2020.

UNESCO. World Report. **Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue**. Publishing, 2009.

UPHOFF, M. Local Institutions and Participation for Sustainable Development. International Institute for Environment and Development Sustainable Agriculture and Rural Livelihoods Programme. **GATEKEEPER SERIES**, No. 31, 1992. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/242463814\\_Local\\_Institutions\\_And\\_Participation\\_For\\_Sustainable\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/242463814_Local_Institutions_And_Participation_For_Sustainable_Development). Acesso em: 20 de set. de 2020.

UNHCR - **A Community-based Approach**. UNHCR Operations Office of the United Nations High Commissioner for Refugees. 2008. Disponível em:

- <https://www.unhcr.org/publications/legal/47ed0e212/community-based-approach-unhcr-operations.html>. Acesso em: 22 de jul. 2020.
- VAZ, L. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, vol. XXIX, no 127, 1994.
- VELTMEYER, H. Interações. **Campo Grande**, v. 9, n. 2, p. 229-243, jul./dez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xbWfCwHN4wxS3R8c49cBXMw/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.
- VIEIRA, J; BARRETO, R. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: Enap, 2019.
- VIEIRA, M.; OLIVA, A. (Orgs.). **Evolução, cultura e comportamento humano**. Série Saúde e Sociedade, Vol. 1. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2017. Disponível em: <https://nuppe.ufsc.br/files/2017/03/LIVRO-Evolu%C3%A7%C3%A3o-Cultura-e-Comportamento-Humano.pdf>. Acesso em: 11 de mai. de 2021.
- VYGOTSKY, L. Imaginaton and creativity in childhood. **Journal of Russian and East European Psychology**, 42(1), p. 7-97, 2004.
- WALLIMAN, N. **Research Methods**. Routledge, 2011. Disponível em: <https://pdfslide.net/download/link/research-methods-the-basics-558450c5378de>. Acesso em: 12 de set. de 2020.
- WARSCHAUER, C. **Rodas em rede: Oportunidades formativas na escola e fora dela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.
- \_\_\_\_\_. **Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.
- WEBER, M. **Law in Economy, and Society**. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- WEISS, J.; HUGHES, J. Want Collaboration? Accept, and Actively Manage Conflict. **Revista Harvard Business Review**, mar. de 2005. Disponível em: [https://cdn2.hubspot.net/hubfs/594420/HBR\\_Want%20Collaboration\\_R0503F\\_\(rev%2011-2014\)v2.pdf](https://cdn2.hubspot.net/hubfs/594420/HBR_Want%20Collaboration_R0503F_(rev%2011-2014)v2.pdf). Acesso em: 16 de ago. de 2021.
- WHITE S.(Eds). **The Cambridge Companion to HABERMAS**. Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg. Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/the-cambridge-companion-to-habermas-7g8u0p61bp10> Acesso em: 14 de ago. de 2020.
- WHITEHEAD, J.;MCNIFF, J. **Action Research: Living Theory**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006. Disponível em: [https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/04/action-research\\_living-theory\\_jack-whitehead-and-jean-mciff-2006.pdf](https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/04/action-research_living-theory_jack-whitehead-and-jean-mciff-2006.pdf). Acesso em: 12 de set. de 2020.
- WILMOT, A. Designing sampling strategies for qualitative social research: with reference to the Office for National Statistics' Qualitative Respondent Register. **Survey Methodology Bulletin**. Office for National Statistics, 2005. Disponível em <https://www.nsc.gov/qbank/Quest/2005/Paper23.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2020
- WINKLER, I. **Contemporary Leadership Theories: Enhancing the Understanding of the Complexity, Subjectivity and Dynamic of Leadership**. Springer: Verlag, 2010.
- WOODCRAFT, S. **Design for Social Sustainability: A Framework for Creating Thriving Communities**. London: The Young Foundation, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/328581636\\_Design\\_for\\_Social\\_Sustainability\\_A\\_Framework\\_for\\_creating\\_thriving\\_new\\_communities](https://www.researchgate.net/publication/328581636_Design_for_Social_Sustainability_A_Framework_for_creating_thriving_new_communities). Acesso em: 23 de Jul. de 2020.

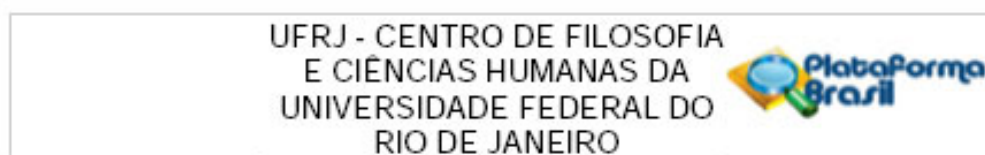
ZITTOUN, T.; GILLESPIE, A. Integrating experiences: Body and mind moving between contexts. In: WAGONER, B.; CHAUDHARY, N.; HVIID, P. (Eds.). **Integrating experiences: Body and mind moving between contexts**. IAP Information Age Publishing, 2015.

\_\_\_\_\_. SAINT-LAURENT, C. Life-creativity: Imagining one's life. In: GLĂVEANU, V. P.; GILLESPIE, A.; VALSINER, J. (Eds.). **Rethinking creativity: Contributions from cultural psychology**. Hove and New York: Routledge, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/299466054\\_Life-creativity\\_Imagining\\_one's\\_life/link/59d4a0cea6fdcc181adc3c8b/download](https://www.researchgate.net/publication/299466054_Life-creativity_Imagining_one's_life/link/59d4a0cea6fdcc181adc3c8b/download). Acesso em: 22 de jun. de 2021.



## 10 - ANEXOS

## 10.1 RCLE - Registro de Conhecimento Livre Esclarecido



Continuação do Parecer: 4.950.955

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos necessários foram apresentados, incluindo as modificações sugeridas em parecer anterior.

**Recomendações:**

- Recomenda-se retirar a última frase o item "Riscos" do RCLE ("Em síntese, não se identifica situações que exponham a riscos os participantes") inclusive porque ela não está de acordo com o que foi afirmado no próprio item. Lembrando que, segundo a Resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa possui riscos.

- Frisa-se novamente a recomendação, não acatada pelo pesquisador, de alterar "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)" para "Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)", seguindo a Resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Levando em consideração as mudanças efetivadas pelo pesquisador seguindo as recomendações do CEP, o projeto está aprovado. No entanto, sugere-se o cumprimento das duas recomendações indicadas acima.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1516467.pdf	16/08/2021 15:28:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AFSatualizado.pdf	16/08/2021 15:27:18	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAssinadaPesquisador.pdf	15/05/2021 19:28:04	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURA.pdf	15/05/2021 19:24:36	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ComprovPUFRJ.pdf	15/05/2021 19:22:10	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
 Bairro: URCA CEP: 22.290-240  
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
 Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.950.865

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 02 de Setembro de 2021

---

Assinado por:  
ERIMALDO MATIAS NICACIO  
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
Bairro: URCA CEP: 22.290-240  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

## 10.2 Questionário do Modelo de avaliação de ações e projetos comunitários

### D MAPC – Modelo de avaliação de A Projetos Comunitários

Objetivo: Orientar estratégias de alinhamento de projetos comunitários para aumentar as chances de realizações sustentáveis. As respostas deste questionário são insumos para tratamento e diagnóstico no Framework (adaptado a partir de referência teórica em artigo publicado na revista Harvard Business Review\*).

(\* New Directions in Project Management by Paul C. Tinnirello (Editor) - Hardcover - 2001

Obs. Essa avaliação refere-se ao Projeto Comunitário de Extensão do CFCH/UFRJ, denominado "Ação e Transformação", realizado no período de 2019-2020 na comunidade do Horto Florestal.

Este é um convite para você preencher o formulário. As respostas consolidadas serão insumos para o Framework cujo objetivo é orientar a abordagem de projetos sociais comunitários junto à comunidades.

#### 1 - Tempo Estimado de Duração do Empreendimento comunitário social

- Acima de 12 meses
- De 6 a 12 meses
- Até 6 meses

#### 2 - Nível de experiência da comunidade com empreendimentos com o mesmo propósito social comunitário

- O nível dessa experiência da comunidade é avaliado como acima da média
- O nível dessa experiência da comunidade é avaliado como na da média
- O nível dessa experiência da comunidade é avaliado como abaixo da média

**7- O nível de Integração (Interdependência) das atividades do empreendimento social comunitário**

- O nível de Integração e Interdependência é avaliado como acima da média
- O nível de Integração e Interdependência é avaliado como na média
- O nível de Integração e Interdependência é avaliado como abaixo da média

**8- Nível de Controle Requerido**

- O nível de Controle requerido no projeto comunitário é avaliado como acima da média
- O nível de Controle requerido no projeto comunitário é avaliado como na média
- O nível de Controle requerido no projeto comunitário é avaliado como abaixo da média



## 10.3 Roteiros

### 10.3.1 Rodas de conversa

As rodas de conversa tem um papel relevante na dinâmica na produção de saberes compartilhados (PINHEIRO, 2020). Nosso propósito, com seu uso foi o reduzir a distância entre os seus participantes e ampliar a maior oportunidade de estabelecer discussões ou memórias produtivas a problematizar nessa pesquisa. É um instrumento de produção de conhecimento aplicado em pesquisas narrativas, cujo propósito é compreender o sentido daquilo que o grupo social oferece como ao fenômeno estudado (MOURA; LIMA, 2014).

Nesse sentido ficou conhecida como uma das formas de compartilhar experiências, o que possibilita aprofundar o diálogo a partir dos conhecimentos e informações que cada pessoa possui sobre o tema em discussão. Possibilita aproximar as pessoas, ouvir aprender e evoluir pelos rumos da pesquisa (PINHEIRO, 2020). Autores como Freire e Shor (1987), Campos (2000), Warschauer (2001; 2004), são alguns dos referenciais teóricos que sustentam esse instrumento de pesquisa, como algo capaz de promover, através da conversa entre pares, a descoberta e utilização de achados científicos (MOURA; LIMA, 2014).

As questões colocadas em discussão foram roteirizadas em aberto para evitar indução. Nessa perspectiva elaboramos o seguinte roteiro, a partir da abertura, com temas para discussão:

I – Abertura – Orientação aos participantes convidados no sentido de pensar “fora da caixa”, ou seja, de assumir os temas relacionados em discussão quanto ao Horto Florestal como sendo o local um personagem real em sua vida<sup>119</sup>.

II – Obter de cada participante um extrato de suas vivências no local, porém, sempre que necessário, intervir intercalando as participações de modo a evitar desequilíbrio nas exposições e discussões.

III – Localizar cada participantes em sua categoria e perfil de moradores. Tais informações permitiriam maximizar as diferentes visões acerca dos temas abordados.

---

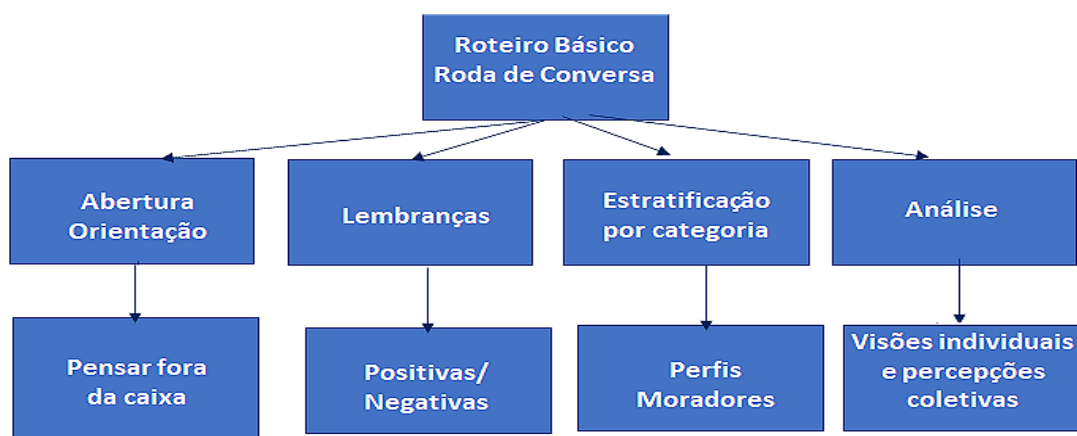
<sup>119</sup> Como constatamos, posteriormente, essa providência foi fundamental, tendo em vista a propensão dos participantes em falar de si (eventos pessoais, datas marcantes nos contextos familiares etc).

IV – Analisar e confrontar respostas, graficamente, a fim de obter uma visão integrada das percepções coletivas.

### 10.3.2 Rodas de conversa virtuais

As rodas de conversas virtuais seguiram os mesmos princípios teóricos, orientações e roteiro básico das rodas de conversa presenciais. O único diferencial que merece destaque especial foi o intensivo de ferramentas da tecnologia da informação (Google met), sem as quais a pesquisa estaria inviabilizada nesse aspecto. A figura 22 a seguir ilustra o Roteiro básico desse instrumento em ambientes presenciais e virtuais:

Figura 22- Roteiro Básico - Roda de Conversa presenciais e virtuais



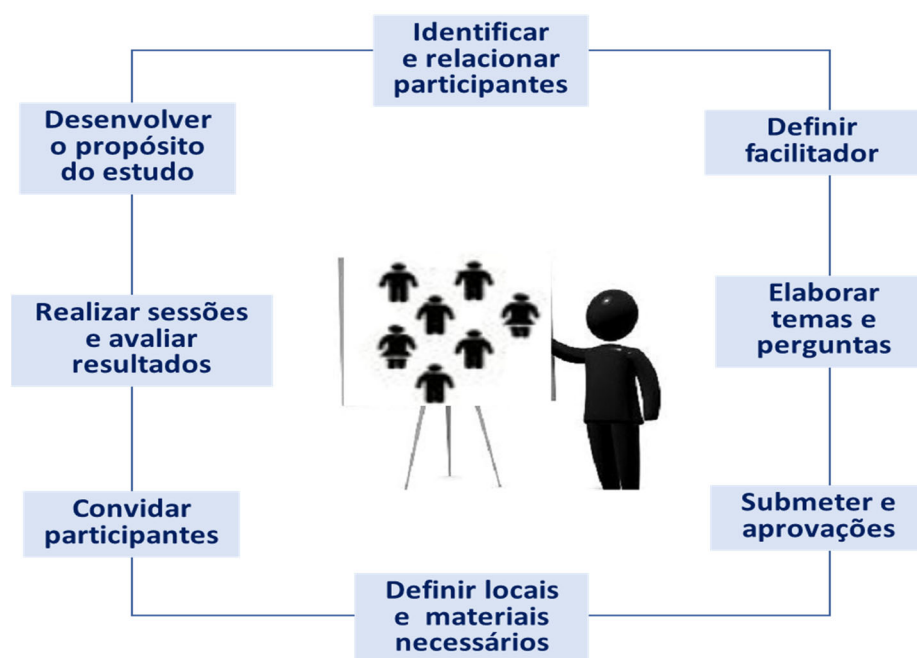
Fonte: Autor

### 10.3.3 Grupos focais – Fase Pré pandemia

Esse instrumento de pesquisa baseou-se na abordagem metodológica de Nagle; Williams (2013) que inclui os seguintes passos: Propósito do estudo, Metodologia, (Conceituação e Logística), Execução (Preparação, Pré-sessão, Sessão) e Análise e Relatórios. Quanto ao propósito do Estudo, todos os convidados já faziam parte do grupo de WhatsApp, criado com a finalidade de ser um espaço de trocas comunicativas, independentemente de metodologias posteriormente aplicadas em rodas de conversas e grupos de discussão. Utilizamos na seleção dos participantes com base na amostragem de conveniência, onde os indivíduos possuem características da população geral que podem contribuir para ajudar entender melhor o tema em estudo na pesquisa (NAGLE; WILLIAMS, 2013).

Nosso objetivo com a utilização de Grupos focais foi obter o máximo de informações, em nível mais detalhado dos entrevistados para apoiar o empreendimento social comunitário “Projeto Museu do Horto” com ideias, sugestões e contribuições para o acervo da memória local. Buscamos assim aperfeiçoar mecanismos de interação e representatividade junto à comunidade e atrair, cada vez mais, empresas e parcerias externas em novos empreendimentos sociais. Em nosso roteiro evitamos fazer perguntas fechadas que poderiam limitar a oportunidade de explorar os temas em questão. O roteiro com as demais atividades roteirizadas estão descritas na Figura 23 a seguir:

Figura 23- Roteiro de Atividades em Grupos Focais



Fonte: Adaptado de Nagle; Williams, 2013

Os transcritos a seguir são uma pequena amostra das interações feitas durante a fase pré- pandemia para evolução nas sessões envolvendo grupos focais.

03/01/2019 07:58 - Almir Fernandes: Bom dia Emerson. Está Ok tb para mim. fev. Eu gostaria de propor que (nós três) pudéssemos trocar algumas informações, que considero básicas antes, e assim, levar para a reunião uma agenda escrita para evolução papéis e responsabilidades num plano preliminar com temas como café, mutirão, reformas, local, jovens, adultos, website, administração, orçamento, e ... programação. Temos que ser parte da



comunidade. Em tempo. Acho muito boa a inserção de mais convidados. Que tal a sugestão? Aguardo o retorno. Podemos começar a discutir hoje. 1/2019 14:09 - Emerson Associação HORTO: Boa! Vou estar inserindo mais dois moradores aqui do Horto no grupo também. (ver: Fonte: 9.5 conversa (ações) – Breve exemplo de Registro de Atividades).

#### 10.3.4 Grupos focais – Fase pandemia

Grupos de foco na modalidade online foram utilizados como resposta resiliente aos impactos do isolamento social com a COVID-19, que exigiu protocolos rígidos de distanciamento físico para proteger a saúde pública e cumprir as regulamentações locais. Nesse novo contexto, mantivemos os Roteiro de Atividades em Grupos Focais, porém utilizamos como referência “*A Guide to Conducting Online Focus Groups*” do *Global Food Research Program* da *University of North Carolina em Chapell Hill e Vital Strategies* (MURUKUTLA, M; PURI, 2020) com o propósito de adaptar em um formato online<sup>120</sup>.

Assim, buscamos nos orientar pelas recomendações que incluíram aspectos logísticos e operacionais relacionados a: tamanho, amplitude, custo benefício, consentimento estendido e duração. Quanto à ajustes no número de participantes - O estudo concluiu que discussões em grupo de foco online são geralmente mais eficazes com menor número de participantes para maior flexibilidade, maior controle para conduzir as discussões e possibilitar o engajamento todos de forma equilibrada. As autoras recomendam que esse quantitativo não seja superior a quatro ou cinco participantes se realizado online. No que tange a amplitude de limites geográficos de participação – Tem como um dos principais benefícios possibilitar o recrutamento de participantes de uma área geográfica mais ampla, ou seja, os pesquisadores podem expandir os critérios de seleção para cobrir uma área maior de participantes a cada sessão. Quanto a custo benefício – a orientação sugere avaliar casos de participantes que não disponham de recursos técnicos (meios financeiros ou disponibilidade de tecnologia) para participação e, em certos casos, buscar alternativas de prover tais recursos (mesmo que temporariamente) como parte assumida pelo projeto de pesquisa. Neste particular, o estudo recomenda, fortemente, a verificação prévia de todos os requisitos de infraestrutura de conexão internet e equipamentos, num completo *checklist* de modo a não causar severas

---

<sup>120</sup> A pesquisa buscou experiências diretas da Vital Strategies e de seus parceiros durante os primeiros meses da pandemia COVID-19 em países como Estados Unidos, Argentina, Barbados, Brasil, Colômbia, Equador, Índia, Jamaica, África do Sul e Ucrânia) envolvendo de amostras do público em geral a grupos minoritários de comunidades-alvo.

interrupções ou descontinuidade ou nas sessões. A respeito do consentimento estendido - o estudo reforça a recomendação no sentido de que os pesquisadores dêem ciência as partes envolvidas, de modo a reafirmar a sua autorização individual no coletivo de participação no grupo.

Finalmente no que refere a duração – O estudo enfatiza que tais grupos nessa modalidade devem ser sessões de curta duração. A capacidade das pessoas de se concentrar e permanecer engajadas é mais limitada no formato online. Assim, os pesquisadores devem antecipar discussões que, idealmente, não devem ultrapassar o limite de uma hora.

#### 10.4 Nuvens de palavras

A figura 23 a seguir apresenta nuvem de palavras que traduzem a expressão coletiva sobre o personagem Horto Florestal, bem como, em seguida os fragmentos de depoimentos individuais que traduzem a percepção da comunidade.

Figura 24- Nuvens de palavras : Fragmentos de expressão coletiva



Fonte: Autor